



ABSOULUTE

REVIEW



review.acu.education

ABSOULUTE REVIEW | V. 19. N. 01. MARÇO. 2024

A MAGIA DO LÚDICO:

O Papel Vital da Ludicidade na Educação para o Desenvolvimento da Criança.

DOI: 10.29327/2334916.19.1



ISSN 2674-662X





ABSOLUTE



EXPEDIENTE

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Alexandre Salvador

Editor Chefe e Diretor Acadêmico

Pós-Doutor Cristiano de Assis Silva

Vice Editor

Dr^a. Ana Maria Roriz Veríssimo

Coordenador de Extensão

Dr^a. Dirlan de Oliveira Machado Bravo

Secretária de Assuntos Internacionais

Dr^a. Regilane Ribeiro Sansão

Projeto Gráfico e Diagramação

Inova Comunicação ES

JUNTA EDITORIAL

Dr. Artur Quixona Finda

Ex-Presidente do PAPOD (Partido Popular Angolano para o Desenvolvimento).

Dilzerly Miranda Machado Tinoco

Ex-Secretária Municipal de Educação de Presidente Kennedy – E. S.

Karla dos Santos Leal

Membro do Conselho de Direito da Criança e Adolescente de Itapemirim – E. S.

Salatiel Elias de Oliveira

Ex - Secretário Municipal de Educação de Apicá – E. S.

Ângela Maria dos Santos Florentino

Coordenadora do Centro de Referência em Assistência Social do Município de Anchieta – E. S.

Florêncio Walcher

Presidente do SINDIPEDAGOGOS-ES.

Fátima Agrizzi Ceccon

Secretária Municipal de Educação de Presidente Kennedy – E. S.

Maria Cláudia Ferreira dos Santos Bezerra

Diretora da UMEI Gervasio Queiroz Marinho – Itaitinga - CE

Maria Beatriz de Oliveira Marques

Roteirista, Atriz, Diretora, Produtora Cultural.

Hilário Jebeson Viana da Costa

Membro da Academia de Letras e Culturas da Amazônia – ALCAMA.

Regilane Ribeiro Sansão

Avaliadora do MEC

COMITÊ DE POLÍTICA EDITORIAL

- Prof. Pós-Dr^a Carmem Lisiane Escouto de Souza
- Pós-Doutor Cristiano de Assis Silva
- Pós-Doutorando Salatiel Elias de Oliveira
- Pós-Doutorando Regilane Ribeiro Sansão
- Pós-Doutorando Artur Quixona Finda
- Prof. Dr^o. Aquiles dos Santos Cerqueira
- Prof. Dr^a. Betijane Soares de Barros
- Prof. Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Ferreira
- Prof. Dr^o. Rafael Vital dos Santos
- Prof. Dr^a. Alexandra dos Santos Oliveira
- Prof. Dr^a. Maria Tereza Coimbra de Carvalho
- Prof. Dr^o. Carlos Luis Pereira
- Prof. Dr^o. Rinaldo Pevidor Pereira
- Prof. Dr^o. Michell Pedruzzi Mendes de Araújo
- Prof. Dr^a. Izaionara Cosmea Jadjesky
- Prof. Doutoranda Ângela Maria dos Santos Florentino
- Prof. Doutoranda Maria Cláudia F. dos Santos Bezerra
- Prof. Mestra Noslaine C. Sant'Anna
- Prof. Mestra Débora Buriel Rocha Ribeiro
- Prof. Mestre Bruno de Freitas dos Santos
- Prof. Mestrando Hilário Jebeson Viana da Costa
- Mestranda Margareth Lima Marques de Aguiar
- Mestranda Maria Beatriz de Oliveira Marques

ABSOLUTE REVIEW

**Periódico Multidisciplinar
Trimestral.**

Departamento Acadêmico
ACU - Absolute Christian University

E-mail: revista@acu.education

Sites: www.review.acu.education
www.acu.education



ACU-ABSOLUTE
CHRISTIAN UNIVERSITY



COSER
SALVADOR
GROUP

**PUBLICAÇÕES INTERDISCIPLINARES
DE PESQUISADORES DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA:**



ABSOLUTE REVIEW

ACADEMIC DEPARTMENT ABSOLUTE CHRISTIAN UNIVERSITY

V. 19, N. 01. MARÇO. 2024 | BRASIL.

Versão On-line.

Resumo em português e inglês.

ISSN(eletrônico): 2674-662X

DOI:10.29327/2334916.18.1

1. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Educação.
2. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Saúde.
3. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Direito.
4. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Administração.

CDU 371

**DIREITOS DE PERMISSÃO
E UTILIZAÇÃO**

As opiniões emitidas nos textos publicados na
Revista Científica Excellence
são de total responsabilidade de seus respectivos autores.

Todos os direitos de reprodução,
tradução e adaptações estão
reservados com identificação
da fonte.

OS ARTIGOS ESTÃO DISPONÍVEIS EM:
<<http://review.acu.education/edicao-atual/>>

doi

10.29327/2334916.19.1



PREFÁCIO

É com grande satisfação que apresentamos a **19ª edição da Absolute Review**, trazendo contribuições científicas de pesquisas empíricas, estudos de caso e análises teóricas acerca de "**A magia do lúdico: o papel vital da ludicidade na educação para o desenvolvimento da criança**". Este tema, tão fundamental e inspirador, tem sido objeto de estudo e reflexão em diversos campos acadêmicos e práticos, e estamos entusiasmados por destacá-lo nesta edição.

Em um mundo cada vez mais voltado para a tecnologia e a velocidade, é crucial lembrar a importância do brincar na formação das crianças. O lúdico não é apenas uma forma de entretenimento; é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e físico dos pequenos. Através do jogo, da imaginação e da criatividade, as crianças exploram o mundo ao seu redor, experimentam diferentes papéis e aprendem a resolver problemas de forma autônoma e colaborativa.

Nesta edição, apresentamos uma variedade de artigos escritos por discentes e docentes multidisciplinares, que oferecem insights valiosos sobre o impacto do lúdico na educação infantil. Desde estudos de caso até análises teóricas, os trabalhos aqui reunidos oferecem uma visão abrangente dos benefícios do brincar para o desenvolvimento integral da criança.

À medida que avançamos nesta jornada de

exploração e descoberta, é importante lembrar que o lúdico não deve ser relegado apenas ao espaço da infância. Mesmo na vida adulta, a capacidade de brincar, imaginar e criar continua a ser uma fonte de inspiração e crescimento. Portanto, convidamos todos os nossos leitores a se entregarem à magia do lúdico e a refletirem sobre seu papel em suas próprias vidas.

Além disso, destacamos também nesta edição pesquisas sobre outras temáticas que contribuem significativamente para a comunidade acadêmica.

Esperamos que **Absolute Review** seja uma fonte de inspiração e conhecimento para todos leitores. Que ela desperte novas ideias, promova o diálogo e fortaleça nosso compromisso com uma educação que valoriza a criatividade, a diversidade e o bem-estar.

Com os melhores cumprimentos,

Boa leitura!

Pós-Doutor Cristiano de Assis Silva

Diretor Acadêmico da ACU - Absolute Christian University;
Editor-Chefe da Absolute Review.



SUMÁRIO

PREFÁCIO	04
O LÚDICO, A GESTÃO ESCOLAR E A APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL I <i>Ana Maria Roriz Verissimo & Noslaine C. Sant'Anna</i>	07-14
A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA NO COTIDIANO DOS ALUNOS E PROFESSORES <i>Audry Marinho dos Santos</i>	15-22
CYBERBULLYING NO AMBIENTE ESCOLA RESUMO <i>Audry Marinho dos Santos</i>	23-29
TECNOLOGIAS ATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Andressa Ferreira G. dos Santos</i>	30-36
ABORDAGEM FISIOTERAPÊUTICA NO PACIENTE COM PARKINSON: RELATO DE EXPERIÊNCIA <i>Graciliano Davi Santos Rodrigues</i>	37-40
A EDUCAÇÃO BÁSICA E A SOCIEDADE: A CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NO ENSINO EDUCACIONAL <i>Lílian Valesca da Silva Albano Martins & Maria de Fátima Lima do Amaral & Simone Chayn da Silva</i>	41-49
POESIA QUE EDUCA: A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA DE CORDEL NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM <i>Elias Marcio Carneiro da Silva</i>	50-53
POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: A INCLUSÃO COMO COMPROMISSO SOCIAL <i>Ádila Suyanne Ponte de Oliveira Lima & Ivaneide Antunes da Silva & Mônica Torres Araújo Saraiva</i>	54-64
EXPLORANDO SABERES E PRÁTICAS EM RELAÇÃO AO CLIMATÉRIO NO CONTEXTO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA <i>Maxson Bruno Paiva Silva Santos</i>	65-71
DELIVERY GEOGRÁFICO: UMA VIAGEM PELO MUNDO ATRAVÉS DAS GEOTECNOLOGIAS COMO INSTRUMENTOS PARA AUXILIAR NO ENSINO DE GEOGRAFIA <i>Lucimar Barbosa Pereira Matos</i>	72-76
CONTRIBUINTES PARA NOTAS BAIXAS ENTRE CRIANÇAS NAS SÉRIES INICIAIS DA ESCOLA <i>Adriana Castro de Sousa</i>	77-83
EDUCAÇÃO SEXUAL E PROMOÇÃO DA SAÚDE NA ESCOLA <i>Francisco Wagner Freitas Ferreira</i>	84-90
CONSEQUÊNCIAS DO SEDENTARISMO EM ALUNO DA EDUCAÇÃO BÁSICA <i>Carlos Antonio Sabino de Andrade</i>	91-96

A GAMIFICAÇÃO NA CORREÇÃO DE DEFICIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM EM MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Alane Gomes de Albuquerque Nascimento.....97-101

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E SEUS DESAFIOS A PARTIR DA RESOLUÇÃO Nº1 DE MAIO DE 2012

Marinalda Aparecida Lima de Oliveira.....102-109

DEBATES SOBRE AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: UM ESTUDO DE QUATRO DESAFIOS QUE PRECISAM SER VENCIDOS

Andréa Almeida Felismino.....110-118

CONSTRUINDO APRENDIZADO: A CULTURA MAKER NA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO FERRAMENTA TRANSFORMADORA

Clarissa Virgulino Duarte.....119-126

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DESCRIÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS

Maria Aparecida da Silva.....127-132

ANEMIA DE FANCONI: LITERATURA ATUAL E SUAS ABORDAGENS FANCONI

Delane Cristina da Silva.....133-138

DESAFIOS PARA ESTANCAR A PROLIFERAÇÃO DE DOENÇAS DE ORIGEM HÍDRICA NAS POPULAÇÕES DE VIANA EM LUANDA

Hugo de Ceita José Fernandes.....139-143

MANUAL PRÁTICO DAS PRINCIPAIS FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS EDUCACIONAIS E DE GESTÃO ESCOLAR

Ivaldo Sales Nascimento Júnior.....144-165

O IMPACTO DA PANDEMIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE CIENTÍFICA

Elayne Marques de Sales Souza.....166-170

A IMPORTÂNCIA DA EJA COMO FORMA DE ENSINO TRANSFORMADORA NA VIDA DE JOVENS E ADULTOS

Marinalda Aparecida Lima de Oliveira.....171-176

O PAPEL DO EDUCADOR EM CONTEXTO DE CRECHE NA PERSPECTIVA DO CUIDAR SEGUNDO A ABORDAGEM PIKLER

Ana Maria Rodrigues da Silva & Flávia Ferreira de Aquino Melo & Sofia Lima Rodrigues.....177-182

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E INCLUSÃO SOCIAL: O PAPEL TRANSFORMADOR DA EJA NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

Radamese Lima de Oliveira & Edson Alves de Oliveira & Elza Betânia Alves de Oliveira.....183-187

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE CAJUEIRO/AL: APLICABILIDADE E EFETIVIDADE NA PRÁTICA

Angela Maria de Lima188-197

OS EFEITOS POSITIVOS DA TERAPIA ABA NA INTERVENÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS

Lindinalva Ramos da Silva.....198-202

O LÚDICO, A GESTÃO ESCOLAR E A APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL I

PLAYFULNESS, SCHOOL MANAGEMENT, AND LEARNING IN ELEMENTARY SCHOOL I

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-1

Ana Maria Roriz Verissimo ¹

Noslaine C. Sant'Anna ²

RESUMO

O lúdico no ambiente escolar desempenha um papel crucial na formação da personalidade dos estudantes, permitindo-lhes estabelecer conceitos de forma significativa por meio de jogos, projetos integradores e atividades lúdicas. A gestão escolar, por sua vez, é essencial para promover uma aprendizagem inclusiva e combater a evasão escolar, além de ser responsável por desenvolver o Projeto Político Pedagógico (PPP), formando cidadãos conscientes e preparados para o mundo. Para enfrentar esses desafios, o Ministério da Educação (MEC) lançou programas como o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, oferecendo especializações em gestão escolar. Desta forma, o objetivo do presente artigo é entender o papel do diretor escolar na mediação de processo educativo pautado em mediações pedagógicas lúdicas. A metodologia adotada deste estudo consistiu na busca e análise de referências bibliográficas. As pesquisadoras utilizaram revistas, artigos científicos e livros para o levantamento bibliográfico. A referência teórica é baseada em autores como Libâneo (2007), Lück (2007), Paro (2008) e Vasconcelos (2009) com contribuições sobre aspectos fundamentais da gestão escolar. E para articular o entendimento da importância do lúdico na prática educativa pautaram o estudo em Kishimoto (1997) e Piaget (1975), entre outros. Compreende-se que as escolas precisam valorizar a diversidade da comunidade escolar e promover a equidade de suas aprendizagens, assegurando o atendimento de suas necessidades coletivas e individuais, e o valor educativo do lúdico deve ser levado em conta. A gestão em educação depende da formação de lideranças escolares capazes de influenciar contextos, pessoas ou processos, visando ao cumprimento dos propósitos da educação básica.

PALAVRAS-CHAVE: Ludicidade. Aprendizagem lúdica. Educação para a cidadania. Gestão escolar.

ABSTRACT

Playfulness in the school environment plays a crucial role in shaping students' personalities, allowing them to establish concepts meaningfully through games, integrative projects, and playful activities. School management, in turn, is essential for promoting inclusive learning and combating school dropout, as well as for developing the Pedagogical Political Project (PPP), forming conscious and prepared citizens for the world. To address these challenges, the Ministry of Education (MEC) has launched programs such as the National Program for School Managers of Basic Education, offering specializations in school management. Thus, the aim of this article is to understand the role of the school principal in mediating an educational process based on playful pedagogical mediations. The methodology adopted in this study consisted of searching and analyzing bibliographic references. The researchers used journals, scientific articles, and books for the bibliographic survey. The theoretical reference is based on authors such as Libâneo (2007), Lück (2007), Paro (2008), and Vasconcelos (2009) with contributions on fundamental aspects of school management. To articulate the understanding of the importance of playfulness in educational practice, the study was based on Kishimoto (1997) and Piaget (1975), among others. It is understood that schools need to value the diversity of the school community and promote the equity of their learning, ensuring the meeting of their collective and individual needs, and the educational value of playfulness must be taken into account. Education management depends on the formation of school leaders capable of influencing contexts, people, or processes, aiming at fulfilling the purposes of basic education.

KEYWORDS: Playfulness. Playful learning. Citizenship education. School management.

¹ Graduada em Letras - Português (UFES). Mestra em Educação (Estácio de Sá). Doutora em Ciências da Educação (ACU - Absolute Christian University). **E-MAIL:** verissimoanamarca682@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/1406126533626672

² Graduada em Pedagogia (UNIUBE). Mestra em Ciências da Educação e Doutora em Ciências da Educação (ACU - Absolute Christian University). **E-mail:** noslaine@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/9186340849098007.

INTRODUÇÃO

O lúdico no ambiente escolar desempenha um papel crucial na formação da personalidade dos estudantes, permitindo-lhes estabelecer conceitos de forma significativa por meio de jogos, projetos integradores e atividades lúdicas. Paralelamente, a gestão escolar é o elo articulador de aprendizagem inclusiva, e combate à evasão escolar. Acima de tudo propulsora de Projeto Político Pedagógico – PPP formador de cidadãos mais conscientes e preparados para o mundo. Para atender a esses desafios, o Ministério da Educação (MEC) lançou programas como o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica³, que oferece especializações em gestão escolar, coordenando pedagógica e aperfeiçoamento em gestão escolar.

Além disso, as escolas precisam valorizar a diversidade da comunidade escolar e promover a equidade de suas aprendizagens, assegurando o atendimento de suas necessidades coletivas e individuais. Isso implica identificar, adquirir, mobilizar, coordenar e utilizar recursos sociais, materiais e culturais que estruturam condições favoráveis para o desenvolvimento integral do estudante na escola, sob uma perspectiva tanto pedagógica quanto administrativa. A gestão em educação também depende da concepção de lideranças escolares formadas a partir de um processo de influência intencional sobre contextos, pessoas ou processos, propondo uma direção ou objetivos compartilhados, visando o cumprimento dos propósitos da educação básica.

A importância da gestão em educação é respaldada por marcos legislativos como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que definem a educação como direito básico e responsabilidade do Estado e da sociedade, prevendo progressivos graus de autonomia pedagógica,

³ <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica>.

administrativa e financeira para as escolas. A discussão acerca das regulamentações da Base Nacional Comum Curricular trouxe à tona a necessidade de um entendimento legal mais preciso sobre o papel dos gestores escolares. Assim, deu-se a formatação de uma Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar (BRASIL, 2021), visando oferecer referenciais de atuação a diretores e vice-diretores para a construção de uma gestão que favoreça o cumprimento pleno dos objetivos da educação básica.

Na consolidação de diretrizes e referenciais para a gestão escolar, é crucial considerar o papel transformador do diretor escolar no contexto pedagógico. A reconfiguração dessa figura visa desenvolver competências e habilidades de liderança capazes de enfrentar os desafios do século XXI. É consenso que a figura desenhada em décadas atrás não corresponde às demandas atuais e futuras. Hoje, espera-se dos líderes educacionais não apenas habilidades administrativas, gerenciais e financeiras, mas também competências em relações-públicas, garantia da qualidade da educação e liderança para a melhoria do ensino e da aprendizagem.

Segundo estudos apontados na Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escola⁴, um diretor ativo pode aumentar o aprendizado dos estudantes em até 7 (sete) meses no mesmo ano, enquanto diretores menos eficazes apresentam resultados negativos. Não existe melhoria na aprendizagem dos estudantes sem a mediação de um líder capaz de promover a aprendizagem nas escolas que gerencia. Portanto, é essencial que o diretor, com uma abordagem transformacional da liderança, seja capaz de promover o trabalho colaborativo e criar comunidades de aprendizagem, mantendo o foco nas atividades pedagógicas.

⁴ <http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2021-pdf/170531-texto-referencia-matriz-nacional-comum-de-competencias-do-diretor-escolar/file>.

Neste sentido, surgem duas questões norteadoras: o que dizer dos diretores escolares como mediadores do processo ensino aprendizagem no Ensino Fundamental I.

O que é o lúdico? Como este processo é estabelecido e percebido por diretores escolares?

É sabido que na dimensão pedagógica, o diretor deve desenvolver uma visão sistêmica e estratégica, pensando o funcionamento da escola de forma coerente, criativa e antecipatória. Ele deve analisar contextos emergentes, tendências e aspectos-chave, planejar cenários, definir estratégias e soluções, considerando impactos políticos, sociais e culturais locais. Além disso, deve conduzir a criação e o compartilhamento da visão estratégica da escola, desenvolver o raciocínio estratégico para o planejamento escolar e promover a avaliação da gestão de forma participativa.

Desta forma, o objetivo do presente artigo é entender o papel do diretor escolar na mediação de processo educativo pautado em mediações pedagógicas lúdicas. Para tanto, seguem percepções estratégicas de autores que se aprofundam na gestão escolar.

A metodologia adotada deste estudo consistiu na busca e análise de referências bibliográficas, com o objetivo de problematizar a pesquisa e discutir contribuições culturais e científicas que estivessem entrelaçadas com o elemento lúdico da prática educativa e aspectos primordiais da direção escolar na construção deste.

Fonseca (2002, p. 32) afirma que a “Pesquisa Bibliográfica é realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos”, como exemplo podemos citar os livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

As pesquisadoras utilizaram revistas, artigos científicos e livros para o levantamento bibliográfico. A

referência teórica é baseada em autores como Libâneo (2007), Lück (2007), Paro (2008) e Vasconcellos (2009) com contribuições sobre aspectos fundamentais da gestão escolar. E para articular o entendimento da importância do lúdico na prática educativa pautaram o estudo em Kishimoto (1997) e Piaget (1975), entre outros.

PAPEL DO DIRETOR/GESTOR ESCOLAR

Partir da concepção de gestão escolar é compreender o que se está engendrado em um sistema de pessoas, “considerando o caráter intencional de suas ações e as interações sociais que estabelecem entre si e com o contexto sociopolítico, nas formas democráticas de tomada de decisões” (LIBÂNEO, 2007, p. 324).

Logo, entende-se que processo de tomada de decisões dá-se coletivamente, possibilitando aos membros do grupo discussão e deliberação conjunta. Assim, o gestor escolar, na dimensão política, exerce o princípio da autonomia, que requer vínculos mais estreitos com a comunidade educativa, os pais, as entidades e organizações paralelas à escola. Gestão é então a atividade pela qual se mobilizam meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização e envolve aspectos gerenciais e técnico-administrativos, (LIBÂNEO, 2007).

Segundo Lück (2007), o processo de gestão deve coordenar a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação nas escolas em específico. Indo além, discute a importância da articulação das diretrizes e políticas educacionais públicas, e ações para implementação dessas políticas e dos projetos pedagógicos das escolas.

Esse projeto deve estar compromissado com os princípios da democracia e com um ambiente educacional autônomo, de participação e compartilhamento, com tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados, acompanhamento, avaliação e retorno de informações. Por fim, precisa apresentar

transparência através da demonstração pública de seus processos e resultados (LÜCK, 2007).

Vitor Paro (2008) apresenta a ideia de administração escolar pautada na reciprocidade entre sujeitos. Defende que a escola precisa de um elemento articulador que vá de encontro com o coletivo, e que seja gerida sem os constrangimentos da gerência capitalista, em decorrência do trabalho cooperativo de todos os envolvidos no processo escolar, em direção ao alcance de seus objetivos verdadeiramente educacionais, (PARO, 2008) Vasconcellos (2009) corroboram ao afirmar que a direção como responsabilidade é o elo integrador e articulador dos vários segmentos, internos e externos, da escola. Segundo Vasconcellos (2009), cabe ao diretor fazer a gestão das atividades, para que o projeto da escola aconteça a contento. Para ele, um grande perigo é o diretor se prender à tarefa de “fazer a escola funcionar”, deixando de lado a profundidade do processo de gestão escolar. A intencionalidade deste vai além do papel burocrático administrativo: a tarefa de engrenagem é maior, pois deve ir ao encontro da gestão pedagógica pautada em estratégias que construam aprendizagem significativa.

Segundo Lück (2008, p. 12), “a competência para o exercício da função de gestor é vista sob dois aspectos: o profissional e o pessoal”. Em relação ao aspecto profissional, a competência é o conjunto de características necessárias ao desempenho da atividade profissional. Em relação ao aspecto pessoal, a competência é o conjunto de habilidades, conhecimentos e capacidades para executar o objeto da ação.

Libânio (2001) aborda o sistema de organização e gestão escolar, destacando os Elementos Constitutivos desse sistema. Ele descreve a gestão democrática participativa, que valoriza a participação da comunidade escolar nas decisões, vê a docência como um trabalho interativo e promove a construção coletiva dos objetivos e do funcionamento da escola, por meio do diálogo e do

consenso. No contexto da tomada de decisão, é ressaltado que as ações necessárias para sua implementação também são importantes.

A organização e gestão escolar referem-se aos métodos para realizar o trabalho escolar, incluindo a racionalização do trabalho e a coordenação do esforço coletivo dos funcionários escolares. Isso envolve aspectos físicos e materiais, conhecimentos e qualificações práticas dos educadores, relações humanas, planejamento, administração, formação contínua e avaliação do trabalho escolar, tudo em prol de alcançar os objetivos.

Assim como outras instituições, as escolas buscam resultados, exigindo ações racionais, estruturadas e coordenadas. Por ser uma atividade coletiva, não depende apenas das capacidades individuais, mas também de objetivos comuns, ações coordenadas e controladas pelos envolvidos.

O processo de organização educacional conta com elementos constitutivos que são instrumentos de ação para atingir os objetivos escolares. Esses elementos incluem o planejamento (explicitação de objetivos e antecipação de decisões para orientar a instituição), a organização (racionalização dos recursos para realizar o planejado), a direção/coordenação (coordenação do esforço coletivo dos funcionários), a formação continuada (capacitação dos profissionais para realizarem suas tarefas com competência e desenvolverem-se pessoal e profissionalmente) e a avaliação (comprovação e avaliação do funcionamento da escola).

COMPREENDENDO O LÚDICO

Historicamente, a ludicidade é considerada uma atividade voltada para as crianças. Ariés (1986) ressalta que no início da modernidade, nas classes populares, as crianças eram vistas como adultos em miniaturas assim que eram consideradas aptas a dispensar a ajuda da mãe ou das avós,

aproximadamente aos sete anos. O brincar era afastado das crianças e o uso do lúdico veio a ser reconhecido no Brasil tardiamente, apenas na década de 1990. Santos (2001) esclarece esse fato, a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, e a consequente divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais na educação já que foi preciso uma reformulação na educação em 1996. O mais importante foi as possibilidades de debate que permitiu o repensar pedagógico e nesse repensar a ludicidade veio a fazer parte da escola como estratégias para aprendizagem.

A educação lúdica é um aspecto importante nos espaços educacionais, porém, para que a ludicidade seja efetivamente incorporada como um elemento essencial da educação, é necessário validar sua essência. Segundo Santos (2002), filosoficamente, o brincar é visto como um mecanismo para contrapor a racionalidade, destacando a importância da emoção na ação humana. Sociologicamente, já pode ser considerado a forma mais *pura* de inserção da criança na sociedade, pois através dele ela assimila crenças, costumes, regras e hábitos do meio em que vive. Na área da psicologia, o brincar está presente em todo o desenvolvimento da criança, contribuindo para a modificação de seu comportamento, e sem dúvida, o brincar tem se mostrado uma estratégia poderosa para a aprendizagem da criança.

Nesse sentido, é fundamental que os educadores conheçam o histórico e a realidade de cada criança, abordando aspectos sociais, econômicos, emocionais e cognitivos para tornar as aulas mais significativas.

Atividades diversas, como exposições didáticas, feiras e apresentações de talentos, podem trazer uma nova abordagem educacional aos pais e à comunidade, sendo um alicerce para mostrar a ludicidade como resgate de brincadeiras e jogos que serão inseridos nas áreas de conhecimento.

As secretarias e gestores têm a responsabilidade de capacitar os educadores sobre

temas atuais, planejamentos e projetos que resgatem o lúdico, além de promover o resgate de brincadeiras junto às famílias. Todos os envolvidos no processo de ensino devem estar conscientes da importância da implementação de conteúdos lúdicos para dar qualidade e significado ao ensino.

A escola pensa educar para o aprendizado dos símbolos, como números e letras, reconhecidos socialmente. Considerando que o brincar implica diversas áreas de conhecimento e atinge todas as partes do cognitivo, social e emocional.

No início da vida escolar, a criança passa por um impacto físico mental significativo, pois até então sua vida era baseada em brincar em casa. As carteiras escolares desconfortáveis, muitas das vezes, não contribuem para promover o real interesse do educando pelo aprender.

A motricidade, através de exercícios e brincadeiras simples, desperta ou melhora habilidades escondidas, como a coordenação motora, atenção, movimento ritmado, conhecimento e posição do corpo, direção a seguir, entre outros aspectos. A escola deve revisar suas metodologias para analisar as contradições, impactos e benefícios do lúdico em diversas esferas.

O lúdico sugere relações cognitivas e representa momentos em que a criança demonstra e desenvolve suas potencialidades, sendo um elemento fundamental na construção do conhecimento. Segundo Vygotsky (1987), a aprendizagem e o desenvolvimento estão intimamente relacionados, pois as crianças interagem com o meio físico e social, internalizando o conhecimento por meio de um processo de construção.

Rosamilha (1979, p. 77) enfatiza que a criança é, acima de tudo, “um ser feito para brincar, e o jogo é um recurso que a natureza encontrou para promover uma atividade útil ao seu desenvolvimento físico e mental”. Sugerindo, assim, que o ensino deve ser mais adaptado ao nível da criança, utilizando seus instintos naturais como aliados.

Ao considerarmos a origem do lúdico, observamos uma grande miscigenação cultural, resultando em uma diversidade populacional e cultural. A cultura portuguesa, rica em ludicidade com suas fábulas, lendas e superstições, foi gradualmente se misturando à cultura africana e outras, gerando uma heterogeneidade de composição. Kishimoto (1997) argumenta que, devido à ampla miscigenação étnica desde os primeiros colonizadores, é difícil determinar a contribuição específica de brancos, negros e índios para a ludicidade no Brasil e para o surgimento da ludicidade nas instituições de ensino.

Civilizações antigas, como as da Grécia e do Oriente, já praticavam atividades lúdicas como amarelinha, soltar pipas e jogar pedrinhas, tradições que persistem até hoje entre as crianças. Kishimoto (1997) destaca que o termo *lúdico* tem sua origem na palavra latina "ludus", que significa "jogo", e sua abrangência vai além do brincar espontâneo, sendo considerado uma necessidade básica na construção da personalidade humana na infância.

Assim, ao longo do tempo, foram sendo construídas e agregadas diversas combinações lúdicas, como os brinquedos, e várias brincadeiras, que permanecem presentes até hoje. Antes mesmo de ser considerada como um recurso pedagógico, a ludicidade é uma produção cultural notável, cuja origem pode estar relacionada a atividades executadas por adultos, romances, poesias, mitos e festejos religiosos.

Atualmente, a competitividade tem refletido a ausência das brincadeiras da cultura infantil. Outro fator é o tempo excessivo em que as crianças passam em frente à TV, na internet e jogando videogames com conteúdo violento e apelativo.

A escola deve se tornar a principal facilitadora de atividades lúdicas, dentro de um ambiente educacional estimulante que promova o desenvolvimento da autonomia da criança. Educar significa oferecer situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens que contribuam para o desenvolvimento

das capacidades infantis em relações interpessoais. O saber escolar deve ser valorizado socialmente, respeitando a realidade do aluno em um processo dinâmico e criativo, permeado por jogos, brinquedos, brincadeiras e músicas.

Piaget (1975) contribuiu significativamente ao apresentar os estágios de desenvolvimento da criança, defendendo a importância do brincar em seu processo evolutivo em diferentes idades, destacando as características específicas de cada faixa etária e as contribuições do brincar para o desenvolvimento infantil. Atendendo ao objetivo proposto

PONTO DE ENCONTRO:

DIREÇÃO E GESTÃO DA PRÁTICA LÚDICA

O diretor e a equipe técnico-pedagógica devem coordenar a gestão curricular e os métodos de aprendizagem e avaliação, implementando as diretrizes pedagógicas comuns e a estratégia de implementação efetiva do currículo. Devem apoiar os professores na condução das aulas e na elaboração de materiais pedagógicos, e coordenar a elaboração de estratégias de acompanhamento e avaliação do ensino-aprendizagem, garantindo transparência nos processos e colaboração dos docentes, estudantes e pais.

É fundamental que o diretor, ao exercer a liderança consiga construir uma visão compartilhada para a escola, reestruturando e alinhando-a, e desenvolver o time e o currículo, atribuindo altas expectativas e envolvendo a comunidade externa na cultura escolar.

O papel do diretor na mediação do lúdico no processo de aprendizagem dos alunos é de extrema importância. No contexto da liderança transformacional, o diretor deve criar trabalho colaborativo e comunidades de aprendizagem dentro da escola, mantendo o foco nas atividades pedagógicas. Ele deve construir uma visão para a unidade escolar, reestruturando e alinhando-a, atribuindo altas

expectativas para o grupo e envolvendo a comunidade externa na cultura escolar.

A Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar (BRASIL, 2021) define o trabalho do gestor escolar em quatro dimensões: Político-Institucional, Pedagógica, Administrativo-financeira e Pessoal e Relacional. Cada uma dessas dimensões possui competências específicas que devem ser desenvolvidas pelo diretor. No mundo real, as escolas estão vinculadas a sistemas de ensino que definem normas, diretrizes e regulações. A gestão democrática do ensino público vai além das escolas e envolve a construção de conhecimentos por meio de experiências de participação elaboradas ao longo do tempo.

A boa gestão escolar implica planejar e implementar um projeto de mudança com base em evidências, desencadear processos que atendam os direitos de educação e aprendizagem de todos, privilegiar processos de ensino-aprendizagem de qualidade, entre outros aspectos. O ciclo PDCA, adaptado para a educação, é uma metodologia que possibilita a aprendizagem contínua e a melhoria constante na gestão escolar.

O gestor escolar exerce o papel de líder, motivando e administrando um grupo de profissionais para alcançar objetivos comuns. Ele deve buscar constantemente formação sobre o lúdico para apoiar os professores na implementação de atividades lúdicas na sala de aula, contribuindo assim para o desenvolvimento integral dos alunos.

O lúdico é essencial para a formação da criança como ser humano, e a gestão escolar deve criar políticas que facilitem a prática da ludicidade na educação. O valor educativo do lúdico, portanto, está relacionado à sua condição de mobilizar as fantasias da ordem do erótico e do agressivo como alimento para a construção de racionalidade, no plano individual ou coletivo, transformado pela via da simbolização e da sublimação em um produto socialmente aceitável.

Segundo Oliveira (2006b, p. 98), o brincar serve de elo entre o mundo interior e a realidade externa e, por essa via, “[...] veicula potencialidades, materializa e simboliza conflitos, realiza desejos e é, por isso, meio de fazer conhecimento, de experimentar o desconhecido de si em si”.

Isso pressupõe o reconhecimento de que a educação é um “[...] processo que não se limita à intencionalidade consciente” (OLIVEIRA, 2006a, p. 13). Representa reconhecer e considerar a impossibilidade de separar a educação *de seu sentido inconsciente*, uma vez que esse “é coagente e coprodutor dos fazeres humanos”, os quais são codeterminados pelo desejo, pelo infantil e pela fantasia.

Considerando que o ser humano é “um ser do desejo, mais do que da necessidade”, é imprescindível reconhecer que “aprender, pensar e ensinar são atividades investidas de fantasia” (OLIVEIRA, 2006b, p. 86). A educação não se limita ao ensino-aprendizagem de um conjunto de conteúdos escolares, é mais ampla e implica o ensino e a aprendizagem para a vida; implica ensinar a criança a aprender a viver. É antes um processo civilizatório.

Entende-se que o diretor(a) sempre deve buscar mais formação continuada sobre o lúdico para que os docentes sejam mais estimulados a desenvolverem projetos, aumentando o conhecimento do educador. Quanto mais o educador vivência a ludicidade, maior será o seu conhecimento a chance e se tornar competente trabalhando com a criança de forma prazerosa estimulando a construção do conhecimento (MATOS, 2013, p. 139).

É essencial que este profissional tenha a capacidade de criar trabalho colaborativo e comunidades de aprendizagem dentro de sua escola, ao mesmo tempo que mantém o foco nas atividades pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gestão escolar é um conceito construído historicamente, impregnado de valores e significados específicos trazidos dentro de um contexto político e educacional, os quais vêm sendo construídos e reconstruídos nos últimos anos. A literatura discute que inicialmente esse conceito estava direcionado aos aspectos mais administrativos da função e que, com o passar dos tempos, aspectos sociais e históricos reafirmadas pela legislação em vigor, passou a buscar o teor mais pedagógico e político da palavra.

Deve-se pensar que o educador quanto mais formação lúdica tiver, irá resgatando a alegria do brincar, fazendo trazer isso para a sala de aula, visto que a formação para a ludicidade contribui para a vivacidade do adulto, possibilita o resgate do prazer de brincar e torna a experiência de aprendizagem mais abrangente.

Compreender a ação docente e modificá-la, se preciso, implica rever a partir do resgate da infância do professor, as contribuições e as repercussões levadas para a sala de aula. A criança que fomos uma vez resgatada, entendida, poderá ser um elemento-chave para entender e compreender o professor que somos.

Sendo o lúdico uma possibilidade de ponte da relação da criança com o mundo externo, por esse fato, a gestão da escola tem que estar mais perto do cotidiano escolar. Portanto, compreendeu-se com este estudo que a direção escolar e gestão lúdica devem estar juntas na construção de um ambiente cada vez mais saudável de aprendizagem acadêmica. Não podendo a escola ser um ambiente traumatizante para os pequenos.

REFERÊNCIAS

- ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar**. MEC/SEB. Brasília: 2021.
- FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- KISHIMOTO, Tizuko. **Jogos, brinquedos e brincadeiras na educação**. São Paulo: editora Cortez, 1997.
- LIBÂNEO, José Carlos. **A organização e a gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2007.
- LIBÂNEO, José Carlos. O sistema de organização e gestão da escola In: LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola - teoria e prática**. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.
- LÜCK, Heloisa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LUCK, Heloisa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2008.
- MATOS, Marcela Moura. O lúdico na formação do educador: contribuições na educação infantil. **Cairu em Revista**. Jan, 2013, 02 (02): 133-142.
- MATRIZ NACIONAL COMUM DE COMPETÊNCIAS DO DIRETOR ESCOLAR. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2021-pdf/170531-texto-referencia-matriz-nacional-comum-de-competencias-do-diretor-escolar/file>. Acesso em: 08 de fev. 2024.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica>. Acesso em 08 de fev. 2024.
- OLIVEIRA, M. L. Escola não é lugar de brincar? In: ARANTES, V. A. (Org.). **Humor e alegria na educação**. São Paulo: Summus, 2006.
- PARO, Vítor Henrique. Estrutura da escola e educação como prática democrática. In: CORREA, Bianca C.; GARCIA, Teise O. (Org.). **Políticas educacionais e organização do trabalho na escola**. São Paulo: Xamã, 2008.
- PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação** (Cabral, A.; Oiticica, C.M., Trad.). 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar; 1975.
- ROSAMILHA, Nelson. **Psicologia do jogo e aprendizagem infantil**. São Paulo: Pioneira, 1979.
- SANTOS, Santa Marli Pires dos. (org.). **A ludicidade como ciência**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SANTOS, Santa Marli Pires dos. **O lúdico na formação do educador**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico - do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Libertad, 2009.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA NO COTIDIANO DOS ALUNOS E PROFESSORES THE IMPORTANCE OF TECHNOLOGY IN THE EVERYDAY DAY OF STUDENTS AND TEACHERS

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-2

Audry Marinho dos Santos ¹

RESUMO

O processo de ensino-aprendizagem tem-se mostrado bem diferente do que era concebido nos últimos anos, pois as formas de ensinar e aprender sofreram muitas mudanças, isto é, o professor não é mais um simples transmissor do conhecimento, tanto ele como o aluno têm a seu favor a tecnologia ou recursos tecnológicos que potencializam esse aprendizado. O objetivo principal do presente estudo consiste em compreender e discutir, por meio de revisão teórica, a importância da tecnologia no cotidiano dos alunos e professores. Desse modo, a presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, utilizando-se a abordagem qualitativa na análise e tratamento das informações coletadas através de leituras, seleção, análise e síntese de referenciais teóricos. A busca foi realizada na Scientific Electronic Library Online (SCIELO); National Library of Medicine (MEDLINE) e Google Scholar a partir de termos relacionados ao tema, com critérios de inclusão como: artigos em português, disponíveis na íntegra e gratuitamente on-line e publicados nos últimos anos (2012 a 2022). Foram encontrados e analisados 10 artigos que se adequaram a discussão. Os resultados apontaram que o professor precisa fazer uso dos recursos que estão a sua disposição, pois tem a capacidade de transformar suas aulas, de modo a instigar mais o seu público (alunos) a buscar pelo conhecimento. Assim, com a ajuda das tecnologias podem ser ministradas aulas dinâmicas, motivadoras, atrativas e entendendo que as tecnologias disponíveis podem auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Por fim, nesse estudo, foi importante concluir que quando selecionados de forma adequada, os recursos tecnológicos são essenciais tanto para alunos, quanto para professores, porém, é necessário destacar não apenas a importância do professor como intermediador do processo educativo, mas esta precisa ter autonomia e conhecimento para estabelecer sua metodologia de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias de Informação e Comunicação; Ensino-aprendizagem; Ambiente escolar; Professores.

ABSTRACT

The teaching-learning process has proven to be very different from what was conceived in recent years, as the ways of teaching and learning have undergone many changes, that is, the teacher is no longer a simple transmitter of knowledge, both he and the student. has in its favor the technology or technological resources that enhance this learning. The aim of this study is to understand and discuss, through a theoretical review, the importance of technology in the daily lives of students and teachers. Thus, this research is characterized as bibliographical, using a qualitative approach in the analysis and treatment of information collected through readings, selection, analysis and synthesis of theoretical references. The search was carried out in the Scientific Electronic Library Online (SCIELO); National Library of Medicine (MEDLINE) and Google Scholar based on terms related to the topic, with inclusion criteria such as: articles in Portuguese, available in full and free online and published in recent years (2012 to 2022). We found and analyzed 10 articles that suited the discussion. The results showed that the teacher needs to make use of the resources at his disposal, as he has the ability to transform his classes, in order to encourage his audience (students) to seek knowledge. Thus, with the help of technologies, dynamic, motivating, attractive classes can be taught, understanding that the available technologies can help in the teaching-learning process. Finally, in this study, it was important to conclude that when selected appropriately, technological resources are essential for both students and teachers, however, it is necessary to highlight not only the importance of the teacher as an intermediary in the educational process, but this need to have autonomy and knowledge to establish their teaching methodology.

KEY WORDS: Information and Communication Technologies. Teaching-learning. School environment. Teachers.

¹Professora no Ensino Fundamental Menor - Escola Oséias Gonçalves da Silva de Porto Franco - MA. Graduação: Pedagogia - Faculdade Universidade Federal do Tocantins (UFT); Pós-Graduação em Aprendizagem e Autoria na Educação Infantil e Ensino Fundamental pela Universidade Estadual do Maranhão. Mestre em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. **E-MAIL:** audry.marinho79@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7086200204417386

INTRODUÇÃO

As tecnologias surgiram a partir do momento em que o homem passou a inventar instrumentos capazes de auxiliá-los na caça e pesca com o objetivo de garantir sua sobrevivência. Dessa forma, ao longo da história, com a educação não foi diferente, embora as tecnologias educacionais tenham sido adaptadas de forma lenta (ALVES; SANTOS; FREITAS, 2017).

Nos primeiros momentos, as aulas eram baseadas em exposições de conteúdos com enfoque detentor para o professor. Mesmo com resistências, outras formas de auxiliar o ensino foram surgindo como a invenção do quadro-negro, quadro-branco etc, presente em muitas salas de aula e utilizado em todos os níveis de ensino (ARRUDA; MILL, 2021).

No momento atual, as evidências tecnológicas voltam-se para as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC's) educacionais proporcionando muitos recursos para a aquisição de conhecimentos em tempo real. Mas para muitos professores, saber utilizar um computador, notebook ou outros recursos tecnológicos educacionais que contribuem para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, ainda são desafios a enfrentar.

Diante disso, são colocadas cada vez mais tecnologias nas escolas e essas tecnologias precisam e devem ser usadas para a formação continuada dos professores, possibilitando aos mesmos dominarem os mais diversos recursos tecnológicos e educação dos alunos, pois a tecnologia hoje é indispensável para a globalização (DIAS; CAVALCANTI, 2016).

A problemática levantada nesse estudo foi: Qual a importância da tecnologia no cotidiano dos alunos e professores?

Por fim, o objetivo do presente estudo consiste em compreender e discutir, por meio de revisão teórica, a importância da tecnologia no cotidiano dos alunos e professores. E os específicos são: analisar os benefícios

da tecnologia no ambiente escolar; pontuar o corpo docente e os desafios com a tecnologia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Leal; Mengarelli (2022) começam falando que a tecnologia apareceu como um divisor de águas na educação, principalmente quando os computadores foram inseridos nas escolas da rede pública com a entrada do Projeto Educom (é o primeiro projeto público a tratar da informática educacional, agregou diversos pesquisadores da área e teve por princípio o investimento em pesquisas educacionais. Este projeto forneceu as bases para a estruturação de outro projeto, mais completo e amplo, o PRONINFE) elaborado pela Secretária de Educação para introdução da informática nas escolas básicas. O objetivo principal da implantação desse projeto era formar cidadãos de consciência crítica, sujeitos com criatividade com base suficiente para mudar, transformar a escola e conseqüentemente a sociedade.

Por outro lado, Silva; Barreto (2022) relatam que a ideia de alfabetização tecnológica do professor não ocorre de maneira aleatória, antes é necessária uma contextualização da evolução que aconteceu no mundo, das transformações desenvolvidas em meio a produção material e cultural numa grande velocidade se forem comparadas com os últimos anos e essa mudança é percebida ainda mais com a revolução tecnológica.

Otto (2016) menciona que é visível que grandes evoluções surgiram a partir de então, mesmo sendo o Brasil um país em desenvolvimento em vários aspectos, a tecnologia está presente no cotidiano da sociedade e tem produzido resultados satisfatórios, principalmente no meio educacional.

Para melhor compreender a alfabetização do professor nesse cenário, Alves (2022) destaca que é necessário perceber que ao transformar, ao longo do tempo, as formas de produzir e reproduzir os meios de sua produção sobrevivência, o ser humano modificou

também suas relações humanas e com a natureza, e a tecnologia acabou sendo determinante nesse processo.

Segantini (2014) destaca que as tecnologias que são disponibilizadas e entram nas escolas não são de escolha dos professores mais sim, por imposição da mesma, o que acaba conduzindo a esses professores a deixar esquecido, adormecido outras tecnologias mais tradicionais. Por outro lado, se tem uma visão holística

de que é possível fazer uso de tecnologias avançadas que contribuem no processo ensino e aprendizagem.

Foi elaborado um quadro com os dados dos 10 artigos encontrados e selecionados relacionados ao tema para melhor visualização e compreensão geral dos resultados.

QUADRO 1. Identificação dos artigos selecionados.

TÍTULO	AUTORES	PERIÓDICO/DATA	OBJETIVO	RESULTADOS
A importância das tecnologias de informação e comunicação no ambiente escolar	FURLAN, Marcos Vinicius Garcia	R. Eletr. Cient. Inov. Tecnol, 2017	Investigar porque as tecnologias de informação e comunicação (TICs) podem e devem ser inseridas no cotidiano do ambiente escolar	As TICs não podem ser vistas como algo que vai resolver todos os problemas educacionais atuais, mas sim como um elemento que possa contribuir com a construção do conhecimento no educando.
Recursos tecnológicos disponíveis nas escolas no Brasil nos anos de 2019 a 2020: perspectiva panorâmica	TORRES, Lidianne Sabrina Viana	Research, Society and Development, 2022	Desenvolver uma breve apresentação do sobre os dados dos Recursos tecnológicos disponíveis nas escolas segundo dependência administrativa – Brasil – 2019	Acreditamos que os professores têm um papel a desempenhar nesse processo que é o de testar as ferramentas já existentes e outras novas que surgirem a fim de decidir juntos com os alunos, em que medida tais recursos são fundamentais para facilitar e catalisar a produção e difusão do conhecimento.
Tecnologia na educação: reflexão para uma prática docente	ALVES, Eliene Fernandes Pereira	Brazilian Journal of Development, 2022	Apresentar uma reflexão de como a tecnologia vem se desenvolvendo na história da humanidade	Observa-se a necessidade de haver um maior investimento tecnológico por parte das instituições de ensino e por parte dos professores, já que está comprovada a eficácia de métodos pedagógicos com uso de tecnologias digitais, estas tecnologias suavizam o estresse da sala de aula melhorando o aprendizado
O uso de tecnologias em sala de aula	RAMOS, Márcio Roberto Vieira	Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais – UEL, 2012	Analisar o uso das tecnologias em sala de aula no Ensino Médio - a exemplo dos celulares - e relacioná-las com o processo de ensino e aprendiza-	Através dos recursos tecnológicos disponíveis em sala de aula e os recursos que os alunos possuem, podemos auxiliar no seu aprendizado, tanto das

			gem	questões científicas, quantos das questões cotidianas, geradas no senso-comum.
O uso das tecnologias na sala de aula, como ferramenta pedagógica e seus reflexos no campo	SEGANTINI, Jésus Henrique	Monografia, 2014	apresentar uma análise sobre o uso de ferramentas tecnológicas como apoio pedagógico, ampliando o interesse do educando na construção do conhecimento.	A partir deste trabalho nota-se que é muito importante analisar novos métodos de ensino com o uso das novas tecnologias, propondo mudanças nas práticas pedagógicas, tornando as aulas mais interessantes e estimulantes para o processo de ensino aprendizagem.
A Importância da tecnologia na educação da escola do campo	LEAL, Osni César da Luz; MENGARELLI, Rodrigo Rosi	UFPR Litoral, 2022	Analisar a importância da tecnologia para a Educação das Escolas do Campo onde o ensino aprendido beneficie a comunidade que vive e trabalha no Campo	Diante desta realidade torna-se importante a implantação de tecnologias nas escolas do campo, possibilitando suprir necessidades de conhecimentos tecnológicos e para aperfeiçoamento profissional na resolução de atividades na vida do campo.
A importância do uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem	GARCIA, Fernanda Wolf.	Educação a Distância, 2013	falar sobre as tecnologias, mostrando sua contribuição e seus benefícios para o processo de ensino-aprendizagem	Podemos utilizar essa necessidade de capacitações e treinamentos para dar continuidade a este estudo com uma abordagem detalhada das tecnologias atuais, exemplificando e descrevendo situações de uso que contribuam para o processo de ensino-aprendizagem, podendo ser utilizado como um guia de apoio pelos professores, principalmente aqueles que ainda se encontram resistentes a essas mudanças; por meio dele poderão constatar os benefícios da utilização das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem.
A importância do uso das tecnologias nas salas de aula nas séries iniciais do ensino fundamental I	OTTO, Patrícia Aparecida	Trabalho de Conclusão de Curso, 2016	Investigar o uso das TDIC's pelos professores das séries iniciais do Ensino Fundamental I.	É importante que o professor tenha conhecimento sobre tecnologia hoje disponibilizadas nas escolas e também que

				o uso desse recurso oferece oportunidades tanto para alunos quanto para professores e que, a utilização bem planejada desses recursos pode ocasionar vantagens para os envolvidos.
O uso de tecnologias na escola e seus impactos no processo educacional	SILVA, Rita de Cássia Alves de Lima	CONEDU VI Congresso Nacional de Educação. 2022	desenvolver uma análise reflexiva sobre as condições da estrutura escolar, e como esta escola vem discutindo o uso da tecnologia como instrumento didático metodológico no ensino.	observamos que a formação de professores é de suma importância para que haja o desenvolvimento de aulas que usem as tecnologias, seja pelo uso dos computadores com acesso à internet, nos laboratórios de informática que existem nas escolas, ou pelo uso eficaz dos smartphones, e/ou tablets.
A importância do uso das tecnologias em sala de aula como mediadora no processo de ensino-aprendizagem	SILVA, Paulina Gessika Ferreira da; BARRETO, Esmênia Soares Costa	CONEDU VI Congresso Nacional de Educação. 2022	abordar a importância do uso das tecnologias em sala de aula, auxiliando no processo de ensino-aprendizagem, viabilizando o aprendizado de forma diferenciada	Constatou-se através da pesquisa realizada, que os docentes ao introduzirem as tecnologias em sua metodologia, criam situações que permitem o estudante utilizar ao máximo suas capacidades cognitivas.

FONTE: Elaborado pelo autor (2023)

Furlan (2017) informa que é preciso que as escolas cobrem de seus professores um preparo para atuar com as novas tecnologias voltadas para a educação, pois os alunos da atualidade estão em um contexto político, econômico, cultural e social em que parte das coisas que os envolvem são tecnologias avançadas, e os docentes não podem se fechar a este mundo tecnológico, pois isso seria o mesmo que limitar os alunos a essa nova forma de aprender.

Torres (2022) assevera que é notório que a qualificação do profissional enquanto professor é essencial, devido a importante função que ele tem em preparar os futuros cidadãos para uma sociedade tanto para o trabalho profissional quanto para vida pessoal, ajudando torná-los mentes pensantes. Com isso não é

vantajoso fechar os olhos e não perceber a essencial e importante formação do professor, pois uma formação adequada fará a diferença em sala de aula e não deixa esse docente limitado de conhecimento, possibilitando aos alunos a oportunidade de receberem novos conhecimentos acerca da atualidade.

Por sua vez, Silva (2022) destaca que a tecnologia trouxe ainda para o cotidiano dos alunos um leque enorme de conhecimento, e para que tal meio de informatização pudesse entrar no método de ensino, a escola teve que se modernizar, adequando ao dia a dia dos alunos tecnologia para um ensino-aprendizagem construtivo, na busca de um conteúdo amplo de tipos variados de informações para a construção do seu ensino em uma sala de aula.

As ferramentas do Google ganham destaque como as melhores opções que oferecem recursos flexível e dinâmico para um aprendizado significativo. Para exemplificar algumas dessas ferramentas do Google, Garcia (2013) menciona ser importante demonstrar as mais ricas em recursos e opções didáticas.

De acordo com Santos (2018), o Google Sala de Aula abriga grande parte dos mais importantes serviços do G-Suite for Education, juntamente com o Gmail, Google Drive, Calendar, Google Docs, Planilhas, Hangouts, Formulários, Slides, Google Sites, Google Maps, dentre outras. Desse modo, essa ferramenta é fundamental para o desenvolvimento de metodologias ativas, no ensino remoto.

A utilização do Blogger pode ser muito importante, neste momento pandêmico, porque os alunos, geralmente, sentem a necessidade de expressar suas experiências sobre uma variedade de assuntos, e essas experiências podem ser compartilhadas com colegas de turma, ou com um público bem mais amplo, já que a web 2.0 permite a interatividade entre os internautas.

O Google Drive é uma ferramenta riquíssima no quesito compartilhar conhecimentos, por isso, pode ser bastante útil, considerando o momento em que o contato social deve ser evitado. Além disso, o Google Drive comporta o Google Docs, que disponibiliza uma variedade de opções de aplicações e produções de diversos materiais que podem ser compartilhados em rede, possibilitando a edição de documentos, planilhas de cálculos, apresentações, vídeos, fotos, mapas e outros materiais.

Google livros ou google e-books é uma ferramenta do Google que oferece uma gama de livros e E-books online. A partir dessa ferramenta é possível ler livros e revistas, fazer download deles, citá-los, consultá-los, traduzi-los. A origem desse material que é disponibilizado pela Google de forma gratuita tem fontes diversas.

Youtube Edu disponibilizam vídeos na plataforma que podem ser organizados nas categorias *FAVORITOS* e *ASSISTIR MAIS TARDE*. Com esses novos recursos, os docentes podem selecionar os vídeos mais adequados para os objetivos de aprendizagem de cada aula e deixá-los organizados em sua conta. Considerando as formas de interação entre os usuários e os seus recursos, o YouTube pode ser concebido como um ambiente pessoal de aprendizagem bastante rico, apresentando uma diversidade de temas de diversas áreas do conhecimento humano.

Ramos (2012) cita como desafios e principais fatores que podem inibir a utilização das TDIC's nos processos de ensino e aprendizagem: a insuficiência de infraestrutura, que diz respeito à falta de computadores e outros equipamentos de apoio nas escolas e/ou suporte técnico e a instabilidade dos equipamentos. Acrescentam-se, ainda, o caráter obsoleto dos equipamentos, a reduzida acessibilidade aos equipamentos por parte da comunidade educativa, o acesso não generalizado à internet, com velocidades insuficientes, abrangendo áreas limitadas e as redes de área local não estruturada e ineficiente.

Dessa maneira, Silva; Barreto (2022) relata que a inserção das TDIC's no ambiente de ensino e aprendizagem educacional depende da formação e do método pedagógico no qual o professor irá implantar para que os educandos aprendam de forma inovadora com as ferramentas tecnológicas disponibilizadas. Vindo a transformar o ensino em um meio dinâmico e desafiador com os suportes das tecnologias.

Portanto, Torres (2022) discorre que as TDIC's apresentam situações de extrema positividade em relação ao processo de aprendizagem em várias partes do ensino em diversas salas de aula, ou seja, abre possibilidade de fornecer conhecimento didático adequado e diferenciado aos educandos, e o professor possui essa missão de introduzir o uso das TDIC's por meios diferenciados no qual entretenha os educandos dentro da sala de aula e fora da mesma, onde os

mesmos tenham curiosidade e o interesse de aprender mais através das TDIC's

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seleção de artigos para construção desse estudo esclarece inicialmente que existe uma mudança significativa no perfil da sociedade, e o motivo são as TDIC's que proporcionaram grandes transformações na forma de agir, pensar e falar de uma maneira geral. Toda essa transformação acarreta imediatamente em uma mudança cultural, de maneira que, as gerações acabaram absorvendo todas essas inovações e tiveram que se adequar de qualquer forma.

Na verdade, essas novas tecnologias foram e continuam sendo fundamentais para solucionar problemas do cotidiano e dar qualidade de vida ao ser humano, exigindo-se cada vez mais a superação e novas formas de obter conhecimento.

É notório que o uso dessas tecnologias, tem gerado inúmeros benefícios, inclusive na educação, e principalmente no momento em que a humanidade passou recentemente, pois sem a tecnologia seria impossível dar seguimento nessa área (Devido aos entraves ocasionados pela pandemia da Covid-19), onde se requer uma atenção especial, pois é de extrema importância, que os alunos obtenham um bom aprendizado e estejam preparados para enfrentar o mercado de trabalho, que a cada ano se torna mais competitivo.

Diante disso, torna-se essencial que as escolas desenvolvam o seu papel que consiste em educar e ensinar, aplicando o uso de ferramentas corretas quanto ao uso das TDIC's em todo o processo educacional, fazendo o acompanhamento do desenvolvimento do aluno.

Cabe às escolas desempenharem este papel e perceber a importância das TDIC's no aprendizado dos alunos, oferecendo aquilo que as mãos possam alcançar e não apresentando propostas de recursos que não

podem ser alcançados. Isso tudo pode ser alcançado, desde que haja o interesse das instituições, escolas, professores e alunos em volta de um único objetivo.

Os resultados apontaram que o professor precisa fazer uso dos recursos que estão a sua disposição, pois tem a capacidade de transformar suas aulas, de modo a instigar mais o seu público (alunos) a buscar pelo conhecimento. Assim, com a ajuda das tecnologias podem ser ministradas aulas dinâmicas, motivadoras, atrativas e entendendo que as tecnologias disponíveis podem auxiliá-lo no processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, nesse estudo, foi importante concluir que quando selecionados de forma adequada, os recursos tecnológicos são essenciais tanto para alunos, quanto para professores, porém, é necessário destacar não apenas a importância do professor como intermediador do processo educativo, mas esta precisa ter autonomia e conhecimento para estabelecer sua metodologia de ensino.

REFERÊNCIAS

ALVES, Eliene Fernandes Pereira. **Tecnologia na educação: reflexão para uma prática docente.** Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.8, n.1, p. 4227 -4238 jan. 2022.

ALVES, Lucicleide Araújo de Sousa; SANTOS, Benedito Rodrigues dos; FREITAS, Lêda Gonçalves de. Impacto das ações formativas no uso de tecnologias nas práticas docentes. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, 19(3), 316-334. São Paulo, SP, set.-dez. 2017.

ARRUDA, Eucídio Pimenta; MILL, Daniel. **Tecnologias digitais, formação de professores e de pesquisadores na pós-graduação: relações entre as iniciativas brasileiras e internacionais.** Recebido em 18 de novembro de 2019. Aprovado em 01 de julho de 2020. Publicado em 10 de março de 2021.

DIAS, Graciele Alencar; CAVALCANTI, Rosiane de Alencar. As tecnologias da informação e suas implicações para a educação escolar: uma conexão em sala de aula. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Cajazeiras, v. 1, Ed. Especial, 160 – 167, set/dez. de 2016.

FURLAN, Marcos Vinicius Garcia. A importância das tecnologias de informação e comunicação no ambiente escolar. **R. Eletr. Cient. Inov. Tecnol, Medianeira**, v. 8, n. 16, 2017. E – 4720.

GARCIA, Fernanda Wolf. **A importância do uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem.** Educação a Distância, Batatais, v. 3, n. 1, p. 25-48, jan./dez. 2013.

LEAL, Osni César da Luz; MENGARELLI, Rodrigo Rosi. **A importância da tecnologia na educação da escola do campo.** UFPR Litoral. 2022.

OTTO, Patrícia Aparecida. **A importância do uso das tecnologias nas salas de aula nas series iniciais do ensino fundamental I.** Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis, agosto de 2016.

RAMOS, Márcio Roberto Vieira. O uso de tecnologias em sala de aula. **Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais – UEL.** Edição Nº. 2, Vol. 1, jul-dez. 2012.

SEGANTINI, Jésus Henrique. **O uso das tecnologias na sala de aula, como ferramenta pedagógica e seus reflexos no campo.** Monografia. Foz do Iguaçu, 2014.

SILVA, Rita de Cássia Alves de Lima. **O uso de tecnologias na escola e seus impactos no processo educacional.** CONEDU VI Congresso Nacional de Educação. 2022.

SILVA, Paulina Gessika Ferreira da; BARRETO, Esmênia Soares Costa. **A importância do uso das tecnologias em sala de aula como mediadora no processo de ensino-aprendizagem.** CONEDU VI Congresso Nacional de Educação. 2022.

TORRES, Lidianne Sabrina Viana. Recursos tecnológicos disponíveis nas escolas no Brasil nos anos de 2019 a 2020: perspectiva panorâmica. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 2, e20311225586, 2022.

**CYBERBULLYING NO AMBIENTE ESCOLA
CYBERBULLYING IN THE SCHOOL ENVIRONMEN**

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-3

Audry Marinho dos Santos ¹**RESUMO**

Com o crescimento dos usuários de internet, também cresce o número de crimes, estelionato, divulgação de imagens pornográficas, pedofilia, entre outros, além de haverem sites preferidos para divulgação de imagens e conversas, no intuito de atingir outra pessoa, sendo caracterizados como Cyberbullying. A questão central do trabalho é mostrar que essa prática também ocorre no ambiente escolar, por isso, é importante enfatizar o que pode ser feito pelos pais e escola para combater essa prática e principalmente penalizar os agressores, tendo como objetivo principal: compreender quais medidas de segurança podem ser tomadas pelos pais e as escolas com o intuito de combater o cyberbullying. O tipo de pesquisa realizado foi uma Revisão de Literatura, no qual foi realizada consulta a livros, dissertações e em artigos científicos selecionados através de busca nas seguintes bases de dados SCIELO, Google Acadêmico. O período dos artigos pesquisados foram os trabalhos publicados nos últimos 15 anos. Portanto, conclui-se que é essencial o trabalho em conjunto da escola com os pais dos alunos, procurando monitorar e conscientizar sobre as consequências dessa prática e os prejuízos que pode ocasionar para agressor e vítima.

PALAVRAS-CHAVE: Cyberbullying; Ciberespaço; Redes sociais.**ABSTRACT**

With the growth of internet users, the number of crimes, embezzlement, dissemination of pornographic images, pedophilia, among others, also grows, in addition to having preferred sites for the dissemination of images and conversations, in order to reach another person, being characterized as Cyberbullying. The central issue of the work is to show that this practice also occurs in the school environment, therefore, it is important to emphasize what can be done by parents and school to combat this practice and especially to penalize the aggressors, having as main objective: to understand which measures of safety measures can be taken by parents and schools to combat cyberbullying. The type of research carried out was a Literature Review, in which books, dissertations and selected scientific articles were consulted through a search in the following databases: SCIELO, Google Scholar, etc. The period of the researched articles were the works published in the last 15 years. Therefore, it is concluded that it is essential for the school to work together with the students' parents, seeking to monitor and raise awareness about the consequences of this practice and the damage it can cause to both the aggressor and the victim.

KEY WORDS: Cyberbullying; Cyberspace. Social networks.

¹Professora no Ensino Fundamental Menor - Escola Oséias Gonçalves da Silva de Porto Franco - MA. Graduação: Pedagogia - Faculdade Universidade Federal do Tocantins (UFT); Pós-Graduação em Aprendizagem e Autoria na Educação Infantil e Ensino Fundamental pela Universidade Estadual do Maranhão. Mestre em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. **E-MAIL:** audry.marinho79@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7086200204417386

INTRODUÇÃO

Após o surgimento da rede virtual de computadores os povos, culturas, mercados, línguas e tantos outros fatores se interligam com uma rapidez imensa, por meio de alguns cliques. O avanço tecnológico se dá em alta velocidade e vem ocorrendo em todos os ramos, atingindo todas as áreas do direito, bem como impulsionando a legislação frente à tecnologia, trazendo inevitáveis consequências ao mundo jurídico.

Seguindo esse avanço tecnológico e a facilidade que hoje se conecta a internet, conseqüentemente vários delitos também podem ser praticados, como ameaças de criminosos quando estão de posse de informações pessoais do proprietário, como também os crimes praticados contra a honra, que podem ocorrer através das redes sociais ao divulgar falsas informações que prejudiquem ou ofendam a dignidade de outra pessoa, fala-se dos “crimes cibernéticos”.

Vários autores apontam que os crimes cibernéticos se iniciaram na década de 1960 nos Estados Unidos, com a aplicação de técnicas informacionais na sabotagem de sistema de computador, porém propagaram-se a partir de 1990 na internet, principalmente no que concerne a expansão da informatização em vários países no mundo.

Percebe-se, entretanto, que nas últimas décadas eles veem se acentuando por ações cada vez mais audaciosas, desde crimes de pedofilia, bullying, hacker, pirataria, terrorismo, entre outros.

Estas práticas são significativamente negativas quando se vive em uma sociedade onde o acesso à rede computacional é indispensável no dia-a-dia, demonstrando que ela proporciona vantagens na economia de tempo e dinheiro, além da qualidade dos serviços.

No Brasil essas ações tornaram-se conhecidas a partir da atriz Carolina Dieckman com suas fotos íntimas divulgadas em rede após ter enviado computador para manutenção. Este caso fez com que a comunidade brasileira refletisse sobre os crimes de rede forçando a

justiça na criação da Lei Carolina Dieckman (Lei 12.737 de 2012), inseridas no artigo 154 do Código Penal Brasileiro.

O cyberbullying é passível de repreensão, e isso está descrito no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e por meio dos arts. 138,139,140 do Código Penal quando se configura crime contra a honra e na esfera civil no Art. 953 do Código Civil, oportunidade em que os agressores podem pagar indenização por dano moral, ou seja, atualmente existem punições mais severas.

Nesse cenário, os estudos revelam que a maior incidência dessa prática ocorre entre os jovens e adolescentes e por isso é necessário estar atento com o perigo e efeitos que pode causar na vida desses jovens. No entanto, é dever dos pais e das escolas buscar uma aproximação maior com seus alunos e filhos e observar os acontecimentos internos e externos, haja vista, algumas sinais de comportamento podem significar algo, como estresse, ansiedade, depressão, entre outros, para assim diminuir a prática da violência virtual.

Diante disso, o objetivo do presente estudo consiste em compreender quais medidas de segurança podem ser tomadas pelos pais e as escolas com o intuito de combater o cyberbullying.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

A Lei nº 13.185, em vigor desde 2016, “classifica o bullying como intimidação sistemática, quando há violência física ou psicológica em atos de humilhação ou discriminação” (BRASIL, 2015). Na sua classificação estão inseridos os ataques físicos, insultos, ameaças, comentários e apelidos pejorativos, entre outros.

Desde a década de 1950 o meio computacional passa a se destacar no cenário americano, principalmente no que concerne os centros universitário com o uso de aplicativos e softwares ligados principalmente a rede educacional, entretanto, nas décadas posteriores há uma perceptível ascensão

da rede informacional as diversas classes sociais (SILVA, 2012).

O acesso a rede informacional é uma forma de integração democrática, pois tudo que as pessoas fazem passa por um computador, em outras palavras permite-se viver em uma aldeia globalizada, fruto da comunicação e integração digital, porém nos deparamos com problemáticas que envolvem este mundo informacional, com suas virtudes e seus vícios, composto por condutas ilícitas. Este novo modelo de inclusão possibilitou uma grande transformação em diversos setores da sociedade mundial, incluso, não somente vantagens, mas, também graves problemas como: roubo de dados bancários e industriais, apagões em redes energéticas, assim como o Bullying, refletido com uma nova roupagem as agressões, físicas e mentais (MEDEIROS, 2012).

Ao ser analisado o estudo do bullying percebe-se que o mesmo se diferencia do cyberbullying pelo uso das tecnologias de comunicação, tais como: e-mails, celulares, aplicativos de mensagens instantâneas, salas de bate-papo, enquetes pessoais com fins insultuosos, etc., Estes atos são praticados tanto individualmente como em grupo, motivados principalmente pela impunidade, tendo em vista que “acredita-se” não serem descobertos (MEDEIROS, 2012).

O cyberbullying podem ser de dois tipos: atos comissionários e omissivos, sendo o segundo mais nocivo, tendo em vista que reduz as chances de reação do indivíduo. No que concerne as redes sociais há um leque de possibilidades para estes agressores agirem, pois é impossível burlar a comunicação antes que o ato ocorra. Exigindo desta forma mecanismo de reação, defesa por parte da vítima, além de exigência do administrador controle preventivo a futuras ações discriminatórias (SILVESTRE, 2013).

Vale mencionar também o cyberbullying como formas agressivas por meio do uso de celulares, internet, SMS, Facebook que estabelecem a difamação e o sofrimento virtual da vítima. Trata-se de um tipo de

violência virtual que surge com velocidade no espaço escolar, sendo que suas consequências são bastante difamatórias, pois comprometem a identidade da pessoa que sofre as calúnias pelo fato de usarem falsos depoimentos ou mensagens que ocasionam a insegurança e o trauma (FERREIRA, 2013).

Quando as vítimas se deparam com toda essa gama de maldades maquiavelmente planejadas e executadas, seus nomes e imagens já se encontram divulgados em rede mundial. Não há qualquer possibilidade de sair ileso dessas situações. As consequências psicológicas para essas vítimas são incalculáveis e, muitas vezes, chegam a atingir seus familiares ou amigos mais próximos. (SILVA, 2010, p. 128).

Diante disso, essas ocorrências de atitudes maldosas dentro do ambiente, seja ele escolar, empresarial, de certa forma contribuem não só para a exclusão de poder participar da vida social, mas também para o desestímulo de frequentar determinados ambientes. Por isso, faz-se necessário avaliar os papéis do cyberbullying a fim de compreender a problemática da anormalidade que permeia o universo das relações sociais (LIMA, 2011).

Vale ressaltar que, segundo Pereira (2009), as vítimas mais comuns para a prática do cyberbullying são pessoas que não conseguem se defender sozinhas, normalmente tímidos, inseguros e por vezes até “chorões”. Tais aparências “denunciam” serem “presas fáceis”, incapazes de revidar aos ataques.

Na maioria das vezes, isolam-se do grupo e têm medo de contar o que sofrem para outras pessoas, além da possibilidade de se envolverem com drogas e ataques homicidas e suicidas, na tentativa de reagir ao sofrimento (PEREIRA, 2009). Nesse momento o monitoramento dos pais são essências, caso as vítimas sejam os filhos.

Na maioria dos ambientes digitais, as redes sociais são administradas por proprietários (criadores ou mesmo moderadores) que controlam as conversas e

atividades dos usuários na comunidade. Para Medeiros (2012) este tipo é denominado de comunidade fechadas, cabendo aos moderadores restringir ingresso, acesso ao seu conteúdo, podendo ainda os mesmos recusar ingresso ou permanência de membros. Estas regras são especificadas no contrato de acesso. Há, entretanto, as redes abertas a qual permite um leque de informações, comentários, fotos, constantes, etc. desta forma sua vida é constantemente expressa a quem quiser ver e comentar (MEDEIROS, 2012).

O cyberbullying segue ainda sendo uma violência silenciosa porque suas vítimas não conseguem denunciar, ficam acuadas e não pedem socorro, poucos são os fortes a admitirem suas fraquezas e clamarem por ajuda (GARCIA, 2021).

Com relação as políticas de proteção, é importante destacar que o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) no caso da criança e do adolescente é a principal arma (LIMA; SALDANHA, 2019).

Os valentões do cyber bullying embora em sua grande maioria, podem e devem ser punidos exemplarmente. Para os menores infratores a incidência e aplicação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) devem servir de parâmetro na aplicação das medidas que venham sancionar as condutas de cyber bullying (MARINELI, 2019).

No caso das vítimas, como foi falado, resta continuar optando pelos meios para sua defesa, inclusive o Poder Judiciário se necessário para ressarcimento dos danos causados, principalmente os psicológicos (REZENDE; CALHAU, 2020).

Todavia, se houver o dano moral, ou extrapatrimonial também pode ser resolvido por meio do judiciário. Lembrando que o dano moral é aquele que atinge a psique, o âmbito subjetivo do ser humano, causando-lhe um sofrimento em seu íntimo. Trata-se de bens cuja aferição financeira é difícil, porquanto não seja simples definir até que ponto aquele dano foi prejudicial à vida daquele sujeito, já que há pessoas que

conseguem lidar mais facilmente que outras com determinadas dificuldades (REIS, 2009).

Sua importância se deve principalmente ao fato de que os bens atingidos têm estreita relação com os direitos da personalidade, tais como honra ou imagem, além de também se ligarem aos princípios constitucionais como o da Dignidade Humana (SIFUENTES, 2017).

Na internet, quando a vítima sofre cyberbullying, o dano, em regra, ocorre diretamente na esfera moral, aliás é uma ação que atinge na maioria das vezes a imagem e a honra da pessoa. Diante disso, esse fato por si só já gera uma regra, no âmbito civil, decorre de indenização por danos morais, conforme diversos julgados que inclusive afastaram a possibilidade de mero sentimento de tristeza da vida cotidiana (BRASIL, 2014).

Desta forma, é bem claro que o indivíduo que pratica o cyberbullying tem o dever de indenizar quem sofrer esses danos decorrentes de sua atitude, ao mesmo tempo em que não há os pilares básicos para que seja imputada a responsabilização civil nestes casos, qual seja o dano, a conduta e o nexo de causalidade (FLUMIGNAN, 2015).

Entretanto, não se trata somente do indivíduo que praticou o cyberbullying indenizar a vítima, é o provedor que também pode ser incumbido deste dever. Em se tratando desses provedores, já está pacificado pela doutrina e jurisprudência que a relação entre usuários e provedores é direta de consumo e, mediante isso, estaria sujeita ao regime do CDC (BRASIL, 2012). Porém, não somente ao CDC que já é responsável por regular esta relação, mas precisa incidir também a lei n. 12.965/14, o chamado “Marco Civil da Internet”.

No caput do art. 19 desta lei está elencado que o provedor de aplicações de internet somente seria responsabilizado civilmente por danos advindos de conteúdo gerado por terceiros após deixar de cumprir em tempo hábil ordem judicial específica determinando sua retirada. Esse comando contraria anterior

posicionamento do STJ de que esta notificação poderia ser extrajudicial, a qual deveria ser atendida no prazo de 24 horas (TOGNETTA; BOZZA, 2012).

Em relação ao procedimento policial, é importante que o referido elabore certidão sobre o fato acontecido.

Mas, caso outro policial civil realize esta atividade ao final deverá elaborar um documento informando ao delegado de polícia os procedimentos adotados. Por exemplo, caso o policial seja um investigador de polícia ou outro funcionário que trabalhe diretamente com as atividades investigativas deverá elaborar um relatório de investigação (FLUMIGNAN, 2015).

Em outras palavras, tanto o procedimento policial como o procedimento pela, ambos somente podem obter êxito se a vítima colaborar de todas as formas, sem esconder qualquer prova ou indícios.

As vítimas do cyberbullying são pessoas ou grupos que acabam sendo agredidas virtualmente por outras pessoas, sofrem ainda mais prejuízos porque não comentam sobre as ofensas sofridas por medo ou por vergonha. O silêncio da vítima se mostra cada vez mais a fonte de força do agressor, potencializando a violência dentro das instituições de ensino fundamental e médio e assim prejudicando o desenvolvimento da vítima no processo de aprendizagem, e o resultado é o baixo rendimento escolar (REZENDE; CALHAU, 2020).

Os tipos de violências têm uma grande variedade de ação, e atacam diretamente as crianças e adolescentes, podendo ser citadas as seguintes, conforme Rezende e Calhau (2020):

- Ameaças e perseguições: no qual os agressores atuam em várias redes sociais (Instagram e WhatsApp) para o envio de mensagens ameaçadoras e de ódio;
- Roubo de identidade: o ofensor, ao conseguir os dados pessoais, entra nas contas das vítimas e as utilizam sem o consentimento das mesmas, criando perfis falsos para se aproximar dos amigos e familiares,

além de conseguir informações confidenciais, ou seja, acontece de maneira silenciosa;

- Votação nas redes sociais: existem várias ferramentas nas redes sociais que possibilita criar votações, onde o agressor pode criar uma enquete, para escolher “o mais feio da escola”;
- Criação de perfis falsos: o sujeito cria um perfil falso na internet sobre a vítima, colocando informações maldosas ou divulgando dados privados como o endereço e telefone;
- Comentários em perfis pessoais: Os agressores se aproveitam publicando comentários lesivos para humilhar a vítima;
- Envio de imagens: podem ser verdadeiras ou manipuladas que se espalham por várias pessoas pelo celular, causando um enorme constrangimento à vítima.

Nessa base, o cyberbullying na visão do advogado Pedroso Gonçalves (2016, p. 3) tem consequências tão graves quanto no mundo real, pois uma difamação feita em uma rede social se multiplica com alcance incontrolável. Para tanto, questiona-se, diante da emergência do ciberespaço, como se caracterizam os novos conflitos sociais abarcados pelo bullying e cyberbullying, bem como quais as possibilidades de contenção desta forma de violência nas escolas. (GONÇALVES, 2016, p. 3).

Em outras palavras, as vítimas ficam vulneráveis no ambiente real e também no virtual, onde principalmente no ambiente escolar no qual jovens e adolescentes acabam sendo diminuídos pelos seus agressores, provocando grandes prejuízos no seu rendimento escolar.

Com relação ao combate de situações de cyberbullying é a oportunidade de observar quando Costa (2011, p. 132-133) diz que o bullying parece ser inerente ao processo social nas escolas, estudos reportam sua ocorrência em vários níveis escolares. Suas causas são diversas e têm como perspectiva de fundo as relações de poder entre as pessoas, as diferenças individuais e étnicas e a formação moral e de

caráter do jovem e de sua família. As consequências são ruins para a escola, para a sociedade, assim como para as vítimas e para aqueles que praticam o bullying. Na atualidade, com a aplicação do acesso à Web e a emergência das redes sociais virtuais, o cyberbullying surge como mais uma forma de expressão dos ataques e dos constrangimentos às pessoas. O Brasil carece de políticas públicas que permitam enfrentamento mais objetivo do problema. A sociedade e a escola estão tomando consciência do processo de violência que se desenvolve no interior das salas de aula, e já surgem pesquisas discutindo e aprofundando o assunto, possibilitando políticas e ações preventivas. Mais do que tudo, a melhor política sempre será a busca por uma educação de qualidade, que privilegie a formação cidadã em consonância com os princípios éticos e morais da sociedade (COSTA, 2011, p.132-133).

Depois dessa observação do autor acima citado, fica claro que é papel fundamental das escolas, pais e alunos atuar na prevenção do bullying virtual no ambiente escolar. E com este objetivo, não se pode deixar de fortalecer os laços entre esses atores que participam tão ativamente da formação do ser humano, por isso, é fundamental conscientizar a sociedade de que o cyberbullying é crime e que deve ser combatido com mais eficácia para que possa cada vez mais ser reprimido (REZENDE; CALHAU, 2020).

Portanto, quando se fala sobre atitudes para evitar que o cyberbullying seja concretizado, primeiramente é se prevenir nas mídias sociais e tomar cuidado para não ser a vítima, e com isso é necessário algumas atitudes imediatas no qual se deve, conforme Rezende e Calhau (2020): não expor de forma exagerada a sua vida pessoal nas redes sociais; quando for atacado por algum agressor, bloquear imediatamente essa pessoa; evitar a exposição de intimidade nas redes sociais; em caso de ofensas por injúria, calúnia e difamação, procurar uma delegacia de polícia e registrar um boletim de ocorrência; em caso de exposição de fotos íntimas na rede, procurar uma

delegacia para registrar imediatamente um boletim de ocorrência; e se for vitimado por alguma agressão, converse com seus responsáveis ou alguém de confiança para que possa te auxiliar.

Por fim, várias empresas de mídias sociais produziram ferramentas educativas voltadas para os pais, crianças e professores com o objetivo de ensinar sobre os riscos da internet e como se manter seguro no ambiente virtual

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou compreender quais medidas de segurança podem ser tomadas pelos pais e as escolas com o intuito de combater o cyberbullying, que de certa forma são vistas como uma problemática no ambiente escolar de modo geral, e por estarem relacionadas às consequências que as mesmas ocasionam no espaço escolar e na sociedade de uma maneira geral.

Percebe-se então, a dimensão de como a violência vem se representando na escola, dentro da família e na própria sociedade, porém essa estreita ligação se dá pela pouca importância da união desta tríade que fazem parte da construção coletiva e consciente do universo escolar. Nesse sentido, compete estar participando da verdadeira formação do cidadão nos seus aspectos sociais, familiares, críticos e conhecedor da importância da construção dos valores.

É nesse sentido que alguns pais não sabem tampouco a respeito do que se trata o desenvolvimento cognitivo, afetivo, moral do filho relacionado ao processo de ensino-aprendizagem. Portanto, faz-se uma reflexão de promover esta interação de família-escola para se juntarem e colaborem na construção de uma educação coletiva e participativa, a qual se vinculará ao bom desempenho dos alunos, superando as dificuldades e respeitando a diversidade cultural e social de cada aluno.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Ministério da Educação**. Lei Nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 14/01/2023.
- COSTA, José Wilson. cyberbullying In: VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro do; MATTOS, Maria José Viana Marinho de (Orgs). **Violência e educação: a sociedade criando alternativas**. Rio de Janeiro: Wak, 2011.
- FERREIRA, Madalena Isabel Matias. **Os Jovens, a Escola e o Cyberbullying**. Mestrado em Intervenção Social Escolar – Especialização em Crianças e Jovens em Risco. 2013.
- FLUMIGNAN, Wévertton G. G. **A responsabilidade civil dos provedores de aplicações no Marco Civil da Internet**. Disponível em: <http://justificando.com/2015/08/21/a-responsabilidade-civil-dos-provedores-de-aplicacoes-no-marco-civil-da-internet/>. Acessado em 04/01/2023.
- GARCIA, Valéria. 14. Paz: Programa de Compliance Educacional Como Ferramenta de Combate ao Bullying e ao cyberbullying In: CRESPO, Marcelo. Compliance no Direito Digital - Vol.3 - Ed. 2021. São Paulo (SP): **Editora Revista dos Tribunais**. 2021.
- LIMA, Ana; HISSA, Carmina; SALDANHA, Paloma. cyberbullying: Agressão Virtual, Consequências Reais e Desdobramentos Jurídicos - Temas Extra In: LIMA, Ana; HISSA, Carmina; SALDANHA, Paloma. Direito Digital - Ed. 2019. São Paulo (SP): **Editora Revista dos Tribunais**. 2019.
- LIMA, Paulo Marco Ferreira. Crimes de computador e segurança computacional. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2011.
- MARINELLI, Marcelo. Capítulo 5. Violação da Privacidade nas Redes Sociais Virtuais - Terceira Parte - Privacidade e Redes Sociais Virtuais In: MARINELLI, Marcelo. **Privacidade e Redes Sociais Virtuais** - Ed. 2019. São Paulo (SP): Editora Revista dos Tribunais. 2019.
- MEDEIROS, Alexandre V. M. Programa antibullying no mundo. **Dissertação**. 2012.
- PEDROSO, Adriana Martini Correa; GONÇALVES, Diego Marques. Considerações sobre o Bullying e cyberbullying e a Proposta Legal de Aprimoramento ao Combate à Violência na Escola, a partir da Edição da Lei nº 13.185/2015. XII Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. II Mostra Nacional de Trabalhos Científicos. São Paulo (SP): Site Unisc, 2016.
- PEREIRA, Sônia Maria de Souza. **Bullying e suas implicações no ambiente escolar**. São Paulo: Moderna, 2009.
- REIS, Érika Figueiredo. **Varas de Família: Um Encontro entre Psicologia e Direito**. Curitiba: Juruá, 2009.
- REZENDE, Elcio Nacur; CALHAU, Lélío Braga. **Cyberbullying, direito educacional e responsabilidade civil: Uma análise jurídica e deontológica da realidade brasileira**. Redalyc, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6377/637766244013/html/> >. Acesso em 26 de jan. de 2023.
- SIFUENTES, Mônica. Cyberbullying: a intimidação por meio da rede mundial de computadores. **Revista Jus Navigandi**, 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/21993>>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **“Mentes Perigosas nas Escolas” - Bullying**. São Paulo: Fontanar /Objetiva, 2012.
- SILVESTRE, Lis Bastos. **O cyberbullying a partir do contexto escolar: como se dá a relação corpomídiaviolência?**. 2013. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14385/1/2013_LisBastosSilvestre.pdf>. Acesso em 14 de janeiro de 2023.
- TOGNETTA, L. R. P; BOZZA, T. C. L. Cyberbullying: um estudo sobre a incidência do desrespeito no ciberespaço e suas relações com as representações que adolescentes tem de si. **NUANCES** - Estudos sobre Educação, Campinas, V. 23, n. 24, p.162- 168, set 2012.

TECNOLOGIAS ATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
ACTIVE TECHNOLOGIES IN EARLY EARLY EDUCATION

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-4

Andressa Ferreira Gonçalves dos Santos ¹**RESUMO**

No contexto da educação infantil, a introdução de tecnologias ativas representa uma transformação significativa no processo educacional. A mediação pedagógica surge como elemento crucial, com o educador desempenhando o papel de mediador para orientar e potencializar o uso dessas ferramentas. Essa mediação não apenas direciona a escolha e integração de recursos digitais, mas também contextualiza os conteúdos, promove o desenvolvimento socioemocional e avalia o progresso das crianças. Destaca-se a importância da mediação pedagógica como chave para garantir que as tecnologias ativas na educação infantil sejam eficazes, proporcionando um ambiente de aprendizado significativo e integral para as crianças. Este artigo tem como objetivo principal analisar a importância da mediação pedagógica no contexto do uso de tecnologias ativas na educação infantil. Buscou-se compreender como o desempenhando do papel de mediador, influencia a eficácia das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem, considerando aspectos pedagógicos, socioemocionais e de desenvolvimento integral das crianças. Para atingir o objetivo proposto realizou-se uma revisão bibliográfica sobre o tema, explorando pesquisas, estudos de caso e documentos acadêmicos relacionados ao uso de tecnologias ativas na educação infantil e à importância da mediação pedagógica nesse contexto. A análise se concentrará em identificar padrões, tendências e melhores práticas observadas nas experiências educacionais que incorporam tecnologias ativas com uma mediação pedagógica efetiva. A inserção de tecnologias ativas na educação infantil é um caminho promissor, porém com desafios que podem ser superados com a mediação pedagógica. O papel do educador como mediador se revela fundamental para garantir que as experiências digitais sejam enriquecedoras, seguras e alinhadas aos objetivos educacionais. Dessa forma, investir na formação continuada dos educadores, promovendo uma abordagem reflexiva é essencial para assegurar que a educação infantil se beneficie plenamente das potencialidades oferecidas pelo mundo digital, preparando as novas gerações para um futuro cada vez mais tecnológico.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Digital; Formação de Professores; Mediação Pedagógica.**ABSTRACT**

In the context of early childhood education, the introduction of active technologies represents a significant transformation in the educational process. Pedagogical mediation emerges as a crucial element, with the educator acting as a mediator to guide and enhance the use of these tools. This mediation not only directs the selection and integration of digital resources but also contextualizes the content, promotes socio-emotional development, and assesses children's progress. The importance of pedagogical mediation is highlighted as key to ensuring that active technologies in early childhood education are effective, providing a significant and comprehensive learning environment for children. This article aims to analyze the importance of pedagogical mediation in the context of using active technologies in early childhood education. The aim was to understand how the mediator's role influences the effectiveness of technologies in the teaching-learning process, considering pedagogical, socio-emotional, and integral development aspects of children. To achieve the proposed objective, a bibliographic review was conducted on the topic, exploring research, case studies, and academic documents related to the use of active technologies in early childhood education and the importance of pedagogical mediation in this context. The analysis will focus on identifying patterns, trends, and best practices observed in educational experiences that incorporate active technologies with effective pedagogical mediation. The integration of active technologies in early childhood education is a promising path, albeit full of challenges that can be overcome with pedagogical mediation. The role of the educator as a mediator is fundamental to ensuring that digital experiences are enriching, safe, and aligned with educational objectives. Thus, investing in the continuous education of educators, promoting a reflective approach, is essential to ensure that early childhood education fully benefits from the potentialities offered by the digital world, preparing the new generations for an increasingly technological future.

KEYWORDS: Digital Inclusion; Teacher training; Pedagogical Mediation.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela ACU Absoulute Christian University (2023). Graduada em Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa (2011). Pós-Graduada em: Educação Especial e Inclusiva com ênfase em Deficiência (2014), Artes (2017) e Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (2022). **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/6146053836960225

INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico dos últimos anos trouxe consigo uma revolução na forma como encaramos a educação. Nesse contexto, o conceito de *tecnologias ativas* destaca-se como uma abordagem inovadora, que visa potencializar o processo de aprendizagem, promovendo a participação ativa dos estudantes e estimulando o desenvolvimento de habilidades essenciais para o século XXI.

As tecnologias ativas na educação são aquelas que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem, proporcionando-lhe um papel mais participativo, crítico e autônomo. Diferentemente do modelo tradicional, no qual o professor desempenha um papel central na transmissão do conhecimento, as tecnologias ativas buscam criar ambientes educacionais dinâmicos, nos quais os estudantes são incentivados a explorar, questionar e colaborar.

[...] contato com diversas manifestações da cultura, a complexidade das transformações presentes no mundo contemporâneo em relação à cidade, às famílias e às formas de interação com as tecnologias, que modificam modos de vida e sinalizam mudanças na maneira de entender a infância e o lugar que a criança ocupa nesse cenário em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam [...] (FANTIN, 2008, p. 146).

Um dos pilares fundamentais das tecnologias ativas é a interatividade. Ferramentas digitais, plataformas online, jogos educativos e simulações são algumas das ferramentas que possibilitam a interação direta dos alunos com o conteúdo, permitindo uma aprendizagem mais significativa. Além disso, o uso de recursos como fóruns online, chats e videoconferências promove a colaboração entre os estudantes, estimulando a construção coletiva do conhecimento. Outro aspecto relevante é a personalização do aprendizado. As tecnologias ativas permitem que cada

estudante siga seu próprio ritmo de aprendizagem, adaptando o conteúdo às suas necessidades e estilos individuais.

Isso contribui para uma educação mais inclusiva, atendendo às diferentes habilidades e interesses dos alunos. A gamificação também se destaca como uma estratégia eficaz no contexto das tecnologias ativas. Ao introduzir elementos lúdicos no processo educacional, os professores conseguem envolver os estudantes de maneira mais efetiva, tornando o aprendizado mais divertido e motivador. A competição saudável e os desafios propostos pelos jogos educativos estimulam a superação de obstáculos, promovendo o desenvolvimento de habilidades como a resolução de problemas e o pensamento crítico. Contudo, é importante destacar que a implementação bem-sucedida das tecnologias ativas requer uma mudança na cultura educacional. Os educadores desempenham um papel fundamental nesse processo, atuando como facilitadores e mentores, guiando os alunos no uso responsável e crítico das tecnologias.

Em resumo, as tecnologias ativas na educação representam uma abordagem inovadora que visa transformar a experiência de aprendizagem, tornando-a mais envolvente, personalizada e alinhada com as demandas da sociedade contemporânea. Ao incorporar essas práticas, as instituições educacionais preparam os estudantes não apenas para absorverem conhecimento, mas para serem agentes ativos na construção do seu próprio aprendizado e no enfrentamento dos desafios do mundo moderno.

DESENVOLVIMENTO

Na era digital em que vivemos, o uso de aplicativos educativos na educação infantil tem se tornado uma prática cada vez mais comum. Essa ferramenta tecnológica, quando utilizada de forma criteriosa, pode oferecer uma série de benefícios no processo de aprendizagem das crianças, mas também

apresenta desafios que requerem atenção e reflexão por parte dos educadores e responsáveis.

Um dos principais benefícios dos aplicativos educativos na educação infantil é a capacidade de tornar o aprendizado mais lúdico e interativo. Muitos desses aplicativos são desenvolvidos com base em princípios pedagógicos sólidos, proporcionando atividades que estimulam o raciocínio, a coordenação motora e o desenvolvimento cognitivo das crianças de maneira envolvente.

A gamificação dessas plataformas pode despertar o interesse das crianças, transformando a aprendizagem em uma experiência prazerosa. Além disso, os aplicativos educativos podem ser ferramentas eficazes para personalizar o ensino. Eles permitem adaptar o conteúdo de acordo com o nível de habilidade de cada criança, proporcionando um aprendizado mais individualizado. Isso é particularmente relevante em ambientes de sala de aula, nos quais as crianças podem ter diferentes ritmos de aprendizagem e estilos de absorção de conhecimento.

No entanto, o uso de aplicativos educativos na educação infantil também apresenta desafios que não podem ser ignorados. Um dos principais é a necessidade de equilíbrio no tempo de exposição às telas. Especialistas alertam para a importância de estabelecer limites e garantir que o uso dessas ferramentas não substitua completamente as interações sociais, o brincar ao ar livre e outras atividades importantes para o desenvolvimento infantil.

Outro desafio é a seleção criteriosa dos aplicativos. Nem todos os programas disponíveis no mercado são adequados ou pedagogicamente eficazes. Educadores e responsáveis devem realizar uma análise cuidadosa do conteúdo, considerando aspectos como a qualidade educativa, a segurança online e a adequação à faixa etária.

A formação dos educadores também se torna crucial nesse contexto. Professores precisam ser capacitados para integrar as tecnologias de maneira

efetiva em suas práticas pedagógicas, promovendo um uso consciente e pedagogicamente relevante dos aplicativos educativos.

O professor de educação infantil precisa lidar, portanto, com o que alguns teóricos chamam de infância pós-moderna e não pode deixar de problematizar sobre o efeito de alguns artefatos culturais que fazem parte das culturas infantis [...]. Ela ainda ressalta a necessidade de despertar nas crianças o senso crítico ao fazer uso desses artefatos de forma que consigam ressignificá-los (DORNELLES, 2012, p. 83).

Em síntese, o uso de aplicativos educativos na educação infantil pode trazer inúmeros benefícios, desde que seja feito de maneira equilibrada e criteriosa. Ao aproveitar as potencialidades dessas ferramentas, os educadores podem enriquecer o ambiente de aprendizagem, proporcionando experiências educativas mais dinâmicas e adaptadas às necessidades individuais das crianças. No entanto, é imperativo que esse uso seja acompanhado de reflexão constante sobre os desafios envolvidos, garantindo uma abordagem equilibrada e centrada no bem-estar e desenvolvimento saudável das crianças.

A sociedade contemporânea é marcada pelo avanço tecnológico acelerado, e a educação infantil não pode permanecer alheia a essa transformação. Nesse contexto, a inclusão digital na educação infantil emerge como um imperativo para garantir que todas as crianças, independentemente de suas origens socioeconômicas, tenham acesso igualitário às oportunidades oferecidas pelas tecnologias ativas.

A inclusão digital na educação infantil vai além da simples introdução de dispositivos eletrônicos nas salas de aula. Ela representa o compromisso em proporcionar às crianças um contato positivo e educativo com as tecnologias digitais desde os primeiros anos de vida. Essa abordagem não apenas prepara os pequenos para a realidade digital que

enfrentarão no futuro, mas também visa diminuir as disparidades no acesso à informação e ao conhecimento.

Um dos principais benefícios da inclusão digital na educação infantil é a promoção da igualdade de oportunidades. Ao proporcionar o acesso a dispositivos eletrônicos, aplicativos educativos e recursos online, as instituições de ensino contribuem para a quebra de barreiras que poderiam limitar o desenvolvimento educacional das crianças. Isso é especialmente relevante em um mundo onde as habilidades digitais estão cada vez mais valorizadas.

A inclusão digital também amplia o leque de possibilidades educativas, permitindo que as crianças explorem conteúdos diversos de forma interativa. Jogos educativos, aplicativos de leitura, ferramentas de criação digital e plataformas de aprendizado online são exemplos de recursos que podem enriquecer o processo de ensino-aprendizagem na educação infantil, tornando-o mais dinâmico e envolvente. A autora Souza (2019), afirma sobre o uso das tecnologias ativas que “[...] músicas, jogos, cores, tudo isso faz com o que a criança desenvolva a sua imaginação e a sua capacidade de absorver o conteúdo de forma lúdica” (p. 1587). Quando há esse contato com a tecnologia, mesmo que controlado, a criança “[...]”

No entanto, a busca pela inclusão digital na educação infantil não está isenta de desafios. Um dos principais obstáculos é a desigualdade no acesso a dispositivos e conectividade. Muitas crianças, especialmente aquelas em contextos socioeconômicos mais vulneráveis, podem enfrentar dificuldades para dispor de equipamentos eletrônicos e acesso à internet de qualidade. Portanto, é crucial que os esforços para promover a inclusão digital sejam acompanhados por iniciativas que visem superar essas disparidades, garantindo que todas as crianças tenham acesso igualitário às oportunidades proporcionadas pelas tecnologias ativas.

Além disso, é importante ressaltar que a inclusão digital na educação infantil deve ser acompanhada por uma abordagem pedagógica sensível e crítica. Os educadores desempenham um papel fundamental ao orientar o uso das tecnologias, promovendo a alfabetização digital e incentivando a reflexão sobre o impacto das tecnologias na sociedade, a inclusão digital na educação infantil representa um passo essencial rumo à igualdade de acesso às tecnologias ativas. Ao investir nessa inclusão desde os primeiros anos de vida, a sociedade contribui para a formação de cidadãos preparados para os desafios do mundo digital, ao mesmo tempo que busca reduzir as disparidades que poderiam limitar o potencial educativo das crianças.

A introdução de tecnologias ativas na educação infantil representa uma transformação significativa no processo de ensino-aprendizagem, demandando uma adaptação igualmente significativa por parte dos educadores. A formação de professores para o uso eficaz dessas tecnologias se apresenta como um desafio crucial, pois envolve não apenas a aquisição de habilidades técnicas, mas também uma mudança de paradigma no papel do educador e na abordagem pedagógica.

Um dos desafios mais evidentes é a resistência à mudança. Muitos professores, especialmente os que já possuem uma longa trajetória na carreira, podem sentir-se desconfortáveis ou inseguros diante das novas demandas tecnológicas. A familiarização com dispositivos eletrônicos, aplicativos educativos e plataformas online pode ser uma barreira para aqueles que não tiveram experiências prévias nesse campo. Portanto, a formação deve ir além do aspecto técnico, incluindo estratégias para superar a resistência e promover uma mentalidade aberta à inovação.

Outro desafio está relacionado à integração efetiva das tecnologias ao currículo. Não basta apenas introduzir dispositivos nas salas de aula; é necessário repensar a prática pedagógica para aproveitar

plenamente o potencial das tecnologias ativas. Isso implica em desenvolver estratégias que incorporem os recursos digitais de maneira orgânica, alinhados aos objetivos educacionais e às características específicas da faixa etária da educação infantil.

A falta de recursos e infraestrutura adequados também é um obstáculo significativo. Nem todas as instituições de ensino contam com laboratórios de informática bem equipados ou acesso consistente à internet. A disparidade nesse aspecto pode criar uma divisão digital entre escolas e, conseqüentemente, entre os alunos. A formação de professores deve abordar estratégias para lidar com essas limitações, explorando alternativas criativas e adaptáveis ao contexto de cada instituição.

A necessidade de uma abordagem pedagógica sensível às peculiaridades da educação infantil é um aspecto crucial. As tecnologias ativas não devem substituir o papel fundamental do professor como mediador do aprendizado e facilitador do desenvolvimento socioemocional das crianças. A formação deve enfatizar a importância de equilibrar o uso das tecnologias com atividades presenciais, promovendo uma educação holística que abranja não apenas o conhecimento acadêmico, mas também o desenvolvimento integral das crianças.

Além disso, é fundamental que a formação de professores contemple aspectos éticos e de segurança digital. Os educadores precisam estar cientes dos potenciais riscos e desafios associados ao uso de tecnologias na educação infantil, garantindo a proteção e o bem-estar dos alunos. Em resumo, a formação de professores para o uso de tecnologias ativas na educação infantil enfrenta desafios multifacetados que vão desde a resistência à mudança até a adequação da prática pedagógica. Superar esses desafios requer um esforço conjunto das instituições de ensino, órgãos governamentais e dos próprios educadores, visando proporcionar uma formação abrangente e contínua que prepare os profissionais para enfrentar os desafios e

explorar as oportunidades oferecidas pelo cenário educacional digital.

A introdução de tecnologias ativas na educação infantil representa uma revolução no processo de ensino-aprendizagem, e a mediação pedagógica emerge como um elemento crucial para potencializar os benefícios dessas ferramentas e garantir um desenvolvimento educacional equilibrado e enriquecedor para as crianças.

[...] em vista disso, devem-se considerar as transformações e inovações ocorridas e vivenciadas pelas pessoas a partir da explosão tecnológica e midiática das últimas décadas. Diante do exposto, constata-se, portanto, que a inserção das mídias digitais na sala de aula, desde o princípio da vida escolar da criança, é muito importante, uma vez que as crianças desta geração já têm acesso às tecnologias. Mesmo o início do aprendizado já acontece sob a tutela dos processos de interação com tudo o que está ao redor, desde a mais tenra idade, geralmente muito antes de se frequentar a escola. Assim sendo, não é interessante ou produtivo interromper esse processo. (BRASIL, 2017, p. 34).

A mediação pedagógica, nesse contexto, refere-se ao papel ativo do educador como facilitador do processo de aprendizagem, guiando, apoiando e direcionando as experiências das crianças no ambiente digital. Esse papel mediador é essencial para garantir que o uso das tecnologias ativas seja significativo e alinhado aos objetivos educacionais.

Um dos aspectos fundamentais da mediação pedagógica é a seleção criteriosa dos recursos digitais. O educador desempenha um papel crucial ao escolher aplicativos, jogos educativos e plataformas online que estejam alinhados aos conteúdos curriculares, à faixa etária das crianças e aos princípios pedagógicos. Essa escolha consciente contribui para a construção de uma experiência digital educativa, na qual as tecnologias se tornam ferramentas a serviço do aprendizado. Além da

seleção, a mediação pedagógica envolve a contextualização dos conteúdos digitais. O educador é responsável por conectar as atividades online com o mundo real das crianças, relacionando os conceitos aprendidos com suas vivências cotidianas. Essa ponte entre o virtual e o real amplia a compreensão das crianças sobre os temas abordados, tornando o aprendizado mais significativo.

A mediação também é crucial para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais das crianças. O educador desempenha um papel fundamental ao orientar as interações digitais, promovendo o respeito, a cooperação e a responsabilidade no ambiente virtual. A discussão sobre o uso ético e seguro da tecnologia, a promoção do compartilhamento de conhecimento e a gestão adequada do tempo online são aspectos que contribuem para uma formação integral das crianças.

Outro ponto relevante da mediação pedagógica é a avaliação do aprendizado. O educador deve monitorar o progresso das crianças, identificando pontos fortes e áreas que necessitam de reforço. Esse acompanhamento contínuo permite ajustes na abordagem pedagógica, garantindo que as tecnologias ativas sejam efetivas na promoção do desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças.

Em síntese, a importância da mediação pedagógica no uso de tecnologias ativas na educação infantil reside na capacidade do educador em orientar, contextualizar e potencializar o aprendizado digital de forma intencional e pedagogicamente alinhada. Ao desempenhar esse papel mediador com sensibilidade e expertise, os educadores asseguram que as tecnologias ativas se tornem aliadas valiosas no processo de formação das crianças, preparando-as para os desafios e oportunidades do século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mediação pedagógica no uso de tecnologias ativas na educação infantil emerge como um pilar essencial para o sucesso e a eficácia dessa abordagem educacional inovadora. Ao assumir o papel de facilitador e orientador, o educador se torna a ponte entre o mundo digital e as experiências significativas das crianças. Essa mediação não apenas direciona o uso adequado e proveitoso das ferramentas tecnológicas, mas também promove um aprendizado que transcende a mera absorção de conteúdo, englobando o desenvolvimento integral das crianças.

[...] O problema, ele argumenta, não é que os professores sejam inflexíveis, mas que a grande maioria das reformas educacionais – inclusive as dirigidas pela tecnologia – são implementadas sem o envolvimento ativo dos próprios professores. Uma reforma educacional duradoura, segundo Cuban, deve envolver os professores como agentes de liderança, não só como consumidores ou distribuidores de planos vindos de outro lugar... (BUCKINGHAM, 2010, p. 41).

É através desse papel ativo do educador que as tecnologias ativas se transformam em instrumentos valiosos para a construção do conhecimento, a promoção das habilidades socioemocionais e o estímulo à criatividade e ao pensamento crítico das crianças. A mediação pedagógica não apenas orienta o uso das tecnologias, mas também fomenta a reflexão, a autonomia e a participação ativa dos pequenos no processo educativo.

Assim, a conclusão reforça a importância vital do educador como um guia consciente e capacitado, capaz de maximizar os benefícios das tecnologias ativas na educação infantil, garantindo não apenas o acesso às ferramentas digitais, mas também a construção de um ambiente educacional enriquecedor e inclusivo, essencial para o desenvolvimento pleno das crianças rumo a um futuro digital e promissor.

REFERÊNCIAS

BUCKINGHAM, David. **Cultura Digital, Educação Midiática e o Lugar da Escolarização**. Educação & Realidade, v. 35, n. 3, set-dez 2010. pp. 37-58.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Governo Federal, 2017.

DORNELLES, Leni Vieira. **Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber**. 3. ed. Petrópolis, R.J: Vozes, 2011. _____. Artefatos Culturais: Ciberinfâncias e crianças zappiens. In:_____ (Orgs.). Educação e infância na era da informação. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 79 – 101.

FANTIN, Monica. **o mito do Sísifo ao voo de Pégaso: as crianças, a formação de professores e Escola Estação Cultura**. In: FANTIN, Monica; GIRARDELLO, Gilka (Orgs). Liga, roda, clica: Estudos em mídia, cultura e infância. Campinas, SP: Papyrus, 2008. p. 145–171.

SOUSA, RP., MIOTA, FMCSC., and CARVALHO, ABG., orgs. **Tecnologias digitais na educação**[online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 276 p. ISBN 978-85-7879- 124-7. Available from SciELO Books.

SOUZA, Ruberva, Rodrigues. FREITAS, Tiago, P. C. Formação e prática docente e seus desafios. Pesquisa em discurso pedagógico. 2015.

SOUZA, Sarah Monik Santos. **A tecnologia na Educação Infantil**. Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 7, n. 7, pp. 1581-1591, maio, 2019.

ABORDAGEM FISIOTERAPÊUTICA NO PACIENTE COM PARKINSON: RELATO DE EXPERIÊNCIA
PHYSIOTHERAPEUTIC APPROACH IN PATIENTS WITH PARKINSON'S: EXPERIENCE REPORT

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-5

Graciliano Davi Santos Rodrigues ¹**RESUMO**

O presente estudo tem como objetivo produzir um relato de experiência a respeito do estágio supervisionado em Fisioterapia Comunitária. O estudo realizado trata-se de um relato de experiência de caráter descritivo e observacional de acordo com a vivência dentro do campo de estágio pelos acadêmicos de fisioterapia do sétimo período da Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró (FACENE) situada no estado do Rio Grande do Norte, dentro da UBS Maria Soares da Costa, campo de estágio supervisionado da disciplina fisioterapia comunitária. A partir dos relatos dos estagiários foi possível observar a importância da abordagem fisioterapêutica no tratamento do paciente com Parkinson. Dessa forma, conclui-se que a abordagem da fisioterapia no processo de atendimento e tratamento do paciente com Parkinson é primordial na sua evolução, com suas competências e atribuições. Esta análise contribui significativamente para a compreensão dos benefícios da fisioterapia comunitária no tratamento de condições neurológicas como o Parkinson, destacando a importância da intervenção precoce e da abordagem holística na promoção da qualidade de vida desses pacientes. Além disso, ressalta-se a relevância do estágio supervisionado como uma oportunidade valiosa para os estudantes de fisioterapia desenvolverem habilidades práticas e adquirirem conhecimento no ambiente clínico real. A análise dos relatos dos estagiários também revelou insights importantes sobre os desafios e as oportunidades enfrentadas no contexto da fisioterapia comunitária, fornecendo subsídios para a melhoria contínua das práticas profissionais nesse campo. Ao considerar a complexidade do tratamento do Parkinson e a necessidade de uma abordagem multidisciplinar, este estudo destaca a importância da colaboração entre profissionais de saúde e a integração de diferentes modalidades terapêuticas para otimizar os resultados clínicos e promover uma melhor qualidade de vida para os pacientes.

PALAVRAS-CHAVE: Distúrbios Neurológicos; Reabilitação; Fisioterapia; Benefícios.**ABSTRACT**

The present study aims to produce an experiential report regarding supervised internship in Community Physical Therapy. The study conducted is a descriptive and observational experiential report based on the experiences within the internship field by seventh-semester physical therapy students from Nova Esperança Nursing School in Mossoró (FACENE), located in the state of Rio Grande do Norte, within the UBS Maria Soares da Costa, a supervised internship field of the community physical therapy discipline. From the interns' reports, the importance of physical therapy approach in treating patients with Parkinson's disease was observed. Thus, it is concluded that the physical therapy approach in the patient care and treatment process of Parkinson's disease is essential in their evolution, with its competencies and attributions. This analysis significantly contributes to understanding the benefits of community physical therapy in treating neurological conditions such as Parkinson's, emphasizing the importance of early intervention and a holistic approach in promoting the quality of life for these patients. Furthermore, the relevance of supervised internship as a valuable opportunity for physical therapy students to develop practical skills and acquire knowledge in the real clinical environment is underscored. The analysis of interns' reports also revealed important insights into the challenges and opportunities faced in the context of community physical therapy, providing support for the continuous improvement of professional practices in this field. Considering the complexity of Parkinson's treatment and the need for a multidisciplinary approach, this study highlights the importance of collaboration among healthcare professionals and the integration of different therapeutic modalities to optimize clinical outcomes and promote better quality of life for patients.

KEYWORDS: Neurological Disorders; Rehabilitation; Physiotherapy; Benefits.

¹ Mestrando em Ciências da Saúde Coletiva pela ACU - Absolute Christian University. Especialista em Regulação em Saúde - Hospital Sírío Libanês-SP, Brasil. Especialista em UTI Adulto, Pediátrica e Neonatal, Faculdade Católica do RN, Brasil. Docente do Curso de Fisioterapia da Faculdade Nova Esperança de Mossoró-RN, Brasil. <https://lattes.cnpq.br/3684385245132950>. E-MAIL: graciliano_davi@outlook.com

INTRODUÇÃO

A Doença de Parkinson (DP) é uma condição neurológica progressiva, lenta e degenerativa que afeta o sistema nervoso central e provoca desordem no sistema motor. Ela se manifesta através de sinais e sintomas como tremores, rigidez dos membros e instabilidade postural, além de apresentar déficits cognitivos e alterações emocionais devido à morte ou degeneração dos neurônios produtores de dopamina. Essa ocorrência, na maioria dos casos, se desenvolve por volta dos 40 anos, podendo acontecer também em faixas etárias precoces.

O início do quadro clínico ocorre geralmente entre 50 e 70 anos de idade. Contudo, podem-se encontrar pacientes com início da doença mais precoce, antes dos 40 anos e até mesmo abaixo dos 21 anos de idade. Esta enfermidade degenerativa cursa com uma perda progressiva de células da substância negra do mesencéfalo. A degeneração de neurônios da zona compacta da substância negra resultará numa diminuição da produção de dopamina, com disfunção da via nigroestriatal e subsequente perda da dopamina estriatal. Quando aproximadamente 80% dos neurônios da substância negra forem perdidos, a doença torna-se evidente e os indivíduos começam a experimentar uma grande variedade de dificuldades. Desse modo, a intervenção fisioterapêutica tem como objetivo minimizar os danos, auxiliando na promoção de maior funcionalidade e independência, evitando possíveis progressões da doença, aprimorando a força muscular, mobilidade e proporcionando uma melhor qualidade de vida.

De uma maneira geral, a fisioterapia irá atuar nos distúrbios motores, realizando exercícios de alongamento, mobilização, movimentação e exercícios de força muscular para a manutenção da mobilidade e diminuição da rigidez, “melhora” das alterações posturais e queixa algica. O treino de equilíbrio e marcha, são essenciais pelo alto risco de queda desses pacientes, nesses exercícios sugere-se o uso de pistas externas e exercícios mais funcionais, com sequências e coordena-

ção. Muitas vezes, é necessário prescrição e um dispositivo de auxílio à marcha (andadores, bengalas, entre outros) que deverá ser avaliado diante da necessidade do paciente, deverá ser explicado, ajustado (melhor recurso e altura) e treinado com o paciente para melhor adaptação.

A complicação respiratória, surge em decorrência da evolução da doença e dos distúrbios relacionados a deglutição, tornando-o paciente mais suscetível a pneumonia, por exemplo, além da diminuição da mobilidade e das alterações posturais que acabam interferindo na capacidade pulmonar. A fisioterapia deve atuar antes, com exercícios que otimizem a postura e a capacidade pulmonar e durante, no caso de infecção.

Além dessas intervenções o fisioterapeuta deve atuar em conjunto com a família, cuidadores e equipe na orientação para prevenção das complicações acima descritas e na prevenção de úlceras por pressão, contrações, adaptações posturais no leito e na cadeira de rodas e prevenção de quedas. O objetivo é abordar a atuação da Fisioterapia na doença de Parkinson relatando a experiência de atendimento durante o estágio obrigatório de Fisioterapia em Gerontologia de uma paciente do sexo feminino portadora da doença de Parkinson.

METODOLOGIA

O estudo em questão trata-se de um relato de experiência vivenciado no estágio supervisionado obrigatório de Fisioterapia em Gerontologia da Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró (FACE-NE/RN), desenvolvido na Clínica Escola João Silveira, no período de 13 de setembro a 09 de outubro. Participou do estudo a paciente S.M.G.R, 64 anos, sexo feminino e com diagnóstico de Parkinson. Inicialmente foi realizada a reavaliação da paciente, durante a anamnese foi identificado alguns aspectos, tendo como a queixa principal, a diminuição do grau de força dos membros inferiores, diminuição da amplitude de movimentos dos membros

superiores e inferiores, nível de percepção da dor e equilíbrio alterados. Após isso, ela foi submetida a intervenções fisioterapêuticas duas vezes por semana, com duração de 1 hora cada atendimento, sendo nos dias de terças e quintas-feiras no horário das 8:00h às 9:00h da manhã.

Segundo Allen (2011), a fisioterapia desempenha um papel fundamental no manejo do Parkinson, ajudando a minimizar os sintomas motores e a melhorar a qualidade de vida dos pacientes.

Para Ellis (2005), o uso de técnicas fisioterapêuticas, como a terapia aquática e a estimulação elétrica funcional, pode proporcionar benefícios significativos na função motora e na qualidade de vida de indivíduos com Parkinson.

A fisioterapia baseada em exercícios específicos, como o treinamento de marcha e a terapia de movimento induzido por restrição, pode levar a melhorias na mobilidade e na independência funcional em pacientes com Parkinson, (TOMLINSON, 2014).

Entre os principais achados da reavaliação, pode-se citar a presença de fraqueza muscular, dor nos membros inferiores, precisamente nos joelhos bilateralmente, déficit de equilíbrio e controle de tronco, além de tremores e dificuldade em realizar movimentos de coordenação motora e atividades de dupla tarefa, além da cognição e da dificuldade na fala. Dessa forma, a abordagem fisioterapêutica foi iniciada a fim de recuperar as funções reduzidas, manter o ganho durante a evolução e prevenir futuras alterações.

Com base nas informações encontradas na avaliação da paciente o plano de tratamento teve como foco exercícios de fortalecimento ativo-resistido de membros superiores e inferiores, mobilizações articulares, fortalecimento e controle de tronco, treino de marcha e equilíbrio em circuitos funcionais, além da utilização de bases instáveis, como o Bozu e o Jump, treino de coordenação motora fina e global, utilizando diferentes recursos, e atividades de dupla tarefa, associando o

movimento corporal ao estímulo cognitivo com menções de palavras, cores e sequência de números.

O CASO

Como do plano de tratamento, desenvolveu-se sessões de fisioterapia individualizadas para o Sr X com foco na melhoria da sua mobilidade, equilíbrio e independência funcional. Inicialmente, desenvolveu-se exercícios de amplitude de movimento para reduzir a rigidez muscular e melhorar a flexibilidade. Em seguida, implementamos técnicas de fortalecimento muscular para ajudar a compensar a fraqueza associada ao Parkinson.

Além disso, introduziu-se exercícios específicos de equilíbrio e coordenação para ajudar o Sr. X a manter-se estável e prevenir quedas. Durante as sessões, procurou-se incentivar práticas de atividades funcionais, como caminhar, levantar-se da cadeira e realizar tarefas domésticas, na intenção de se promover a independência diária.

Ao longo das semanas de tratamento, significativas no Sr. X. Seus tremores diminuíram, sua postura melhorou e ele se sentia mais confiante em suas habilidades motoras.

Este relato de experiência ilustra o impacto positivo da fisioterapia na vida de um paciente com Parkinson. É gratificante testemunhar a melhoria na qualidade de vida e a restauração da independência funcional que a terapia proporciona a indivíduos que enfrentam desafios de saúde como o Parkinson.

Diante da experiência, foi possível constatar que a fisioterapia trouxe um impacto positivo na qualidade de vida e funcionalidade da paciente, com significativa melhora no equilíbrio, força muscular, coordenação motora e cognição, diminuição do quadro algico e socialização. Ou seja, a fisioterapia tem um papel importante na manutenção física dos pacientes com a doença de Parkinson colaborando na melhora dos aspectos motores, psíquicos e

melhorando a sua qualidade de vida tendo uma maior independência para realizar suas atividades evitando o aparecimento de posturas inadequadas e deformidades que contribuem para o agravamento dos sintomas.

REFERÊNCIAS

Allen, N.E. et al. Exercise and motor training in people with Parkinson's disease: **a systematic review of participant characteristics, intervention delivery, retention rates, adherence, and adverse events in clinical trials.** *Parkinson's Disease*, 2011, 1-28.

AMORIM, Juleimar Soares Coelho de; SOUZA, Mary Anne Nascimento; MAMBRINI, Juliana Vaz de Melo; LIMA-COSTA, Maria Fernanda; PEIXOTO, Sérgio Viana. Prevalência de queda grave e fatores associados em idosos brasileiros: resultados da pesquisa nacional de saúde, 2013. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 185-196, jan. 2021. FapUNIFESP (SciELO).

ELLIS, T. et al. **Therapeutic effects of aquatic exercise in Parkinson's disease: a systematic review.** *Movement Disorders*, 2005, 20(2), 154-161.

SOARES, Danilo Simoni; MELLO, Luane Marques de; SILVA, Anderson Soares da; MARTINEZ, Edson Zangiacomi; NUNES, Altacílio Aparecido. Fraturas de fêmur em idosos no Brasil: análise espaço-temporal de 2008 a 2012. *Cadernos de Saúde Pública*, [S.L.], v. 30, n. 12, p. 2669-2678, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO).

SOARES, Danilo Simoni; MELLO, Luane Marques de; SILVA, Anderson Soares da; NUNES, Altacílio Aparecido. Análise dos fatores associados a quedas com fratura de fêmur em idosos: um estudo caso-controle. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 239-248, jun. 2015. FapUNIFESP (SciELO).

TOMILOSON, C.L. et al. Physiotherapy for Parkinson's disease: **a comparison of techniques.** *Cochrane Database of Systematic Reviews*. 2014.p.6.

A EDUCAÇÃO BÁSICA E A SOCIEDADE: A CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NO ENSINO EDUCACIONAL
BASIC EDUCATION AND SOCIETY: THE CONTRIBUTION OF SCHOOL MANAGEMENT IN EDUCATIONAL

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-6

Lílian Valesca da Silva Albano Martins ¹
Maria de Fátima Lima do Amaral ²
Simone Chayn da Silva ³

RESUMO

O artigo aborda a educação básica, que abrange desde a educação infantil até o ensino médio, passou por transformações significativas ao longo dos anos, especialmente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 93/94), que permitiu a inclusão das séries iniciais da educação infantil. O modelo de gestão escolar, uma prática presente não apenas nas empresas, mas também na educação, desempenha um papel crucial na eficácia do ensino. Este estudo tem como objetivo compreender a contribuição da gestão escolar para a educação básica e o papel do diretor escolar no processo de ensino-aprendizagem. Os objetivos incluem compreender os fundamentos da gestão educacional, discutir a gestão escolar na educação básica e refletir sobre o papel dos gestores na educação. A pesquisa bibliográfica e a coleta de dados por meio de questionários foram realizadas para analisar a percepção da comunidade escolar sobre a educação básica e a gestão escolar. Os resultados revelam a importância de gestores participativos e atentos às necessidades da escola e da comunidade, assim como a necessidade de investimentos contínuos em educação pública para garantir uma aprendizagem de qualidade para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação básica; Gestão escolar; Investimentos

ABSTRACT

The article addresses basic education, which spans from early childhood education to high school and has undergone significant transformations over the years, especially with the Law of Guidelines and Bases of Education (LDB 93/94), which allowed for the inclusion of early childhood education. The school management model, a practice present not only in companies but also in education, plays a crucial role in the effectiveness of teaching. This study aims to understand the contribution of school management to basic education and the role of the school principal in the teaching-learning process. The objectives include understanding the fundamentals of educational management, discussing school management in basic education, and reflecting on the role of managers in education. Bibliographic research and data collection through questionnaires were conducted to analyze the perception of the school community about basic education and school management. The results reveal the importance of participatory managers who are attentive to the needs of the school and the community, as well as the need for continuous investments in public education to ensure quality learning for all.

KEYWORDS: Basic education; School management, Investments.

¹ Pedagogia e Letras. Secretaria Municipal de Educação de Caucaia. **E-MAIL:** lvsalbano@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/4897650320767518

² Pedagogia. Secretaria Municipal de Educação de Caucaia. **E-MAIL:** fatimalamaral@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/8508153567133544

³ Pedagogia. Secretaria Municipal de Educação de Caucaia. **E-MAIL:** schaynsilva25@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7750707109370511

INTRODUÇÃO

A educação básica compreende da educação infantil ao ensino médio. Anteriormente as leis não contemplavam os alunos da creche e pré-escola, com isso os estudantes pequenos não tinham um aparato legal, muitos pais necessitavam trabalhar e devido a isso perdiam oportunidades, pois as crianças não tinham escola para realizar este atendimento. Com a Lei de Diretrizes e base da educação (LDB 93/94), foi possível contemplar as series iniciais da educação infantil e com isso poder contribuir para estas famílias.

O modelo de gestão hoje está em praticamente todos os lugares, como nas empresas ou na educação. Contudo, muitos interpretam que gestão está somente discutida nas empresas, sendo necessário desmistificar tal informação. A gestão escolar nunca esteve tão atual como está sendo neste momento, gerir pessoas é contribuir para uma escola em ação com participação contínua de toda a comunidade escolar.

Nesse sentido, este estudo se justifica por compreender a contribuição da gestão escolar para educação básica e qual o verdadeiro papel do diretor escolar para o ensino aprendizagem. Diante do exposto, questiona-se: o que é educação básica? O que é necessário para os gestores escolares melhorarem sua ação pedagógica na escola? Diante dessa questão, delimitamos os nossos objetivos:

Como objetivo Geral, tem-se de compreender a contribuição do gestor escolar para a prática da gestão educacional da educação básica. Quanto aos objetivos Específicos, tem-se de conhecer os fundamentos da gestão educacional e suas implicações para a prática educativa na escola; discutir a noção gestão escolar, com ênfase na educação básica; refletir sobre o papel dos gestores escolares para a educação.

Nessa perspectiva, esse trabalho justifica-se pela necessidade de compreender sobre a relação em ensino-aprendizagem é busca essencial para a profissão docente. Estudar e realizar novos cursos traz

conhecimentos, antes não adquiridos, e com isso um novo despertar para novos paradigmas, fazendo com que os alunos despertem para algo não conhecido. As políticas públicas devem ser voltadas para as pessoas que possuem um menor poder aquisitivo, ou seja, ela deve contemplar o diagnóstico, identificando as principais demandas, e a partir disso contribuir para reduzir/erradicar as desigualdades.

Na atualidade, o mundo está passando por uma pandemia jamais esperada, e com isso, foi necessário a inovação por parte da comunidade escolar, ou seja, inserir mecanismos de aprendizagem. É importante ressaltar que os profissionais do magistério nesta situação em que se encontram tiveram que se reinventar para que os estudantes tivessem um ensino aprendizagem.

Portanto, é importante destacar que a gestão escolar possui um papel importante na educação básica, pois é válida para ambas as partes, ganha gestor que contribui para a melhoria contínua da comunidade escolar, ganha o professor que tem um gestor voltado para gestão de pessoas, ganha a escola que tem profissionais capacitados e voltados para uma educação de qualidade, contudo somente haverá contribuição se houver participação integral e consciente dos envolvidos.

De modo geral, pode-se dizer que o papel principal de um líder não é o de controlar, mas o de deliberar energias, o de apoiar e orientar. O líder exerce três papéis fundamentais: 1. De projetista; 2. De professor; 3. De administrado. (ACURCIO, 2004, p. 22)

Baseado nesta concepção educação básica, foi escolhido o tema gestão escolar, realizado com intuito de contribuir para desenvolvimento do ensino aprendizagem como agregar valores e conhecimentos. O desenvolver pessoas no ambiente escolar é um programa de longo prazo, porque estabelece a carreira

do profissional de educação. O desenvolvimento contribui para a melhor qualificação.

A pesquisa bibliográfica tem como principal objetivo fazer uma análise através de documentos produzidos por teóricos. O levantamento da pesquisa realizar-se-á através de acervo local: Biblioteca da Uniasselvi. Também foram visitados “sites” da internet que auxiliaram na prestação de informações necessárias para esse trabalho de pesquisa.

Com base nas ideias de Vieira e Matos (2002) que retrata a necessidade de uma pesquisa de campo para dar consistência ao referencial teórico, também foi elaborado formulário através de ferramentas tecnológicas Google Forms com perguntas a serem respondidas por professores, funcionários, pais e alunos.

Por consequência, ao compreender melhor a gestão educacional é necessária entender o desenvolvimento profissional de cada professor, como parte fundamental desse processo. Com essa pesquisa esperamos contribuir para gestão participativa que envolva a comunidade escolar despertando assim a criticidade e aprendizagem de alunos, professores, pais e funcionários e com isso realizar um despertar para uma escola viva

Os objetivos propostos pelo trabalho analisaram que a educação brasileira possui desafios para uma educação igualitária para todos. Na concepção da comunidade escolar são necessários investimentos condizentes com a realidade. O Brasil tem como meta o ensino de qualidade e o desenvolvimento de pessoas de forma a construir um pensamento sólido com gestão participativa e uma sociedade conhecedora de seus direitos e deveres.

Compreendi através de embasamento teórico que gestão educacional esta intrinsecamente atrelada com a escola e que não basta apenas possuir recursos administrativos, é necessário conhecimento e desenvolvimento de todo o corpo docente e a participação ativa dos pais. A educação básica demonstra em sua autoria que pode ser remanejada de

uma área para outra sem a necessidade de intervenções, ou seja, posso programar melhorias na sala de aula ou até mesmo na escola utilizando os subsídios disponibilizados para qualidade, e desta forma acrescentar e atribuir excelentes resultados.

O modelo de gestão do sistema público de ensino ainda está longe do esperado na visão da comunidade escolar é necessário melhorias e atividades condizentes com a sua realidade, desta forma teremos alunos que desejam estar em sala de aula e contribuindo para que a educação seja o melhor caminho a ser trilhado e não sejam somente um peso no seu aprendizado e sim uma melhoria contínua no seu desenvolvimento.

Fomentar a criticidade no aluno é difícil, pois requer pessoas qualificadas que exerçam a função de expor as vertentes existentes no país, e muitos políticos não desejam brasileiros que tenham opinião própria, para que não tenham sabedoria no momento de exigir os seus direitos. Os alunos necessitam de inovações didáticas e os professores de melhor empregabilidade dos recursos disponibilizados em lei para o atendimento da educação.

O desenvolvimento do estudante é um processo lento e árduo, mas o profissional da educação com sabedoria e simplicidade pode alavancar resultados inesperados. O surgimento de um novo profissional, pois é pelo educador que se passam todas as profissões e com isso a transformação de pessoas.

Avalio, portanto, que não basta ter conhecimento sobre educação básica e modelo de gestão educacional. Absorver o processo e executá-lo de forma segura e eficaz para que o produto final seja o desenvolvimento humano, oferecendo novas possibilidades de olhares e ações educativas na quebra de paradigmas.

A pesquisa foi realizada na rede pública de Caucaia no terceiro bimestre do ano de 2020, através de formulário eletrônico elaborado na plataforma google

forms e envolveu pais, alunos, funcionários e professores da educação básica.

A escolha dos participantes da pesquisa após uma breve apresentação sobre o motivo da pesquisa e o esclarecimento do seu propósito. Ao todo, foram entrevistadas 34 pessoas que fazem parte da rede municipal de ensino.

Os critérios para a aplicação do questionário foram: 1). Utilizar da rede pública municipal de ensino; 2). Mostrar interesse em participar da pesquisa.

Na busca para contribuir na assimilação do assunto em questão, foi utilizado com instrumento de pesquisa questionários cujas questões basearam-se no entendimento que os pais, alunos, funcionários e professores possuem sobre educação básica e gestão escolar. Minayo (1993) considera que o questionário combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com o propósito de facilitar o entendimento, considerei importante explicitar a forma como foi feita a transcrição, apresentação e análise dos dados coletados nos questionários.

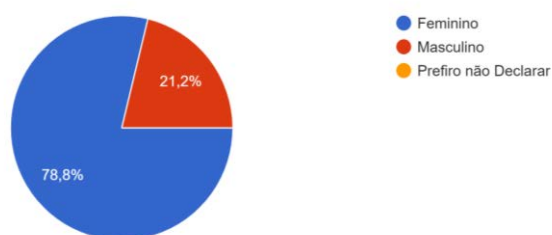
Todos os questionários foram elaborados, mantendo-se a privacidade dos sujeitos da pesquisa. Foi enviado através de mensagem pelo aplicativo WhatsApp o link para que os usuários da rede pudessem preencher o questionário online. Descrevemos um número (U-1 a U-21) a fim de que suas respostas, emitidas no questionário, fossem analisadas e transcritas. Os dados qualitativos, ou seja, as respostas das questões abertas foram analisadas em conjunto com os dados quantitativos.

O questionário foi organizado em blocos. A primeira busca traçar um perfil dos sujeitos

participantes, solicitando informações quanto ao sexo, idade. O segundo bloco trata da educação básica e educação pública. O terceiro e último bloco procura saber dos pesquisados qual a participação do gestor educacional na unidade de ensino, como o foi desenvolvido o projeto político pedagógico da escola

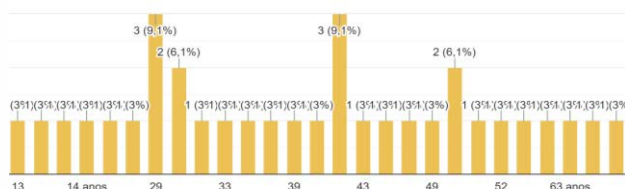
Os gráficos a seguir representam os resultados encontrados na análise:

GRÁFICO 1:



FONTE: elaborado pela autora.

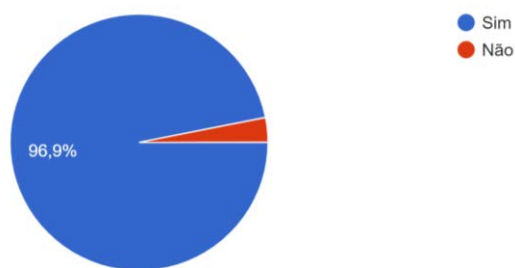
GRÁFICO 2:



FONTE: elaborado pela autora.

Os dados revelam que a maioria dos entrevistados é predominante representado por mulheres, com idade média de 13 - 63 anos de idade. No mercado de trabalho é possível ter também esta percepção, pois a representatividade feminina é maior, contudo, ainda não ocupa cargos de alto escalão. A educação precisa de todos que nela participam para realizar a transformação em nosso país. O gráfico 3 apresenta o quantitativo de pessoas que possuem conhecimento sobre a escola pública.

GRÁFICO 3:



FONTE: elaborado pela autora.

Neste gráfico podemos perceber que ainda temos 3,1% dos entrevistados não possuem conhecimento sobre a educação pública, isso é de certo modo é preocupante essa taxa, pois indica que muitos ainda não compreendem a função da entidade pública, de onde provém esses recursos e para que serve.

No segundo bloco de discursão é feita a exposição dos seguintes itens: Você sabe o que é educação básica? Você conhece o diretor da escola? Na sua visão quais os requisitos para ser um bom gestor educacional?

1. VOCÊ SABE O QUE É EDUCAÇÃO BÁSICA?

A terminologia educação básica na visão da comunidade escolar está ligado à uma escola que atenda a todas as suas necessidades, tais como: ter tempo integral, professores presentes, salas de aula amplas e ventiladas, merenda escolar, e uma gestão escolar que esteja acompanhando o desenvolvimento do ensino-aprendizagem. Contudo, esta é uma condição não somente da educação básica para todos, mas também de qualidade com a contribuição para a melhoria e crescimento do aluno na sua aprendizagem.

Acúcio (2004) afirma que para existir uma escola eficaz e de qualidade é necessário competências, agilidade, criatividade, entusiasmo e participação, ou seja, o envolvimento de toda a comunidade escolar.

Chamou-me a atenção as respostas dos entrevistados U10 e U14. O (U-10) diz “É o nível de ensino correspondente aos primeiros anos de educação escolar. Esta denominação corresponde, consoante o sistema educativo que o ministra, a um conjunto específico de anos de escolaridade, correspondendo, na generalidade dos casos, aos primeiros seis a nove anos”. (U-14) que é “quando começa a vida escolar, sendo na infância e vai até a adolescência. Passando por três etapas, educação infantil, anos iniciais e anos finais”. Para que haja excelência na educação básica é necessário intensificação para identificar o que precisa ser melhorado e com isso fazer um planejamento estratégico para disponibilizar recursos e profissionais qualificados para engrandecer a aprendizagem escolar que é o resultado para a educação de qualidade. A qualidade deve estar em conjunto com a satisfação do aluno, este por sua vez necessita do professor que é o caminho para as novas descobertas. Para tanto, é primordial que este educador tenha as competências necessárias. Ele precisa buscar novos caminhos para exercer com eficácia a educação de qualidade.

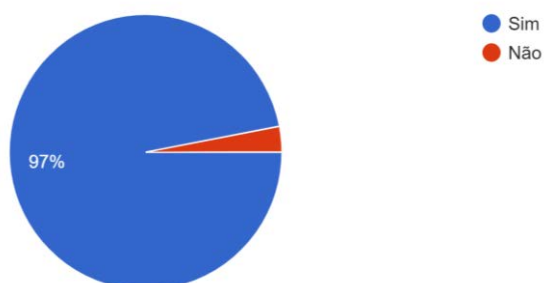
Existe um professor escondido, que orienta de modo elegante e exigente. Esta situação pode ser compreendida também como parte “romance”, mas tem um significado eminente: lugar do professor não é no centro do processo, mas na orientação dele. No centro está o aluno. Fazendo analogia com o jogo de futebol, é mister haver um árbitro, mas este “estraga” o jogo, se começa a aparecer em excesso. Os artistas são os jogadores e estes devem aparecer. Tornar-se clara a posição maiêutica desse tipo de professor, cuja função principal não seria, jamais, substituir, simplificar, facilitar, banalizar a aprendizagem do aluno, mas torná-la viável e tanto mais profunda e qualitativa. Instiga, motiva, desafia, inquieta, instabiliza... Não dá nada pronto. Ao contrário, após cada vitória, arma desafios ainda maiores e mais complexos. (DEMO, 2001, p.14)

Nesta concepção o professor deve mostrar o seu objetivo para educação, ou seja, formar cidadãos, ele não deve ser o centro das atenções e sim o aluno, para isso, é necessário que desenvolva o educando de forma eficiente, identificando problemas de aprendizagem quando houver, e intercalar com metodologias para o ensino, ou seja, aprendizagem. O professor deve ser um treinador “coach” que ensina, mas que também aprende. Vale ressaltar que não basta apenas o educador ter ciência do que precisa ser feito, se faz necessário também que a gestão contribua para que este professor possa ainda mais desempenhar o seu papel de docente.

2. VOCÊ CONHECE O DIRETOR DA ESCOLA?

Um percentual de 97% dos entrevistados afirmou que conhece o diretor da escola. Esse dado está representado no gráfico abaixo:

GRÁFICO 4:



FONTE: elaborado pela autora.

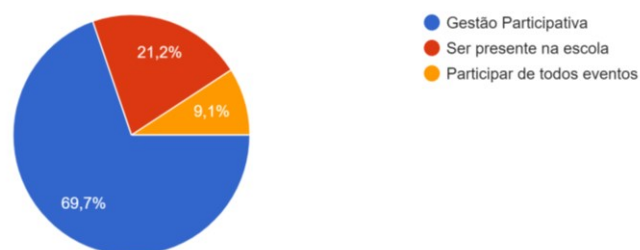
É preocupante termos ainda 3% dos entrevistados que não conhecem o diretor da escola, pois o gestor é a cara da escola, onde se vê a liderança pelo exemplo, se o entrevistado que faz parte da escola não o conhece identificamos que este gestor não é presente, ou seja não assume o papel de liderança. A gestão da escola deve abranger o conjunto de atuações como prática social que ocorre em âmbito de sistema, governo, escola, professores e alunos na interação de

todos para o bem comum, que é a aprendizagem escolar.

A participação da gestão é tão importante quanto o planejamento condizente com a realidade da sala de aula, o gestor da escola deve estar presente. Participar de estratégias quando os resultados da escola estão ruins, mensalmente identificar com os professores como ele pode contribuir para que a escola forneça frutos de boa qualidade.

3. NA SUA VISÃO, QUAIS OS REQUISITOS PARA SER UM BOM GESTOR EDUCACIONAL?

GRÁFICO 5:



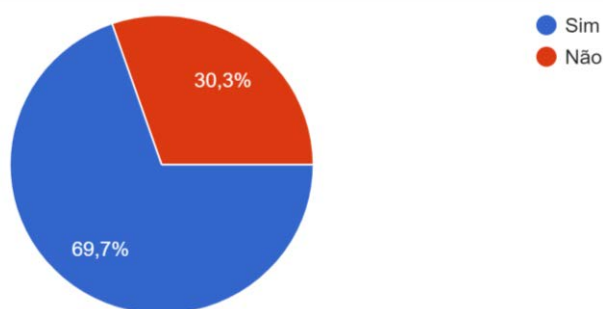
FONTE: elaborado pela autora.

É perceptível que os entrevistados almejam gestores participativos para que se tenha uma educação de qualidade, desta forma, a escola necessita de gestores mais participativos que realizem um modelo de gestão pautado na atuação para que possa alavancar resultados e com isso haverá ensino-aprendizagem. É possível identificar que os 21,2% dos entrevistados julgam que o diretor deve ser presente, ou seja, estar na escola para verificar o bom andamento das rotinas diárias.

No terceiro bloco de discursão é feita a exposição dos seguintes itens: Você tem conhecimento do projeto político pedagógico (PPP)? Como foi desenvolvido o projeto pedagógico da escola este ano? Com relação ao diretor escolar, qual a opção que mais define o gestor da escola? Você acredita que no Brasil na rede pública de ensino há aprendizagem escolar?

4. VOCÊ TEM CONHECIMENTO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)?

GRÁFICO 6:



FONTE: elaborado pela autora.

Identificamos que ainda possuímos entrevistados que não possuem conhecimento do PPP, isso nos mostra que por muitas vezes o projeto é construído sem a participação da comunidade escolar. O projeto político pedagógico é a base de toda a escola, onde se inicia e onde a escola almeja chegar, este projeto deve ser elaborado em conjunto com participação de todos que fazem parte da escola.

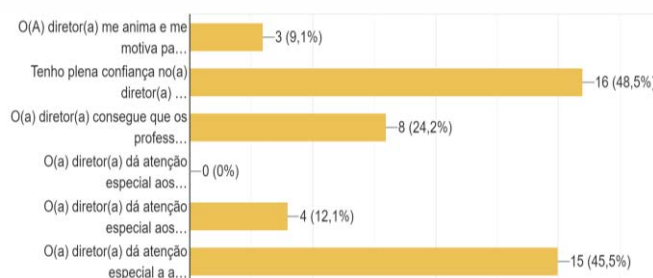
O núcleo gestor assim como o governo tem que se adequar e fazer investimentos de todos os sentidos em educação de qualidade, não somente implantar novos sistemas, mas, fazer intervenções para identificar se realmente o projeto está funcionando, e caso não esteja, reavaliar o que não funcionou e aplicar novamente com as correções. Mantoan (2001, p. 78) afirma que.

O sucesso de uma escola é medido pelo desempenho de seus alunos. Se os alunos, cada um no seu ritmo, conseguem aprender continuamente, sem retrocessos, a escola é sábia e respeitosa. Se suas crianças e jovens são frequentadores assíduos das aulas, seguros de sua capacidade de aprender e interessados em resolver os problemas que os professores lhes propõem, ela está cumprido o papel de torná-los pessoas autônomas, capazes de aprender pela vida toda (MANTOAN; 2001, p. 78).

O sucesso da escola pública é o resultado da participação de toda a comunidade escolar, são gestores qualificados, professores comprometidos com a aprendizagem, pais e alunos presentes e que façam valer o investimento público. Com isso, também é necessário que o governo também faça a sua parte aplicando o patrimônio público na educação.

5. COM RELAÇÃO AO DIRETOR ESCOLAR, QUAL A OPÇÃO QUE MAIS DEFINE O GESTOR DA ESCOLA?

GRÁFICO 7:



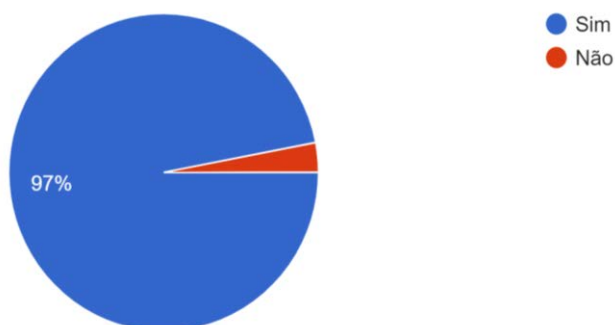
FONTE: elaborado pela autora.

Identificamos através do gráfico que 48,5% dos entrevistados informam que “tem plena confiança no diretor como”, é importante fazer esse destaque, pois o diretor da escola traz segurança para a comunidade escolar e não medo ou porque foi indicado por políticos. Os entrevistados percebem a capacidade de liderança e do trabalho realizado na instituição de ensino.

Outro ponto é a questão do Diretor e a aprendizagem do aluno”, onde é perceptível identificar que 45,5% dos entrevistados valoriza o trabalho do diretor e percebe que ele tem características e realiza o acompanhamento pedagógico da aprendizagem escolar. É bem verdade que isso se deve também as novas práticas adotadas através da eleição para o núcleo gestor, atualmente muitas cidades do estado possuem leis que devem ser realizados seleção pública através de prova escrita e de títulos e isso nos possibilita ter nas escolas profissionais capacitados e que estão ocupando os cargos através da meritocracia.

6. VOCÊ ACREDITA QUE NO BRASIL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO HÁ APRENDIZAGEM ESCOLAR?

GRÁFICO 8:



FONTE: elaborado pela autora.

A comunidade escolar com 97% reforça que a escola pública tem sim um ensino de qualidade. Isso nos agradece como brasileiro, percebermos que as pessoas acreditam na escola pública e identificam nela que existe sim aprendizagem, isso se deve a investimentos que está sendo realizados, a elaboração do Plano Nacional de Educação e ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), esperamos que os governos continuem a investir na educação, pois somente com ela podemos transformar pessoas.

Aqueles que utilizam o sistema público de ensino, conscientes de seus direitos e deveres, têm clareza sobre o caminho a seguir. No entanto, há uma expectativa por uma maior eficácia nas políticas públicas, com cada gestor desempenhando seu papel de maneira sólida e honesta em suas atividades.

REFERÊNCIAS

ACÚCIO, Marina Rodrigues Borges. **A Gestão da Escola**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ALMEIDA, Sebastião de Sousa; NASCIMENTO, Paula Carolina BD; QUAIOTI, Teresa Cristina Bolzan. **Quantidade qualidade de produtos alimentícios anunciados na televisão brasileira**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034->

89102002000300016&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 5 set. 2020.

AUSUBEL, David Paul. **David Ausubel e a aprendizagem significativa**. Disponível em <<https://novaescola.org.br/conteudo/262/david-ausubel-e-a-aprendizagem-significativa>> Acesso em 18 de set.2020

BITENCOURT, S. **Através do Ecrã: EaD para formar professores de História no Paraná** (UEPG 2008-2014). 2016. 164 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **A qualidade do ensino na escola pública**. Brasília: Líber Livro, 2005.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira de 1988**.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais/ Ministério da Educação**. Secretaria da Educação Fundamental.3. Ed – Brasília: A secretaria, 2001.

CAMPOS, Vicente Falconi. **TQC: Controle da Qualidade Total (No estilo japonês)**. 8. ed. Belo horizonte: Desenvolvimento Gerencial, 1999.

CONCEIÇÃO, Lilian da **Encarnação a relação de poder na avaliação da aprendizagem**. Disponível em: <<http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-LILIAN-DA-ENCARNAO-C3%87AO-CONCEI%3%87AO.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações**. São Paulo: Campus, 1999.

DEMO, Pedro. **Educação e Qualidade**, 10ª ed. São Paulo: Papirus, 2006.

Educação: **Um Tesouro a Descobrir**. 09ª ed.- São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC:UNESCO,2004.

GAROFALO, Débora. **Como as metodologias ativas favorecem o aprendizado**. Revista Nova Escola Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/11897/como-as-metodologias-ativas-favorecem-o-aprendizado>>. Acesso em: 03 set. 2020.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Lisboa: Porto Alegre: Artmed, 2010.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHE, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2005.

LIBÂNEO, J. C. **A deus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MAGRI, Juliana Maria **Aplicação do método qfd no setor de serviços: estudo de caso em um restaurante**. Disponível em:<http://www.ufjf.br/ep/files/2014/07/2009_1_Juliana.pdf>. Acesso em: 5 set. 2020.

MANTOAN, M. T. E. (Org.). **Pensando e fazendo educação de qualidade**. São Paulo: Moderna, 2001.

MELLO, GuiomarNano de. **Cidadania e Competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MINAYO, Maria C.S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MORÁN, José. **Mudando a Educação com metodologias ativas**. Disponível em<http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf> Acesso em 10 de set. 2020.

OAKLAND, J. S. **Gerenciamento da Qualidade Total**. /Trad. Adalberto Guedes Pereira/. São Paulo, Nobel, 1994.

**POESIA QUE EDUCA: A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA DE CORDEL NO
PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM**
**POETRY THAT EDUCATES: THE IMPORTANCE OF CORDEL LITERATURE
IN THE TEACHING AND LEARNING PROCESS**

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-7

Elias Marcio Carneiro da Silva ¹

RESUMO

A pesquisa se concentra na literatura de cordel devido à paixão do autor por esta forma de arte popular. Com raízes na região rural da Bahia, a simplicidade e a tradição oral do cordel têm fascinado o autor por muito tempo. O cordel serve como uma ferramenta educacional, oferecendo insights sobre história e cultura, ao mesmo tempo em que estimula a imaginação e a motivação dos estudantes. A literatura de cordel, profundamente enraizada em muitas comunidades, enriquece as práticas de ensino ao aprimorar habilidades de leitura e escrita por meio de seus temas relacionáveis e apresentação dinâmica. Quando integrado à educação, o cordel amplia a compreensão dos estudantes sobre cultura local e questões sociais, promovendo a aprendizagem interdisciplinar e preservando o patrimônio cultural. Apesar dos avanços tecnológicos, a relevância do cordel persiste, complementando os meios de comunicação modernos e atraindo novas audiências. Integrar a literatura de cordel nas salas de aula não apenas enriquece o processo de ensino-aprendizagem, mas também estimula a exploração cultural e o desenvolvimento da alfabetização. Como um importante patrimônio cultural, o cordel merece ser preservado e utilizado na educação para promover a valorização cultural e a compreensão social, alinhando-se aos padrões educacionais nacionais e promovendo um senso de cidadania e inclusão. Em última análise, a literatura de cordel oferece aos estudantes uma janela única para a diversidade cultural e dinâmicas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura de Cordel; Escola pública; Ensino e Aprendizagem.

ABSTRACT

The research focuses on cordel literature due to the author's passion for this form of popular art. With roots in the rural region of Bahia, cordel's simplicity and oral tradition have long captivated the author. Cordel serves as an educational tool, offering insight into history and culture while stimulating imagination and motivation in students. Cordel literature, deeply ingrained in many communities, enriches teaching practices by enhancing reading and writing skills through its relatable themes and dynamic presentation. When integrated into education, cordel broadens students' understanding of local culture and societal issues, fostering interdisciplinary learning and preserving cultural heritage. Despite technological advancements, cordel's relevance persists, complementing modern media and attracting new audiences. Integrating cordel literature into classrooms not only enriches the teaching-learning process but also encourages cultural exploration and literacy development. As a significant cultural asset, cordel deserves preservation and utilization in education to promote cultural appreciation and social understanding, aligning with national educational standards and fostering a sense of citizenship and inclusivity. Ultimately, cordel literature offers students a unique window into cultural diversity and societal dynamics.

KEYWORDS: Cordel Literature; Public school; Teaching and learning.

¹ Mestrando em Ciências da Educação. Especialização em Língua Inglesa pela Faculdade do Noroeste de Minas. Especialização em Informática na Educação pela Faculdade Alfa América. Graduado em Letras Português-Inglês pela Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC, professor de Língua Inglesa da Rede Pública. **E-MAIL:** eliasmarcios@yahoo.com.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/6720372791417077

INTRODUÇÃO

O motivo de fazer da literatura de cordel o objeto de estudo da presente pesquisa surge do meu vínculo e da minha paixão pelo mundo da arte, especialmente da literatura popular. Mesmo antes de começar o curso Mestrado em Educação, eu nutria em mim a ideia de pesquisar e escrever sobre cordel enquanto um importante recurso didático no processo de ensino e aprendizagem. Isso por que sempre tive um vínculo de afetividade com a literatura de cordel, já que ela me proporcionou momentos memoráveis desde minha adolescência na zona rural de Pé de Serra, interior da Bahia. O Cordel despertou em mim a paixão pela oralidade e escrita, devido a musicalidade das rimas e a sua linguagem simples que se aproximava do meu cotidiano.

A Literatura de cordel é um instrumento educativo que possui um grande valor para a sociedade e principalmente no ambiente escolar. O contato com esta poesia popular, possibilita alunos, professores e comunidade escolar a conhecerem particularidades da nossa história e além do mais, o cordel possibilita-nos vivenciar singularidades da nossa cultura. Segundo Zóboli (1998) a “poesia é um instrumento educativo que gera imagens e visões poéticas fictícias, estimula a motivação e inflama, aguça a imaginação e, quem aprende passa a adquirir novas atitudes”. Portanto o Cordel, enquanto poesia popular, traz em sua essência esse poder de estimular e motivar os alunos no processo de ensino e de aprendizagem.

Vale ressaltar também, que a literatura de cordel pode abordar qualquer outro assunto, podendo até ser utilizado como um importante recurso pedagógico para debater temas relacionados a educação escolar, cidadania, saúde, preconceito, discriminação racial, homofobia, consciência ambiental, religião, ética, educação sexual, drogas, violência, futebol, amor ao próximo e dentre outros tantos temas

que podem ser apresentados e discutidos em sala de aula.

A literatura de cordel tem uma grande importância no processo de ensino e aprendizagem, pois, oferece uma metodologia simples de ensinar e possibilita que os estudantes estimulem a percepção, desenvolvendo a capacidade de criação.

No ambiente escolar, a Literatura de Cordel tem o papel de integrar a arte e o professor, a escola, o aluno e a cultura popular de diferentes épocas até a contemporaneidade, possibilitando também o contato da linguagem popular com os acontecimentos reais da localidade em que a comunidade escolar está inserida. Ao pensar em literatura de cordel vemos que é importante ressaltar para os alunos que esta literatura é uma manifestação cultural de nossos antepassados e que continua presente no nosso cotidiano, mesmo com o avanço as novas tecnologias.

DESENVOLVIMENTO

A Literatura de Cordel, por estar tão presente no cotidiano de muitas escolas e de muitas comunidades, torna-se uma importante ferramenta no processo de ensino e aprendizagem, principalmente na melhoria das práticas de leitura e escrita. Por ser uma literatura popular e abordar temas do cotidiano, o uso do cordel em sala de aula é um importante recurso pedagógico, visto que trabalha as habilidades orais e escritas dos alunos de maneira dinâmica.

Conforme Araújo (2007),

O cordel se torna um recurso didático quando “Ao ser articulado à educação, o cordel, por tratar de conteúdos culturais e de aprendizagem, pode enriquecer o ato educativo, nas situações de ensino-aprendizagem, ampliando a compreensão sociocultural nordestina, por parte do educando”. Assim, o trabalho pedagógico a partir da sua utilização pode potencializar a prática interdisciplinar em virtude do gênero literário abordar

temáticas acerca dos problemas sociais. (Araújo, 2007)

Partindo dessa perspectiva, o uso da literatura de cordel em sala de aula torna-se uma tamanha ferramenta nesse processo, visto que o trabalho com o Cordel coloca o aluno em contato com a história de nossas raízes e esse conhecimento pode despertar o desejo de ler mais, conhecer mais a sua história, sua identidade cultural, descobrindo seus valores e principalmente o seu direito à literatura. É neste importante ponto, que o professor deve estar consciente de que a literatura é uma ferramenta cultural de libertação, e acima de tudo, um direito de todos.

Conforme Amorim (2008),

Pelas suas lições, a literatura de folheto apresenta larga aplicação dentro do ambiente escolar. Ela se presta a estudos em diversas disciplinas e em vários níveis. Alguns de seus empregos são óbvios; outros, nem tanto. Na área da linguagem, a lista estender-se-ia desde os mais simples conceitos da poética – como as noções de metrificação, rima, verso, estrofe, enfim, tudo ou quase que se faz geralmente com a poesia canônica – até as reflexões e críticas proporcionadas pelo próprio conteúdo de um folheto, (Amorim, 2008).

Ao pensar em literatura de cordel vemos que é importante ressaltar para os alunos que esta literatura é uma manifestação cultural de nossos antepassados e que continua viva no nosso cotidiano, mesmo com o avanço as novas tecnologias. Vale ressaltar que o uso das novas mídias digitais não substitui as formas antigas de produzir cordel. Essa combinação de velho e contemporâneo faz que a literatura de cordel ganhe muito mais notoriedade e conquiste mais leitores.

Todos desejamos que a escola seja o espaço que privilegie, oportunize a aprendizagem e desenvolva a autonomia dos alunos, despertando neles a

necessidade de buscar mais sobre si e sobre o mundo, possibilitando alçar novos voos e descobrir novos horizontes.

Ao levar a Literatura de Cordel para dentro da sala de aula, qualquer conteúdo ou tema pode ser abordado de maneira dinâmica, contribuindo na formação do aluno, possibilitando o domínio de outros conteúdos. Através da literatura de cordel como ferramenta pedagógica, o professor pode explorar as variantes regionais, o conceito de moralidade e de religiosidade do povo brasileiro, despertando nos alunos o interesse e o entusiasmo em aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprendizagem é um processo pelo qual o aluno se apropria das experiências de ensino do cotidiano. Levar a literatura de cordel para a sala de aula significa oferecer uma importante ferramenta no processo de ensino e da aprendizagem, motivando o aluno a conhecer mais da formação cultural do povo brasileiro, pois o Cordel faz uma representação do real por meio de uma linguagem simples e significativa.

Partindo desta afirmação, a literatura de cordel pode e deve ser utilizada como uma importante ferramenta no processo de incentivo à leitura e à escrita em sala de aula. Além do mais, sabemos que o cordel é uma das mais expressivas e importantes manifestações culturais do povo nordestino, e nós, como pessoas que valorizam a cultura popular, não podemos deixar essa arte e cultura tão linda e rica desaparecer.

Para concretizar essa premissa, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), a escola, visando à construção da cidadania, deve não apenas valorizar a cultura local, mas também transcender suas fronteiras. Isso implica proporcionar às crianças de diferentes grupos sociais o acesso ao conhecimento, tanto dos aspectos culturalmente relevantes da sociedade brasileira em nível nacional e regional,

quanto daqueles que compõem o patrimônio cultural universal da humanidade.

Além disso, ao utilizar a Literatura de Cordel como ferramenta de ensino e aprendizagem, a escola possibilita que o aluno entre em contato com diversos elementos populares que são de grande importância para sua formação cultural e social. Essa abordagem não só enriquece o processo educacional, mas também promove uma compreensão mais ampla e inclusiva da diversidade cultural e social, alinhando-se aos objetivos de uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. S. (2008). **A permanência de aspectos orais no romance de folheto**. 227p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ANTUNES, Celso. **Novas maneiras de ensinar. Novas maneiras de aprender**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ARAÚJO, P. C. A. (2007). **A cultura dos cordéis: território(s) de saberes**. 257p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

CANDIDO, Antônio. **“O direito à literatura”**. In: CANDIDO, A. **Vários escritos**. 5. ed. reorganizada pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

PINHEIRO, Hélder; LÚCIO, Ana Cristina Marinho. **Cordel na sala de aula**. – São Paulo: Duas Cidades, 2001.

ZÓBOLI, G. **Práticas de ensino: subsídios para a atividade docente**. São Paulo: Ática, 1998.

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: A INCLUSÃO COMO COMPROMISSO SOCIAL
SPECIAL EDUCATION POLICIES: INCLUSION AS A SOCIAL COMMITMENT

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-8

Ádila Suyanne Ponte de Oliveira Lima ¹Ivaneide Antunes da Silva ²Mônica Torres Araújo Saraiva ³**RESUMO**

As políticas relacionadas à educação especial trazem, em sua essência, o movimento pela inclusão como compromisso social para assegurar uma educação equitativa e qualitativa a todos os cidadãos. Diante da urgência por um ensino regular em salas de aula comuns para crianças, jovens e adultos com deficiência ou necessidades educacionais específicas, as políticas públicas estão sendo implementadas, tendo como foco a garantia ao acesso, à permanência, à participação, bem como ao atendimento educacional especializado (AEE) a esses estudantes, independentemente de suas condições físicas, motoras e intelectuais/cognitivas. Dessa forma, buscando-se uma melhor explanação sobre tal temática, o presente artigo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, a partir de uma análise crítica documental de obras literárias, leis e resoluções. A coleta dos dados permitiu identificar como as legislações e políticas públicas determinam políticas educacionais que estão em constate aprimoramento visando atender a todos. Mesmo diante de tantos avanços observados, a educação brasileira ainda necessita de uma atenção especial. Desse modo, é importante frisar que cada estado e seus respectivos municípios precisam estar conectados à união, objetivando a proposta de melhorias contínuas no sistema educacional brasileiro, fundamentada em princípios éticos e morais, atingindo-se assim, políticas embasadas no compromisso social, em uma educação integral e em propostas pedagógicas adequadas às diferentes necessidades educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas educacionais; Compromisso; Inclusão.**ABSTRACT**

Policies related to special education bring, in essence, the movement for inclusion as a social commitment to ensure equitable and qualitative education for all citizens. Faced with the urgency for regular teaching in common classrooms for children, young people and adults with disabilities or specific educational needs, public policies are being implemented, focusing on guaranteeing access, permanence, participation, as well as service specialized educational (AEE) to these students, regardless of their physical, motor and intellectual/cognitive conditions. Thus, seeking a better explanation on this topic, this article was developed through bibliographical research, based on a critical documentary analysis of literary works, laws and resolutions. Data collection made it possible to identify how legislation and public policies determine educational policies that are constantly improving to serve everyone. Even with so many advances observed, Brazilian education still needs special attention. Therefore, it is important to emphasize that each state and its respective municipalities need to be connected to the union, aiming to propose continuous improvements in the Brazilian educational system, based on ethical and moral principles, thus achieving policies based on social commitment, in a comprehensive education and pedagogical proposals suited to different educational needs.

KEYWORDS: Educational policies; Commitment; Inclusion.

1 Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (2002). Atualmente é Professora da Prefeitura Municipal de Maracanaú. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7086200204417386

2 Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (1995). Atualmente é Professora da Secretaria da Educação do Estado do Ceará. Tem experiência na área de Educação. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/6365334921499602

3 Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2002). Atualmente é Coordenadora - Coordenadoria - Gestão Escolar da Secretaria de Educação de Maracanaú. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Educação. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9163575471741819

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como proposta uma pesquisa bibliográfica sobre o tema “Políticas de Educação Especial: A Inclusão como um Compromisso Social”. A escolha da respectiva temática justifica-se pelo fato de as políticas educacionais relacionadas à inclusão terem avançado ao longo dos anos, garantindo que crianças, jovens e adultos com deficiência ou necessidades educacionais específicas tenham acesso a uma educação promotora de igualdade e oportunidades.

Nessa perspectiva, o compromisso social é com a inclusão, a inserção e o envolvimento de todos os cidadãos de direito no processo ensino-aprendizagem.

Faz-se mister assegurar uma educação equitativa e qualitativa a todos os cidadãos, independentemente de condições físicas, motoras, intelectuais/cognitivas, em quaisquer etapas, níveis e modalidades de ensino, em salas de aula comuns, onde os estudantes também permaneçam, participem e sejam atendidos no ambiente escolar, em suas diversas especificidades, por profissionais qualificados.

Dessa forma, as políticas de educação especial, como poder público, visam potencializar os espaços escolares, tornando-os cada vez mais inclusivos, valorizando, assim, cada estudante e contribuindo para o seu desenvolvimento integral.

O trabalho em pauta encontra-se dividido em duas partes: a primeira traz em seu escopo o conceito de políticas públicas e sua relação com a educação. A segunda parte aborda a trajetória histórica dessas políticas implementadas no contexto da Educação Especial a nível nacional.

Nesse sentido, para alcançar o objetivo de investigar sobre a temática supracitada, foi utilizada como processo metodológico a análise documental e bibliográfica que serviu de aporte teórico no respectivo estudo. Dessa forma, a tecitura deste trabalho está respaldada nos documentos oficiais e nas reflexões

elencadas por meio de diversos autores e obras, os quais abordam a educação especial na perspectiva da inclusão no decorrer da história.

Espera-se, então, que o resultado da pesquisa realizada contribua para as discussões a respeito da educação compromissada com o direito social e de caráter inviolável.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

O conceito de política tem sua gênese na antiga Grécia e significa de acordo com Baruffi (2017, p. 05) a “ciência, a qual determina quais são as ciências necessárias nas cidades, quais as que cada cidadão deve aprender”.

A política, enquanto arte do Estado de governar ou administrar uma cidade, um estado ou país, torna a ser pública quando há participação direta ou indireta de diversos segmentos, a fim de desenvolver ações para o bem-estar social.

Nesse sentido, no debate sobre a políticas públicas:

No processo de discussão, criação e execução das Políticas Públicas, encontram-se basicamente dois tipos de atores: os estatais (oriundos do Governo ou do Estado) e os privados (oriundos da Sociedade Civil. Os atores estatais são aqueles que exercem funções públicas no Estado, tendo sido eleitos pela sociedade para um cargo por tempo determinado (os políticos), ou atuando de forma permanente, como os servidores públicos (que operam a burocracia) (CALDAS, 2008, p. 8 *apud* BARUFFI, 2017, p. 8).

Para tanto, cada ator e segmento participante (sociedade civil, empresa privada, grupos, associações, movimentos sociais, dentre outros organismos) deste processo se torna importante, pois desempenha um papel significativo no acompanhamento dos ciclos principais da elaboração das políticas públicas, segundo

Ferreira e Nogueira (2015). Tais ciclos são: identificação de problemas, eleição de prioridades, tomada de decisões, implementação de ações, monitoramento e avaliação das ações. Daí dizer ainda que:

Políticas públicas resultam, portanto, da atividade política, e envolvem mais de uma decisão política, por isso, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar objetivos desejados. E ainda, constituem um conjunto articulado de ações, decisões e incentivos que buscam alterar uma realidade em resposta a demandas e interesses envolvidos (FERREIRA e NOGUEIRA, 2015, p. 03).

Acerca do conceito de educação, este envolve um processo contínuo de formação e de métodos, por meio dos quais são assegurados a construção de conhecimento e o desenvolvimento de habilidades no indivíduo; esse processo é vivenciado no convívio familiar, mas também em espaços coletivos formais (escola, universidade, faculdade, dentre outros), e em espaços culturais. A educação foi marcada historicamente por inúmeras transformações e reformas, principalmente originadas no âmbito dos contextos econômicos (capitalistas), políticos e sociais.

Nessa perspectiva, o significado da palavra inclusão entra em cena, pois:

A inclusão é significada enquanto processo mais amplo, processo que inclui a minimização e/ou superação de todo e qualquer impeditivo à participação: social, escolar digital. Engloba, então, todos os grupos historicamente excluídos das escolas: indígenas, negros, camadas populares, crianças/jovens com doenças crônicas, mulheres, idosos, etc. Nesta linha de pensamento, é fortalecida a percepção da participação como pressuposto e ingrediente essencial às transformações que se pretende colocar em prática, como dimensão essencial ao ato de incluir. [...] Incluir demanda colaboração, engajamento e negociação coletiva de significados, é ação gestada nas e pelas comunidades. É um projeto

coletivo de resgate dos direitos humanos básicos e de criação de dispositivos que promovam o exercício da cidadania. (VENÂNCIO, 2017, p. 62).

Com isso, concorda-se também, com Garcez (2023), quando se define a inclusão escolar como um método de mobilização que visa modificar atitudes dos colaboradores e estruturas por meio da disseminação de informações e o estímulo à convivência, estabelecendo-se um contrato social atualizado para a educação.

Dessa forma, surge o entendimento sobre Educação Especial como uma modalidade de ensino que transita por todas as etapas, níveis de ensino e modalidades. De acordo com Lima *et al.* (2022), tal modalidade enaltece as relações entre as características específicas do aluno e do ambiente no qual ele está inserido. Não se pode deixar de frisar que as práticas educacionais devem estar aptas a atender crianças e adolescentes com diferentes necessidades.

Nessa relação entre conceitos, tão emergentes e urgentes, a discussão em torno da inclusão foi se fortalecendo. O entendimento da expressão “educação para todos” foi ganhando uma concepção de educação como responsabilidade coletiva inegociável entre: Estado, Família e Sociedade.

Os Estados, o Distrito Federal, e os Municípios, enquanto mantenedores, têm a incumbência de ofertar e garantir o acesso aos educandos no ensino regular, dispor de recursos, oferecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a permanência destes na escola, além de financiar estudos e pesquisas que apoiem e colaborem com inclusão.

A família ou o tutor/responsável, como participante fundamental desse processo educacional, tem o dever de matricular a criança, o adolescente ou o jovem, bem como de participar e acompanhar a vida escolar do educando. Ambos- família e escola- devem estabelecer uma parceria colaborativa.

A sociedade, por sua vez, tem a função de colaborar, incentivar e fiscalizar a participação de todos os protagonistas e a efetivação das políticas educacionais. De fato, o entendimento do papel e compromisso de cada aspecto acima citado é inegociável na operacionalização das Política de Educação Especial.

Assim, a Política Nacional de Educação Especial equitativa, inclusiva e ao longo da vida:

[...] contribui para ações públicas efetivas e afirmação de valores democráticos e progressistas, aberta para os avanços culturais, científicos e técnicos no Brasil. Deve inspirar mudanças necessárias que provoquem a melhoria na educação inclusiva e na qualidade do ensino (BRASIL, 2008, p. 04).

Compreender os processos históricos pelos quais a educação passou é importante, pois representa a construção da identidade de um país. Corroborando com este pensamento, Martins (2016, p. 74) destaca:

Processos históricos é uma expressão recorrente na historiografia. Com ela se enuncia um modo de apreender, descrever, entender, explicar e narrar acontecimentos cujo encadeamento permite compreender a situação no tempo atual do sujeito agente e sua possível projeção no futuro.

Desse modo, cada política educacional implementada no decorrer do tempo, mesmo que nem sempre tenha advindo das demandas sociais, são pontos de partida para a construção de uma educação histórica, difusa na cultura e sociedade. Vale frisar que nesse modelo educacional, a historiografia-produto é tido como um elemento primordial responsável pela formação cultural dos indivíduos (MARTINS, 2016).

Diante desses aspectos, Baruffi (2017, p. 31) destaca:

Observa-se que para chegar ao patamar em que nos encontramos na atualidade, a caminhada foi árdua e passamos diversos momentos históricos, na construção de várias constituições brasileiras.

Para isso, foram descritos abaixo os principais acontecimentos que servem de marco legal e regulatório da Educação Especial no Brasil.

Em meados de 1854, foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (Instituto Benjamin Constant – IBC) e o Instituto dos Surdos Mudos; em 1857, o Instituto dos Surdos Mudos (Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES).

Somente em 1926, foi fundado o Instituto Pestalozzi e, em 1945, criado o primeiro Atendimento Educacional Especializado às Pessoas com Superdotação na Sociedade Pestalozzi.

Em 10 de dezembro de 1948, ocorreu a Assembleia Geral das Nações Unidas realizada em Paris, que contou com a participação de representantes de países de todo o Mundo. Por meio dela, foi organizado o documento “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, que prevê os direitos humanos como proteção universal.

Em 1954, foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, no ano de 1961, instituído o atendimento educacional às pessoas com deficiência, respaldado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 4.024/61.

Em 1973, é criado o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, órgão ligado ao Ministério da Educação e responsável pela educação especial no país. Tal organismo fomentou ações assistenciais educativas às pessoas com deficiências e/ou superdotação.

No ano de 1988, foi promulgada a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, a qual define a educação como um direito social fundamental.

A Carta Magna Brasileira (1988), em seu art. 205, dispõe sobre a educação. De acordo com tal artigo a educação é um direito de todos os indivíduos, devendo o Estado e a família, caso possível, promover e incentivar sua disseminação na sociedade como um todo, objetivando atingir o desenvolvimento do cidadão enquanto pessoa e trabalhador (BRASIL, 2016).

Tomando como eixo central os direitos e deveres, a Constituição Federal estabelece ainda, nos incisos do art. 206, que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IX. Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 2016, p. 123).

E ainda, em seu art. 208 e incisos, assegura que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- III. Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- VII. Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 2016, p. 124).

Destaca-se que, em 1990, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/90, e dispositivos como o art. 55- que trata da obrigatoriedade da família em matricular o filho ou pupilo em unidade escolar de ensino. E ainda, com a Conferência Mundial de Educação para Todos

(Jomtien/1990) foi idealizada a Declaração Mundial de Educação para Todos, iniciativa para diminuir o índice de crianças e jovens sem acesso à escola.

Em 1994, foi assinada a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Especiais. Nesse mesmo ano, foi publicada a Política Nacional de educação Especial, orientando para a integração instrucional (BRASIL, 2008).

Em 1996, ocorreu a atualização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), citando-se como exemplo de diretriz a norma do art. 59 – que prevê que os sistemas de Ensino devem assegurar aos alunos, métodos para atender às suas necessidades.

No ano de 1999, foi publicado o Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao tratar sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

A Lei nº 10.098 foi sancionada em 19 de dezembro de 2000, e estabelece normas

gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

A Convenção de Guatemala, amparada pelo Decreto Nº 3.956/01, foi outro marco nas políticas educacionais, ao estabelecer que deficientes físicos possuíam direitos humanos iguais aos demais indivíduos e liberdade para tomarem decisões. Foi definido também que a discriminação com essas pessoas portadoras de necessidades especiais poderia ser reflexo de uma exclusão ou diferenciação que pudesse impedir esse ser humano de manifestar seus direitos e liberdade (MAMEDES *et al.*, 2021)

Paralelamente, no Brasil, se deu a aprovação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, o Plano Nacional de Educação – PNE Lei nº 10.172/2001 e o Decreto nº 3.956/2001, que representam um marco para a Educação.

Em seguida, foi homologada a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica – que dispõe que a Organização curricular das Instituições Superiores deve prever disciplinas para atenção à diversidade. No mesmo ano, a Lei nº 10.436/02, aprovada, identificou a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação, e a Portaria nº 2.678/02 normatizou o uso, o ensino, a produção e propagação do Sistema Braille para a Língua Portuguesa.

Em 2003, foi instituído o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, para organizar nacionalmente o atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade.

Dando continuidade à sequência de políticas públicas formuladas, no ano de 2004 foi divulgado o documento “O acesso de Alunos com deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, e promulgadas as Leis: nº 10.048/00 e nº 10.098/00, esta que institui o Programa Brasil Acessível, programa de acessibilidade.

Em 2005, o Decreto nº 5.626/05 que regula a Lei nº 10.436/2002 incluiu a LIBRAS como disciplina curricular, dispôs sobre a formação e a certificação do Professor, Instrutor e Tradutor/Intérprete de Libras e a implantação dos núcleos de Atividades das Altas Habilidades/Superdotação, o que são considerados grandes feitos para a Educação Especial na Perspectiva da Inclusão.

Já em 2006, a ONU aprovou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Foi lançado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, visando implementar no currículo da Educação Básica temáticas relacionadas às pessoas com deficiência, para a inclusão, acesso e permanência no ensino superior.

No ano de 2007, foram lançados o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC e o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, este respaldado pela Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência, tendo como foco a acessibilidade

arquitetônica dos prédios escolares, a implantação das salas de recursos e a formação docente para professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Neste mesmo ano, o Decreto nº 6.094/2007 normatizou as Diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, assegurando o acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais dos alunos nas instituições públicas de ensino.

Em 2008 foi aprovada a Política Pública de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2008. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007 e prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

Dado esse evento, percebe-se o crescimento na centralidade dos debates na formulação de outras políticas públicas educacionais referentes à inclusão.

Após esse período, foram publicadas as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, em 2009. Tais diretrizes se constituem como um “Documento orientador das práticas pedagógicas suplementares ao ensino regular, junto aos educandos com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação”, conforme (LIMA *et al.*, 2022).

O ano de 2010 foi considerado um grande marco regulatório, pois foi implementado o Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). A Resolução 04/2009 estabelece que o atendimento educacional especializado (AEE) nas salas de SRM:

[...] da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos

Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009, p. 2).

Já em 2011, o Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Para reafirmar a importância deste feito, é lançado nesse mesmo período, o Manual de Orientação do Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais.

As salas de Recursos Multifuncionais (SRM) “são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado”, de acordo com (BRASIL, 2010, p. 02).

O Plano Nacional de Educação (PNE), por meio da Lei nº 13.005/2014, foi outra política pública que definiu orientações, metas e estratégias para o desenvolvimento da política educacional em período decenal. Por meio do Plano em pauta, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão formar seus próprios planos (políticas públicas), bem como trabalharão em regime de colaboração para a efetivação e implementação de suas metas e estratégias; e em sua meta 16 e estratégias, traz como diretriz a atualização da formação superior (cursos de pós-graduação), no intuito de romper com as defasagens na formação dos profissionais do magistério, e assim, qualificar suas práticas, diante as demandas existentes e de acordo com o contexto no qual está inserido o sistema de ensino (BRASIL, 2013).

Em 2015 foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiências (LBI). A respectiva legislação, de Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da pessoa com Deficiência) é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social (BRASIL, 2015, p.11).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento homologado em 2017, de caráter normativo, e balizador da qualidade educacional, em plena vigência, é composto por uma série de expectativas de aprendizagens essenciais que todos os educandos necessitam desenvolver ao longo de sua vida escolar na Educação Básica. Desta forma, ficam garantidos os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em consonância com o que preconiza o Plano Nacional de Educação (PNE).

Ressalta-se que a BNCC não é currículo, mas orienta e colabora com os currículos de Estados, Distrito Federal, Municípios e com as propostas pedagógicas das instituições educacionais, esta é parte integrante da política nacional da Educação Básica, e visa colaborar com a regulação de novas estratégias e políticas referentes à formação inicial e continuada de professores, à avaliações de pequena e larga escala, à elaboração de materiais didáticos e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (BRASIL, 2018).

Ressalta-se ainda, que o documento supracitado, apresenta em seu escopo:

[...] o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (BRASIL, 2018, p. 14).

Sobre a política de formação, já preconizada nas diferentes legislações acima citadas, destaca-se sua relevância como ação e meio de empoderamento de saberes e fazeres docentes. Nesse sentido, ao falar em formação continuada, o que se pretende é que haja o entendimento de que:

Não podemos evitar o pensamento de que a formação continuada dos professores não pode se separar das políticas que incidem nos docentes. Se queremos que tal formação seja viva, dinâmica e útil, é claro, devemos uni-la a uma carreira profissional ou a um estatuto da função docente (IMBERNÓN, 2010, p. 45).

Imbernón (2010) defende, ainda, que a formação continuada de professores é consequência das mudanças ocorridas no comportamento das pessoas, na velocidade de aquisição de uma informação, nas áreas de conhecimentos e nas atitudes em exercício dos professores.

Diversas políticas tratam e apontam a formação continuada do profissional como um dos aspectos preponderantes para a atuação no atendimento educacional de qualidade.

Nesse contexto, o Plano Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação inclusiva, recomenda que, para o Atendimento Educacional Especializado aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação, o professor:

[...] deve ter como base da sua formação inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns de ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de

educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2009, p. 18).

Mediante as ponderações feitas, reafirma-se que é de responsabilidade dos Estados, Municípios e sistemas de ensino organizarem suas políticas e planos de formação continuada em exercício para os seus profissionais.

O município de Maracanaú, por meio da Equipe Técnica do Setor de Educação Especial/Inclusiva – SEEI, apresenta uma proposta bem estruturada de Formação Continuada em Contexto, junto aos Professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado. O objetivo deste trabalho respalda-se na busca de estratégias pedagógicas que norteiem os fazeres do Professor da Sala de Recurso Multifuncional, o que significa:

Um processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários com o objetivo de proporcionar um serviço com equidade para os estudantes público-alvo do AEE do Município de Maracanaú (LIMA *et al.*, 2022, p. 24-25).

Outras ações relacionadas à formação continuada acontecem no município, tendo como foco a Educação Especial na perspectiva da Inclusão, tais como: seminários, palestras, relato de práticas pedagógicas na perspectiva da inclusão e publicações de livros.

Diante de todas as ações elencadas, é notório que nas últimas décadas, ao longo do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, houve um crescimento significativo nos movimentos, discussões e implementação de políticas públicas centradas em mecanismos para a promoção no que diz respeito a uma educação equitativa, qualitativa, para a garantia efetiva

dos direitos fundamentais e ao exercício pleno de todo cidadão brasileiro.

Sabe-se que ainda há muito a avançar quando o assunto é educação para todos, pois faz-se necessário tratar das inúmeras debilidades e fragilidades herdadas desde o início da história do país.

METODOLOGIA

A investigação realizada sobre o artigo em pauta é fundamentada na abordagem qualitativa de pesquisa no contexto da educação. A opção pela respectiva proposta se justifica pelo fato de a pesquisa qualitativa apresentar um caráter de investigação social, conforme Minayo *et al.* (2002). Para os autores:

O campo científico, apesar de sua normatividade, é permeado por conflitos e contradições. E para nomear apenas uma das controvérsias que aqui nos interessa, citamos o grande embate sobre a cientificidade das ciências sociais, em comparação com as ciências da natureza. Há os que buscam a uniformidade dos procedimentos para compreender o natural e o social como condição para atribuir o estatuto de "ciência" ao campo social. Há os que reivindicam a total diferença e especificidade do campo humano (MINAYO *et al.*, 2002, p. 10-11).

Para a tecitura deste trabalho, a metodologia aplicada foi a pesquisa bibliográfica, com análise documental (leis, documentos oficiais, resoluções, e obras de diversos autores) que respaldaram toda a exposição do referencial bibliográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a análise dos dados coletados, por meio dos diversos documentos pesquisados, tornou-se possível identificar que cada legislação e política pública acima pontuada representa uma trajetória histórica de

avanço, um momento único de construção de planos governamentais para a implementação de outras e mais atualizadas políticas educacionais, que atendam a todos.

Representa ainda, a oportunidade de a União, os Estados e Municípios, não só acompanharem os avanços, mas planejarem novas estratégias para o cumprimento das normativas e assim, ultrapassarem os desafios.

Corroborando com tal afirmação, destaca-se que:

O processo de construção da educação brasileira tem sido marcado por grandes discussões e lutas. Busca-se, desde o Império, guardadas as características de cada período, uma educação que possa construir um país menos desigual, proporcionando a seus cidadãos ferramentas para o exercício pleno da cidadania (LIMA e GARCIA, 2021, p. 85).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário educacional brasileiro foi marcado por inúmeras transformações, principalmente daquelas originadas no âmbito dos contextos sociais, políticos e econômicos de cada época.

Com isso, o conceito de educação foi ampliado no decorrer do tempo, e a escola foi se tornando um equipamento com cada vez mais função social e pedagógica; sobretudo, um espaço privilegiado de aprendizagem feito para todos. Nesse contexto, a escola exerce também a função de agência estatal de regulação social, segundo Andrade (2005), onde as políticas públicas acontecem.

Nessa perspectiva, ressalta-se a importância do tema como um aspecto de fundamental relevância, tendo em vista que o desenvolvimento de um país está diretamente ligado à educação.

É fato que, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o cenário educacional brasileiro

passou por diversos movimentos e acontecimentos históricos no decorrer dos seus quase 201 anos de independência, e oito constituições promulgadas ao todo até a atualidade.

Mesmo com grandes conquistas, a educação brasileira precisa avançar para garantir a implementação de políticas públicas de educação que garantam o acesso, a permanência, a participação, bem como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes com deficiências, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação em salas de aula comuns independentemente de suas condições físicas, motoras, intelectuais/cognitivas, em quaisquer etapas (Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental), níveis (Médio e ou superior) e modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância), atendendo assim, às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013).

Por fim, ressalta-se a importância de União, Estados e Municípios avaliarem constantemente suas políticas educacionais, tendo como base os princípios éticos, políticos e estéticos. Políticas pautadas no compromisso social, em uma educação integral, e em propostas pedagógicas adequadas às diferentes necessidades educacionais.

REFERÊNCIAS

- BARUFFI, M. M. **Políticas Educacionais**. Fortaleza: Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSSELVI, 2017. 200 p. ISBN 978-85-515-0054-5.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 01 ago. 2023.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Fortaleza: INESP, 2015. 92 p.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 ed., 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Pública de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Brasília, DF, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 01 ago. 2023.
- CALDAS, R. W. **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 p., v. 7.
- FERREIRA, L. A. M.; NOGUEIRA, F. M. de B. Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas e o plano nacional de educação. **@rquivo Brasileiro De Educação**, v. 3, n. 5, p. 102-129, 2016.
- GARCEZ, L. **O desafio de não deixar ninguém para trás**. 24 ed. São Paulo: EDUCATRIX, 2023. Ano 12, nº 24, p. 30-35.
- IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Tradução: Juliana dos Santos Padilha. Porto Alegre: Artmed, 2010. 120 p. ISBN:9788536321523, 8536321520
- LIMA, A. C.; GARCIA, L. M. M. **Educação em movimento: O direito universal, as transformações e as possibilidades durante e após a pandemia**. São Paulo: Fundação Santillana – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, 2021. ISBN: 9788563489548.
- LIMA, A. P. H.; GOMES, R. B. V.; LIMA, C. M.; SILVA, L. E. F.; GOMES, L. M.; BEZERRA, A. M. R. C. **Educação inclusiva: Atendimento remoto no município de Maracanaú**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2022. 208 p.
- MAMEDES, N. O. L.; COSTA, S. P.; COSTA, E. P.; OLIVEIRA, E. A.; MAMEDES, J. D. **Uma breve trajetória na política nacional da Educação Especial em sua perspectiva da educação inclusiva**. 14. ed. Revista Educação Pública, 2021. Disponível em: [https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/14/uma-breve-trajetoria-da-politica-nacional-da-educacao-](https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/14/uma-breve-trajetoria-da-politica-nacional-da-educacao)

especial-em-sua-perspectivada-educacao-inclusiva. Acesso em: 01 de ago. 2023.

MARTINS, E. R. **Processos históricos, aprendizagem e educação de uma "segunda natureza humana"**. Paraná: Educ. Rev., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/er/a/kyk43JTM8kVdp6vmyZvWstM/#>. Acesso em: 03 de ago. 2023

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, D. A. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes. **Educação & Sociedade**. Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 753-775, outubro, 2005.

RIBEIRO, P. R. M. História da educação escolar no Brasil: Notas para uma reflexão. **SciELO Brasil**. Paidéia - Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, v. 4, p. 15-30, fevereiro/julho, 1993.

VENÂNCIO, A. C. L. **Grupos de apoio entre professores e a inclusão: uma reflexão sobre a reinvenção das práticas de docência a partir da ênfase no ensino colaborativo**. 2017. Tese (Doutorado em Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

**EXPLORANDO SABERES E PRÁTICAS EM RELAÇÃO AO CLIMATÉRIO NO
CONTEXTO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA**
**EXPLORING KNOWLEDGE AND PRACTICES REGARDING MENOPAUSE WITHIN
THE CONTEXT OF THE FAMILY HEALTH STRATEGY**

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-9

Maxson Bruno Paiva Silva Santos¹

RESUMO

O climatério é um período significativo da vida da mulher. Para tanto, o presente artigo é o resultado de pesquisa que tem como tema o Climatério no âmbito da Estratégia de Saúde da Família - ESF do município de Mossoró – Rio Grande do Norte/RN e como objetivo conhecer os saberes e as práticas de cuidado no climatério de um grupo de mulheres vinculadas a uma equipe da ESF. Tratou-se de uma pesquisa de campo, descritiva com abordagem qualitativa, com proposta de escolha intencional de dez participantes para o estudo, em que a principal técnica de produção de dados foi a entrevista semiestruturada individual aplicada nos meses de junho e julho de 2023. Os dados foram analisados por meio da proposta operativa de Minayo (2013). As mulheres entrevistadas desconhecem a diferença entre climatério e menopausa; destacam como sintomas mais fortes desse período a irregularidade menstrual e os calores. O acesso ao acompanhamento com especialista, bem como os tratamentos adequados ainda são insipientes e de difícil acesso principalmente no âmbito do SUS – Sistema ÚNICO DE SAÚDE. Existe grande necessidade de acolhimento e escuta qualificada nessa fase da vida da mulher. Oportunizar o poder de fala às mulheres no climatério é o primeiro passo para ajudá-las a reforçar sua autonomia, conhecer suas necessidades, dúvidas e superações. Quanto mais instrumentalizada e informada estiver a mulher para viver as diferentes fases de sua vida, mais facilmente ela passará pelas transformações peculiares de cada período.

PALAVRAS-CHAVE: Climatério; Mulher; Ginecologia.

ABSTRACT

Menopause is a significant period in a woman's life. Therefore, this article presents the results of research on Menopause within the scope of the Family Health Strategy (FHS) in the municipality of Mossoró, Rio Grande do Norte, Brazil, aiming to understand the knowledge and care practices regarding menopause among a group of women linked to an FHS team. This was a descriptive field research with a qualitative approach, involving the intentional selection of ten participants for the study. The primary data collection technique employed was semi-structured individual interviews conducted in June and July 2023. Data analysis was carried out using Minayo's (2013) operational proposal. The interviewed women were unaware of the difference between menopause and perimenopause; they identified irregular menstrual cycles and hot flashes as the most prominent symptoms of this period. Access to specialist care and appropriate treatments remains limited and challenging, particularly within the Brazilian Unified Health System (SUS). There is a significant need for support and qualified listening during this phase of a woman's life. Providing women in menopause with the opportunity to speak up is the first step in helping them reinforce their autonomy, understand their needs, doubts, and achievements. The more empowered and informed a woman is to navigate the different phases of her life, the more smoothly she will transition through the peculiar transformations of each period.

KEYWORDS: Climacteric; Woman; Gynecology.

1 Graduação em Medicina. Atua como Médico Ginecologista e Obstetra no Estado de Pernambuco e Ceará. Pós-graduação em Ginecologia e Obstetrícia - FG Faculdade Global; Pós graduação em Sexualidade Humana. Mestrando em Saúde Coletiva. **CURRÍCULO LATTES:** /attes.cnpq.br/5859554214289261

INTRODUÇÃO

Mais do que apenas uma fase da vida da mulher, que pode passar despercebida pelos serviços de saúde pública, o climatério é um período significativo da vida dela que deve ser vivenciado em sua totalidade.

Nessa visão, compreender o contexto sociocultural de cada mulher auxilia a equipe multidisciplinar em saúde a desenvolver práticas pautadas em uma compreensão mais abrangente dos fatores que influenciam no processo saúde/doença.

Pensar, discutir ou escrever sobre as alterações climatéricas/menopausa é essencial, uma vez que este tema e/ou este público feminino esteve durante muitos anos na história da humanidade silenciado, vítima de vários preconceitos e sem o devido acesso à informação.

Inicialmente, é importante destacar que dar - lhes voz e protagonismo é uma boa forma de pensar/fazer o cuidado a essas mulheres, principalmente ao se refletir o papel do médico Ginecologista e Obstetra como membro de uma equipe multidisciplinar.

Cabe reiterar que o conceito utilizado neste trabalho para menopausa/climatério é aquele que aborda uma dimensão multifatorial dessa etapa da vida feminina, ou seja, que contemple não somente os aspectos biológicos, mas os socioculturais, os espirituais, entre outros. Portanto, cabe lembrar que na abordagem da mulher no climatério é fundamental não se restringir ao aspecto fisiológico, já que e as mudanças corporais estão cercadas por aspectos psicológicos e culturais, além de mitos e desigualdades sociais e de gênero.

Nesse íterim, o trabalho interdisciplinar de profissionais da saúde tem auxiliado as mulheres na compreensão de que a menopausa é muito mais do que um sintoma ou uma condição médica, mas a expressão física de um momento de vida, para o qual concorrem os diversos fios de sua história, e que apresenta uma

conotação biológica bem importante, trazendo reflexo em todas as dimensões na vida da mulher.

A Organização Mundial da Saúde define climatério como um processo fisiológico e natural da vida da mulher e que compreende a transição entre o período reprodutivo e o não reprodutivo da sua vida. (BRASIL, 2008).

Por outro lado, a menopausa é um marco delimitador do climatério, correspondendo ao último ciclo menstrual da mulher, e sendo somente reconhecidos depois de passados 12 meses da sua ocorrência. Acontece geralmente em torno dos 48 aos 50 anos de idade.

Destaca-se ainda que os sintomas próprios do climatério podem se iniciar logo após os 40 anos de idade, e essa tem sido a faixa etária que se convencionou para delimitar a insuficiência ovariano prematura do período pré-menopáusico natural, (DE SÁ, 2022).

Nessa direção, o climatério corresponde à fase da vida da mulher onde ocorre a transição do período reprodutivo até a senectude e varia, em geral, dos 40 aos 65 anos, segundo a OMS.

Dentro desse contexto de tantas mudanças, não podemos deixar de salientar as influências socioculturais, biológicas e espirituais que repercutem na vida da mulher que vive esta fase.

É do nosso conhecimento que vivemos a realidade do aumento de expectativa de vida e dessa forma, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o Brasil tem 97 milhões de mulheres, das quais pouco mais de trinta milhões estão na fase do climatério. Segundo essa visão, após a menopausa, que ocorre por volta dos 50 anos, resta à mulher aproximadamente ainda um quarto de sua vida, que pode e deve ser vivida de forma saudável, feliz e produtiva, (BRASIL, 2008).

Dados de pesquisa realizada pela Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) em 2019 mostraram que o(a) ginecologista é

considerado(a) pela ampla maioria das mulheres como o(a) especialista que elas reconhecem como referência para cuidar de sua saúde, (DE SÁ, 2022).

Sabe-se que mesmo com os esforços governamentais para executar estratégias de humanização e qualificação no cuidado à saúde das mulheres, a atenção durante o climatério e menopausa no âmbito do SUS – Sistema Único de Saúde - , ainda é incipiente em nosso país. Esses não dão conta da complexidade referente à saúde da mulher nessa fase, e que se expressa nas mais variadas especificidades, necessidades e diferenças.

Nesse sentido, ainda se observa a fragmentação das ações direcionadas a esse grupo da população feminina, priorizando-se a assistência da saúde da mulher aos aspectos da reprodução e aos agravos à saúde.

Nesse contexto, o médico Ginecologista e Obstetra, ao atuar como membro de uma equipe multidisciplinar, deve possibilitar o compartilhar de saberes, anseios, dúvidas e sentimentos desse público. Com isso, ratifica-se que, numa relação dialógica, onde o indivíduo é valorizado e motivado a refletir sobre seu modo de vida e seus limites, especificamente as mulheres em fase de climatério, merecem e precisam ter espaço para que reflitam sobre as alternativas de novos caminhos em busca de uma convivência melhor consigo mesmas e com seus pares, (LEITE, 2012).

Dentro dessa perspectiva que se ancora o interesse nesta temática, que se iniciou durante a graduação, residência médica e se consolidou durante as práticas ambulatoriais e hospitalares diárias com essas mulheres. Neste ínterim, será realizada também uma revisão integrativa com o objetivo de identificar na literatura brasileira produção científica acerca dos cuidados realizados por mulheres no período do climatério, o conhecimento acerca da vivência ou da percepção delas sobre essa fase de vida, a busca da identificação de suas perspectivas ou dos significados atribuídos ao climatério.

Neste contexto pensar o cuidado à saúde da mulher no climatério; sobre o que ela sabe e o que faz com relação à sua saúde nessa fase para se cuidar é essencial para que o médico Ginecologista possa direcionar uma assistência que abarque toda a dimensão humana.

Diante das questões supracitadas, surge a seguinte questão orientadora: Quais são os saberes e as práticas de cuidado no climatério, de um grupo de mulheres vinculadas a uma Estratégia de Saúde da Família do município de Mossoró – Rio Grande do Norte - RN? Nessa direção, apresenta-se o objetivo do estudo, que é o de conhecer os saberes e as práticas de cuidado no climatério, de um grupo de mulheres vinculadas a uma Estratégia de Saúde da Família do município de Mossoró – RN.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo, descritiva com abordagem qualitativa, com proposta de escolha intencional de dez mulheres para o estudo. A captação dessas mulheres se deu inicialmente por meio de dados e informações cedidas por agentes comunitários de Saúde (ACS) do território área de abrangência o que foi fundamental para o primeiro contato com o público-alvo. Foram elencados como critérios de inclusão: mulheres entre 40 e 50 anos, com ensino médio completo ou superior, residentes na área de abrangência da Estratégia de Saúde da Família (ESF) escolhida. Como critérios de exclusão, mulheres que realizaram ooforectomia bilateral associada, ou não, à histerectomia.

A principal técnica de produção de dados foi a entrevista semiestruturada individual, dentro de um consultório da própria unidade de saúde, que ocorreu entre os meses de junho e julho de 2023.

Após o processo de captação e transcrição, os dados foram analisados por meio da proposta operativa de Minayo, que apresenta a compreensão de que a

pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, (MINAYO 2013).

RESULTADOS

Das dez pacientes captadas para participação, três iniciaram sintomas do climatério antes dos 45 anos e as demais após essa idade. Duas mulheres já se encontravam na menopausa.

Diante do supracitado, é fundamental alertar para o diagnóstico/ocorrência da Insuficiência Ovariana Prematura (IOP) é caracterizada pela perda de função ovariana antes dos 40 anos de idade. O diagnóstico é firmado por duas dosagens de FSH >25 mUI/mL com intervalo entre as coletas de pelo menos 4 semanas.

Complementando o entendimento sobre as diversas nuances que envolve esse período da vida da mulher, podemos destacar que para mulheres com idade superior a 45 anos e sintomas sugestivos de estrangeirismo como ondas de calor típicas, o diagnóstico de síndrome do climatério é clínico. A definição da data da menopausa é feita retrospectivamente, após 12 meses de gonorreia em uma mulher com mais de 45 anos, (BENETTI-PINTO, ASORES, MACIEL, NÁCUL, YELA, ROSA e SILVA, 2020).

Sobre os sintomas do climatério elencados por elas, destacamos: calorões (fogachos); irritabilidade; sintomas geniturinários; diminuição da libido; alterações menstruais; piora da qualidade da pele e cabelos; insônia e ganho de peso.

Dentro da sintomatologia apresentada, elencamos o fogacho. Os sintomas vasomotores, também conhecidos como fogachos ou ondas de calor,

são os mais frequentemente associados à transição menopausa. Consistem em sensações súbitas de calor na região central do corpo, mais notadamente na região da face, tórax e pescoço, e duram em média três a quatro minutos, (VODA, 1981).

Frequentemente ocorre aumento na frequência cardíaca, vasodilatação periférica, elevação da temperatura cutânea e sudorese. Quando ocorrem durante a madrugada, podem se associar a insônia, (KAUNITZ, MANSON, 2015).

Quando questionadas sobre a relação dos surgimentos dos sintomas com o climatério, oito (8) delas não conheciam o termo climatério e já se consideravam (entrando na menopausa) e apenas duas relataram que acreditavam estar de “pré-menopausa”.

Muitas vezes as mulheres não compreendem ao certo o que está acontecendo com seu corpo e uma das principais queixas que as levam a procurar ajuda são alterações no seu ciclo menstrual. Com frequência, mulheres procuram atendimento em decorrência de alterações do ciclo menstrual na transição menopausal.

Sobre a diferença entre menopausa e climatério, nenhuma das entrevistadas sabiam elencar a diferença. As participantes apresentaram inconsistências ou falta de clareza e precisão na definição de climatério e menopausa, bem como na indicação do período em que geralmente estes ocorrem ou como são diagnosticados.

Cabe destacar que o quadro sintomatológico apresentado no climatério pode ser bem variável entre as mulheres neste período, devendo os profissionais estarem atentos para a identificação desse quadro, bem como para avaliar os impactos que eles possuem na qualidade de vida das mulheres, (MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR); INSTITUTO SÍRIO-LIBANÊS DE ENSINO E PESQUISA, 2011); (PEREIRA, Q. L. C.; SIQUEIRA, 2009).

Quando questionadas sobre a rede de apoio familiar, sete (07) mulheres relataram que os parceiros não entendiam, reclamavam e até criticavam seus sintomas e essa nova fase da vida. As demais, trouxeram a informação de apoio “em parte”,

entretanto as cobranças principalmente de cunho sexual eram fortes.

Perguntadas sobre a necessidade de buscar tratamento, todas entendiam que precisava procurar atendimento médico especializado de um ginecologista, entretanto a grande maioria das mulheres relatou dificuldades em conseguir encaminhamento pelo SUS para a consulta especializada.

Sobre medidas de alívio dos sintomas, foi consenso que todas procuram receitas, dicas e ajuda de outras mulheres e muitas vezes de parentes que já passaram por esta fase para conhecer e adotar estratégias de enfrentamento.

Sobre as estratégias populares usadas foi citado: chás, banhos em excesso, roupas mais leves; uso de cosméticos e ervas sem orientação médica.

Nos depoimentos das entrevistadas, as estratégias não medicamentosas que foram exemplificadas para o controle dos sinais e sintomas decorrentes do climatério, destacaram-se os fitoterápicos e a alimentação.

Apesar da prática de exercícios físicos não ter sido referenciada pelas entrevistadas, a adoção de alimentação saudável, juntamente com a orientação para o acompanhamento psicológico, foi destacada. Assim, percebe-se que a alimentação saudável, associada à prática de atividade física e aos modos de vida saudáveis, constitui-se como elemento central para a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida, devendo, por isso, ser estimulada pelos profissionais de saúde durante os atendimentos.

Nas falas também foi bastante citado a necessidade de apoio emocional. Segundo algumas entrevistadas, existem dias em que a insônia e a irritabilidade fazem com que muitos critiquem e se afastem julgando com frases do tipo: “- está ficando velha e chata”.

A penúltima pergunta se referiu a existência de algum grupo de apoio na comunidade ou na ESF para enfrentamento; acolhimento às mulheres no

climatério/menopausa. As entrevistadas relataram não existir nenhum grupo, porém reforçaram que seria muito bom poder trocar experiências e angústias em um grupo de mulheres.

Por fim, foi perguntado sobre a importância do acompanhamento dessa fase por equipe de ginecologista, enfermeiros, psicólogo, nutricionista e educador físico. Todas relataram que é muito importante, porém no SUS fica muito difícil o acesso e até o momento nenhuma das entrevistadas estava sendo acompanhada por uma equipe multiprofissional com este fim. Ainda, é delegado ao médico da ESF e ao enfermeiro a condução de algumas queixas.

Em suma, este estudo colabora diretamente na consolidação e divulgação do conhecimento científico sobre a temática, para que, dessa forma, os profissionais de saúde possam ofertar uma melhor assistência para suas pacientes, aprimorando, assim, a qualidade da assistência do serviço e a qualidade de vida das usuárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as gerações, as mulheres tendem a trocar experiências e conhecimentos relacionados à saúde. Neste íterim, o conhecimento é construído de mãe para filha, de avó para neta, entre amigas ou no local de trabalho e de forma pontual, e pela influência de alguns profissionais de saúde no cuidado desenvolvido às mulheres nessa fase.

Vislumbra-se a necessidade de se ampliar a atenção dispensada a esse público feminino por partes dos profissionais de saúde, em especial o médico ginecologista, oportunizando mais acesso ao atendimento especializado, bem como o apoio social destas mulheres.

Com a proposta da coleta de dados mediante a entrevista semiestruturada, pudemos perceber através das falas de mulheres de diferentes gerações as múltiplas implicações do climatério em suas vidas;

também como o climatério vai sendo compreendido, especialmente pelas queixas que o caracterizam.

Neste sentido, uma escuta qualificada; oportunizar poder de fala às mulheres no climatério é o primeiro passo para ajudá-las a reforçar sua autonomia, conhecer suas necessidades, dúvidas e superações, acolher seus saberes, estimular as práticas saudáveis de cuidado que elas já realizam e compreender as razões quando não conseguem ou não podem cuidar de si próprias.

No climatério, ficou claro através deste trabalho, que a troca de experiências entre as mulheres é de suma importância, e dessa forma, elas se ajudam no cuidado, ao indicar chás, alimentos, vestuários, lazer e atividades físicas que contribuam na diminuição dos sintomas típicos e confirmam bem-estar.

Isso reforça o entendimento de que a qualidade de vida da mulher nesse período não passa somente pelo atendimento médico especializado propriamente dito (que vale destacar: é muito importante existir); ou por consultas individuais, mas por atitudes, muitas vezes simples de escuta e acolhimento, que fazem grande diferença no cotidiano e impactam em suas vidas.

Em suma, acredita-se que quanto mais instrumentalizada e informada estiver a mulher para viver as diferentes fases de sua vida, em especial a abordada neste estudo, a do climatério, mais facilmente ela passará pelas transformações peculiares deste período de suas vidas.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO AR, CHAGAS RKF, LIMA ICS. Terapias alternativas para os cuidados dos sintomas da menopausa: delineando possibilidades e desafios. **Rev Pesq Cuid Fundam**. 2021 [cited 2021 Jul 08]; 12:1267-73. doi: 10.9789/2175-5361.rpcfo.v12.7967.
- BACCARO LF, et al. Propedêutica mínima no climatério. **Revista FEMINA**. Volume 50, Número 5, p. 263-271. 2022.
- BENETTI-PINTO CL, SOARES Júnior JM, MACIEL GA, NÁCUL AP, YELA DA, ROSA e SILVA AC. Insuficiência Ovariana Prematura: foco no tratamento hormonal. **FEBRASGO**. Número 2 – Agosto 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Manual de Atenção à Mulher no Climatério/Menopausa**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.
- DE SÁ, Marcos Felipe Silva. Capa – **Apresentação. Propedêutica mínima no climatério: A consulta médica da mulher no climatério é uma excelente oportunidade para realizar rastreamento de doenças**. Rio de Janeiro. Volume 50, Número 5, p. 8, 2022.
- FEBRASGO. **Manual de orientação Climatério / Climate guidance manual**. Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia. São Paulo; FEBRASGO; 2010. 220 p. graf.
- GARCIA, N. K.; GONÇALVES, R.; BRIGAGÃO, J. I. M. Ações de atenção primária dirigidas às mulheres de 45 a 60 anos de idade. **Rev. Eletr. Enf**, v. 15, n. 3, p.713-21, 2013. Acesso em: 10 out. 2014.
- KAUNITZ AM, MANSON JE. Management of menopausal symptoms. **Obstet Gynecol**. 2015;126(4):859-76. doi: 10.1097/AOG.0000000000001058.
- LEITE, E. de S.; et al. **Perspectivas de mulheres sobre o climatério: conceitos e impactos sobre a saúde na atenção básica**. R. pesq. cuid. fundam. Online, v. 4, n. 4, p. 2942-52, 2012. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/1850/pdf_636. Acesso em: 09 Fev. 2023.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2013.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR); INSTITUTO SÍRIO-LIBANÊS DE ENSINO E PESQUISA. Protocolos da Atenção Básica: **Saúde das Mulheres**. Brasília (DF); 2016, Acesso em 2021 abr 15. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_atencao_basica_saude_mulheres.pdf.
- PEREIRA, Q. L. C.; SIQUEIRA, H. C. **O olhar dos responsáveis pela política de saúde da mulher climatérica**. Esc. Anna Nery, v. 13, n. 2, p. 366-371, 2009. Acesso em 10 fev. 2023. Disponível em: <http://www.eean.ufrj.br/revista_enf/20092/artigo%2016.pdf>.
- RAUTAVA P. Climacteric symptoms more severe in 2010 than in 2000 - experience of Finnish women aged 52-56

years not now or previously on menopausal hormone therapy. **Maturitas.** 2021 Dec;154:20-4. doi: 10.1016/j.maturitas.2021.09.003.

SELBAC, Mariana Terezinha et al . Mudanças comportamentais e fisiológicas determinadas pelo ciclo biológico feminino: climatério à menopausa. **Aletheia**, Canoas, v. 51, n. 1-2, p. 177-190, dez. 2018. Disponível: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942018000100016&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 fev. 2023.

VODA AM. Climacteric hot flash. **Maturitas.** 1981;3(1):73-90. doi:10.1016/0378-5122(81)90022-0.

DELIVERY GEOGRÁFICO: UMA VIAGEM PELO MUNDO ATRAVÉS DAS GEOTECNOLOGIAS COMO INSTRUMENTOS PARA AUXILIAR NO ENSINO DE GEOGRAFIA
GEOGRAPHIC DELIVERY: A TRIP AROUND THE WORLD THROUGH GEOTECHNOLOGIES AS INSTRUMENTS TO HELP IN TEACHING GEOGRAPHY

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-10

Lucimar Barbosa Pereira Matos¹

RESUMO

O ensino de geografia atual está cercado de discussões acerca de ferramentas que auxiliam no processo de ensino-aprendizagem. Diante dessa perspectiva, o “Delivery Geográfico” surge como resposta à necessidade de trazer mecanismos para desenvolver cada vez mais a autonomia dos alunos e os transformando em sujeitos pesquisadores e construtores de conhecimento, dando-lhes a capacidade de compreender o mundo ao seu redor. OBJETIVO do presente artigo é reomover no ensino a inserção das geotecnologias e ferramentas digitais que contribua no desenvolvimento de habilidades essenciais para o processo de ensino-aprendizagem de Geografia, possibilitando o aluno a construir autonomia como um sujeito que busca, pesquisa e elabora conhecimento para a compreensão do mundo e do lugar ao qual está inserido. O método utilizado está baseado na pesquisa-ação-participativa, onde as pessoas são envolvidas coletivamente a fim de esclarecer e elevar o nível de conhecimento desses grupos. Tal metodologia objetiva divulgar e conscientizar os alunos sobre a importância da construção de um projeto de vida, com a finalidade de assegurar uma educação humanizada e tecnológica. Concluindo esta abordagem que rompe com o ensino engessado e que está totalmente enraizado na educação brasileira, observa-se que tal iniciativa promove integração entre estudantes através das geotecnologias, aplicativos e o próprio pensamento do indivíduo. Dessa forma, a tecnologia aliada ao ensino mostrou-se uma ferramenta poderosa para unir e engajar, contribuindo para que os alunos possam enfrentar os desafios do século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: educação geográfica; geotecnologias; ensino híbrido.

ABSTRATCT

Current geography teaching is surrounded by discussions about tools that assist in the teaching-learning process. Given this perspective, “Geographic Delivery” emerges as a response to the need to bring mechanisms to increasingly develop students' autonomy and transform them into research subjects and builders of knowledge, giving them the ability to understand the world around them. The OBJECTIVE is promote the inclusion of geotechnologies and digital tools in teaching that contributes to the development of essential skills for the geography teaching-learning process, enabling the student to build autonomy as a subject who seeks, researches, and elaborates knowledge to understand the world and the place in which it is located. The method used is based on participatory action research, where people are involved collectively to clarify and raise the level of knowledge of these groups. This methodology aims to disseminate and raise awareness among students about the importance of building a life project, with the aim of ensuring a humanized and technological education. FINAL CONSIDERATIONS: Concluding this approach that breaks with rigid teaching and is fully rooted in Brazilian education, it is observed that this initiative promotes integration between students through geotechnologies, applications and the individual's own thinking. In this way, technology combined with teaching proved to be a powerful tool to unite and engage, helping students to face the challenges of the 21st century.

KEYWORDS: Geographic education; Geotechnologies; Hybrid teaching.

¹ Mestranda em Ciência da Educação pela ACU - Absoulute Christian University. Especialista em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares pela UEPB. Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia/UNINTER. Licenciatura em Geografia pela UVA. Licenciatura em Pedagogia pela UEPB. **E-MAIL:** Lucimar.aroeiras@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/8779651478886840

INTRODUÇÃO

Mediante as transformações educacionais, sociais e culturais no mundo contemporâneo, a escola busca ampliar a visão de mundo superando os desafios impostos no cenário pandêmico. A tecnologia e as ferramentas digitais vêm como mecanismo de inserção dos estudantes no Regime Especial de Ensino, possibilitando-os a pensar e aprender, tornando-os protagonistas e articuladores de saberes alinhados a cidadania com liberdade, autonomia, criticidade e responsabilidade (BNCC, 2018).

Nesse contexto, o ensino de geografia buscou aproximar as geotecnologias dos estudantes, tornando-os protagonistas de sua própria aprendizagem e superando os desafios impostos pelo contexto atual. Ademais, vale destacar o uso do celular como ferramenta de suma importância tanto ensino remoto quanto presencial, mesmo que a sua implementação sempre foi um desafio no período pandêmico.

Dessa forma, “Delivery geográfico” surge como resposta à necessidade de trazer mecanismos para desenvolver cada vez mais a autonomia dos alunos e os transformando em sujeitos pesquisadores e construtores de conhecimento, dando-lhes a capacidade de compreender o mundo ao seu redor e perceber o lugar ocupam.

O ensino híbrido é um grande desafio para professores e alunos, mas juntos buscamos soluções para cada vez mais superarmos as adversidades impostas pela pandemia que impedem de avançarmos. Conforme ressalta Gadotti (2000, p. 1): “As transformações tecnológicas tornaram possível o surgimento da era da informação, sendo este um momento novo e rico em possibilidades”, a educação precisou inovar urgentemente diante do novo momento vivenciando em decorrência da pandemia

Para nortear este processo de inclusão digital no ensino integral, foram utilizados aplicativos gratuitos que buscam tornar-se o aprendizado cada vez mais

prático, capacitando-os para enfrentar as exigências do mundo do trabalho. Além disso, o ensino integral é reconhecido como uma modalidade capaz de transformar os jovens, permitindo que se tornem protagonistas de sua própria história.

Desse modo, rompendo com a metodologia tradicional, destaca-se a construção do projeto de vida como elemento essencial para proporcionar um currículo mais diversificado e autônomo.

A construção do Projeto de Vida, articulada com a identidade histórica, destaca-se como elemento essencial nesse processo, proporcionando um currículo diversificado e uma metodologia que vai além dos conteúdos tradicionais.

Com o intuito de promover a interdisciplinaridade e garantir a formação integral dos estudantes, é indubitável o desenvolvimento e aprimoramento de habilidades, adquiridas através da disciplina de Geografia. Portanto, o papel do professor é crucial para auxiliar os alunos na compreensão, leitura e interpretação de situações-problemas.

Sabe-se que a educação básica tem por finalidade assegurar a formação dos jovens ao exercício da cidadania, estudo e trabalho. Nessa perspectiva, Tanan (2016) destacar:

o uso das novas tecnologias como um dos instrumentos na formação e construção de habilidades para o mercado de trabalho, formando o aluno cidadão a ser capaz de interpretar, de atuar, de decidir, de criticar e de compreender as relações sociais, econômicas, ambientais e políticas da sociedade.

Pensando assim, permite-se a utilização dos aplicativos Google Maps, *Street View* e do Google Earth nas aulas de geografia para desenvolver habilidades cartográficas, construir conhecimentos, garantir a apropriação de ferramentas como aporte para os alunos utilizarem o celular como instrumento de conhecimento e estudo do espaço geográfico na escala local e global.

Pode-se observar que o Delivery Geográfico através do tour virtual no Município de Aroeiras, teve a finalidade explorar e favorecer o reconhecimento do lugar onde habitam como também relacionar aos conteúdos estudados. Vale salientar, que neste momento de aulas híbrida, é importante proporcionar novas experiências aos alunos, assim como buscar práticas pedagógicas estando estas adequadas a vivência do alunado para que este compreenda e melhor interaja no meio social. Para que os alunos possam refletir e compreender seu papel no mundo, para assim, relacionar e entender a sociedade e o meio a qual estão inseridos.

De acordo com os PCN's (1998, p.30):

É imprescindível o convívio do professor com o aluno em sala de aula, no momento em que se pretender desenvolver alguns pensamentos críticos da realidade por meio da Geografia. É fundamental que a vivência do aluno seja valorizada e que ele possa perceber que a Geografia faz parte do seu cotidiano, trazendo para o interior da sala de aula com a ajuda do professor, a sua experiência. Para tanto, o estudo da sociedade e da natureza deve ser realizado de forma interativa. No ensino, professores e alunos poderão procurar entender que tanto a sociedade como a natureza constituem os fundamentos com os quais paisagem, território, lugar e região são construídos.

Portanto, é importante valorizar a experiência dos alunos, desta forma entende-se que a Geografia faz parte do seu cotidiano. O projeto "Delivery Geográfico" não se limitou apenas à disciplina de Geografia. Ele busca integrar diversas áreas do conhecimento, como Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e Códigos, e suas Tecnologias, com foco em Língua Portuguesa e Matemática. O objetivo é melhorar os índices educacionais, incentivando a leitura, interpretação, produção textual e letramento digital.

Neste contexto, a proposta estimulou os estudantes na busca do aprendizado geográfico, os quais lhes proporcionam conhecimento de mundo, garantindo a cidadania digital e apropriação das tecnologias. Auxiliando, também, no letramento digital, influenciando de maneira positiva o pensar e as práticas sociais com um olhar crítico, fomentando o processo de expansão do conhecimento no âmbito da geografia (GAROFALO, 2013).

Segundo Passini (2007, p. 103) "este é o desafio no momento atual para professores incorporar os recursos disponíveis da mídia numa aula realmente produtiva e desafiadora", já que no ensino da geografia umas das preocupações fundamentais é oferecer subsídios ao desenvolvimento da cidadania digital, levando o aluno a relacionar os conteúdos e compreender, criticamente, o mundo em que vive, desde a escala local até à global.

Entretanto, o processo de ensino-aprendizagem de geografia deve ser desvinculado da prática pedagógica tradicional, na qual Freire (1994, p. 34) problematiza a concepção bancária, já que "na visão "bancária" da educação o 'saber' é uma doação dos que julgam sábios aos que julgam nada saber". Cabe ao professor mediar o seu conhecimento aos discentes. Pois, quanto mais se instiga os alunos ao desenvolvimento de suas experiências, mais se desenvolverá a sua consciência crítica, tornando-os, por sua vez, sujeitos capazes de transformar o mundo.

O objetivo do presente estudo é promover no ensino a inserção das geotecnologias e ferramentas digitais que contribua no desenvolvimento de habilidades essenciais para o processo de ensino-aprendizagem de Geografia, possibilitando o aluno a construir autonomia como um sujeito que busca, pesquisa e elabora conhecimento para a compreensão do mundo e do lugar ao qual está inserido.

O método utilizado está baseado na pesquisa-ação-participativa, onde as pessoas são envolvidas coletivamente a fim de esclarecer e elevar o nível de

conhecimento desses grupos. Tal metodologia objetiva divulgar e conscientizar os alunos sobre a importância da construção de um projeto de vida, com a finalidade de assegurar uma educação humanizada e tecnológica, (THIOLENT, 2005, p. 16). Neste sentido, tivemos a primeira etapa de aplicação da atividade explorando o uso de aplicativos, a qual permitiu que os alunos do 3º ano do Ensino Médio da ECI Deputado Carlos Pessoa Filho pudessem explorar novas ferramentas a partir do “Delivery Geográfico” com um Tour pelo município de Aroeiras, além de explorar visitas a diversos outros lugares por meio dos aplicativos.

O letramento digital, desde o início do período de ensino remoto e ao longo do ano letivo de 2022 tem sido promovido estabelecendo orientações e informações necessárias para que os estudantes possam sentir que a escola está ativa e próxima, fazendo o possível para que os conhecimentos cheguem de maneira eficaz aos estudantes.

Cada ação deste projeto foi exposta de maneira objetiva, apresentando resultados obtidos durante o seu desenvolvimento com duração mínima de 3 bimestres, atingindo alunos da 3ª série do ensino médio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações do projeto se desenvolveram no 1º, 2º e 3º Bimestre em etapas as quais estão descritas da seguinte maneira: Primeira etapa: Diagnóstico situacional sobre o nível de letramento digital, reconhecimento de ferramentas digitais que assessorasse no ensino da Geografia, bem como quais os conhecimentos dos alunos acerca dos aplicativos, em especial, o Canva, o Google Earth, *Street View* e o Google Maps. Desse modo, foi possível verificar se os estudantes tinham conhecimentos e habilidades que pudessem colaborar no desenvolvimento das atividades.

A segunda etapa: consistiu na elaboração de estratégias e objetivos a serem alcançados na aplicação de atividades, envolvendo os aplicativos para abordar os conteúdos planos de aulas dos bimestres durante o Ensino Híbrido.

A terceira etapa: objetivou promover a apresentação da proposta do projeto e aplicação das etapas, a fim de apropriar os alunos de conhecimentos dos fenômenos espaciais baseado nos princípios da tecnologia, permitindo a exploração dos aplicativos Google Earth e Google Maps, *Street View* do Canva, Quizlet, Mentimeter e WordArte fazendo relações com os conteúdos estudados durante os bimestres em diferentes escalas do local ao global. Dessa forma, possibilitar a socialização dos conhecimentos geográficos adquiridos, associando o uso do celular como ferramenta didática no processo de ensino aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em avaliação as reflexões, observamos que as transformações ocorridas em todo o mundo e, especificamente no Brasil decorrente da Pandemia do COVID-19, a educação e o ensino buscaram se reinventar e apropriando-se cada vez mais das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), a qual tornaram-se aliadas para na promoção e acesso à Educação por meio do ensino híbrido. O ensino de Geografia buscou acompanhar essas tendências, muito embora continue atrelado aos moldes tradicionais enquanto disciplina, mas esta precisa estar aberta ao debate e buscar novas reflexões e ferramentas que auxiliem o conhecimento geográfico. E, por tanto, as estratégias e objetivos definidos no Projeto Pedagógico foram subsídios de grande relevância para estar sempre em diálogos e reflexões por parte daqueles que a estudam.

O "Delivery Geográfico" utiliza geotecnologias e aplicativos para proporcionar uma experiência de

aprendizado presencial e híbrida, envolvendo os alunos na construção do conhecimento. A prática docente precisa se adaptar, buscando metodologias variadas para aproximar os conteúdos da realidade dos estudantes. As dificuldades incluem a limitação de tecnologia em escolas públicas, com alunos enfrentando desafios de acesso a dispositivos e internet. Sendo pertinente destaca a importância do preparo do professor para lidar com os desafios do ensino, reconhecendo a necessidade de cuidado e adaptação na prática docente.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº9394, artigo 22 de 20 de Dezembro de 1996.
- CAVALCANTI, M.C; MOITA LOPES, L.P. **Implementação de pesquisa na sala de aula de línguas no contexto brasileiro**. In.: Trabalhos em Linguística Aplicada, n. 17, p. 133-143, 1991.
- GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 2, p. 3-11, 2000.
- GAROFALO, Débora. **Como trabalhar o letramento digital nas aulas**. Revista Nova Escola – Nov /2013. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/18674/como-trabalhar-o-letramento-digital-nas-aulas>. Acesso em: 27 de outubro de 2020.
- GODINHO, Edna Maria Silva Oliveira. **A dificuldade encontrada pelos professores em utilizar os recursos de apoio didático pedagógicos no processo de ensino aprendizagem de Geografia na Rede Estadual da Região Metropolitana de Goiânia**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/authors/1457/EDNA-MARIA-SILVA-OLIVEIRA-GODINHO>. Acesso em: 17 de junho de 2010.
- KIEFER, A. P.; BATISTA, N. L. **Pensando a Sala de Aula Invertida e o Canva como ferramentas didáticas para o ensino remoto**. Metodologias e Aprendizado. Vol. 2, 2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 23ª impressão, 1994.
- _____. **Pedagogia da Autonomia** - saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- PASSINI, Elza Yasuko. **Prática de ensino e estágio supervisionado**/Elza Yasuko Passini, Romão Passini, Sandra T. Malysz, (org.). – São Paulo, Contexto, 2007.
- _____. **Alfabetização cartográfica e a aprendizagem de Geografia**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- PCN, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia**. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- TANAN, K. C. R.; SILVA, G. R. **O uso do Google Earth e do Google Maps nas aulas de Geografia**. In: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos, Maranhão. 2016.

CONTRIBUINTES PARA NOTAS BAIXAS ENTRE CRIANÇAS NAS SÉRIES INICIAIS DA ESCOLA CONTRIBUTORS TO LOW GRADES AMONG CHILDREN IN THE EARLY GRADES OF SCHOOL

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-11

Adriana Castro de Sousa ¹

RESUMO

O objetivo do presente estudo consiste em analisar as causas mais comuns de notas baixas obtidas por crianças matriculadas nas séries iniciais. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de investigar as metas e os desafios da alfabetização na idade certa. A busca foi realizada na Scientific Eletronic Library Online (SCIELO); National Library of Medicine (MEDLINE) e Google Scholar a partir de termos relacionados ao tema, com critérios de inclusão como: artigos em português, disponíveis na íntegra e gratuitamente on-line e publicados nos últimos anos. Os resultados alcançados mostraram que existem diversos fatores que podem contribuir de forma negativa no processo de aprendizagem do aluno e conseqüentemente interferir no baixo rendimento e notas baixas obtidas por crianças nas séries iniciais. Entre eles, destacam-se aspectos ambientais, econômicos, sociais, afetivos, psicológicos, emocionais e familiares. Diante disso, podem se traduzidas em falhas no sistema educacional: o método da escola pode não atender ao tipo de raciocínio utilizado pelo aluno, ou os professores não tem habilidades ou não tem motivação para ensinar; quadros neurológicos ou psiquiátricos: neste caso, além da terapia comportamental, é de suma importância o acompanhamento psiquiátrico; condições emocionais: a criança pode não se sentir bem na escola por e ter bloqueio com algum professor, ou algum problema familiar pode estar prejudicando o aluno e ele não tem atenção à educação; dificuldades de aprendizagem: a criança tem dificuldade em uma ou mais área do ensino, por exemplo, em raciocínio matemático ou aprendizado verbal, as dificuldades de aprendizagem são as mais apontadas. Por fim, conclui-se os alunos precisam ser sempre incentivados, ter atenção especial, principalmente se apresentarem algum problema, mostrar a evolução diária dos alunos como uma forma de incentivo, ter encontro com os pais dos alunos para monitorar sua situação.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem; Psicopedagogia; Prática Pedagógica.

ABSTRACT

The objective of the present study is to analyze the most common causes of low grades obtained by children enrolled in the initial grades. A bibliographical research was carried out with the aim of investigating the goals and challenges of literacy at the right age. The search was carried out in the Scientific Electronic Library Online (SCIELO); National Library of Medicine (MEDLINE) and Google Scholar based on terms related to the topic, with inclusion criteria such as: articles in Portuguese, available in full and free online and published in recent years. The results achieved showed that there are several factors that can contribute negatively to the student's learning process and consequently interfere with the low performance and low grades obtained by children in the initial grades. Among them, environmental, economic, social, affective, psychological, emotional and family aspects stand out. In view of this, they can translate into failures in the educational system: the school's method may not meet the type of reasoning used by the student, or the teachers do not have the skills or motivation to teach; neurological or psychiatric conditions: in this case, in addition to behavioral therapy, psychiatric monitoring is extremely important; emotional conditions: the child may not feel good at school because he or she has a problem with a teacher, or a family problem may be harming the student and he or she does not pay attention to education; learning difficulties: the child has difficulty in one or more areas of teaching, for example, in mathematical reasoning or verbal learning, learning difficulties are the most common. Finally, it is concluded that students always need to be encouraged, given special attention, especially if they have a problem, showing students' daily progress as a form of encouragement, meeting with students' parents to monitor their situation.

KEYWORDS: Learning; Psychopedagogy; Pedagogical Practice.

¹ Mestre em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. **E-MAIL:** adrianaastro@hotmail.com.
CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/5349952552460355

INTRODUÇÃO

A relação entre professor e aluno começa assim que a criança é inserida no ambiente escolar. O processo de aprendizagem dessa criança é intrinsecamente ligado ao contexto em que está inserida, o qual inclui a qualidade da relação estabelecida com o professor. Essa relação pode influenciar de forma direta ou indireta no desenvolvimento da aprendizagem do sujeito.

O professor atua como uma espécie de condutor do processo ensino aprendizagem, dele também é a responsabilidade de melhorar e/ou fortalecer as relações que ocorrem na sala de aula. Deve-se desmistificar a posição do professor como ser o único que sabe, frio e distante, onde sua função é somente transmitir informações.

Diante disso, tem-se notado uma grave queda de rendimento dos alunos nas séries iniciais, e os motivos são muitos, e serão relatados nesse estudo, por isso, é essencial incentivar a leitura logo cedo, ajudando no contexto escolar dos educandos, com estímulo de forma adequada, para que eles entendam que é natural buscar respostas nos livros, facilitando o caminho para ler e escrever bem, procurando compreender como eles interagem e quais contribuições a leitura e a escrita oferecem para a sua formação, analisando assim, comportamentos e atitudes das crianças nos momentos de leitura e escrita.

É crucial adotar uma abordagem mais sensível à alfabetização, uma vez que a educação continua a ser o principal motor do desenvolvimento global. Refletir de forma crítica e construtiva sobre a problemática da alfabetização, que tem sido objeto de controvérsia nas últimas décadas, e entender as razões por trás dos desafios enfrentados pelos alunos brasileiros neste aspecto é essencial. Assim, o objetivo deste estudo é investigar as causas mais frequentes das notas baixas entre crianças matriculadas nas séries iniciais.

O objetivo principal deste estudo é investigar as causas mais frequentes das notas baixas entre crianças matriculadas nas séries iniciais. Para isso, são delineados objetivos específicos: identificar conceitos e tipos de dificuldades de aprendizagem, examinar as consequências dessas dificuldades quando afetam o ambiente familiar e discutir os principais fatores que influenciam o aprendizado de crianças nas séries iniciais.

A pesquisa desempenha um papel fundamental na vida humana, proporcionando a oportunidade de explorar questões intrigantes que surgem no dia a dia. Por meio da pesquisa, é possível encontrar soluções para os desafios existentes e observar de perto as possíveis respostas e estratégias de intervenção, como destacado por Kauark:

Pesquisa é o mesmo que busca ou procura. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa. Em se tratando de Ciência, a pesquisa é a busca de solução a um problema que alguém queira saber a resposta. Não se deve dizer que se faz ciência, mas que se produz ciência através de uma pesquisa. Pesquisa é, portanto, o caminho para se chegar à ciência, ao conhecimento (KAUARK, 2010, p. 24).

Assim, estamos diante de um estudo que tem no processo metodológico um caminho preciso, em que se caminhou pela caracterização, definição do estudo, coleta de dados, e por fim, foi concluído com a explicação sobre o tratamento e a análise e interpretação, tomando por base autores renomados.

A proposta de investigação está direcionada a um estudo detalhado sobre os diversos fatores que podem contribuir de forma negativa no processo de aprendizagem do aluno e consequentemente interferir no baixo rendimento e notas baixas obtidas por crianças nas séries iniciais.

A metodologia é a base para todo o trabalho científico, sendo alcançado todos os resultados em que

o pesquisador almeja chegar a possível conclusão do trabalho científico. Em relação a ciência esse método consiste em todo um conjunto de ideias empregadas na investigação e na demonstração da verdade real.

Na percepção de Marconi e Lakatos (2008, p. 03), entende-se que:

Toda pesquisa deve se basear em uma teoria, que serve como ponto de partida para a investigação bem-sucedida de um problema. A teoria, sendo instrumento de ciência, é utilizada para conceituar os tipos de dados a serem analisados. Para ser válida, deve apoiar-se em fatos observados e provados, resultantes da pesquisa. A pesquisa dos problemas práticos pode levar à descoberta de princípios básicos e, frequentemente, fornece conhecimentos que têm aplicação imediata.

No intuito de alcançar os objetivos estabelecidos nesse trabalho, o pesquisador precisa utilizar todos os meios capazes de operacionalização do estudo, não esquecendo o uso de um método científico, que para Silva (2004, p. 14) significa um “conjunto de processos e operações que se deve empregar na investigação, é linha de raciocínio adotado no processo de pesquisa”.

Do ponto de vista de seus objetivos, este estudo foi empregue a pesquisa exploratória.

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão” (GIL, 2011, p. 41).

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, foi aplicado para este estudo os procedimentos de pesquisa bibliográfica. Com base em publicações nacionais, em livros, artigos de autoria de profissionais da educação. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. (GIL, 2011, p.44).

Dessa forma, a pesquisa objetiva a aproximação do pesquisador a realidade dos problemas, também objetiva a compreensão de maneira menos totalitária, fragmentando as opiniões apresentadas e objetivando a perspectiva da ótica dos atores sociais envolvidos no litígio.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

As dificuldades relacionadas com a aprendizagem dificilmente apresentam sua origem como sendo somente cognitiva. O espaço escolar, também pode ser considerado uma das causas que podem maximizar essas condições e direcionar o aluno ao fracasso escolar. Não se pode levar em consideração que o fracasso do aluno também pode ser entendido como um fracasso da escola pelo fato de em determinados momentos não saber conduzir a diversidade dos seus alunos (ALMEIDA; FRANCO, 2020).

Portanto, é de suma importância que o professor consiga perceber as diferentes formas de ensinar, pois, e saber que existem diversas maneiras de aprender. O professor precisa entender também como é relevante, principalmente na atualidade, criar vínculos com os seus alunos por meio de atividades que ele já está acostumado em fazer, mas abrindo espaço para que construa e reconstrua sempre novos vínculos, mais fortes e positivos. E não se pode esquecer de trazer a

família para junto desse processo de aprendizagem, formando uma união cada vez mais fortalecida.

Cada pessoa é única, com uma vida é uma história, por isso, precisa-se saber o aluno que se tem e como ele aprende. Se ele construiu algo, não se pode destruí-la. O psicopedagógico é um agente plenamente responsável em promover mudanças, sua intervenção bate de frente justamente com as dificuldades que a escola tem apresentado, trabalhando com os equilíbrios/desequilíbrios e objetivando sempre pelo desejo de aprender.

Novas formas ou estratégias didáticas devem ser encontradas, de acordo com Orlandi (2004, p. 16) “É necessário reformular os objetivos e repensar na finalidade de avaliar e analisar os erros, ajudando o aluno a viver todas as disciplinas”. Podem ser destacadas nesse momento algumas atitudes dos professores que poderiam viabilizar e ao mesmo tempo melhorar a aceitação das aulas, tais como: melhoria no processo explicativo, tentando sempre explicar da forma mais clara possível e se dando conta que nem sempre todos os alunos se encontram no mesmo nível; qualidade nas aulas, sendo as mesmas mais dinâmicas e conseqüentemente mais interessantes; diminuir a aceleração da matéria, ou seja, revisando os pontos mais importantes; uma atenção individual aos alunos, especialmente aos que encontram mais dificuldade.

Os professores que lecionam matérias exatas, por exemplo, que é onde os alunos encontram menos afinidade, se deparam com algumas dificuldades, porém a primeiro momento o que deve ocorrer é a quebra da distância entre aluno e professor, mostrando que o professor busca sempre ajudar e não punir. O respeito deve ocorrer de ambos os lados, pois isso já ajuda a tirar uma barreira negativa de qualquer disciplina (ALMEIDA; FRANCO, 2020).

Todavia, o que se encontra em algumas instituições de ensino são professores com mentalidades antigas, que se colocam como os donos

da verdade, assim a dificuldade de ensino somente aumenta.

No entendimento de Cardoso (2018), quando se promove a introdução da informática no cenário escolar, entende-se que está acontecendo um processo de revitalização e todos os processos que, ligados à introdução da informática na escola, buscam fazer acontecer um novo impulso, recuperar o grau de atividade e de eficiência da estrutura escolar existente.

Para Pimentel et al (2021), o computador é um recurso tecnológico que tem um alto valor, se comparado ao custo de lápis ou de livros, porém, ele não é autossuficiente para ser tratado como algo mais que um recurso didático que pode, por si só, resolver todos os entraves da escola. Sua aquisição é justificada pelas diversas possibilidades de utilização, que serão decisivas para o sucesso ou fracasso do trabalho desenvolvido, dependendo muito da forma de como é conduzido.

Lisboa (2015), acredita que as pessoas podem se comunicar umas com as outras de diversas formas e por diversos meios, existe uma gama de recursos. Assim, de acordo com Ferreira (2010) para que a revitalização ocorra, ou realmente crie e sustente bases sólidas, ao estudar o uso das tecnologias digitais no campo pedagógico, é de suma importância destacar as potencialidades cognitivas desses recursos, explorando as melhores formas de utilização para a melhoria das condições de aprendizagem.

A informática, quando é introduzida no mundo escolar, segundo Feronato (2012), precisa estar ancorada em alguns fatores importantes: começando por uma boa formação de professores, onde estes precisam não apenas ter conhecimentos metodológicos de como usar o computador em suas disciplinas, mas conhecer a “máquina” e saber a hora de procurar um auxílio de alguém mais especializado no assunto; meios físicos apropriados; meios materiais atualizados tecnologicamente e um projeto pedagógico dinâmico, cujo papel seja incluir a todos com um objetivo definido

e possível de ser avaliado ao final de cada período de aplicação.

Existe um grande entrave no meio escolar que é a alta incidência de fracasso escolar, sendo na atualidade um desafio para se alcançar uma melhoria na qualidade da educação e refere-se à uma série de fenômenos educacionais como reprovação, baixo rendimento e dificuldades de aprendizagem. Porém, esse se trata somente de um problema educacional, mas que acaba repercutindo na sociedade de uma maneira geral, tornando-se, assim, de fundamental importância nas investigações e discussões. Apesar de ser identificado um considerável progresso observado em nosso país, no que se refere ao acesso à educação e diminuição do analfabetismo, ainda é preciso superar um dos mais baixos desempenhos mundiais, com exorbitantes diferenças regionais dentro do seu território (CARDOSO, 2018).

O rendimento escolar é uma alternativa para mediar o desenvolvimento do aluno dentro da escola e ocorre por meio de aplicação de provas ou qualificações. (MELO; MESSIAS; SOARES, 2020). Não se pode negar por sua vez que, a tecnologia ocupa um lugar importante na vida dos estudantes e quando há essa interação com a ajuda do professor, maiores são as chances de aumento do rendimento escolar. Ao implementar a tecnologia na sala de aula, os professores podem alterar sua maneira de ensinar, deixando de lado a tradicional aula em forma meramente expositiva, tal qual uma palestra onde a mensagem flui apenas numa única direção, porém, nem sempre isso acontece (MELO, et al, 2022).

A tecnologia tem buscado melhorar esse cenário conforme Lisboa (2015) e com isso surge a necessidade de preparar os alunos para enfrentar e se adaptar a esse mundo que muda de forma constante. Integrar a tecnologia na sala de aula tem seus benefícios, porém, é fundamental não deixar de lado que os processos tradicionais de aprendizagem também são essenciais.

Os professores não detêm apenas o saber de acordo com Feronato (2012), eles possuem também outras atribuições tão importantes quanto os conteúdos ensinados. O mundo globalizado em que vivemos requer do professor alguma experiência relacionada às tecnologias inovadoras.

Entretanto, é de suma importância auxiliar os professores para que consigam colocar em prática essas novas tendências. O trabalho e a busca por saber não devem ser interrompidos, pois é emergente a necessidade de acompanhar a evolução dentro da educação. O docente deve sempre realizar questionamentos e possuir um senso crítico porque surge muitos conhecimentos novos, bem como necessita também de exercer orientação e apoio diante dos discentes, ensinando e aprendendo simultaneamente (CARDOSO, 2018).

É um investimento importante que possibilitará a melhoria dos índices educacionais das escolas e, portanto, melhoria da qualidade de ensino para todos os nossos alunos (AZEVEDO, 2017).

Por fim, Santos (2010) confirma que a qualificação de um profissional ou um professor acaba sendo refletida sobre seu trabalho, sendo possível fazer a identificação dos pontos que indicam fraqueza ou insegurança. Quando os problemas são identificados às soluções podem também surgir e, por consequência, serão resolvidas com consciência e planejamento, pois tanto o rendimento do aluno, quanto do professor precisam ser preservados e revitalizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um dos agentes responsáveis para promover a inclusão da criança na sociedade, além da família. É um componente que tem a capacidade de potencializar rumo a um bom desenvolvimento de uma socialização adequada da criança, por meio de atividades em grupo, para que seja ativada o relacionamento e participação ativa destas,

caracterizando em cada criança o sentimento de sentir-se um ser social.

Os maiores e mais frequentes problemas encontrados na escola estão relacionados aos relacionamentos dentro da própria instituição tal como o preconceito pela cor, condição social, habilidades motoras a intelectualidade dentre outros indicadores que explicam a evasão escolar e a reprovação.

O processo de assimilação de conteúdos e de aprendizagem em geral está intimamente ligado ao processo de relações interpessoais visto que o homem é um ser social e procura estar no mesmo nível que os demais. A influência do meio tem arruinado em muitos aspectos a sociedade, soluções têm sido buscadas para que o problema seja amenizado, a escola tem desempenhado importante papel nesse quesito.

O intercâmbio social começa bem cedo, quando a criança ainda não foi à escola, mas ela só passa a viver socialmente a partir do momento em que passa a conviver com outras pessoas diferentes de seu convívio habitual, deparando-se com outras concepções diferentes das suas. Os resultados alcançados mostraram que existem diversos fatores que podem contribuir de forma negativa no processo de aprendizagem do aluno e conseqüentemente interferir no baixo rendimento e notas baixas obtidas por crianças nas séries iniciais. Entre eles, destacam-se aspectos ambientais, econômicos, sociais, afetivos, psicológicos, emocionais e familiares.

Diante disso, podem ser traduzidas em falhas no sistema educacional: o método da escola pode não atender ao tipo de raciocínio utilizado pelo aluno, ou os professores não tem habilidades ou não tem motivação para ensinar; quadros neurológicos ou psiquiátricos: neste caso, além da terapia comportamental, é de suma importância o acompanhamento psiquiátrico; condições emocionais: a criança pode não se sentir bem na escola por e ter bloqueio com algum professor, ou algum problema familiar pode estar prejudicando o aluno e ele não tem atenção à educação; dificuldades de

aprendizagem: a criança tem dificuldade em uma ou mais área do ensino, por exemplo, em raciocínio matemático ou aprendizado verbal, as dificuldades de aprendizagem são as mais apontadas.

Por último, é essencial incentivar os alunos, dedicar atenção especial a eles, especialmente se estiverem enfrentando algum problema. Mostrar o progresso diário dos discentes pode servir como estímulo adicional, assim como organizar reuniões com os pais para acompanhar de perto a situação de cada estudante.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Edivaldo Menegazzo de. FRANCO, Sebastião Pimentel. Indisciplina escolar: Desafio na aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental em uma escola de Mantenedópolis/ES. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 08, Vol. 03, pp. 81-111. Agosto de 2020.

AZEVEDO, Ályson Lopes de. **Uso da tecnologia e sua relação com o ensino na modernidade - diagnóstico e intervenção**. Monografia. João Pessoa, 2017.

CARDOSO, Maria Clara Santos do Amaral. **Dificuldades para o uso da informática no ensino: percepção de professores de matemática após 40 anos da inserção digital no contexto educacional brasileiro**. Artigo. Uberlândia, 13 de julho de 2018.

FERREIRA, Naidson Clayr Santos. A informática no processo de ensino aprendizagem do Instituto Federal Baiano – Campus Guanambi. **Informática na Educação: teoria & prática**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 140-155, jan./jun. 2010.

FERONATO, Rafaela Martini Soccol. **O professor e o uso das tecnologias digitais**. Trabalho de Conclusão de Curso. Serafina Corrêa, 2012.

GIL, A. C. **Metodologia do ensino superior**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

KAUARK, Fabiana. **Metodologia da pesquisa: guia prático** /,. Fernanda Castro Manhães e Carlos Henrique Medeiros. – Ita- buna : Via Litterarum, 2010.

LISBOA, Liziane Zanon. **Contribuições da Informática na Educação Infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre, 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. V. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELO, Maria Emília Ferraz Almeida de; MESSIAS, Cristhiane Maria Bazílio de Omena; SOARES, Félix Alexandre Antunes. O computador e o rendimento escolar: uma análise situacional com concluintes do ensino médio. **REVASF**, Petrolina- Pernambuco - Brasil, vol. 10, n.21, p. 323-353, maio/junho/julho/agosto, 2020.

MELO, Paula Geovana Leal de, et al. **A tecnologia como ferramenta de exploração no processo ensino-aprendizagem**. CONEDU VI Congresso Nacional de Educação. 2022.

PIMENTEL, Ana Carla, et al. **A inclusão das TICS no processo de ensino aprendizagem no ensino fundamental**. Monografia. Betim, 2021/1.

SANTOS, Jairo Campos dos. A informática na educação contribuindo para o processo de revitalização escolar. **V CINFE Congresso Internacional de Filosofia e Educação**. Maio de 2010. Caxias do Sul-RS.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da Pesquisa aplicada à Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

EDUCAÇÃO SEXUAL E PROMOÇÃO DA SAÚDE NA ESCOLA SEXUAL EDUCATION AND HEALTH PROMOTION AT SCHOOL

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-12

Francisco Wagner Freitas Ferreira ¹

RESUMO

A sexualidade é reconhecida como uma questão de saúde pública, e a escola é amplamente considerada um ambiente privilegiado para a implementação de programas voltados para a promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens. Este estudo se propõe a investigar as dificuldades enfrentadas pelo sistema educacional na abordagem da sexualidade e temas relacionados, bem como a compreender o papel da família nesse processo. A metodologia empregada consiste em uma pesquisa bibliográfica, fundamentada nos principais autores da área, dentre eles: Silva & Salles, (2002), Altmann, (2001). Os resultados destacam que, apesar de existirem argumentos contrários à inclusão da educação sexual e da promoção da saúde nas escolas, é fundamental reconhecer a importância desses temas para a saúde e segurança dos jovens. Priorizando a educação sexual e a promoção da saúde, as instituições de ensino podem contribuir significativamente para a criação de um ambiente mais seguro e solidário para todos os alunos. Nesse sentido, a integração de abordagens sensíveis e abrangentes sobre sexualidade no currículo escolar pode proporcionar aos jovens não apenas informações relevantes, mas também habilidades para tomar decisões saudáveis e assertivas em relação à sua vida sexual e reprodutiva. Além disso, o envolvimento e apoio da família são fundamentais para complementar e fortalecer essa educação, criando um ambiente de diálogo e suporte emocional em casa e na escola. Assim, investir na educação sexual nas escolas não apenas promove a saúde física e mental dos jovens, mas também contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, responsáveis e empoderados em relação à sua sexualidade e bem-estar geral.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade; Adolescência; Educação sexual.

ABSTRACT

The sexuality is recognized as a public health issue, and schools are widely considered a privileged environment for implementing programs aimed at promoting the sexual and reproductive health of adolescents and young people. This study aims to investigate the difficulties faced by the educational system in addressing sexuality and related topics, as well as to understand the role of the family in this process. The methodology employed consists of a bibliographic research, grounded in the work of key authors in the field, including Silva & Salles (2002), and Altmann (2001). The results highlight that, despite the existence of arguments against the inclusion of sexual education and health promotion in schools, it is essential to recognize the importance of these topics for the health and safety of young people. By prioritizing sexual education and health promotion, educational institutions can significantly contribute to creating a safer and more supportive environment for all students. In this sense, the integration of sensitive and comprehensive approaches to sexuality in the school curriculum can provide young people with not only relevant information but also skills to make healthy and assertive decisions regarding their sexual and reproductive lives. Furthermore, the involvement and support of the family are essential to complement and strengthen this education, creating an environment of dialogue and emotional support at home and at school. Thus, investing in sexual education in schools not only promotes the physical and mental health of young people but also contributes to the formation of citizens who are more aware, responsible, and empowered regarding their sexuality and overall well-being.

KEYWORDS: Sexuality; Adolescence; Sexual education

¹ Graduação em Ciências Biológicas. Licenciado em Educação Física. Especialista em Microbiologia com experiência na área de Microbiologia, com ênfase em Biologia e Fisiologia dos Microrganismos. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/2611653251850579

INTRODUÇÃO

A expressão sexualidade passou a existir a partir do século XIX como marco de individualidade, permitindo acesso à vida do corpo e à vida da espécie. Em uma nova concepção, a sexualidade passa a ser considerada um aspecto intrínseco ao ser humano, o que há de mais íntimo nos indivíduos e aquilo que os reúne globalmente como espécie humana (ALTMANN, 2001).

Ao ensinar sobre saúde física, emocional e mental, a educação sexual abrangente pode melhorar o bem-estar geral dos alunos. A educação sexual abrangente pode ensinar aos jovens relacionamentos saudáveis, autoestima e habilidades de tomada de decisão.

Sabe-se que durante décadas, a sexualidade foi tratada como um tabu, um assunto de pouca relevância voltada apenas para um único e exclusivo intuito: a reprodução. Ela era totalmente ignorada, tanto pelos familiares quanto pela escola. Para alguns, falar sobre sexo dentro de uma sala de aula era estimular a atividade sexual das crianças e adolescentes. Estes, por sua vez, também não se manifestavam sobre o assunto. Por não se discutir de forma alguma a sexualidade, acreditava-se que o conhecimento viria de forma natural, respondendo todas as dúvidas e incertezas possíveis do indivíduo (AZEVEDO et al, 2001).

A história da educação sexual é contemporânea e foi protagonizada por diversos segmentos sociais tais como: a Igreja Católica, classes políticas, pais, professores e escolas, movimentos de grupos que de alguma maneira adotou a sexualidade como tema de intervenção (Rodrigues & Fontes, 2002).

A falta de educação sexual abrangente pode levar a resultados negativos para a saúde, como infecções sexualmente transmissíveis (IST) e gravidezes indesejadas. A educação sexual abrangente pode reduzir essas taxas, fornecendo informações precisas sobre práticas sexuais seguras, contracepção e

prevenção de DSTs. Além disso, uma educação sexual abrangente pode ensinar os jovens a reconhecer e evitar comportamentos de risco. (ALTMANN, 2001).

A educação sexual na década de 20 caracterizou-se por expor reivindicações de proteção à infância e a maternidade (Silva & Salles, 2002). Nas décadas de 30 a 50, ela foi marcada pela inexistência de ações preventivas e educativas relacionadas à orientação sexual, fato este devido à rígida influência da Igreja Católica em manter sigilo e repressão ao tema (Sayão, 1997). Na década de 60, as escolas públicas e particulares incorporaram o discurso dos movimentos sociais que se colocavam a favor da orientação sexual desenvolvendo diversos programas dentro do espaço escolar (SILVA & SALLES, 2002).

Assim, a partir da década de 70, o tema foi inserido nos currículos escolares por ser considerado de extrema importância para a formação global de um indivíduo (Brasil, 1998). Com a liberação da censura, a influência de movimentos feministas e as mudanças de comportamento levaram a um aumento pelo interesse no tema educação sexual (SILVA & SALLES, 2002).

Nesse contexto, a educação sexual foi percebida como necessária também por fatores como o aumento considerável desde a década de 80 de DST/AIDS e da gravidez na adolescência. No início da década de 90, quando nosso país passava por uma fase de transição e mudanças comportamentais, frente aos crescentes números de casos de DST/AIDS, os órgãos oficiais, tais como o Ministério Educação e o Ministério da Saúde, passaram a estimular projetos de educação sexual (BRASIL, 2007).

A partir de 1995, programas de orientação sexual começaram a ser implantados nas escolas, orientados pelos documentos denominados de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), elaborados pelo Ministério da Educação com apoio de diversos especialistas, sendo de grande importância para a inclusão dos conteúdos sexualidade e saúde reprodutiva (Perocarri et al, 2005).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), um projeto de orientação sexual deverá abranger a multi e interdisciplinaridade e deverá contemplar a sexualidade em todas as suas dimensões sejam elas: biológica, psíquica, política e sociocultural (SILVA & SALLES, 2002).

Inicialmente, acreditava-se que as questões referentes à orientação sexual quando abordadas no âmbito escolar, seriam repugnadas pelas famílias mais tradicionais, mas sabe-se que atualmente os pais apóiam tais iniciativas por reconhecer a importância do tema e por eles próprios apresentarem dificuldades em falar sobre esses assuntos com seus filhos (Brasil, 1998).

Tais dificuldades estão relacionadas ao fato de que as pessoas não associam a sexualidade como algo inerente à vida, à saúde, algo natural e instintivo (ALMEIDA et al, 2005).

O tema sexualidade também é pertinente à esfera pública, fundamentalmente por se constituir em um problema de saúde pública (Carvalho et al, 2005), uma vez que o jovem é a parcela da população que está mais suscetível e vulnerável à gravidez indesejada ou precoce, à violência sexual, ao aborto, às doenças sexualmente transmissíveis e a AIDS (CARVALHO & PELLOSO, 2004).

Deste modo, identificada como fator significativo e estruturador na formação da identidade do adolescente (Romero et al, 2007), a adolescência é uma fase da vida na qual a personalidade está em processo final de estruturação, assim, o jovem passa a adquirir características essenciais para o seu próprio desenvolvimento psíquico e social tais como: a busca da identidade, da independência, da auto-estima, juízo crítico, busca de um projeto de vida, afetividade, sexualidade e educação (Faustini et al, 2003). Ocorrerá nela a consolidação da própria identidade, das identidades de sexo e gênero, da condição de elaborar sua relação como fenômeno de diferença, embora tenha sua expressão mais visível na sexualidade (Pinto,1999).

Além disso, é essencial que os adolescentes percebam o contexto sócio cultural em que estão inseridos para que na prática entendam, discutam e aprendam a respeitar a diversidade e conquistem a possibilidade de questionar e construir suas próprias atitudes de maneira consciente e comprometida (GREGORI & ARILHA APUD CARVALHO & PELLOSO, 2004).

Neste contexto, a escola junto com a família desempenha um papel de agente transmissor de valores sociais (Baleeiro et al, 1999). A relação escola família pode e deve exercer um papel de importância fundamental nas discussões pertinentes à sexualidade, tema este que até então era proibido, ou discutido de maneira velada. Além de propiciar discussões de temas polêmicos, cabe à escola atuar na promoção da saúde, uma vez que essas podem se concretizar em ações preventivas (CARVALHO & PELLOSO, 2004).

Para que isto ocorra, talvez o primeiro procedimento a ser tomado seja reconhecer a criança e o adolescente como ser sexuado embora a sexualidade não deva ser encarada como sinônimo de sexo ou atividade sexual, mas, sim, como fator integrante ao processo de desenvolvimento da personalidade (SAITO & LEAI, 2000).

A educação sexual e a promoção da saúde são essenciais para garantir o bem-estar físico e emocional dos jovens. Apesar disso, muitas escolas ainda não priorizam esses temas em seus currículos. Neste artigo, examinaremos as razões pelas quais a educação sexual e a promoção da saúde devem ser priorizadas nas escolas. Exploraremos como esses tópicos podem promover relacionamentos saudáveis, prevenir gravidezes indesejadas e infecções sexualmente transmissíveis e promover a inclusão. Além disso, abordaremos alguns dos contra-argumentos contra a educação sexual e a promoção da saúde nas escolas. Ao final deste ensaio, esperamos convencer os leitores de que estes temas são essenciais para a saúde e segurança dos jovens.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

Atualmente, nosso país passa por um momento no qual vem sendo atribuída grande importância à saúde de adolescentes e jovens, o que engloba, decisivamente, a área da educação. Tal fato provavelmente está relacionado a indicadores epidemiológicos que apontam situações que solicitem um maior investimento, tanto em planejamento, quanto em cumprimento de ações voltadas para os adolescentes e jovens (CATHARINO, 2006).

Com relação à saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes no Brasil, o parto representa a primeira causa de internação no sistema público de saúde de meninas entre 15 a 19 anos (Ministério da Saúde – SIH/SUS, 1996). Estimase que ocorram no país de 1 a 1,2 milhão de abortamentos ao ano, que constituem a 5ª causa de internação na rede do SUS e são responsáveis por 9% das mortes maternas e 25% das esterilidades por causa tubária (Programa Saúde da Mulher/Ministério da Saúde, 1999.) Com relação aos métodos anticoncepcionais, o percentual de utilização desses métodos entre jovens é bastante reduzido: apenas 14% das jovens de 15 a 19 anos usam algum tipo de método, enquanto que entre as de 20 e 24 anos o percentual é de 42% (Dados do Demography Health Survey – DHS/96; FNUAP – Brasil.) Já o crescimento da incidência de AIDS entre os jovens vem sendo sublinhado por diferentes estudos.

Os estudos epidemiológicos existentes avaliam que vários portadores de AIDS adquiriram a doença durante a adolescência, sendo a relação sexual a principal via de contaminação (Ministério da Saúde, 1994). Dados nacionais de 1996 informam que, entre os jovens contaminados, cerca de 1/3 tinha entre 15 e 17 anos e 2/3, 18 ou 19 anos sendo que a maior causa de contaminação entre os jovens tem sido a relação heterossexual (CNPD, 1997) (Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, 1999). De acordo com Institute Alan Guttmacher (1998), 50% das novas

infecções pelo HIV no mundo estão ocorrendo em pessoas de 10 a 24 anos. A cada minuto, cinco jovens se contaminam com o HIV, o que representa um total de 7 mil contágios diários e mais de 2,6 milhões ao ano (Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, 1999).

Os dados apresentados justificam a necessidade da realização de estudos para verificar o grau de conhecimentos dos adolescentes e jovens relacionados às questões sexuais. Os altos índices de gravidez na 10 adolescência, aborto e níveis crescentes de doenças sexualmente transmissíveis, principalmente em adolescentes mulheres, corroboram com a informação de que a orientação sexual praticada pela família ou pela escola está falha ou inexistente e, portanto, constitui importante tema de discussão, tornando-se clara a necessidade de haver intervenções no cotidiano escolar (Rodrigues & Fontes, 2002).

Neste sentido, considera-se que tratar e discutir sobre a sexualidade durante a adolescência é fundamental, especialmente porque isso pode oferecer respostas aos questionamentos e às inquietações emocionais e cognitivas que acompanham a transformação biológica que ocorre no corpo do adolescente, ainda mais porque tais transformações estão emparelhadas com a mudança nas relações sociais (Gregori & Arilha apud Carvalho & Pelloso, 2004). Por ser a adolescência um período da vida em que a personalidade está em um intenso processo de estruturação, nesta conjuntura, a sexualidade pode ser considerada um importante fator que contribui na formação da identidade do adolescente (GOMES et al, 2002).

Segundo Carvalho (2001), as ideias e conceitos que os adolescentes têm de sua própria sexualidade, fazem com que eles elaborem perguntas simples que possibilitam a ampliação de seus conceitos e ou esclarecimentos de suas verdades. Esses conhecimentos produzidos, na maioria das vezes através do que assimilaram dos colegas, revistas e até mesmo da mídia,

podem estimular o desejo de desmistificar e organizar essa gama de informações esparsas.

Sabe-se que as informações referentes aos aspectos de crescimento e de desenvolvimento psicossocial e sexual, imprescindíveis para a formação da identidade dos jovens, não os têm alcançado de forma ampla e adequada, ocasionando altos índices de desinformação, o que é um antagonismo com o amplo desenvolvimento sociocultural e tecnológico nas últimas décadas (GOMES et al, 2002).

Uma possível explicação para esse fato pode estar associada às mudanças drásticas relacionadas a questões da sexualidade na atualidade. No atual contexto, os pais e os educadores podem não se sentir capacitados para abordar tais questões tão atuais e polêmicas. Para os pais, o fato de terem que se defrontar com sua própria sexualidade pode gerar situações de angústia ocasionadas por momentos reprimidos em formação da sua identidade sexual (Cano & Ferriani, 2000). Com relação aos educadores, uma explicação seria a carência de informações e de uma formação adequada para trabalhar conhecimentos relativos à afetividade e a sexualidade (Sayão, 1997). Afinal, observa-se que apesar da relevância da sexualidade para a plena formação do adolescente, poucos são os estudos no Brasil acerca disso, e, na prática, nem todos os educadores estão habituados ou capacitados a tratar da questão (ROMERO et al, 2007).

Com a omissão dos pais e dos educadores em relação à sexualidade, cresce a preocupação com fatores de grande importância que podem influenciar de modo adverso a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes, agindo de forma danosa no seu processo de crescimento e desenvolvimento naturais. Nessa perspectiva, as discussões temáticas sobre sexualidade poderão ganhar novos rumos promovendo reflexões e decisões relevantes que desencadearão comportamentos sexuais saudáveis e responsáveis pelos jovens e adolescentes.

De acordo com Barroso e Bruschini (1991), o

diálogo familiar influenciará de modo determinante na educação sexual dos filhos, fato este devido à forma rígida e estereotipada que ainda propõem a nossa sociedade para os papéis sexuais. No entanto, tais padrões comportamentais começam a ser protestados pelos jovens, e a partir disso, as escolas passam a discutir as questões de sexualidade de forma mais aberta e problematizadora cabendo a ela o papel de efetuar uma ação crítica, reflexiva e educativa que promova a busca pela saúde sexual e reprodutiva consciente (ALTMANN, 2001).

Ao desenvolver trabalhos com adolescentes relacionados à sexualidade, é imprescindível que o educador respeite a realidade de cada um, e não enfatize somente o que considere necessário para eles ou o que acredite seja o que gostariam de saber. Essa abordagem construtivista permite ao adolescente se sentir como sujeito participativo nos processos de ensino aprendizagem possibilitando uma maior abertura entre ele e o educador para sanar suas frequentes dúvidas (ALVES et al, 2004).

Uma pesquisa desenvolvida em uma cidade da zona norte do Rio de Janeiro confirma que os jovens demonstraram total interesse em discutir temas relacionados à sexualidade e revelaram que acreditam nas ações educativas promovidas pela escola e que esta é vista por eles como espaço de liberdade, nas quais tabus e mitos podem ser desmistificados. Esta confiança deve ser valorizada por parte de pais e principalmente educadores, uma vez que pode servir como um impulso para revigorar nossa educação (CATHARINO, 2006).

Em uma reportagem divulgada pela Revista Nova Escola em junho de 1994, através de uma pesquisa realizada pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), ficou confirmado que os jovens esperam receber da escola algum tipo de informação sobre sexualidade e formas de prevenção da AIDS (Silva & Salles, 2002). De acordo com esses adolescentes, a escola foi eleita local ideal para inserir a

educação sexual por possuir uma estrutura adequada para oferecer um melhor aprendizado favorecendo as relações sociais que influenciam direta ou indiretamente o indivíduo (CATHARINO, 2006).

Em outra pesquisa realizada entre professores, pais e alunos de 7ª série do ensino fundamental e de 1ª série do 2º grau em nove escolas brasileiras, os alunos afirmam receber informações suficientes para que se previnam contra DST/AIDS como ilustra o depoimento de um aluno avaliado: “Falta de informação não... Passa direto na televisão.

Todo mundo, todo professor aborda o assunto” (aluno/IG) (Gomes et al, 2005). Ainda sobre informações transmitidas acerca da transmissão HIV/AIDS, depoimentos de alunos revelaram que de alguma forma, ocorre assimilação por parte deles de informações divulgadas pelas campanhas preventivas como sugere em outro depoimento: “... a Aids não escolhe pessoas, escolhe a pessoa que não se cuidou, que não usou preservativo” (aluno/JF) (Gomes et al, 2005). Segundo Barros (2001) e Fernandes (1998), a mídia apresenta-se como um importante meio de veiculação de informações com relação à transmissão das DST/AIDS, mas erra em outros aspectos. Em suas diversas demonstrações, a mídia adquire relevante papel ajudando a moldar visões e comportamentos (BRASIL, 1998).

Por ser um importante meio de informação, ela veicula conteúdos eróticos que servirão de estímulo sexuais para as crianças e adolescentes, conteúdos moralistas e preconceituosos, mas, além disso, também veicula campanhas educativas e preventivas podendo gerar mensagens controversas que produzam conceitos e explicações tanto certas quanto errôneas e fantasiosos (BRASIL, 2007).

Em geral, a mídia através de sua exploração comercial e propagandas têm provocado efeitos contraditórios ao utilizar abusivamente da sexualidade, atribuindo valores discutíveis e a transformando em objeto de consumo (Brasil, 1998).

Assim, a orientação sexual proposta pela escola deve abordar a influência exercida pela mídia através da veiculação de suas mensagens bem como as informações

provindas da família e de outros meios utilizados pelas crianças e adolescentes. A escola, ao trabalhar informações atualizadas e explicitar os múltiplos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais vivenciados pela sociedade, possibilitará ao seu aluno desempenhar atitude consciente com os seus próprios valores (BRASIL, 1998).

Enfatizando outro assunto referente à sexualidade, um estudo realizado com adolescentes de 15 a 19 anos de idade, matriculados em uma unidade de Saúde da Família em um município de São Paulo, sujeitos que dispunham de uma ampla rede para se obter informações relacionadas à sexualidade, demonstra que os próprios adolescentes relataram que os diálogos e as elucidações sobre sexo aconteciam com maior frequência entre amigos ou um membro da família como tios e tias, primos e primas, embora ressaltassem que dúvidas sobre prevenção de gravidez eram questionadas com seus próprios pais, em especial a mãe. Essa informação evidencia que o pai é pouco participativo nas conversas sobre sexualidade. Com relação as dúvidas pertinentes a buscar informações por outras fontes (GOMES ET AL, 2005).

O caminho a ser tomado para quebrar o silêncio, o tabu, o mito e a vergonha de se falar sobre sexualidade entre pais, filhos e educadores está em uma postura livre de preconceitos que aceite o outro como pessoa de forma integral e que entenda a suas necessidades e que o ajude a vencer suas dificuldades (ALMEIDA ET AL, 2005).

O propósito da educação sexual deve conter fundamentalmente o sentimento de liberdade, responsabilidade e compromisso, tendo a informação como instrumento de trabalho para que os próprios adolescentes possam ponderar suas decisões e optar por escolhas adequadas e conscientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação sexual promove relacionamentos saudáveis. Num relacionamento saudável, ambos os parceiros devem sentir-se respeitados, valorizados e seguros. A educação sexual pode ajudar os alunos a

compreender a importância do consentimento, das habilidades de comunicação saudáveis e dos limites. Ao aprender sobre esses tópicos, os alunos podem desenvolver as habilidades necessárias para criar relacionamentos saudáveis e gratificantes. Por exemplo, os alunos podem aprender sobre a importância de uma comunicação clara quando se trata de consentimento sexual. Eles também podem aprender como estabelecer limites e respeitar os limites dos outros. Ao dar prioridade à educação sexual nas escolas, podemos ajudar os jovens a desenvolver as competências de que necessitam para criar relacionamentos saudáveis ao longo da vida.

A educação sexual deve ser responsabilidade dos pais e não das escolas. Embora seja verdade que os pais têm o direito de decidir o que os seus filhos aprendem, também é importante reconhecer que nem todos os pais têm os recursos ou conhecimentos para fornecer uma educação sexual abrangente. Além disso, as escolas têm a responsabilidade de promover a saúde e o bem-estar dos seus alunos. Ao promover a educação sexual, as escolas podem ajudar a garantir que todos os alunos tenham acesso a informações precisas e confiáveis.

A educação sexual pode prevenir gravidez indesejadas e infecções sexualmente transmissíveis. A educação sexual pode ajudar os alunos a compreender a importância da contraceção e das práticas sexuais seguras. Além disso, os alunos podem aprender sobre os riscos associados ao sexo desprotegido e a importância de testes regulares de DST. Ao fornecer educação sexual abrangente, as escolas podem ajudar os alunos a tomar decisões informadas sobre a sua saúde sexual.

Embora seja verdade que algumas famílias podem ter valores tradicionais que entram em conflito com determinados tópicos, também é importante reconhecer que a educação sexual pode ser ensinada de uma forma que respeite estes valores. Além disso, é importante reconhecer que as escolas têm a responsabilidade de promover a saúde e o bem-estar de todos os alunos, independentemente das crenças das suas famílias. Ao fornecer educação sexual abrangente, as escolas podem ajudar a garantir que todos os alunos tenham acesso a

informações precisas e confiáveis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Djanira Soares; COSTA, Raphaela Leoni; SILVA, Taís Mateus. **Chega de tabu! A sexualidade sem medo e sem cortes.** Disponível em: <www.unesp.br/prograd/PDFNE2005/artigos/capitulo%201/chegadetabu.pdf> Acesso em : 15 dezembro 2023.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Rev. Estud. Fem. Florianópolis**, v. 9, n. 2, p 575-585, 2001. Disponível em: . Acesso em: 15 dezembro 2023.

ALVES, Maria de Fátima Paz; SILVA, Macilene Severina; SILVA, Marcelo Rodrigues. Sexualidade e Adolescência: **É Preciso Vencer os Tabus.** Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <www.ufmg.br/congrent/Educa/Educa169.pdf>. Acesso em: 14 dezembro 2023.

AZEVEDO, Maria; MOREIRA, José Augusto; CONFORTO, Maria Thereza. **Educação Sexual ou Orientação Sexual?** Disponível em: Acesso em: 15 dezembro 2023.

BALEIRO, Maria Clarice, et al. **Sexualidade do Adolescente: fundamentos para uma ação educativa.** Salvador: Fundação Odebrecht; Secretaria de Estado da Educação e Secretaria da Saúde de Minas Gerais, 1999.

BARROS, Teodoro, et al. Un modelo de prevención primaria de las enfermedades de transmisión sexual y del VIH/ sida en adolescentes. **Rev Panam Salud Pública, Panamá**, v.10, n. 2, 2001. p. 86-94. Disponível em: <<http://demo.scielo.bvsalud.org/pdf/rpsp/v10n2/5861.pdf>> Acesso em: 15 dezembro 2023.

CATHARINO, Tânia Ribeiro. Gênero e sexualidade no espaço escolar: uma proposta de educação e saúde. **Revista Ártemis**, Rio de Janeiro, n. 5, 2006.

CARVALHO, Maria Dalva; PELLOSO, Sandra Marisa. Discutindo a sexualidade o que os adolescentes querem saber. **Revista Apadec, Maringá**, v. 8 (supl). 2004. Disponível em: . Acesso em: 14 fevereiro 2023.

SAITO, Maria Ignez; LEAL, Marta Miranda. **Educação sexual na escola.** Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo , São Paulo, v. 22, n. 1, 2000. p. 44-48. Disponível em: <<http://www.pediatriasaopaulo.usp.br/upload/pdf/451.pdf>> Acesso em: 06 novembro 2023.

SILVA, Adriana Cândido; SALLES, Leila Maria Ferreira. A orientação sexual na revista **Nova Escola. Educação Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 10, n. 18/19, 2002. p. 15-23. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/PESQUISA/BBEONLINE/det.asp?cod=60060&type=P>> Acesso em: 27 novembro 2008.

CONSEQUÊNCIAS DO SEDENTARISMO EM ALUNO DA EDUCAÇÃO BÁSICA CONSEQUENCES OF SEDENTARISM IN BASIC EDUCATION STUDENTS

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-13

Carlos Antonio Sabino de Andrade¹

RESUMO

O sedentarismo é considerado por muitos autores como o mal do século e, se por um lado tempo para o lazer e a atividade física, são esquecidos por outro, quando está ocioso, prefere sentar-se à frente do computador ou da televisão, esquecendo-se da necessidade de movimentar-se. Este trabalho apresenta as consequências do sedentarismo no aluno do Ensino da Educação Básica, fruto de pesquisa realizada na Escola José Euzébio da Costa, na Paraíba/Brasil, que evidencia a concepção dos alunos com a disciplina de Educação Física, que a falta de atividade física devido aos avanços tecnológicos induz os adolescentes do 9^a da presente escola ao sedentarismo. O objetivo, portanto, é valorizar a atividade física e o exercício como fatores que contribuem para o combate ao sedentarismo e a qualidade de vida. Desta forma, a pesquisa está voltada para o esclarecimento dos fatores de risco a saúde, focando o sedentarismo que é um dos principais problemas que leva as pessoas a adquirirem certas doenças e também servirá de orientação para prevenção dos problemas de saúde a ele relacionados. Para abordar os desdobramentos do tema proposto, a base teórica percorreu pelos autores: Pinho (1999), Pereira, (2011), Nahas (2013), Tubino (2000), dentre outros. Percebeu-se que o sedentarismo é uma questão discutida entre os adolescentes e grande parte da população mundial, tornando assim uma preocupação que passa a ser adotada nas aulas de Educação Física, local onde os alunos têm a oportunidade de esclarecerem dúvidas e aprenderem a levar um estilo de vida saudável, com qualidade e adoção de hábitos corretos.

PALAVRAS-CHAVE: Sedentarismo, Educação Física, Adolescência.

ABSTRACT

Sedentary lifestyle is considered by many authors as the evil of the century, and while on one hand, leisure time and physical activity are forgotten, on the other hand, when idle, one prefers to sit in front of the computer or television, forgetting the need to move. This paper presents the consequences of sedentary behavior in students of Basic Education, based on research conducted at José Euzébio da Costa School in Paraíba, Brazil, which highlights students' perceptions regarding Physical Education classes, indicating that lack of physical activity due to technological advancements leads the 9th-grade students of this school to sedentarism. The objective, therefore, is to emphasize physical activity and exercise as factors that contribute to combating sedentarism and improving quality of life. Thus, the research is aimed at clarifying health risk factors, focusing on sedentarism as one of the main problems leading people to acquire certain diseases and also serving as guidance for the prevention of health problems related to it. To address the ramifications of the proposed topic, the theoretical framework included authors such as Pinho (1999), Pereira (2011), Nahas (2013), Tubino (2000), among others. It was noted that sedentarism is a debated issue among adolescents and a significant portion of the global population, becoming a concern adopted in Physical Education classes, where students have the opportunity to clarify doubts and learn to lead a healthy lifestyle with quality and the adoption of correct habits.

KEYWORDS: Sedentary lifestyle, Physical Education, Adolescence.

¹ Graduação em licenciatura em geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (2008). **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/2468763203948176

INTRODUÇÃO

No Brasil e no mundo, o sedentarismo é um problema que assume grande importância. Neste sentido, são frequentes pesquisas mostrando que a população atualmente gasta menos calorias por dia do que gastava há 100 anos. Isto explica o fato de que o sedentarismo está associado a doenças como a obesidade, hipertensão, diabetes, infartos ou problemas coronarianos e colesterol alto, assim o Brasil, podemos reconhecer a inatividade física com um problema social. Esse problema fica evidenciado também na adolescência, fase da vida na qual a prática de exercícios físicos traz vários benefícios para a saúde, seja por meio de influências diretas sobre a morbidade na própria adolescência ou por uma influência medida pelo nível de atividade física na idade adulta, acrescentamos ainda que esta prática é desenvolvida e praticada nas escolas.

Segundo Pinho (1999) o comportamento físico sedentário é uma das principais causas do excesso de gordura corporal em crianças e adolescentes. A Educação Física possui um importante papel não apenas na formação do indivíduo, abrangendo fatores como a informação sobre estilo de vida saudável que engloba desde a prática de atividades físicas como também a reeducação alimentar. O esporte tem um papel muito importante, pois pode ser entendido como espetáculo, alto rendimento ou mesmo uma forma de diversão e lazer, e isso contribuem para sua aceitação e inserção nas aulas de Educação Física. Para a LDB (1996) - (Lei de Diretrizes e Base), a Educação Física é componente curricular da educação básica e integra a proposta pedagógica da escola, observando que nos períodos noturnos é facultativa (PEREIRA, 2011). Isso revela a necessidade de uma atenção mais voltada para a importância destas atividades em todos os níveis escolares, exteriorizando seus benefícios.

Numa perspectiva mais global, entende-se que a prática de exercícios físicos não deve estar relacionado apenas ao estereótipo ou a imagem do

indivíduo, esta é uma questão bem mais ampla que envolve o bem-estar do indivíduo, a prevenção de vários tipos de doenças além de estar diretamente associado às orientações de uma reeducação alimentar como está previsto nos PCNs (1998) que é um dos papéis da Educação Física promover a saúde, ainda segundo os PCNs (1998) valoriza-se à construção da autoestima e da identidade pessoal, ao cuidado do corpo, à nutrição, à valorização dos vínculos afetivos e a negociação de atitudes escolar tem um papel primordial na saúde de uma sociedade, tendo como alavancar a preocupação e a responsabilidade na valorização de conhecimentos relativos à saúde.

Assim, temos na escola nosso público-alvo, uma vez que encontramos vários grupos de adolescentes com características de vida distintas, mas estando todos num estágio de desenvolvimento da vida, a adolescência.

Muito se fala sobre a importância da prática de atividades físicas para a prevenção de doenças e a manutenção de uma boa saúde. Porém as consequências do sedentarismo não são difundidas com a mesma intensidade. As aulas de educação física na escola podem contribuir para que os adolescentes compreendam melhores quais são os fatores de risco para a saúde, provenientes do sedentarismo.

Segundo o médico Dráuzio Varella, "são tantos os benefícios da atividade física, que só existe uma explicação para a vida sedentária que a maioria das pessoas leva: praticar exercícios vai contra a natureza humana". Diz o Dr. Dráuzio que o ser humano tem uma tendência a não desperdiçar energia, mas a vida dita "moderna" tem nos feitos "acumular" energia e, conseqüentemente, acumular "doenças" graves e degenerativas. Qual a saída? Movimentar-se mais e com qualidade!

O desafio da escola, mais precisamente da educação física escolar, está em motivar as crianças e os jovens para a prática da atividade física. O que se vê normalmente é que os adultos têm consciência sobre a

importância do exercício, mas não o praticam; Já as crianças e os jovens normalmente gostam das aulas de educação física, praticam as atividades propostas, mas não adquirem a consciência e o conhecimento necessários para continuar se exercitando quando saem da escola. Neste plano de aula os alunos terão a oportunidade de aprender mais sobre as reações provocadas no corpo humano pelo sedentarismo e construir conhecimento para encontrar o equilíbrio entre o "saber" e o "fazer", ou seja, se motivar para incorporar na sua rotina diária a prática de exercícios e atividade física.

A escolha deste tema foi motivado devido a muitas crianças e adolescentes, não praticarem atividade física pelo o apelo a tecnologia, elas ficam grande parte do seu dia-dia frente ao computador e televisão, causando a inatividade física. Com alimentação inadequada, como refrigerantes, doces, salgados. Com isto, se observa algumas questões cotidianas e percebemos que nossos jovens que futuramente serão homens e mulheres estão cada vez mais sedentários e poderão elevar os dados futuros de doenças causadas por sobrepeso, vida sedentária etc.

Segundo Thorland; Montoye; Vaccaro; Salles citado por Bracco et al, (2011), Bracco et AL, (2003); baruki et AL, (2006); Guedes; Guedes (1998), a relação dos benefícios de uma vida mais ativa, a sociedade moderna apresenta altos níveis de sedentarismo. Quanto mais tempo crianças e adolescente passam assistindo televisão tem mais chance a sobrepeso e obesidade, devido ao consumo de alimentos de alto teor energético.

Estes problemas serviram de inspiração para este estudo sobre o sedentarismo em crianças e adolescentes. Por fim, a pesquisa está voltada para o esclarecimento dos fatores de risco a saúde, focando o sedentarismo que é um dos principais problemas que leva as pessoas a adquirirem certas doenças e de certa forma servirá de orientação para prevenção dos problemas de saúde a ele relacionados.

O público-alvo que se definiu para a presente pesquisa refere-se ao 9º ano da série final do ensino fundamental II. A problemática deste trabalho consiste em evidenciar na concepção dos alunos e com a disciplina de Educação Física, que a falta de atividade física devido aos avanços tecnológicos, induz os adolescentes do 9ª da escola José Euzébio da Costa (Paraíba) ao sedentarismo.

O objetivo geral deste estudo é destacar a importância da atividade física e do exercício na luta contra o sedentarismo e na promoção da saúde e qualidade de vida. Para alcançar esse objetivo, os objetivos específicos são: a) relatar os principais fatores associados ao sedentarismo. b) Identificar o papel da atividade física no combate ao sedentarismo; c) compreender e analisar a percepção dos alunos em relação à prática de atividade física como forma de prevenção do sedentarismo.

SEDENTARISMO

Segundo Santos et al. (2006) o sedentarismo é conceituado como a falta ou a diminuição da atividade física e não necessariamente à falta de uma atividade esportiva. Sob o ponto de vista da medicina moderna, o sedentário é o indivíduo que gasta poucas calorias por semana com atividades ocupacionais.

O sedentarismo é definido como a falta ou a grande diminuição da atividade física. O gasto calórico semanal define se o indivíduo é sedentário ou ativo. Para Nahas (2013, p. 41) “considera-se sedentário um indivíduo que tenha um estilo de vida com um mínimo de atividade física, equivalente a um gasto energético (trabalho + lazer + atividades domésticas + locomoção) inferior a 500 quilocalorias (Kcal) 1 por semana”.

A modernidade favoreceu um estilo de vida sedentário e conseqüentemente o aumento das doenças crônicas como: doenças do coração; hipertensão arterial sistêmica; acidente vascular encefálico; doença vascular periférica; obesidade;

diabetes mellitus tipo II; osteoporose; câncer de cólon, mama, próstata e pulmão; e ansiedade e depressão (CARVALHO, 1996).

Segundo a Organização mundial de Saúde (OMS), o sedentarismo vem tomando proporções alarmantes, na verdade é uma questão que vem deixada de ser meramente estética passando a ser um problema de saúde pública de forma generalizada, citando-a até como epidemia global.

Tavares e Gardenghi (2012) destacam que, a sociedade moderna, com o decorrer dos anos, passou a ter hábitos mais sedentários voltados para televisão, videogame, que forneceram para a redução de gasto calórico diário. Desta forma o autor enfoca que, além do gasto metabólico que ocorre no durante as atividades diárias, em repouso o metabolismo pode influenciar na ocorrência de casos de obesidade.

Conforme Gata (2004), a modernidade vem trazendo vários benefícios e avanços à nossa sociedade, contudo, esses benefícios não vêm sozinhos, eles acarretam uma série de problemas que vão desde a vida acelerada, onde as pessoas têm cargas de estudo e trabalho excessivos, vivendo sobre conflitos e, e ainda tendo que vencer desafios cotidianos, sem falar nas competições que existem nos ambientes sociais dos quais fazemos parte; e, talvez o problema mais grave herdado por esses crescimentos tecnológicos e sociais, qual seja, a violência, que crescente e assustadora prevalece em nossa atualidade.

O sedentarismo transformou-se em um problema de saúde pública, sendo que ocasiona problemas de obesidade, problemas cardiovasculares, respiratórios, enfim, nosso corpo é uma “máquina” e para se manter funcionando não necessita só de combustível, precisa está em plena atividade, movimentar-se, para que não enferruje (NÓBREGA, 1998).

Segundo Reis e Carvalho (2013) para que se tenha uma vida com hábitos saudáveis, esse reforço deve começar durante a infância e adolescência, com a

alimentação equilibrada e para que as necessidades nutricionais satisfaçam com o intuito de promover uma vida melhor.

O tempo de permanência frente aos instrumentos eletrônicos pode propiciar condições favoráveis ao sedentarismo das crianças e jovens, através da adoção de atitudes hipocinéticas (PINHO & PETROSKI, 1997). Compreende-se que o sedentarismo, provocado pelo estilo de vida moderna, beneficia os fatores de riscos de várias doenças. A promoção da atividade física torna-se necessária para todos os indivíduos, principalmente as crianças, para a aquisição de hábitos e atitudes que podem persistir a vida toda.

Recentemente no ano de 2009, o Ministério da saúde junto com a Secretaria de Vigilância em Saúde, o Ministério da educação e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), lançou uma pesquisa nas capitais do país entre adolescentes que cursavam a 9ª série do Ensino Fundamental, com o intuito de descobrir como está a saúde dos alunos nesta faixa etária, que segundo o próprio Ministério da Saúde a etapa da adolescência é um momento importante para adotar novas práticas e comportamentos, ganho de autonomia, exposição a diversas situações e riscos presentes e futuros para a saúde.

Segundo Gutin e Barbeau (apud BOUCHARD 2003, p. 253) “a baixa atividade física leva ao ganho de peso, enquanto que o ganho de peso leva à posterior diminuição da atividade física, formando um ciclo vicioso”.

Diferentes organismos internacionais têm se preocupado em reconceituar a Educação Física, no novo milênio: Federação Internationale d’Education Physique (FIEP), o International Council for Sport Science and Physical Education (ICSSPE), e a United Nations for Science and Culture Organization (UNESCO). Essas instituições sugerem que a Educação Física não se volte apenas para um período na vida das pessoas, mas tenha uma educação continuada, num processo ao longo da vida, antes limitada à infância e adolescência, no meio

escolar. Que ela seja desenvolvida sob a forma de exercícios ginásticos, jogos, danças, esportes, atividades de aventura, relaxamento e outras, sendo um meio para a adoção de um estilo de vida ativo durante toda a vida, também voltada para a saúde e o lazer, buscando desenvolver hábitos, atitudes e conhecimentos para atingir esses objetivos (TUBINO, 2000).

De acordo com pesquisas realizadas por Medeiros (2011), a prática de atividades físicas, brincadeira deixou de ser comum entre crianças, a comodidade e sedentarismo, facilidades da nova sociedade geraram o mais novo mal do século, a obesidade, vem crescendo cada dia mais entre adultos e principalmente crianças. Ainda Lopes, Prado e Colombo (2010) caracterizam a obesidade como uma doença, a qual, em sua complexidade social e psicológica, pode afetar várias idades e variados grupos socioeconômicos.

A atividade física é todo movimento corporal produzido pelos músculos esqueléticos que provoca um gasto de energia acima do metabolismo de repouso, relacionado à intensidade e duração das atividades (CASPERSEN; POWELL; CHRISTENSON, 1985; LAMONTE; AINSWORTH, 2001 apud BARUKI, 2012).

METODOLOGIA

O presente estudo é composto por uma pesquisa referente ao sedentarismo que tem caráter qualitativo. O lócus da pesquisa é uma escola pública, José Euzébio da Costa, localizada no Município de alcantil no estado da Paraíba. Dentre as turmas existentes na escola, duas turmas de 9º ano do Ensino Fundamental foi o foco da pesquisa.

No período de março e abril de 2023, onde foi desenvolvida através de um estudo de caso, que se utilizou um questionário contendo 06 questões (anexo B) uma rica pesquisa bibliográfica. Os sujeitos da pesquisa são os alunos do 9º ano A e B entre 13 e 15 anos, sendo do sexo feminino e do sexo masculino. Esta população,

alunos do 9º ano A e 9º ano B, é composta por 50 alunos.

O presente trabalho buscou como objetivo principal valorizar a atividade física e o exercício como fatores que contribuem para o combate ao sedentarismo e melhoria na saúde e a qualidade de vida. Desta forma, veio ressaltar a percepção dos alunos referentes à importância da educação física escolar na prevenção ao sedentarismo. E também analisar o entendimento dos alunos sobre a influência da Educação Física na possível prevenção do sedentarismo entre os adolescentes da escola José Euzébio da Costa,

Foi aplicado um questionário, onde os alunos tiveram sua identidade preservada, e o mesmo foi respondido de forma individual, e as questões foram todas de múltipla escolha. Os dados foram coletados diretamente através das seis (6) questões. Não tivemos exclusão de alunos na pesquisa, estando ou não participando das aulas de Educação Física na escola. Bem como todos os que estavam devidamente matriculados no de 9º ano do Ensino Fundamental. Onde se buscou perceber como estão o nível de atividade física e os hábitos sedentários, tanto no âmbito escolar como na vida diária.

O Projeto da pesquisa teve início no mês de fevereiro com a escolha do tema. A revisão bibliográfica ocorreu durante todo o desenvolvimento do mesmo, e a Pesquisa com a coleta de dados foram nos meses de fevereiro e março. De acordo com cronograma em anexo A.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mundo moderno, a obesidade e o sedentarismo estão aumentando de forma marcante. Os avanços tecnológicos, propagandas, comidas industrializadas e a inatividade física, a cada dia que se passa, contribuem para que as nossas crianças e adolescentes passem horas e horas em frete à televisão,

mexendo no computador e jogando videogame e com isso gera o sedentarismo e doenças.

Foi possível notar na pesquisa de campo e bibliográfica que o sedentarismo é uma questão discutida entre os adolescentes e grande parte da população mundial, tornando assim uma preocupação que passa a ser adotada nas aulas de Educação Física, local onde os alunos têm a oportunidade de esclarecerem dúvidas e aprenderem a levar um estilo de vida saudável, com qualidade e adoção de hábitos corretos.

Através do questionário aplicado, concluem-se que as aulas de Educação Física conduzem os alunos não apenas uma cultura corporal, mas uma formação em sua totalidade com conteúdo que abrangem questões de saúde e bem-estar.

Por fim, em relação a esta pesquisa, uma vez que as ferramentas utilizadas, pesquisa de campo e bibliográfica, foram determinantes para concluir que a atividade física dentro da escola tem fundamental importância na prevenção do sedentarismo.

REFERÊNCIAS

- BARUKI, S. B. et AL. Associação entre estado nutricional e atividade física em escolas da Rede Municipal de Ensino em Corumbá - MS. **Revista Brasileira Medicina do Esporte**, São Paulo, v. 12, n. 2, 2006.
- BARUKI, S. B. S. **Obesidade Infantil, sedentarismo e doenças cardiovasculares: a Educação Física e sua contribuição social para a promoção da saúde pública**. In: Caminhos do Campus do Pantanal – UFMS/Wilson Ferreira de Melo... [et al.], organizadores. Campo Grande, MS: Ed.UFMS, 2012.
- BRACCO, M et al. Atividades físicas Desportivas na Infância e Adolescência. **Revista Paul Pediatra**, São Paulo, v.19, p 46-48, 2001.
- BRACCO, M.M et al. Atividade física na Infância e Adolescência: impacto na saúde pública. **Revista Ciências médicas**, São Paulo, v.12, n.1, p 89-97, 2003.
- CARVALHO, T. et al., Posição oficial da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte: atividade física e saúde. **Revista Brasileira Medicina Esporte**, v. 2, n 4 – Out/Dez, 1996.
- GATA, A. O. **O Estress no Brasil: pesquisas avançadas**. 1ª ed. – Campinas SP: Papyrus. 2004.
- GUEDES, D.P , GUEDES, J.E.R.P. **Prevalência de sobrepeso e obesidade em crianças e adolescentes do município de Londrina (PR)**, Brasil. MOTRIZ, Campinas, v.4, n.1, 1998.
- GUTIN, Bernard; BARBEAU, Paule. **Atividade física e composição corporal em crianças e adolescentes**. In: BOUCHARD, Claude. Atividade física e obesidade. Barueri: Manole, 2003. p. 245-283.
- LOPES, P. C. S; PRADO, S. R. L.A.; COLOMBO, P. **Fatores de risco associados à obesidade e sobrepeso em crianças em idade escolar**. Rev. bras. enferm. (on line), v.63, n.1, p. 73-78, 2010. In.: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672010000100012&script=sci_arttext > Acesso 11 Jan. 2017.
- MEDEIROS, C. M. M. et al. Estado **Nutricional e Hábitos de Vida em Escolares**. Revista Brasileira de Crescimento Desenvolvimento Humano. n .21, 789-797, 2011.
- NAHAS, Markus Vinicius. **Atividade Física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 6. ed. Londrina: Midiograf, 2013.
- NÓBREGA, F. G. **Distúrbios da Nutrição**. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Revinter, 1998.
- Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física /Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC /SEF, 1998.
- PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- PEREIRA, Jose Ribamar. **A Educação Física na “Nova” LDB**. 2011.
- PINHO, R. A. & PETROSKI, E. L. Nível de atividade física em crianças. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v. 2, n. 3, p. 67-79, 1997.
- PINHO, R. A de. **Nível habitual de atividade física e hábitos alimentares de adolescentes durante período de férias escolares**. Dissertação de Mestrado -Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina -, Florianópolis-SC, 1999, 110p.Disponível em: Acesso em: 17/03/ 2017.
- REIS, E.; CARVALHO, G. S. **Comportamentos alimentares de alunos de 10-17 anos em cantinas escolares: um estudo de caso**.Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC), p. 730-743, 2013.
- SANTOS, J. F. S. et al. Atividade Física na sociedade tecnológica. Buenos Aires. **Revista Digital**, n. 94, 2006. Disponível em. Acesso em: 13 de Fevereiro de 2017.
- TAVARES, J. P.; GARDENGHI, G. Prevalência de sobrepeso e obesidade em crianças de 6 a 12 anos que estudam na Escola Municipal José Pereira da Cruz de Gurupi – TO. **Revista Eletrônica Saúde e Ciência**. Vol II, N. 01, 2012.
- TUBINO, M. J. G. **Por um novo conceito de Educação Física**. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, n. 8, p. 59-61, 2000.

**A GAMIFICAÇÃO NA CORREÇÃO DE DEFICIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM
EM MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL**
**GAMIFICATION IN ADDRESSING LEARNING DEFICIENCIES IN
MATHEMATICS IN ELEMENTARY EDUCATION**

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-14

Alane Gomes de Albuquerque Nascimento ¹

RESUMO

Diante dos diversos desafios enfrentados no processo de ensino e aprendizagem da disciplina de matemática, procuramos desenvolver uma ferramenta de apoio para enfrentar e superar as lacunas deixadas pela pandemia, visando melhorar os resultados educacionais em termos de acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da educação básica. Acreditamos que a educação é fundamental para um futuro promissor e, buscando assegurar um caminho claro, investigamos algumas ferramentas que pudessem auxiliar na identificação do progresso dos alunos e nas áreas que necessitam de atenção. O objetivo do presente artigo é contribuir para a correção das deficiências de aprendizagem em matemática e para o desenvolvimento do protagonismo estudantil por meio da gamificação. Para isso, realizamos uma pesquisa qualitativa com ênfase na pesquisa-ação, além de uma análise comparativa utilizando o banco de dados das médias bimestrais e das avaliações dos alunos de uma turma de uma escola pública de ensino integral no Estado da Paraíba, antes e depois da implementação dos instrumentos de gamificação. Ao analisar a aplicação desses instrumentos e os dados obtidos, constatamos que a gamificação, por meio de atividades como bingo matemático, dominó das operações e desafios com o Kahoot e Power Point, associados ao processo de ensino e aprendizagem, teve um impacto significativo e relevante. Essa abordagem contribuiu para o desenvolvimento e fortalecimento dos conhecimentos e habilidades dos alunos, tanto para a vida quanto para o aprendizado da matemática.

PALAVRAS CHAVE: Gamificação; Aprendizagem; Matemática.

ABSTRACT

Amidst the various challenges faced in the teaching and learning process of mathematics, we sought to develop a support tool to address and overcome the gaps left by the pandemic, aiming to improve educational outcomes in terms of access, retention, learning, and completion of basic education. We believe that education is fundamental for a promising future, and in seeking to ensure a clear path, we investigated some tools that could assist in identifying student progress and areas needing attention. The objective of this article is to contribute to correcting learning deficiencies in mathematics and to the development of student leadership through gamification. To achieve this, we conducted qualitative research with an emphasis on action research, along with a comparative analysis using the database of quarterly averages and student evaluations from a class at a public full-time school in the state of Paraíba, before and after the implementation of gamification tools. Upon analyzing the application of these tools and the data obtained, we found that gamification, through activities such as mathematical bingo, operation dominoes, and challenges with Kahoot and PowerPoint, coupled with the teaching and learning process, had a significant and relevant impact. This approach contributed to the development and strengthening of students' knowledge and skills, both for life and for learning mathematics.

KEYWORDS: Gamification; Learning; Mathematics.

¹ Mestranda em Ciência da Educação pela ACU - Absolute Christian University. Especialista em Educação Matemática pela UEPB. Licenciatura em Matemática pela UEPB. **E-MAIL:** alane.galb@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7878205822259113.

INTRODUÇÃO

Quando se trata de reprovação, abandono, ensino e aprendizagem, diversas situações surgem de fatores externos ou internos que demandam atenção especial. Durante os anos de 2020 e 2021, a pandemia causada pelo novo coronavírus, COVID-19, impactou profundamente nossas escolas, resultando em taxas mais baixas de reprovação e abandono, embora em um contexto atípico. No entanto, não devemos perder o foco devido a essas circunstâncias. Acreditamos firmemente que a educação é a chave para um futuro melhor e, portanto, buscamos garantir que estamos no caminho certo. Reconhecemos a necessidade de ferramentas que nos auxiliem a medir nosso progresso e identificar áreas que precisam de atenção.

Para alcançar o objetivo traçado adotou-se estratégias que visam fortalecer a recomposição das aprendizagens nas aulas de matemática, utilizando a gamificação e a aprendizagem colaborativa como metodologias ativas. Essas estratégias são fundamentadas principalmente nas deficiências observadas nos descritores do Saeb e nas competências e habilidades específicas e gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Estando implicitamente citado na BNCC (2018) os benefícios das metodologias ativas em que se reconhecer em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações.

Além de garantir a formação interdimensional para que se efetive uma boa relação dos estudantes com a escola, na formação cidadãos protagonistas, autônomos, competentes, solidários, conscientes, críticos e participativos, buscou-se favorecer que os mesmos atuem na sociedade, com base nos eixos: “Formação para a vida, Formação acadêmica de

Excelência e Formação de competências para o século XXI” (Paraíba, 2023)

Deste modo, é de fundamental importância apoiar os estudantes e despertar nestes, o interesse pela matemática assim como aproximar a disciplina com a realidade, tornando o conhecimento mais significativo e atraente, a partir de diferentes ferramentas e estratégias de ensino e aprendizagem. Para tanto é imprescindível o desenvolvimento de ações pautadas no ganho de aprendizagem significativa, de forma prazerosa e colaborativa, alinhando os conteúdos da BNCC ao desenvolvimento dos descritores do SAEB.

A escola integral traz consigo inovações e propostas que buscam representar um divisor de águas na história da educação, no entanto, o ponto de partida deste estudo foi a Avaliação diagnóstica inicial interna e a Avaliação Formativa realizada pela rede estadual através do SIAVE no ano letivo de 2023 e a intencionalidade do jovem ao refletir: Será possível corrigir os déficits de aprendizagem matemáticas deixada ao longo dos anos e acentuados durante a pandemia? Para que permanecer na escola e qual a importância para conclusão da educação básica? É possível ter aulas de matemática mais dinâmicas?

Com a gamificação, buscou-se ressignificar o erro do estudante, o que dá aos mesmos mais autonomia e coragem para errar, e com isso, testar seus conhecimentos sem que haja uma consequência negativa, proporcionando ao estudante uma nova visão acerca do erro, pois, ao jogar, muitas vezes, o jogador é convidado a errar simplesmente para ter a certeza do que pode vir a acontecer. Logo, passa a encarar o ato de errar como uma forma de crescimento, porque existe, nele, a vontade de seguir e superar a dificuldade para tornar-se vitorioso.

Grande é a diversidade de pesquisadores que tem buscado, em pesquisas e estudos, respaldo para elevar a utilização de jogos como uma boa estratégia de ensino. Mendes (2008), defende que os jogos aparecem como sugestões em diversas publicações na área da

Matemática, cabendo ao professor organizar a utilização e manipulação adequada desses instrumentos, dessa forma visando explorar junto com seus alunos todos os aspectos lógicos matemáticos presentes nessas atividades.

De acordo com Koch Grünberg (2011, p. 20), usa-se o termo gamificação, quando “pretende-se adotar elementos de jogos para uso em outros contextos e atividades que não são jogos puros e completos”. Sendo assim, no âmbito escolar ele é utilizado como ferramenta de ensino e aprendizagem, onde o professor irá mediar e não dar a resposta, irá conduzir ao raciocínio de maneira segura e dinâmica, motivando o aluno, construindo com ele a evolução de seu aprendizado em todos os momentos das dificuldades.

O objetivo do presente estudo é contribuir com a correção dos déficits de aprendizagem em matemática e com o desenvolvimento do protagonismo estudantil utilizando a gamificação.

METODOLOGIA

Na busca de metodologias que contribuíssem de forma significativa para a superação das dificuldades identificadas na disciplina e acentuadas com a pandemia, nos deparamos com a gamificação, uma vez que os estudantes da atualidade são super conectados as tecnologias e os jogos, assim ao contextualizar os conteúdos, os estudantes são motivados e engajados sendo corresponsáveis para a superação das dificuldades existentes.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa com enfoque na pesquisa-ação, coleta de dados, com exploração de metodologias ativas na educação básica em uma escola cidadã integral do estado da Paraíba, proporcionando a criação de caminhos que contribuíram para a correção de déficit de aprendizagens na disciplina de matemática e consecutivamente nas disciplinas afins e na área das

linguagens, contribuindo com a criação de espaços de diálogos e de socialização, levando o jovem a alcançar suas metas e objetivos traçados com responsabilidade.

O método tem como foco a pesquisa-ação-participação, com a colaboração dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental da Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio Deputado Carlos Pessoa Filho, localizada na cidade de Aroeiras-PB, para a correção dos déficits de aprendizagem em matemática e no desenvolvimento do protagonismo estudantil. Neste sentido, busca-se elevar o nível de conhecimento dos estudantes no que diz respeito as suas deficiências de aprendizagens na disciplina para a série em questão utilizando a metodologia ativa da gamificação, sendo o período analisado, o ano letivo de 2023.

A partir de leituras identificamos que diversas pesquisas têm enfatizado esse olhar para a personalização em que os estudantes podem ser estimulados a entrar em contato com diferentes experiências de aprendizagem, aquelas de que necessitam, porque têm dificuldade, e aquelas que podem oferecer oportunidade de ir além, pois não estão relacionadas às suas dificuldades, mas às suas facilidades.

A introdução dos jogos, sua valorização e seu caráter lúdico nas aulas de Matemática pode ser uma forma de lidar com a necessidade de melhorar a participação dos estudantes e assim, conseguir um maior índice na aprendizagem referente a diversos conteúdos, bem como na melhora do engajamento, participação e desenvolvimento do protagonismo estudantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

RESULTADO AVALIAÇÃO FORMATIVA SIAVE- PB 2023	9º ANO	ESCOLA
Taxa de acerto em matemática por etapa de aplicação	31,53%	24,72%
Taxa de acerto geral.	47,66%	42,31%

Taxa de acerto em Língua Portuguesa	63,79%	59,90%
-------------------------------------	---------------	---------------

TABELA 1 – comparativo de resultados da turma trabalhada e geral da escola na Av. Siave 2023

SIM OU A MAIORIA DAS VEZES	
O projeto fortaleceu e/ou ampliou algum novo conhecimento ou habilidade?	95%
Percebeu a importância do projeto para melhoria do seu rendimento nas disciplinas?	90%
O projeto estabelecia relação entre teoria e prática?	100%
Todos estudantes da turma participaram do projeto?	100%
Você recomendaria o projeto a outro estudante?	95%

TABELA 2 – Questionário aplicado aos estudantes

Conforme observamos na tabela 1, com os resultados da Avaliação Formativa Siave – PB (Sistema de Avaliação da Educação básica do Estado da Paraíba), realizada no mês de agosto de 2023 e resultados divulgados em setembro do mesmo ano, percebeu-se uma diferença significativa entre o resultado da turma trabalhada e o resultado geral da escola. Sendo assim, acredita-se que as atividades gamificadas trabalhadas contribuíram para o desenvolvimento e fortalecimento de conhecimentos e habilidades, tanto na turma de execução do projeto como nas turmas em que algumas ações foram replicadas.

Os resultados da Avaliação Formativa mostram que o desempenho da turma tanto em Língua Portuguesa como em Matemática foi maior que o geral da escola, comprovando assim resultados positivos com as ações ligadas a correção dos déficit de aprendizagem dos estudantes e a permanência dos estudantes na escola, uma vez que com a combinação da gamificação e da aprendizagem colaborativa, percebemos uma motivação e engajamento maior dos estudantes além de colaborarmos com o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, pois os alunos também aprendiam com os erros, se sentiam desafiados a cada jogo.

Dessa forma, através das atividades gamificadas: bingo da matemática, dominó das operações, das ferramentas Kahoot e jogos criados intencionalmente no Powerpoint, todos focados nos descritores do Saeb de acordo com a matriz de referência de Língua Portuguesa e Matemática, nas habilidades específicas da BNCC, nas habilidades de Propulsão e nas competências específicas e gerais da BNC. Com atividades colaborativas aliadas a responsabilidade e ao protagonismo estudantil, os alunos a reconhecerem que a Matemática da sala de aula pode ser aplicada na sua vida (Tabela 2) e que o domínio desses conhecimentos os auxiliará a torná-los participantes em sua sociedade, foi perceptível a melhora do desempenho nas avaliações internas, na taxa de frequência, e na recomposição da aprendizagem, além de desenvolver o raciocínio lógico-matemático por meio de cálculos mentais.

Conforme Bloom (1956), a aprendizagem ativa deve engajar os estudantes em atividades reflexivas, aquelas que exigem a elaboração do pensamento, ou seja, a análise, a síntese e a avaliação. Seria uma constante reflexão sobre a prática, sobre a adequação à realidade do que estiver sendo aprendido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma como os conceitos são vistos e revisto incorporando a gamificação, foi criado uma ponte entre estímulos mentais e sensoriais além de tornarmos a escola um local mais próximo da realidade da maioria dos alunos, onde a inovação na educação é presente.

Inúmeras situações mostram que a matemática escolar ainda parece distante, os métodos usados parecem resistir diante de formas mais modernas e dinâmicas de se conceber o ensino. Dessa forma para Libânio, o papel do professor, portanto é o de planejar, selecionar e organizar os conteúdos, programar tarefas, criar condições de estudo dentro da classe, incentivar os

alunos, ou seja, o professor dirige as atividades de aprendizagem dos alunos afim de que estes se tornem sujeitos ativos da própria aprendizagem (LIBÂNEO, 2002).

A gamificação se mostra uma forma interessante e promissora de introduzir e rever conceitos, com resultados já conhecidos em relação a diversos jogos, auxiliando o processo de ensino e aprendizagem de uma forma dinâmica, além de contribuir para o desenvolvimento social dos estudantes.

Através das atividades os alunos conseguiam ter um feedback imediato, o que permitia a correção dos erros rapidamente, mantendo-os motivados ao verem seu progresso, além disso, percebemos que os jogos podem contextualizar conceitos matemáticos, tornando-os mais concretos para os alunos, conectando a matemática às situações da vida real, tornando-a mais relevante e compreensível motivando os alunos a permanecerem engajados e frequentes na escola, além do estudante se sentir parte do processo, como sujeito ativo, com espírito de liderança, sendo capaz de tomar decisões e fazer escolhas embasadas no conhecimento, na reflexão, na consideração de si próprio e do coletivo, com iniciativa, assim identificamos que conseguimos corrigir ou pelo menos amenizar os déficit de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023: Informação e Documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº9394, de 20 de Dezembro de 1996.

KOCH-GRÜNBERG, Tim Theodor. Gameful Connectivism: social bookmarking no SAPO Campus. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Comunicação Multimídia, Departamento de

Comunicação e Arte, Universidade de Aveiro, Portugal, 2011.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos, para quê? Editora Cortez, 2002.

Matrizes de Referência do SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Brasília: MEC/Inep, 2001. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/matrizes-e-escalas>. Acesso em: 8 de março de 2023.

MENDES, Iran Abreu. **Tendências metodológicas no ensino de matemática**. Belém: EdUFPA, 2008.

MORAN, J.M et. Al. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. 6o Ed.Campinas; Papyrus; 2000.

PARAÍBA. Secretaria de Educação. 2023. Diretrizes Para o Funcionamento das Escolas Cidadãs Integrais, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas da Paraíba. Disponível em: www.paraiba.gov.br. Acesso em 28 de abril de 2023.

SILVA, Joel Figueiredo da. *et al.* **A utilização das metodologias ativas no ensino da matemática**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 08, Ed. 05, Vol. 01, pp. 122-136. Maio de 2023. ISSN: 2448-0959, Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/utilizacao-das-metodologias>. Acesso em: maio de 2023.

**EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E SEUS DESAFIOS A PARTIR DA
RESOLUÇÃO Nº1 DE MAIO DE 2012
HUMAN RIGHTS EDUCATION AND ITS CHALLENGES FROM
RESOLUTION Nº1 OF MAY 2012**

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-15

Marinalda Aparecida Lima de Oliveira ¹

RESUMO

A educação é um meio transformador de suma importância para a criação de indivíduos de caráter e com um senso crítico e político bem desenvolvidos, é a partir da aplicação de uma educação completa e de qualidade que o jovem consegue tomar conhecimento do mundo e de sua forma, entendendo como as mudanças evolutivas são importantes para a vida em sociedade e como é necessário agir e fazer parte desse movimento educativo. A presente pesquisa tem como objetivo entender quais as dificuldades que cerceiam a Educação em Direitos Humanos de atuar de forma plena e eficaz nas escolas brasileiras, realizada por meio de uma análise e interpretação dos dados, com abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica a partir de textos que abordam o tema. O texto segue como uma revisão do tema, analisando discussões pedagógicas sobre a necessidade de uma maior inclusão da Educação em Direitos Humanos nas escolas. Resta clara a importância de colocar em foco nas escolas a inclusão, o respeito e o incentivo ao crescimento e acolhimento dos jovens dentro e fora do ambiente estudantil, de forma que toda a equipe docente é responsável por colaborar com a manutenção de espaços e momentos para a ampla promoção desses incentivos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Direitos Humanos. Educação Inclusiva. Evolução Social.

ABSTRACT

Education is a transformative means of utmost importance for the creation of individuals of character and with a well-developed critical and political sense. It is through the application of a complete and quality education that young people are able to become aware of the world and its form., understanding how important evolutionary changes are for life in society and how it is necessary to act and be part of this educational movement. The present research aims to understand the difficulties that hinder Education in Human Rights from acting fully and effectively in Brazilian schools, carried out through analysis and interpretation of data, with a qualitative approach and bibliographical research based on texts that address the topic. The text continues as a review of the topic, analyzing pedagogical discussions about the need for greater inclusion of Human Rights Education in schools. The importance of focusing in schools on inclusion, respect and encouraging the growth and acceptance of young people inside and outside the student environment remains clear, so that the entire teaching team is responsible for collaborating with the maintenance of spaces and moments for the broad promotion of these incentives.

KEYWORDS: Human Rights Education. Inclusive education. Social Evolution.

¹ Graduada em Direito pela UNIFAVIP (2012). Graduada em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa pela FAFICA (2000). **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7247615346530456

INTRODUÇÃO

Para Oliveira e Palmeiro (2016) é sabido que a sociedade contemporânea enfrenta diversos problemas sociais que trazem um teor retrógrado ao meio em que se vive quando colocada em perspectiva a constante evolução do homem enquanto ser que vive em sociedade com seus semelhantes, por diversos momentos o preconceito e intolerância criam barreiras e impedem uma convivência saudável entre os indivíduos, mostrando que ainda há muito para se compreender e evoluir enquanto seres pensantes e que dividem espaços, histórias e convivências.

Ainda para as autoras, a educação atua enquanto meio transformador do indivíduo, de modo em que o ambiente escolar se torna uma ponte para manutenção da boa vivência em sociedade, permitindo a criação de contato do indivíduo com um leque amplo de diversidades étnicas-raciais, sociais, políticas, religiosas, culturais, dentre outras. Nesse ponto, a Constituição da República de 1988 visa garantir a aplicação dos Direitos Humanos no âmbito educacional com a aplicação dos direitos fundamentais, garantindo que esse espaço de convivência e aprendizado seja de acesso livre a todos, com o intuito de que seja cada vez mais perceptível uma mudança social evolutiva, com a real transformação dos indivíduos a partir da educação.

De acordo com Benevides (2007) são três pontos que ligam a educação e os Direitos humanos, o primeiro deles é a implementação de uma educação permanente, continuada e global, o segundo ponto parte para a mudança cultural que se dá a partir dessa educação, por fim, o terceiro ponto é a educação em valores, com o intuito de atingir corações e mentes, não apenas a instrução, de modo em que a educação consiga ir além de uma mera transmissão de conhecimentos.

Mediante reflexões acerca da trajetória adotada pelo meio educacional, o Conselho Nacional da Educação do Ministério da Educação promulgou a Resolução nº1 em

30 de maio de 2012. Essa resolução delinea as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, visando, por meio de seus dispositivos, assegurar de maneira clara e precisa a implementação dos Direitos Humanos no cenário educacional. O objetivo não se restringe a uma abordagem meramente teórica; ao contrário, almeja-se incorporar esses princípios à vida prática dos indivíduos, visando erradicar comportamentos que violem a garantia desses direitos.

A presente pesquisa busca compreender quais as dificuldades enfrentadas pelos docentes e discentes que impedem a garantia da plena vivência desses direitos em sala de aula, e além disso, fora dela, desse modo ainda é possível identificar quais são os picos de crise presentes em um sistema essencial que visa garantir os direitos básicos dos cidadãos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para Arendt (2012, p. 410) “não nascemos iguais, tornamo-nos iguais como membros de um grupo por força da nossa decisão de nos garantirmos direitos reciprocamente iguais”. Os Direitos Humanos promovem igualdade na medida de suas desigualdades, garantindo que todos os indivíduos tenham os mesmos acessos e oportunidades, entretanto, ainda é preciso especificar cada um desses pontos e direitos para garantir que eles sejam cumpridos, uma vez que, ainda há muito há se evoluir enquanto seres que sentem empatia pelo outro. De acordo com Goffredo (1999, p. 67):

Inclusão, numa sociedade de excluídos, passa a ser palavra-chave para se alcançar a verdadeira democracia. A cidadania se estabelece pela igualdade dos direitos e deveres, e pela oportunidade de poder exercê-los plenamente. {...} embora esse movimento seja muito mais amplo, norteando, também, todas as

ações que emanam dos direitos sociais, políticos e civis.

Tratando-se de uma sociedade onde há exclusão e incompreensão pelo diferente e fora do padrão, Araújo (2017) afirma que a Educação em Direitos Humanos ainda é uma temática pouco trabalhada nas escolas públicas brasileiras, de modo que não há implementação consistente, marcada por um processo continuado de formação, mas apenas ações pontuais.

Seguindo por essa perspectiva, é necessário ressaltar que para Fritzsche (2004), a educação em Direitos Humanos é indispensável para o desenvolvimento dos mesmos, não sendo resumido apenas a um adendo pedagógico, mas sim, a um componente essencial para esses direitos.

É preciso focar na escola como ambiente formador de grande parte da visão social de cada indivíduo, apesar da família ser o berço onde a criança vai aprender e criar suas primeiras convicções, a escola é lugar onde ela vai formar suas visões de mundo através da vivência com outras pessoas de diferentes etnias, gêneros, classes, culturas. Desse modo, para Araújo (2017), é possível considerar a escola como uma das primeiras experiências de vida em sociedade, apesar da educação escolar não ser a única responsável pela formação ética, é um ambiente crucial para tal desenvolvimento e processo, assumindo um papel importante para formar um sujeito de valores.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Para Candau (2003), a discussão acerca de Educação em Direitos Humanos é recente no Brasil, tendo seu início no período pós-ditadura militar, impulsionada pela necessidade de assegurar a reconstrução civil social de um Estado democrático de direito. É ao final da década de 80 e no início da década de 90 que duas conquistas importantes tomam foco na história nacional, a promulgação da Constituição da República de 1988, conhecida como a Constituição

Cidadã, e a promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) em 1990.

Com a promulgação da Constituição da República de 1988, direitos dos quais os cidadãos haviam sido privados durante o período de ditadura militar passam a ser assegurados pela Carta Magna, os Direitos Humanos ganharam força e espaço, e em 2006 é publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) o Plano de Ação.

Tal plano foi elaborado para o Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos (PMEDH), sendo esse Plano adotado por todos os Estados-membros das Nações Unidas, incluso o Brasil em 2005, sob uma perspectiva de atribuir competência ao sistema educacional para garantir respeito, igualdade, participação na sociedade, entre outros, a partir de princípios norteadores para a Educação em Direitos Humanos. Ainda sob o olhar para o período de fim do regime militar no Brasil, tomou-se a urgência em tornar o país um lugar democrático e social novamente, nesse contexto, o ambiente escolar foi um dos principais alvos para implantação de novos projetos sociais, políticos e culturais. Uma das grandes conquistas nacionais é a implementação da Resolução nº1 de 30 de maio de 2012, estabelecendo as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

O documento traz em seu texto de forma explícita diversas diretrizes que devem ser seguidas por todo o corpo docente para possibilitar a criação de um ambiente saudável e humanizado, dentre suas diretrizes, a principal delas trata sobre o desenvolvimento de “concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicações na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direito e de responsabilidades individuais e coletivas.” (BRASIL, CNE, 2012, art. 2º)

Ainda para Sader, Educar é um ato de formação da consciência com conhecimentos, valores, com capacidade de compreensão. Nesse sentido, o processo

educacional é muito mais amplo do que a chamada educação formal, que se dá no âmbito dos espaços escolares, é assumir a compreensão do mundo, de si mesmo, da inter-relação entre os dois, (SADER, 2003).

AS DIFICULDADES PARA APLICAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Apesar de diversas iniciativas tomadas desde os anos 80 por educadores, intelectuais e demais entidades, ainda há escassez de conhecimento e projetos no tocante a Educação em Direitos Humanos nas escolas brasileiras. Para Mainardi (2014) ainda é encontrada resistência em parte do corpo docente ao tratar sobre o tema, não sendo reconhecida a importância e necessidade de trazer a questão à tona de forma permanente, agindo muitas vezes de forma arbitrária as indicações da resolução, com concepções preconceituosas e práticas pedagógicas que vão contra as pautas sociais, podendo ser consideradas como violação a direitos fundamentais.

Apesar de o corpo docente ser uma peça fundamental na aplicação e manutenção da Educação em Direitos Humanos, é preciso compreender que situações externas ao ambiente escolar afetam diretamente o sucesso da aplicação prática dos Direitos Humanos na vida dos jovens alunos, é necessário que haja colaboração de docentes e discentes para que as práticas pedagógicas tenham resultado positivo. Para Eyng (2013), nos tempos atuais, a violência tem se propagado como um grande problema social inserido no cotidiano do cidadão brasileiro, de tal modo que as violências cometidas nas instituições escolares são de conhecimento público.

Para Zluhan e Raitz (2014), tem se criado um novo contexto social onde o aluno está vivendo uma constante onda de novidades tecnológicas em seu cotidiano, com apelos consumistas e consideráveis cenas de violência, partindo dessa afirmação, é certo que a escola não pode ser colocada como única

responsável por garantir o sucesso na aplicação de diretrizes de Direitos Humanos em sala de aula. Ainda para os mesmos autores, é necessário que haja participação das famílias enquanto responsáveis pelas crianças e jovens, complementando a formação educacional, moral e cidadã do aluno.

A partir da publicação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos de 2012 acredita se que houve a criação de oportunidades para iniciativas e contribuições para debates acerca do tema, entretanto, ainda existem dificuldades que impedem a plena concepção desses direitos, há um desafio em fazer com que a Educação em Direitos Humanos deixe de ser mera transmissão de conhecimentos e passe a ser de fato, práticas rotineiras dos indivíduos, respeitando o individual e o coletivo em prol de um bem maior.

A partir desse ponto, nota-se que ao mesmo tempo em que a educação é um dos pontos de partida para a criação e manutenção de uma sociedade plena em respeito aos Direitos Humanos, também se torna um dos maiores impasses para essa conquista ao considerarmos as nuances que envolvem todo o sistema. É preciso haver cooperação e coerência de todos os indivíduos envolvidos no sistema, para que assim, as Diretrizes sejam aplicadas de forma eficaz.

A CRIAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DE VALORES

A fim de que sejam adquiridos os valores necessários para uma boa formação, é preciso criar uma abordagem completa para uma educação em valores, incluindo as vias interpessoal, curricular e institucional.

Para Puig (2007, p. 85-86) a via interpessoal é o primeiro nível de formação, consistindo em “vínculos interpessoais que se estabelecem entre os educadores e seus alunos”, o autor considera que a partir desses vínculos criam-se laços morais, “de responsabilidade do adulto em relação ao jovem e de respeito do jovem em relação ao adulto”.

O segundo nível de formação em valores é o da via curricular, nesse sentido ela é composta por um “conjunto de afazeres realizados pelo grupo-classe com a intenção manifesta de trabalhar valores.” (PUIG, 2007, p. 89)

Esse nível corresponde há necessidade de alguns pré-requisitos como o espaço destinado a esse fim, um local onde deve permitir que se fale sobre todas as questões norteadoras ao grupo e de seu interesse, pautando assuntos que possibilitem opiniões diversas, além do local, falemos sobre a cultura moral, que deve ser protagonista na regulação da convivência.

Por fim, o terceiro e último nível trata sobre a via institucional que se coloca na forma das instituições escolares, além disso, ao clima e a cultura moral que por ela são criados. Para Puig (2007, p. 94- 97), “a cultura moral é uma forma onipresente de educação em valores e, portanto, seu instrumento mais efetivo.” Ainda para o autor, “educa-se a pôr intermédio do cultivo de práticas e da construção de meios”, assim como, “como as escolas são espaços de convivência e de aprendizagem da convivência, também devem instituir práticas pensadas expressamente para alcançar esses fins.”

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método utilizado nessa pesquisa é o de análise e interpretação dos dados, tratando os dados e os articulando com a teoria.

Ainda que em sua proposta original a análise de conteúdo se preocupasse mais diretamente com o significado das mensagens para os receptores, na sua evolução, assumiram uma importância cada vez maior as investigações com ênfase tanto no processo como no produto, considerando tanto o emissor como o receptor. (MORAES, 1994).

Essa pesquisa contará com a abordagem qualitativa, “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças,

valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.” MINAYO (2001, p. 14).

O objetivo dessa pesquisa é a produção de informações aprofundadas e ilustrativas referentes ao tema, assim, o desenvolvimento dessa pesquisa se dará pela pesquisa exploratória que consiste em uma metodologia envolvendo o levantamento bibliográfico que será a técnica base para o projeto, fazendo uma análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2009).

Essa pesquisa auxilia a situar o assunto abordado dentro da literatura acadêmica de interesse, para então fazer o aprofundamento e uma crítica científica sobre o tema. O desenvolvimento dessa pesquisa se dará pelo estudo e aprofundamento da técnica de pesquisa bibliográfica, o qual é um procedimento exclusivamente teórico fundamentado por meio de livros, artigos científicos e legislação acerca do tema abordado.

“A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.” (FONSECA, 2002, p. 32).

Desta forma, continuaremos a pesquisa por meios físicos e eletrônicos disponíveis para aprofundamento, interpretação e análise dos dados. A técnica de análise de dados nessa pesquisa é a análise de conteúdo na qual é uma metodologia de pesquisa utilizada para descrever e interpretar o conteúdo que é tema do estudo.

A análise de conteúdo é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que analisados adequadamente nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessível, (OLABUENAGA e ISPIZÚA, 1989).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As lutas em nome da proteção dos Direitos Humanos sempre resultarão na evolução da sociedade enquanto indivíduos que convivem em sociedade e devem respeito uns aos outros. A educação é a chave para essa evolução progredir em níveis consideráveis, de tal modo no entendimento de Silva (2016), uma educação que se torne comprometida com a emancipação está sujeita a fixar suas bases no processo de conscientização e de tomada de responsabilidades diante das situações de opressão, de dominação, de exclusão social e política, se comprometendo com o objetivo de que os indivíduos possam exercitar sua indignação e intolerância frente ao desrespeito de seu próximo e valorizar a vida em sua plenitude.

Nesse ponto, o ambiente escolar se mostra como um local de inquietações pedagógicas, onde se mostra a necessidade de que sejam atendidas determinadas exigências para que assim os desafios e problemas na aplicação da Educação em Direitos Humanos possam ser superados.

Segundo Candau (2013), a questão central reside em promover uma transformação nas mentalidades, atitudes, comportamentos, dinâmicas organizacionais e práticas cotidianas dos diversos atores, sejam eles individuais ou coletivos, e das organizações sociais e educativas. Essa transformação requer a criação de processos que incentivem um comprometimento existencial com os direitos humanos. Portanto, torna-se essencial fomentar a educação em direitos humanos, proporcionando experiências que permitam vivenciar de maneira concreta os princípios fundamentais dessa área.

Ainda há concepções individuais e preconceituosas enraizadas no ambiente pedagógico, docentes e discentes com pensamentos conservadores, discriminatórios e excludentes que se recusam a superar seus preconceitos e de fato compreender do

que se trata a aplicação da Educação em Direitos Humanos.

Mostra-se necessário enfrentar essa dificuldade tornando o ambiente escolar um local primário na aplicação de políticas públicas educacionais e de atividades que envolvam o coletivo e valorizem a diversidade, mas não apenas isso, é necessário incluir a sociedade como um todo, buscando levar a conscientização para dentro das casas familiares. A opção por um projeto educativo integrado, em sintonia com a vida, as necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes. Um projeto em que crianças, adolescentes e jovens são vistos como cidadãos de direitos em todas as suas dimensões. Não se trata apenas de seu desenvolvimento intelectual, mas também do físico, do cuidado com sua saúde, além do oferecimento de oportunidades para que desfrute e produza arte, conheça sua história e seu patrimônio cultural, tenha uma atitude responsável diante da natureza, aprenda a respeitar os direitos humanos e os das crianças e adolescentes, seja um cidadão criativo, empreendedor e participante, consciente de suas responsabilidades e direitos, capaz de ajudar o país e a humanidade a se tornarem cada vez mais justos e solidários, a respeitar as diferenças e a promover a convivência pacífica e fraterna entre todos (BRASIL, 2020, p. 3).

É preciso identificar práticas pedagógicas abusivas e encaminhá-las a canais de denúncia, implementando as diretrizes da Educação em Direitos Humanos e respeitando-as em todo o ambiente, de modo a torná-las eficazes e práticas na rotina dos indivíduos.

Compreender e valorizar como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o regime democrático, o pluralismo de ideias e de opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável; (CNE, 2013)

Nota-se que ainda há um longo caminho a percorrer, entretanto, é importante ainda reconhecer todas as conquistas já alcançadas e toda a cultura em Direitos Humanos que tem se enraizado na pedagogia nos últimos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar as análises e reflexões acerca do tema, é possível concluir que os Direitos Humanos seguem enfrentando lutas de reafirmação e contra as violações dos próprios direitos básicos fundamentais. Entretanto, ao mesmo tempo é possível perceber que essa luta só existem graças a indivíduos conscientes, que buscam conseguir consolidar o respeito, a inclusão, igualdade, liberdade e diversidade como premissas básicas da vida em sociedade. Desse modo, percebemos a inegável evolução e respeito por esses direitos ao longo das décadas.

A exclusão de classes menos favorecidas, o preconceito e a disseminação de violência são causas de contexto social que dificultam a plena aplicação da Educação em Direitos Humanos, entretanto, são esses recortes sociais que se mostram como gatilhos para impulsionar a criação e aplicação de novas políticas públicas educacionais além de reformular aquelas que foram bem idealizadas, entretanto mal executadas. Tratar a Educação em Direitos Humanos como uma questão de sociedade, envolvendo o âmbito familiar e escolar é um passo importante para garantir a sua eficácia e aplicação.

A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo preparar da melhor forma indivíduos para a vida em sociedade, abrindo caminhos para a formação de indivíduos de caráter, que consigam conviver plenamente com as diferenças que são normais no cotidiano, com a aplicação da resolução nº1 de 30 de maio de 2012 que trata sobre das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, resta clara a evolução e respeito crescentes em sala de aula, apesar

de ainda encontrar dificuldades devido à resistência de parte da sociedade sobre o tema, é inegável que a Resolução traz esperança e foco para a questão social da Educação em Direitos Humanos dentro e fora de sala.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de; KLEIN, Ana Maria. **Escola e comunidade, juntas, para uma cidadania integral**. Cadernos CENPEC, São Paulo, n. 2, p. 119-125, 2006. Disponível em: <https://docplayer.com.br/17954903-Escola-e-comunidade-juntas-para-uma-cidadania-integral.html>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ARENDRT, H. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?** 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9_benevides.pdf Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Documento impresso. EYNG, Ana Maria. Direitos Humanos e Violência nas Escolas: desafios do trabalho em rede. Revista Portuguesa de Educação. 2013. p. 245-266. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/3255>. Acesso em: 20 nov. 2023.

_____. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução Nº 1/2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União. Brasília-DF, 30/05/2012.

_____. **Portal da Educação Integral. 2020. Ministério da Educação**. Disponível em: <http://educacaointegral.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 nov. 2023.8

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos educação básica do Paraná. Artigo. Semana Humanos no Brasil: realidades e perspectivas. In: CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Suzana. (Orgs.) **Educar em Direitos Humanos: construir democracia**. 2 ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____.Professores/as: multiplicadores/as de educação em direitos humanos. sociedade e cultura. V. 16, n. 2, p. 309- 314, jul./dez. 2013.

CNE, C. N. D. E.-. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso. Portal do MEC, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 14 nov. 2023.

FRITZSCHE, Karl-Peter. O que significa educação em direitos humanos. 15 teses. In: GIORGI, Viola; SEBERICH, Michael. (Eds.). **International Perspectives in Human Rights Education**. Alemanha: Bertelsmann Foundation Publishers, 2004.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar um Projeto de Pesquisa/Antonio Carlos Gil**.4. Ed. - São Paulo: Atlas, 2009.

GOFFREDO, V. L. F. S. A escola como espaço inclusivo. In: BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Secretaria de Educação a Distância - SEED. Salto para o futuro: **Educação Especial: tendências atuais**. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999. p. 67-72. (Série de Estudos. Educação a Distância, v. 9). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/m002692.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

MINARDI, Elisa. **Educação em direitos humanos: desafios, resistências e possibilidades de desenvolvimento de uma cultura de humanização na escola**. Artigo. Florianópolis, X ANPED SUL, 2014.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, R. Análise de Conteúdo: limites e possibilidades. In: ENGERS, M.E.A. (Org). **Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1994.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. **La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa**. Bilbao, Universidad de deusto, 1989.

OLIVEIRA, Delvana Lúcia; PALMEIRO, Pacheco Ana Paula. **Implementando as Diretrizes Nacionais em Educação em Direitos Humanos na , SEED/PR, 1º Semestre, 2016**. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2016/anexo3_1dia_sp2016.pdf Acesso em: 20 nov. 2023.

PUIG, Josep. Aprender a viver. In: ARAÚJO, Ulisses F. PUIG, Josep. ARANTES, Valéria Amorim (org.) **Educação**

e Valores: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus Editorial, 2008.

SADER, Emir. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2007.

SILVA, Priscila Torres Trajano da. **Educação em Direitos Humanos: alternativa contra a violência no cotidiano escolar**. 2016. 30 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Parnamirim, 2016. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2553>. Acesso em: 14 nov. 2023.

UNESCO. **Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: UNESCO, 2012.

ZLUHAN, Mara Regina; RAITZ, Tânia Regina. A Educação em Direitos Humanos para Amenizar os Conflitos no Cotidiano das Escola. Revista brasileira. **Estudou. Pedagógico**: Brasília, 2014.p.487-503. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S217666812014000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 nov. 2023.

**DEBATES SOBRE AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: UM ESTUDO
DE QUATRO DESAFIOS QUE PRECISAM SER VENCIDOS
DEBATES ON LEARNING DIFFICULTIES: A STUDY
FOUR CHALLENGES THAT NEED TO BE OVERCOME**

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-16

Andréa Almeida Felismino ¹

RESUMO

Dentro da educação diversas situações se mostram como limitantes para que o processo de aprendizagem possa efetivamente ocorrer, dentre eles se destacam as dificuldades de aprendizagem, que são situações em que fatores diversos agem para dificultar o processo de aquisição do conhecimento. O artigo que é uma revisão de literatura, que tomou como base artigos diversos, livros e demais trabalhos acadêmicos da área de interesse se debruça não só nesses processos das dificuldades de aprendizagem, mas também apresenta ao leitor as quatro principais dificuldades apontadas pela literatura especializada. O objetivo geral do trabalho é debater sobre as dificuldades de aprendizagem e apresentar um estudo sobre as quatro dificuldades mais recorrentes no cenário educacional. Como objetivos específicos tem-se: conceituar as dificuldades de aprendizagem; explicar sobre a dislexia; apresentar a disgrafia; discutir acerca da disortografia e por fim, apresentar a discalculia enquanto dificuldade de aprendizagem. O trabalho se justifica em função da necessidade de que os professores sejam profundos conhecedores dos agentes causadores das dificuldades de aprendizagem, bem como das possibilidades de intervenção que cada uma demanda, para assim poderem adequar suas metodologias focadas nos alunos, visando a superação dessas situações. O artigo é organizado em um tópico central, que foca na construção dos conceitos das dificuldades de aprendizagem. Sendo seguido por mais quatro subtópicos, onde são apresentadas cada uma das quatro maiores dificuldades de aprendizagem, não só definindo-as, como também, apresentando propostas de intervenção focada em cada uma delas. São elas a dislexia, a disgrafia, a disortografia e a discalculia.

PALAVRAS-CHAVE: Dificuldades de aprendizagem; Educação; Aluno.

ABSTRACT

Within education, several situations prove to be limiting for the learning process to effectively occur, among which learning difficulties stand out, which are situations in which different factors act to hinder the process of acquiring knowledge. The article, which is a literature review, which was based on various articles, books and other academic works in the area of interest, focuses not only on these processes of learning difficulties, but also presents to the reader the four main difficulties highlighted by specialized literature. The general objective of the work is to debate learning difficulties and present a study on the four most common difficulties in the educational scenario. The specific objectives include: conceptualizing learning difficulties; explain about dyslexia; present dysgraphia; discuss dysorthography and finally, present dyscalculia as a learning difficulty. The work is justified due to the need for teachers to have in-depth knowledge of the agents that cause learning difficulties, as well as the possibilities of intervention that each one demands, so that they can adapt their methodologies focused on students, aiming to overcome these situations. The article is organized around a central topic, which focuses on the construction of the concepts of learning difficulties. It is followed by four more subtopics, where each of the four major learning difficulties are presented, not only defining them, but also presenting intervention proposals focused on each of them. They are dyslexia, dysgraphia, dysorthography and dyscalculia.

KEYWORDS: Learning difficulties; Education; Student.

¹ Graduação em Pedagogia em Regime Especial - Licenciatura Plena pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2002). Atualmente é professora da Escola Celina Sá Morais. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/1617149536046661

INTRODUÇÃO

O artigo aqui desenvolvido traz a luz do debate uma temática imprescindível para o desenvolvimento da educação, pois aborda situação que é extremamente limitante desse processo de construção do conhecimento educacional, as dificuldades de aprendizagem.

O trabalho que é uma revisão de literatura, traz artigos, monografias, livros, revistas, dissertações e teses como arcabouço teórico nos faz refletir sobre a demanda advinda da dificuldade de aprendizagem, e explana os quatro tipos de dificuldades de aprendizagem que são a dislexia, a disgrafia, a disortografia e a discalculia.

O objetivo geral do trabalho é debater sobre as dificuldades de aprendizagem e apresentar um estudo sobre as quatro dificuldades mais recorrentes no cenário educacional. Como objetivos específicos tem-se: conceituar as dificuldades de aprendizagem; explicar sobre a dislexia; apresentar a disgrafia; discutir acerca da disortografia e por fim, apresentar a discalculia enquanto dificuldade de aprendizagem.

A justificativa do trabalho é encontrada na necessidade de aprofundamento que a área das dificuldades de aprendizagem exige, em função de que tal área possui impactos significativos nos processos de como a criança adquire as aprendizagens.

Visando facilitar a leitura do artigo, ele foi dividido em um tópico central, que apresenta o conceito de dificuldades de aprendizagem em todas as suas variantes.

E mais quatro subtópicos distintos, que seguem a mesma sequência estrutural, que é conceituar e apresentar metodologias de intervenções focadas na resolução das quatro dificuldades de aprendizagem específicas, que são a Dislexia, a Disgrafia, a Disortografia e a Discalculia.

Adquirir conhecimento é um dos desafios para a criança que apresenta algum tipo de dificuldade. A partir desse pressuposto, lança-se um desafio ainda maior à escola e aos professores no sentido de valorizar a interação do professor com a criança de forma a aperfeiçoar as condições pedagógicas que facilitem a aprendizagem.

O Desenvolvimento de projetos educacionais voltados a desenvolver nas crianças com dificuldades de aprendizagem confiança em si próprias, sentimento de aceitação, certeza de serem ouvidas, tornando-se capazes e confiantes é fundamental na visão de Pereira et al. (2021). A criança com dificuldades de aprendizagem aprende melhor quando encontra um ambiente que valorize suas habilidades e capacidades, ou seja, que tenha o foco no desenvolvimento das competências.

A educação realmente comprometida com a sociedade e com seus princípios básicos, para Osti (2012), reconhece a necessidade emergencial de erradicar a exclusão escolar proporcionando e desenvolvendo ações pedagógicas capazes de proporcionar a total integração de crianças com dificuldades de aprendizagem, promovendo uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todos, respeitando suas necessidades e proporcionando a elas uma educação realmente significativa.

Neste contexto, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 32)relata que A responsabilidade de personalizar as situações de aprendizagem destinadas às crianças recai sobre o professor, que deve levar em consideração suas capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas, bem como os conhecimentos prévios sobre diferentes temas e suas origens socioculturais. Isso implica na necessidade do professor em planejar e proporcionar uma ampla diversidade de experiências que atendam, ao mesmo tempo, às necessidades do grupo como um todo e às particularidades individuais de cada criança. As dificuldades de aprendizagem acabam muitas vezes

sendo confundidas com distúrbios de aprendizagem. Porém, devemos observar que quando se fala em distúrbio de aprendizagem trata-se de um quadro de disfunção neurológica e a dificuldade em aprender é própria da criança. Já a dificuldade de aprendizagem é relacionada a questões de âmbito psicológico e/ou socioculturais, ou seja, não é centrada exclusivamente na criança e somente pode ser diagnosticada em crianças cujo déficit de aprendizagem não se deva a problemas neurológicos.

Segundo Sisto (2007), o termo dificuldades de aprendizagem está focado no indivíduo que não responde ao desenvolvimento que se poderia supor e esperar do seu potencial intelectual e, por essa circunstância específica cognitiva da aprendizagem, ele tende a apresentar desempenhos abaixo do esperado. Ainda segundo o autor, escola tem um importante papel na transformação das informações passadas ao aluno, em um saber construído. O que muitas vezes acaba revelando que o fracasso do aluno, na verdade é apenas um reflexo do fracasso do ensino oferecido a ele. A dificuldade de aprendizagem do aluno pode ser influenciada pelo meio em que a aprendizagem ocorre e não puramente por dificuldades cognitivas do aluno.

Os indivíduos com Dificuldade de Aprendizagem podem ser distinguidos em várias habilidades fora da sua área de dificuldade. Podem ser extremamente criativos ou práticos, e isso jamais deve ser esquecido pelos professores que estão em contato direto com esse aluno.

Muitos alunos demonstram talento em áreas como música, artes, relações interpessoais ou ciências naturais. Aqueles que enfrentam dificuldades na leitura podem, surpreendentemente, destacar-se em matemática, enquanto os que enfrentam desafios na área matemática podem revelar brilhantismo na linguagem. É crucial orientar os alunos a explorarem ao máximo seu potencial, adotando abordagens de aprendizado que reconheçam e valorizem suas

habilidades específicas (Sternberg; Grigorenko, 2003, p. 231).

Atualmente podemos observar que apesar de ser um campo complexo e resistente a mudanças, a história está sendo reconstruída no âmbito da educação, onde as práticas pedagógicas adotadas pelas escolas vêm sofrendo um constante processo de mudanças em suas metodologias voltando-as a incluir os alunos

com dificuldades de aprendizagem na aquisição do conhecimento diante das informações passadas a ele. Assumindo assim que a escola pode fazer a diferença para esses alunos.

Ter alunos com diferentes níveis e estilos de aprendizagem possibilita ao professor aproveitar essas diferenças para promover situações de aprendizagem que provoquem desafios, problematizações, questões a serem discutidas e investigadas. Isso deve levar a escola, como um todo, à reflexão conjunta para a resolução de problemas no cotidiano escolar. A escola para todos requer um redimensionamento do fazer pedagógico, a fim de atender às necessidades educacionais especiais de todos os alunos. Os sistemas educacionais devem se reorganizar para construir um espaço escolar democrático que possa acolher todos os alunos, respeitando suas diferenças. (Tristão, 2006, p. 31).

A expressão “dificuldades de aprendizagem”, no entanto, agrupa todos os problemas de aprendizagem, quer sejam intrínsecos ao indivíduo ou relacionados com fatores externos, por exemplo, uma metodologia de ensino desadequada.

Porém, passamos a descrever apenas as que, por possuírem definições exclusivas, causas próprias e características muito particulares, são comumente consideradas “dificuldades de aprendizagem específicas”, ou seja, a Dislexia, a Disgrafia, a Disortografia e a Discalculia, cada uma dessas dificuldades de aprendizagem serão expostas a seguir.

A DISLEXIA

De acordo com Teles (2009) etimologicamente, dislexia deriva dos conceitos “dis” (desvio) + “lexia” (leitura, reconhecimento das palavras). É caracterizada por dificuldades na correção e/ou fluência na leitura de palavras e por baixa competência leitora e ortográfica. Estas dificuldades resultam tipicamente de um déficit na componente fonológica da linguagem que é frequentemente imprevisto em relação a outras capacidades cognitivas e às condições educativas. Secundariamente podem surgir dificuldades de compreensão leitora, experiência de leitura reduzida que podem impedir o desenvolvimento do vocabulário e dos conhecimentos gerais.

Acrescenta Fonseca (1999 apud Moura, 2011) tratar-se de uma “dificuldade duradoura” que surge em “crianças inteligentes, escolarizadas, sem qualquer perturbação sensorial e psíquica já existente.” De origem neurobiológica, a dislexia afeta, portanto, a aprendizagem e utilização instrumental da leitura, resultando de problemas ao nível da consciência fonológica, independentemente do quociente de inteligência (QI) dos indivíduos. De fato, contrariamente ao que alguns julgam, a dislexia não está associada a um baixo nível intelectual; pelo contrário, um disléxico pode revelar padrões acima da média, para a sua faixa etária, noutras áreas que não a leitura.

Para Pereira et al. (2021), nunca é tarde demais, para ensinar os disléxicos a ler e a processar informações com mais eficiência. Obviamente, não existe um tratamento padrão adequado a todas as crianças com dislexia, pelo que o recurso a uma intervenção individualizada deverá ser a preocupação principal de quem quer ajudar.

É importante recordar, também, que estas crianças revelam um ritmo de trabalho mais lento quando comparado com os restantes colegas e, muitas vezes,

incongruente, por isso não é de espantar que num dia consiga ler três frases, mas no dia seguinte apresente graves dificuldades na leitura de uma palavra.

Pereira et al. (2021) afirmam que há que se dar tempo ao tempo e, acima de tudo, motivá-la e reforçá-la sempre (por escassos que sejam os resultados positivos) – os autores lembram que a leitura exige dessas crianças um esforço enorme e se ela não faz melhor é porque não consegue e não porque não quer ou porque é preguiçosa. Quando errar, deve ser corrigida imediatamente e deve ser explicado o motivo do erro e como evitar repeti-lo. Deve evitar-se, ainda, obrigá-la a ler em voz alta em frente dos familiares/colegas – a não ser que ela mostre vontade de fazer; esta poderá ser uma tarefa bastante dura e com repercussões drásticas para o seu futuro desempenho.

Na sala de aula, deve estar sentada numa mesa próxima do professor (e não no fundo da sala), para que este possa auxiliá-la sempre que haja necessidade e para que ela se sinta mais confortável quando pretende esclarecer alguma dúvida. Devem, ainda, reduzir-se possíveis focos de distração, como algum colega mais conversador ou algum outro barulho que a possa distrair; estas crianças já estão pouco motivadas para se concentrar, se puderem evitar distrações ambientais tanto melhor, para ela quanto também para o professor.

Hennigh (2003), pede que no momento da avaliação, deve-se evitar questões longas e complicadas, pois a criança poderá demorar mais tempo a tentar compreender a pergunta do que a dar a resposta. Pode, por exemplo, ler as perguntas ou pedir auxílio ao professor de ensino especial e/ou a um colega de turma, para que a criança compreenda o que é solicitado.

A este respeito, Hennigh (2003, p. 69) propõe o recurso aos pares ou a tutoria entre alunos de diferentes idades. Deste modo, a criança disléxica recebe segundo o autor “a assistência de que pode

necessitar quando o professor não está disponível para um ensino individualizado” e “as crianças apreciam o processo de aprendizagem quando interagem com outros alunos da sala de aula ou de outras salas de aula”. Esta poderá ser uma forma de promover um bom relacionamento da criança com os colegas, por exemplo, e/ou de auxiliar o professor, “quando tem uma turma com um grande número de alunos e, obviamente, lhe é difícil chegar a todos”.

Um outro aspeto a ter em conta na intervenção com estas crianças é o recurso a uma terapia multissensorial, isto é, aprender pelo uso de todos os sentidos (Torres; Fernández, 2001). Os métodos multissensoriais são métodos que combinam a visão, a audição e o tato para ajudar a criança a ler e a soletrar corretamente as palavras.

Assim, de acordo com Torres; Fernández, (2001, p. 56) a criança começa por observar o grafema escrito, depois “escreve-o” no ar com o dedo, escutando e articulando a sua pronúncia; posteriormente, deve cortá-lo, moldá-lo em plasticina/fimo/barro e, de olhos fechados reconhecê-lo pelo tato. “A realização destas atividades favorece por isso a criação de imagens visuais, auditivas, cinestésicas, tácteis e articulatórias que, de modo conjunto, incidem na globalização ou unidade do processo de leitura a escrita”.

Os mesmos autores sugerem, ainda, o treino psicomotor (esquema corporal, lateralidade, orientação espaço-temporal), perceptivo-motor (capacidades visomotoras e coordenação manual) e também psicolinguístico (descodificação auditiva, visual, expressão verbal, entre outros). Por último, é importante referir a necessidade de articulação entre todas as pessoas que intervêm junto da criança. Sublinham Rief e Heimburge (2000, p. 127) que “os pais devem estar dispostos a partilhar informações com os professores, assim como devem tentar saber como podem ajudar e apoiar o professor de todas as maneiras possíveis” (e vice-versa).

É extremamente importante que pais, professores, educadores estejam em constante comunicação; só assim se garantirá o rigor e qualidade do trabalho efetuado e se evita, por exemplo, que as crianças estejam constantemente a realizar os mesmos exercícios e a trabalhar as mesmas letras, pois para estas crianças “Há uma grande necessidade de atividades diversificadas que envolvam tanto a expressão corporal como o sabor, o cheiro, a cor e a expressão plástica. Aprender não é falar sobre, é fazer!” e “para aprender bem, é necessário estar envolvido” (Silva, 2004, p. 44 e p. 56).

A DISGRAFIA

Etimologicamente, disgrafia deriva dos conceitos “dis” (desvio) + “grafia” (escrita), ou seja, é “uma perturbação de tipo funcional que afeta a qualidade da escrita do sujeito, no que se refere ao seu traçado ou à grafia.” (Torres; Fernández, 2001, p. 127); prende-se com a “codificação escrita (...), com problemas de execução gráfica e de escrita das palavras” (Cruz, 2009, p. 180).

A criança com disgrafia apresenta uma escrita desviante em relação à norma/padrão, isto é, uma “caligrafia deficiente, com letras pouco diferenciadas, mal elaboradas e mal proporcionadas” (A.P.P.D.A.E., 2011); a chamada “letra feia”. Obviamente que uma criança em processo de aprendizagem da escrita apresenta, naturalmente, dificuldades no traçado das letras.

Assim, durante este período, o professor deverá revelar especial atenção e fornecer as orientações necessárias para que os alunos realizem adequadamente a escrita, evitando, deste modo, na ausência de outras problemáticas associadas, a permanência de traçados incorretos que, conseqüentemente, poderão evoluir para um quadro de disgrafia.

Barbosa et al. (2021), nos falam que para ajudar um aluno com disgrafia – assim

como com qualquer outro distúrbio –, o educador deve, primeiramente, estabelecer uma boa relação com a criança e fazê-la perceber que a sua presença é importante para apoiar quando mais precisar.

É fundamental saber/sentir quando e qual a ajuda que deve providenciar a cada momento, não deixando de elogiar a criança pelo seu esforço, mesmo que os resultados nem sempre estejam de acordo com o esperado; no entanto, deve também ter a capacidade de perceber quando o aluno revela desmotivação e desinteresse e, se necessário, alterar a intervenção, adequando procedimentos visando estimular a criança, pois, na maior parte das ocasiões, a má prestação é, sobretudo, nossa, consequência da utilização de estratégias/métodos insuficientemente atrativos e interessantes. Por este motivo, deve evitar-se aplicar métodos generalizados e inflexíveis.

Outro aspecto bastante importante é destacado novamente por Barbosa et al. (2021), o reforço positivo da caligrafia da criança. Os autores advertem que se precisa lembrar que a criança se esforça bastante para escrever corretamente e, mesmo que não observe grandes progressos, os autores solicitam que os professores elogiem os (escassos) resultados.

Os autores vão além ao indicar até mesmo a forma com se dirigir a criança, com afirmações como “Esse «p» ficou mesmo perfeito!”; “Tiveste o cuidado de não ultrapassar a margem, muito bem!”; ou “Hoje a tua letra está mesmo bonita! Andas a esforçar-te muito!”, poderão surtir efeitos extraordinários! O processo de aprendizagem da escrita é lento e longo e a criança é a primeira a achar a sua letra horrível. Deve evitar-se, por isso mesmo, forçá-la a modificar abruptamente a sua caligrafia.

Devem, também, contemplar-se os aspetos psicomotores, que determinam a aptidão gráfica do indivíduo. Para Camargo (2008) a reeducação do grafismo está relacionada com três fatores fundamentais: desenvolvimento psicomotor, desenvolvimento do grafismo em si e especificidade do

grafismo da criança. Para o desenvolvimento psicomotor, deverão treinar-se aspetos relacionados com a postura, controle corporal, dissociação de movimentos, representação mental do gesto necessário para o traço, percepção espaço temporal, lateralização e coordenação visomotora.

Quanto aos aspetos relacionados com o grafismo, o educador deve preocupar-se para Camargo (2008), com o aperfeiçoamento das habilidades relacionadas com a escrita, distinguindo atividades pictográficas (pintura, desenho, modelagem) e escriptográficas (utilização do lápis e papel – melhorar os movimentos e posição gráfica). Deverá, também, corrigir erros específicos do grafismo, como a forma/tamanho/inclinação das letras, o aspeto do texto, a inclinação da folha e a manutenção das margens/linhas.

Torres; Fernández (2001) acrescentam ainda a necessidade de se contemplarem técnicas de relaxamento global e segmentar, que podem ajudar a criança a reduzir os índices de ansiedade, stress, frustração e também baixa autoestima. Como sabe-se, estas crianças são, na sua generalidade, alunos tímidos, sossegados (mas inquietos internamente), com motivação/interesse pela escola, reduzidos e com baixos níveis de autoestima e autoconceito.

A DISORTOGRAFIA

Etimologicamente, o termo "disortografia" se origina da junção dos conceitos "dis" (desvio), "orto" (correto) e "grafia" (escrita), denotando uma dificuldade caracterizada por “um conjunto de erros na escrita que afetam a palavra, mas não sua grafia ou traçado,” conforme esclarecido por Vidal (1989, p. 76). Vale ressaltar que uma criança disortográfica não necessariamente é disgráfica.

Essa perturbação impacta as habilidades de escrita, manifestando-se através de dificuldades persistentes e recorrentes na capacidade da criança em

elaborar textos escritos. As dificuldades concentram-se na organização, estruturação e composição dos textos, resultando em construções fráscas geralmente pobres e curtas. Observa-se, ainda, a presença de diversos erros ortográficos e, por vezes, uma qualidade gráfica inferior (Pereira, 2009, p. 9).

O processo de intervenção na perspectiva de Torres; Fernández (2001) voltado para alunos com disortografia não deve obedecer a um único modelo em concreto, mas sim a uma variedade de técnicas que tenham em conta não apenas a correção dos erros ortográficos, mas também a percepção auditiva, visual e espaço temporal, bem como a memória auditiva e visual. Salientam Torres; Fernández (2001) duas áreas importantes na reeducação da disortografia: a intervenção sobre os fatores associados ao fracasso ortográfico e a correção dos erros ortográficos específicos.

No que diz respeito à primeira, são importantes os aspetos relacionados com a percepção, discriminação e memória auditiva (exercícios de discriminação de ruídos, reconhecimento e memorização de ritmos, tons e melodias) ou visual (exercícios de reconhecimento de formas gráficas, identificação de erros, percepção figura-fundo); as características de organização e estruturação espacial (exercícios de distinção de noções espaciais básicas, como direita/esquerda, cima/baixo, frente/trás); a percepção linguístico-auditiva (exercícios de conscientização do fonema isolado, sílaba, soletração, formação de famílias de palavras, análise de frases); e também exercícios que enriqueçam o léxico e vocabulário da criança.

Afirmam ainda os autores que quanto à intervenção específica sobre os erros ortográficos, atente-se particularmente nos de ortografia natural (exercícios de substituição de um fonema por outro, letras semelhantes, omissões/adições, inversões/rotações, uniões/separações); de ortografia visual (exercícios de fonemas com dupla grafia,

diferenciação de sílabas, reforço da aprendizagem); e de omissão/adição do “h” e das regras de ortografia (letras maiúsculas/minúsculas, “m” antes de “b”/“p”, “r”/“rr”).

Por outro lado, é importante, também, que se diferenciem os erros de ortografia das falhas na compreensão e, conseqüentemente, da possibilidade de elaboração de respostas. No momento da avaliação, é importante dar-lhe mais tempo para responder às questões e/ou certificar se de que os enunciados/questões foram compreendidos; privilegiar a expressão oral também poderá ser uma boa estratégia. Para finalizar, importa acrescentar que qualquer que seja o procedimento a adotar, é importante que o educador (seja ele o professor, o psicólogo, o pai, o tio ou o irmão) tenha em conta as reais habilidades e dificuldades da criança e seja capaz de planear um conjunto de atividades que vão ao encontro dessas (in) capacidades específicas.

Tal como informa Micaelo (2005, p. 59) “o trabalho a desenvolver (...) passa, acima de tudo, por conhecer as características individuais de cada aluno e o seu modo de funcionamento, de forma a encontrar as respostas pedagógicas adequadas”.

A DISCALCULIA

Etimologicamente, discalculia deriva dos conceitos “dis” (desvio) + “calcular” (calcular, contar), ou seja, é “um distúrbio de aprendizagem que interfere negativamente com as competências de matemática de alunos que, noutros aspectos, são normais.” (Rebello, 1998, p. 230).

Assim, trata-se de “uma desordem neurológica específica que afeta a habilidade de uma pessoa compreender e manipular números.” (Filho, 2007). Indicadores estatísticos dizem-nos que a maior parte dos alunos revela problemas na aprendizagem desta disciplina. Muitos deles não compreendem os enunciados dos problemas, outros demoram muito tempo a perceber se precisam de somar/dividir/multiplicar e alguns não conseguem

concluir uma operação aparentemente simples. É importante referir, no entanto, que estas dificuldades podem não estar associadas a fatores como a preguiça/desmotivação/desinteresse (como alguns pais/professores julgam), mas relacionadas com a discalculia.

A matemática é uma disciplina extremamente importante para o dia a dia, uma vez que se lida com números e realizam-se cálculos em inúmeras situações do cotidiano. Deste modo, o primeiro aspecto a ter em conta na intervenção com uma criança com discalculia é, precisamente, fazê-la perceber o quão importante é dominar esse pretensso “bicho de sete cabeças” fornecendo-lhe exemplos das vantagens obtidas no seu dia a dia: a ver televisão (reconhecimento dos canais televisivos); a jogar computador (número de níveis concluídos/alvos abatidos); a jogar à bola (contar o número de gols/analisar distâncias para a marcação dos pênaltis); a brincar às casas das bonecas (dimensões dos quartos/cozinha) (Sacramento, 2008).

O educador deve, sempre que possível, planejar atividades que facilitem o sucesso do aluno e que o ajudem a melhorar o seu autoconceito e a sua autoestima. Pode, por exemplo, recorrer à utilização de jogos e outros materiais concretos que promovam a manipulação por parte da criança: é importante que a criança possa observar, tocar, mexer num cubo quando está, por exemplo, a aprender os sólidos geométricos, caso contrário será difícil compreender as noções de lado, vértice e aresta.

Para Sacramento (2008), o uso da calculadora deve ser permitido, bem como a consulta da tabuada, pois estas crianças têm, tal como já foi referido, dificuldades ao nível da memória; assim, podem ser capazes de resolver um exercício (raciocínio correto), mas incapazes de realizar as operações matemáticas necessárias para a sua conclusão.

Para finalizar, e recorrendo às palavras de Sacramento (2008), resta acrescentar o fato de que o diagnóstico de discalculia é sempre (e apenas) uma

descrição do atual período de desenvolvimento, aplicável por um período máximo de um ano. Como a criança está em constante desenvolvimento, as dificuldades que existem no ano anterior podem ser minimizadas no ano seguinte. Se o aluno receber a intervenção adequada, a possibilidade de desenvolvimento das capacidades matemáticas é grande. No entanto, muitas vezes, algumas destas dificuldades permanecem de uma forma suave (recordar dados numéricos, por exemplo) por toda a sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se chegar ao final desse artigo pode-se afirmar sem sombras de dúvidas que foi possível se atingir com êxito todos os objetivos traçados em seu início.

A aprendizagem é um processo complexo e diversificado, e as dificuldades que os alunos enfrentam desempenham um papel significativo na forma como eles se envolvem com a educação. Entre as várias dificuldades de aprendizagem que afetam os alunos, destacam-se a dislexia, a disgrafia, a disortografia e a discalculia, cada uma delas representando um conjunto único de desafios. Estas dificuldades têm um impacto profundo na qualidade da educação que os alunos recebem e exigem uma abordagem individualizada para atender às suas necessidades.

A dislexia, por exemplo, é uma dificuldade que afeta a leitura, tornando a compreensão de textos uma tarefa árdua. A disgrafia, por sua vez, afeta a habilidade de escrever de forma clara e legível.

A disortografia se relaciona com a dificuldade em escrever de forma ortograficamente correta, e a discalculia afeta a habilidade de realizar cálculos matemáticos. Essas dificuldades não apenas desafiam os alunos em sua jornada educacional, mas também podem causar frustração, baixa autoestima e desmotivação. Os educadores, portanto, enfrentam a

responsabilidade de identificar essas dificuldades precocemente e proporcionar o suporte necessário. Isso inclui a adaptação de estratégias de ensino e avaliação, a fim de atender às necessidades específicas dos alunos. É importante reconhecer que as dificuldades de aprendizagem não estão relacionadas à inteligência dos alunos. Muitas vezes, esses indivíduos possuem habilidades excepcionais em outras áreas, como criatividade, resolução de problemas e habilidades sociais.

Portanto, é crucial promover uma cultura inclusiva que valorize a diversidade de talentos e habilidades. Em conclusão, as dificuldades de aprendizagem, incluindo a dislexia, a disgrafia, a disortografia e a discalculia, representam desafios significativos na educação.

No entanto, com o apoio adequado, estratégias de ensino personalizadas e uma compreensão mais profunda por parte dos educadores, os alunos que enfrentam essas dificuldades podem superá-las e alcançar seu pleno potencial. A inclusão e o respeito à diversidade de habilidades são fundamentais para uma educação eficaz e equitativa.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO Portuguesa de Pessoas com Dificuldades de Aprendizagem com Dificuldades de Aprendizagem Específicas. **Discalculia**. 2011. Disponível em: <<http://www.appdae.net/discalculia.html>>. Acesso em: 9 out de 2023.
- BARBOSA, M. M.; MORBIDELLI, N.; DE SOUZA, J.; DE PAULO, L.; DA SILVA, D. Compreendendo a disgrafia no processo de ensino/aprendizagem: uma abordagem multiprofissional e possíveis técnicas de intervenção. **Revista Científica e-Locução**, v. 1, n. 19, p. 21, 29 jun. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil: Introdução**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 1. 103 p.
- CAMARGO, M. J. G. **Disgrafia Motriz**. 2008. Disponível em: <<http://www.neuropediatria.org.br/index.php?>> Acesso em: 19 de out. de 2013.
- CRUZ, V. **Dificuldades de Aprendizagem Específicas**. Lisboa: LIDEL, 2009.
- FILHO, C. R. C. **Jogos Matemáticos para estimulação da inteligência nos distúrbios de Discalculia**. 2007. Disponível em: <<http://www.webartigos.com>> Acesso em: 15 de out. de 2023.
- MICAELO, M. Os Alunos com Baixa Visão na Sala de Aula. In I. SIM-SIM, I. (Coord.) **Necessidades Educativas Especiais: Dificuldades da Criança ou da Escola?** (p. 47-60). **Coleção Educação Hoje**. Lisboa: Texto Editores, 2005.
- MOURA, O. **Portal da Dislexia**. 2011. Disponível em: <<http://www.dislexia.pt.com>>. Acesso em: 19 dez. 2011.
- OSTI, A. **Dificuldades de aprendizagem, Afetividade e Representações Sociais: reflexões para a formação docente**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- PEREIRA, R. S. **Dislexia e Disortografia – Programa de Intervenção e Reeducação** (vol. I e II). **Montijo: YouBooks**, 2009.
- PEREIRA, V.A.; JESUS, D.S DE; CATARINO, E.M; PEREIRA, T. C. B. Dificuldades de aprendizagem no contexto escolar: possibilidades e desafios. **Revista Científica Novas Configurações – Diálogos Plurais**, Luziânia, v. n. 2021.
- REBELO, J. A. Dificuldades de Aprendizagem em Matemática: as suas relações com problemas emocionais. Coimbra: **Revista Portuguesa de Pedagogia**, 2, 227-249, 1998.
- RIEF, S.; HEIMBURGE, J. Como ensinar todos os alunos na sala de aula inclusiva: estratégias prontas a usar, lições e atividades concebidas para ensinar alunos com necessidades educativas especiais de aprendizagem diversas (vol. I). **Coleção Educação Especial**. Porto: Porto Editora, 2000.
- SACRAMENTO, I. **Dificuldades de Aprendizagem em Matemática: Discalculia**. 2008. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/educacao-artigos>>. Acesso em: 21 de out. de 2023.
- SILVA, Maria Cecília Almeida e Silva. **Psicopedagogia: Em busca se uma Fundamentação Teórica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- SISTO, Fermio Fernandes (et. al. – orgs). **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- STERNBERG, R. J.; GRIGORENKO, E. L. **Crianças Rotuladas**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- TELLES, P. O Valor de saber ler. 2009. Disponível em: <<http://www.clinicadedislexia.com.br>>. Acesso em: 25 de out. de 2023.
- TORRES, R.; FERNÁNDEZ, P. **Dislexia, Disortografia e Disgrafia**. Amadora: McGrawHill, 2001.
- TRISTÃO, Rosana Maria. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento**. 4ª ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.
- VIDAL, Garcia. J. **Manual para la confección de Programas de desarrollo Individual**, vol. II, Madrid: EOS, 1989.

CONSTRUINDO APRENDIZADO: A CULTURA MAKER NA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO FERRAMENTA TRANSFORMADORA
BUILDING LEARNING: THE MAKER CULTURE IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION AS A TRANSFORMATIVE TOOL

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-17

Clarissa Virgulino Duarte ¹

RESUMO

Este artigo científico aborda a Cultura Maker na Educação Infantil como uma ferramenta transformadora, destacando-se como uma abordagem inovadora que visa estimular a criatividade, a resolução de problemas e o pensamento crítico desde os primeiros anos de vida. A pesquisa se orienta pela seguinte pergunta norteadora: de que maneira a Cultura Maker na Educação Infantil pode ser percebida como uma ferramenta transformadora no processo de construção do aprendizado? O objetivo geral é investigar e compreender como a implementação da Cultura Maker na Educação Infantil pode atuar como uma ferramenta transformadora, promovendo a construção significativa do aprendizado nas crianças. O estudo analisou produções científicas publicadas entre 2018 e 2023, disponíveis nas plataformas Scielo e Periódicos Capes, utilizando os descritores estruturados no DeCS e MeSH. A coleta de dados ocorreu em janeiro de 2024. Os critérios de inclusão englobaram artigos científicos relacionados ao tema com no máximo seis anos de publicação, enquanto os critérios de exclusão abrangeram artigos que não consideravam a temática proposta. Como resultado, conclui-se que a Cultura Maker na Educação Infantil representa uma evolução na forma como as crianças aprendem, transformando o ambiente escolar em um espaço dinâmico e inspirador.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Maker; Educação Infantil; Aprendizagem.

ABSTRACT

This scientific article addresses Maker Culture in Early Childhood Education as a transformative tool, standing out as an innovative approach aimed at stimulating creativity, problem-solving, and critical thinking from the early years of life. The research is guided by the following guiding question: In what way can Maker Culture in Early Childhood Education be perceived as a transformative tool in the learning construction process? The general objective is to investigate and understand how the implementation of Maker Culture in Early Childhood Education can act as a transformative tool, promoting the meaningful construction of learning in children. The study analyzed scientific productions published between 2018 and 2023, available on the Scielo and Periodicos Capes platforms, using the structured descriptors in DeCS and MeSH. Data collection took place in January 2024. Inclusion criteria encompassed scientific articles related to the topic with a maximum of six years of publication, while exclusion criteria covered articles that did not consider the proposed theme. As a result, it is concluded that Maker Culture in Early Childhood Education represents an evolution in how children learn, transforming the school environment into a dynamic and inspiring space.

KEYWORDS: Maker Culture. Early Childhood Education. Learning

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialista em Psicopedagogia Escolar pela Uninabuco. Graduada em Pedagogia pela Uniasselvi e em Comunicação Social-Jornalismo pela UEPB (Universidade Estadual da Paraíba). **E-MAIL:** clarissa_vduarte@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/3753707381016557

INTRODUÇÃO

A Cultura Maker na educação infantil representa uma abordagem inovadora que visa estimular a criatividade, a resolução de problemas e o pensamento crítico desde os primeiros anos de vida. Essa filosofia educacional coloca as crianças como protagonistas de seu próprio aprendizado, encorajando a exploração, a experimentação e a construção de conhecimento de forma prática e tangível (RODRÍGUEZ, 2018).

Ao integrar a Cultura Maker na educação infantil, os educadores buscam proporcionar um ambiente que fomente a curiosidade natural das crianças, promovendo o desenvolvimento de habilidades essenciais para o século XXI. A ênfase recai sobre a aprendizagem através da prática, onde os pequenos são incentivados a criar, modificar e aprimorar objetos e projetos (RODRÍGUEZ, 2018).

O uso de tecnologias acessíveis, como impressoras 3D, kits de eletrônica e materiais recicláveis, é comum nesse contexto, permitindo que as crianças desenvolvam habilidades manuais, raciocínio lógico e compreensão de conceitos científicos desde cedo. Além disso, a Cultura Maker na educação infantil também promove a colaboração entre os alunos, incentivando o trabalho em equipe e a troca de ideias (MATTE; LISKA; GOMES, 2023).

A abordagem maker na educação infantil não se restringe apenas às disciplinas tradicionais, mas transcende para uma aprendizagem interdisciplinar. Os projetos desenvolvidos podem abranger desde ciências e matemática até artes e literatura, permitindo que as crianças explorem diversas áreas do conhecimento de maneira integrada (MATTE; LISKA; GOMES, 2023).

Ao adotar a Cultura Maker, os educadores reconhecem a importância de estimular a autonomia e a confiança das crianças em suas próprias habilidades. Os erros são encarados como oportunidades de aprendizado, e a tentativa e erro são parte fundamental

do processo de construção do conhecimento (BREMARTNER; FERNANDES; SOUSA; SOUZA, 2022).

Além disso, a Cultura Maker na educação infantil fortalece a conexão entre a teoria e a prática, proporcionando às crianças uma compreensão mais profunda e significativa dos conceitos aprendidos. Esse tipo de abordagem prepara os pequenos não apenas para desafios acadêmicos, mas também para a vida, desenvolvendo habilidades fundamentais, como pensamento crítico, resolução de problemas e criatividade (BREMARTNER; FERNANDES; SOUSA; SOUZA, 2022).

A pesquisa possui a seguinte pergunta norteadora: como a Cultura Maker na Educação Infantil pode ser percebida como uma ferramenta transformadora no processo de construção do aprendizado?

E, como objetivo geral: Investigar e compreender de que maneira a implementação da Cultura Maker na Educação Infantil pode atuar como uma ferramenta transformadora, promovendo a construção significativa do aprendizado nas crianças.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada na presente pesquisa é a revisão sistemática de produções científicas publicadas entre 2018 e 2023, disponíveis nas Plataformas Scielo² e Periódicos Capes³, utilizando os descritores estruturados no DeCS e MeSH. A coleta de dados ocorreu em janeiro de 2024. Os critérios de inclusão englobaram artigos científicos relacionados ao tema com no máximo seis anos de publicação, enquanto os critérios de exclusão abrangeram artigos que não consideravam a temática proposta. que possui as seguintes etapas. Observando a identificação dos artigos pré-selecionados e selecionados através da

²<https://www.scielo.br/j/rdp/a/y85fPG8WFK5qpY5FPhpvF9m/>

³ <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?>

leitura dos agentes indexadores das publicações, como resumos, palavras-chave e títulos; formação de uma biblioteca individual, bem como, a avaliação crítica dos estudos selecionados; análise, interpretação e discussão dos resultados e a exposição da revisão no formato de artigo, que apresenta sugestões para estudos futuros.

Artigos com a temática Cultura Maker e Educação Infantil foram analisados, categorizou-se construindo dados com a frequência de palavras-chave. Grande parte de documentos foram obtidos na Plataforma Scielo, por string de busca, além dos Periódicos Capes.

A biblioteca virtual disponibilizou um total de 1494 artigos científicos relacionados a pesquisa, após a utilização de filtros restaram 488 artigos científicos atendendo os critérios de inclusão, e destes foram realizados 13 downloads, por corresponderem a todos os critérios de inclusão, sendo submetidos às etapas da revisão sistemática.

Os resultados mostraram que o uso da linguagem de programação visual Scratch promoveu nos estudantes um estímulo e curiosidade em aprender a lógica e programação. Promovendo nos estudantes a criatividade, ludicidade, produção de conteúdos e o trabalho colaborativo. O uso do Scratch acerca do pensamento computacional é fundamental para que a escola desperte nos estudantes a Cultura Maker “o fazer com as próprias mãos” colocando a mão na massa e sendo criadores de conhecimento, em vez de consumidores passivos.

O Movimento Maker envolve propostas que mesclam robótica e automação, programação e fabricação digital com marcenaria, mecânica e outras experiências produtivas e inovadoras. Este artigo apresenta conceitos básicos sobre este movimento que tem ganhado adeptos no mundo inteiro, demonstrando sua aplicabilidade no âmbito educacional e elementos que o compõem, entendendo que quanto maior for a diversidade de recursos, mais rica pode ser a experiência Maker.

Mapeou-se a aplicabilidade da cultura maker no contexto educacional brasileiro, descrevendo-se as propostas das atividades, seus conteúdos, infraestrutura, materiais necessários e estratégias de ensino adotadas. Por fim, abordou-se as bases teóricas encontradas nos artigos que buscam fundamentar a aplicação da cultura maker na educação.

Tendo como meta a prática, analisamos algumas ferramentas, tais como criadores de caça-palavras, palavras-cruzadas, jogos da forca e tirinhas, apresentando seus aspectos técnicos e seus mecanismos, tais como layout, interatividade diversão e jogabilidade, associados às habilidades de linguagens na BNCC (BRASIL, 2017).

Sabe-se que um dos principais obstáculos para a aceitação destes aplicativos está associado ao design do game, muitas vezes com um visual pouco atrativo. Mas os jogos que estamos desenvolvendo confirmam o diferencial que o ponto de vista de um jovem gamer agrega para a concepção dessas ferramentas educacionais.

Como resultado, há evidências de que os alunos em colaboração com colegas e seus professores protagonizaram a produção de três protótipos de projetos sustentáveis, com a utilização de materiais recicláveis, o reuso de objetos e o emprego de tecnologias digitais. Entre os desafios estão a articulação entre os estudos curriculares e as questões problema que emergiram a partir das criações desenvolvidas nas atividades maker.

Com base nesses estudos de caso, discutimos como a implantação da educação maker pode ser feita no ensino básico. O foco dessa educação não deve ser apenas o ensino de conteúdos disciplinares por meio da educação maker, mas também ser capaz de criar condições para que o aluno tome consciência e entenda os conceitos curriculares presentes nos produtos que constroem.

Conclui-se que as potencialidades e o valor político-pedagógico dos ambientes maker trazem, para

a educação, amplo espaço ao exercício do caráter ético que pode estar subjacente aos projetos. Evidenciou-se como tendência a perspectiva de propor um contínuo replanejamento dos objetivos da aprendizagem alinhando-os com as questões sociais mais amplas inclusive dos desafios de problemáticas sociais mundiais, dos territórios, dos grupos de alunos e da dimensão ética e da política das relações entre eles. O papel de um currículo crítico e da função socioeducativa do professor são fundamentais na montagem desta complexa e delicada equação: tecnologias, currículo, ética e compromisso social.

Os resultados apontam que foram utilizados métodos de aprendizagem, como STEAM, Design Thinking e Design Science Research (DSR). Os instrumentos avaliativos que mais se destacaram foram: resolução de exercícios e questionários pré-teste e pós-teste. Os trabalhos também apontaram o uso de recursos de baixo custo, bem como de ferramentas tecnológicas. Observou-se também avaliações positivas em todos os estudos quanto às metodologias empregadas e à aplicabilidade da cultura maker no ensino de ciências. Dentre as limitações apontadas, destacam-se a falta de materiais na escola e transporte de alunos para um laboratório maker para o desenvolvimento das atividades.

Percebe-se após análise temática na Plataforma Scielo e Periódicos Capes uma avaliação positiva das atividades, destacando a relevância das atividades práticas ao longo da realização dos cursos para que estes não se tornassem cansativos, evitando a desistência dos discentes. Considera-se importante a inclusão de atividades de pesquisa e orientação remotas, com atividades presenciais em um espaço maker utilizando a ABP, a qual permitiu a aplicação dos conteúdos em projetos de interesse dos discentes, fixando os conteúdos ensinados.

CULTURA MAKER

A Cultura Maker, também conhecida como movimento maker, é uma abordagem que enfatiza a criação, experimentação e construção de objetos físicos, eletrônicos e digitais, muitas vezes utilizando tecnologias acessíveis e ferramentas manuais. Essa filosofia valoriza a ideia de que as pessoas aprendem melhor fazendo, e encoraja a participação ativa na criação de projetos práticos (RODRÍGUEZ, 2018).

Os makers, ou "fazedores", são indivíduos que se envolvem ativamente na Cultura Maker, buscando soluções criativas para problemas, desenvolvendo projetos pessoais e compartilhando conhecimentos com a comunidade. A Cultura Maker abrange uma ampla gama de atividades, desde artesanato e marcenaria até programação de computadores e eletrônica (RODRÍGUEZ, 2018).

Alguns elementos-chave da Cultura Maker incluem: Mão na Massa - A ênfase na aprendizagem prática, onde as pessoas colocam suas mãos na massa para criar, prototipar e experimentar. Colaboração - A Cultura Maker promove a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos. Makers frequentemente colaboram em projetos, compartilham ideias, códigos e designs. Acessibilidade Tecnológica - O uso de tecnologias acessíveis, como impressoras 3D, micro controladores, sensores e software livre, para capacitar os makers a explorarem novas possibilidades. Inovação e Criatividade - Estimula a inovação e a criatividade, encorajando as pessoas a encontrar soluções originais para problemas e a expressar sua individualidade através de projetos pessoais. Compartilhamento Aberto - A Cultura Maker valoriza o compartilhamento aberto de conhecimentos e recursos. Muitos makers disponibilizam seus projetos e ideias livremente, contribuindo para uma comunidade global de aprendizado (RODRÍGUEZ, 2018).

A Cultura Maker tem encontrado aplicação em diversos contextos, incluindo a educação, onde é frequentemente integrada para promover uma abordagem mais prática e participativa no processo de

aprendizado. O movimento maker continua a crescer, influenciando a forma como as pessoas abordam a resolução de problemas, a aprendizagem e a inovação (MATTE; LISKA; GOMES, 2023).

É de suma importância, pois ela empodera as pessoas, colocando-as como protagonistas nos processos de criação, desenvolvimento e fabricação, em contraste com o papel passivo de meros consumidores de conteúdos e informações. A Cultura Maker tem suas raízes na filosofia construtivista, que defende que a aprendizagem é mais eficaz quando se envolve diretamente na prática. Essa abordagem tem uma longa história, remontando aos tempos em que artesãos, ferreiros, carpinteiros e outros mestres instruíam seus aprendizes por meio da experiência prática (BREMARTNER; FERNANDES; SOUSA; SOUZA, 2022).

Embora não seja universalmente aplicável, a abordagem cinestésica de aprendizado, que envolve a prática direta, é eficaz para alguns indivíduos. Existem três tipos principais de aprendizado: visual, auditivo e cinestésico. A Cultura Maker promove especialmente o aprendizado cinestésico, que, embora nem sempre seja enfatizado nas salas de aula convencionais, representa uma oportunidade para uma forma inovadora de aprendizado (BREMARTNER; FERNANDES; SOUSA; SOUZA, 2022).

Alguns benefícios evidentes: a) Estímulo à autonomia, enfatizando a importância da ação individual na conclusão de projetos, mesmo quando as habilidades de trabalho em equipe também são cultivadas; b) integração da prática à teoria, aprimorando a intensidade do aprendizado ao combinar conceitos teóricos com aplicação prática, característica fundamental da Cultura Maker (CASCAES; CAVALCANTE, 2023); c) desenvolvimento do pensamento crítico, uma vez que os projetos da Cultura Maker desafiam os alunos a encontrar soluções para problemas, promovendo a capacidade de raciocínio crítico (CASCAES; CAVALCANTE, 2023); e) alinhamento com metodologias ativas, destacando a participação ativa

dos alunos em sua aprendizagem, um princípio fundamental da Cultura Maker (CASCAES; CAVALCANTE, 2023); f) preparação para os desafios do mundo, proporcionando aos alunos experiências que transcendem a sala de aula, equipando-os para enfrentar desafios pessoais e potencialmente descobrir novos interesses (CASCAES; CAVALCANTE, 2023).

Existem várias oportunidades para aplicar uma abordagem multidisciplinar da Cultura Maker, adaptando desafios e propostas de acordo com as necessidades específicas de cada caso (LEMOS; VALENTE, 2023). As escolas e instituições de ensino podem adotar práticas como:

- Realização de feiras de ciências, permitindo que os alunos reproduzam fenômenos naturais em projetos práticos.

- Estímulo ao trabalho colaborativo, enfatizando não apenas a prática individual, mas também a colaboração em equipe como um pilar essencial da Cultura Maker (LEMOS; VALENTE, 2023).

- Utilização da tecnologia, reconhecendo a importância da tecnologia na educação e incorporando recursos tecnológicos para melhorar a experiência de aprendizado, considerando o contexto digital em que os alunos vivem (LEMOS; VALENTE, 2023).

- Efetivamente, a Cultura Maker já estava sendo implementada nas salas de aula, desde as tradicionais feiras de ciências até outros projetos tecnológicos em geral. No entanto, destacar ainda mais essa abordagem tende a ser altamente benéfico para o presente e o futuro dos estudantes (LEMOS; VALENTE, 2023).

As informações estão prontamente disponíveis a qualquer momento, acessível com apenas alguns toques na tela, é possível encontrar inúmeros tutoriais e projetos de faça-você-mesmo (DIY), seja para criar objetos lúdicos ou para resolver questões relevantes do cotidiano (CORDEIRO; GUÉRIOS; PAZ, 2019). Um primeiro contato com essa abordagem na escola é extremamente positivo (LEMOS; SÁNCHEZ, 2021).

A CULTURA MAKER NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil desempenha um papel crucial no desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças. Nesse contexto, a Cultura Maker surge como uma abordagem inovadora, proporcionando um ambiente educacional que vai além dos métodos tradicionais (SOSTER; ALMEIDA; SILVA, 2020).

A Cultura Maker na Educação Infantil se torna uma poderosa ferramenta de transformação, estimulando a criatividade, a resolução de problemas e o pensamento crítico desde os primeiros anos de vida (BLIKSTEIN; VALENTE; MOURA, 2020).

Assim, a filosofia da Cultura Maker na Educação Infantil explora a essência dessa abordagem e sua harmonização com os princípios educacionais da primeira infância, ressaltando a mudança de paradigma ao colocar a criança como protagonista ativa de seu próprio aprendizado (MELENDEZ; EICHLER, 2019).

A integração de tecnologias acessíveis aborda o uso de recursos como impressoras 3D, kits de eletrônica e materiais recicláveis, proporcionando exemplos práticos de como essas tecnologias podem ser aplicadas para fomentar habilidades manuais, raciocínio lógico e compreensão científica (PAULA; MARTINS; OLIVEIRA, 2018).

A aprendizagem interdisciplinar e colaborativa explora a natureza interdisciplinar dos projetos da Cultura Maker, destacando como transcendem as fronteiras das disciplinas tradicionais. Há ênfase na promoção da colaboração entre os alunos, incentivando o trabalho em equipe e a troca de ideias (MATTE; LISKA; GOMES, 2023).

O desenvolvimento da autonomia e confiança é analisado em termos da importância de estimular a autonomia e confiança das crianças em suas próprias habilidades. A discussão inclui como os erros são encarados como oportunidades de aprendizado, e a tentativa e erro são partes fundamentais do processo educacional (SALES et. al., 2023).

A conexão teoria prática e preparação para o futuro destaca a integração da teoria com a prática, proporcionando às crianças uma compreensão mais profunda e significativa dos conceitos aprendidos. Assim, a Cultura Maker na Educação Infantil prepara os pequenos não apenas para os desafios acadêmicos, mas também para os desafios da vida futura (VIEIRA; SABBATINI, 2020).

CULTURA MAKER NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA PRÁTICA

Trabalhar a Cultura Maker na Educação Infantil requer uma abordagem prática, flexível e adaptada à faixa etária das crianças (SOUZA; BONILLA, 2020). Aqui estão algumas estratégias e sugestões para incorporar a Cultura Maker de maneira eficaz nesse contexto:

- 1. Ambiente Maker Amigável:** crie um ambiente de sala de aula que inspire a criatividade e a exploração (SOUZA; BONILLA, 2020). Disponibilize uma variedade de materiais e ferramentas adequadas à faixa etária, como blocos de construção, massinha, papel, tesouras de segurança, cola, entre outros (SOUZA; BONILLA, 2020).
- 2. Projeto Baseado em Temas ou Interesses:** estruture projetos com base em temas ou nos interesses das crianças. Isso pode aumentar a motivação e o envolvimento (LIMA; FONSECA, 2022). Permita que as crianças escolham entre diferentes opções de projetos, incentivando a autonomia e a tomada de decisões (LIMA; FONSECA, 2022).
- 3. Atividades Hands-On:** promova atividades práticas e hands-on que envolvam manipulação de materiais, construção e experimentação (GARCIA et al., 2023). Integre elementos táteis e sensoriais nas atividades para estimular os sentidos das crianças (GARCIA et al., 2023).
- 4. Resolução de Problemas:** desenvolva atividades que estimulem a resolução de problemas. Isso pode envolver desafios simples que as crianças precisam superar usando sua criatividade e raciocínio lógico (SOUZA et al., 2022).

5. Colaboração e Compartilhamento: incentive a colaboração entre as crianças. Projetos que envolvem trabalho em equipe promovem habilidades sociais importantes (SOUZA et al., 2022).

Crie oportunidades para que as crianças compartilhem suas criações com os colegas, promovendo a comunicação e a expressão (SOUZA et al., 2022).

6. Exploração de Tecnologia: introduza tecnologias adequadas à faixa etária, como tablets ou aplicativos educativos, para apoiar atividades maker (GOMES; VIANA, 2022).

Considere a introdução de ferramentas mais simples, como câmeras para documentar projetos, ou softwares de desenho simples (GOMES; VIANA, 2022).

7. Avaliação Formativa: avalie o progresso das crianças de maneira formativa, focando no processo de aprendizagem e nas habilidades desenvolvidas, em vez de apenas nos produtos finais (GARCIA et al., 2023). Observe as interações, a criatividade e a resolução de problemas durante as atividades (GARCIA et al., 2023).

8. Envolvimento dos Pais: mantenha os pais informados sobre os projetos e atividades maker, incentivando a participação e o apoio em casa (GARCIA et al., 2023).

Organize eventos ou exposições onde as crianças possam mostrar suas criações aos pais e à comunidade (GARCIA et al., 2023).

9. Flexibilidade e Adaptação: esteja aberto à flexibilidade e adaptação. As crianças têm diferentes ritmos e estilos de aprendizagem, então ajuste as atividades conforme necessário (BLANCO, 2021). Prepare-se para mudanças no planejamento conforme os interesses das crianças evoluem (BLANCO, 2021).

10. Promoção da Reflexão: incentive as crianças a refletirem sobre seus projetos. Pergunte sobre o processo de criação, os desafios enfrentados e o que aprenderam durante a atividade (BLANCO, 2021).

Convém salientar que, na Educação Infantil, a ênfase deve estar no processo de aprendizagem e na promoção do desenvolvimento integral das crianças, considerando aspectos cognitivos, sociais, emocionais e motores. A Cultura Maker proporciona um ambiente propício para o desenvolvimento dessas habilidades essenciais (BLANCO, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cultura Maker na Educação Infantil emerge como uma abordagem pedagógica revolucionária, moldando o aprendizado desde os primeiros anos de vida.

Ao proporcionar um ambiente dinâmico e inspirador, essa abordagem não apenas transforma a maneira como as crianças aprendem, mas também as prepara para serem pensadores críticos, inovadores e resilientes, elementos fundamentais para o sucesso no mundo em constante evolução.

Este tema explora o potencial transformador da Cultura Maker na Educação Infantil, destacando seu papel na construção de um futuro educacional mais rico e significativo.

Cultura Maker na Educação Infantil representa uma evolução no modo como as crianças aprendem, transformando o ambiente escolar em um espaço dinâmico e inspirador. Ao promover a exploração, a experimentação e a criatividade, essa abordagem contribui para formar indivíduos mais preparados para os desafios do futuro, destacando-se como uma valiosa ferramenta pedagógica na construção do conhecimento desde os primeiros anos de vida.

REFERÊNCIAS

BLIKSTEIN, P.; VALENTE, J.; MOURA, É. M. DE. Educação maker: onde está o currículo? *Revista E-Curriculum*, v. 18, n. 2, pp. 523–544, 2020.

BREMGARTNER, V.; FERNANDES, P.; SOUSA, J.; SOUZA, J. C. Aprendizagem baseada em projetos aplicada a cursos de formação inicial e continuada em cultura maker. *RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 17, n. 3, 2022.

CASCAES, N. DA S.; CAVALCANTE, M. A. A. O papel do professor e a necessidade de alfabetização tecnológica e científica dos jovens com o auxílio da cultura maker. *Revista Dynamis*, v. 29, n. 2, 2023.

CORDEIRO, L. F.; GUÉRIOS, S. C.; PAZ, D. P. Movimento maker e a educação: a tecnologia a favor da construção

do conhecimento maker. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**, Curitiba/PR, 2019.

LEMOS, S. D. V.; VALENTE, J. A. Estudo da Cultura Maker na Escola. **Revista E-Curriculum**, v. 21, 2023.

LEMUS, F. A. C.; SÁNCHEZ, B. A. N. Experiencias de la cultura maker en la asignatura arquitectura de computadoras. **Revista Boletín Redipe**, v. 10, n. 4, pp. 335-346, 2021.

MATTE, A. C. F.; LISKA, G. J. R.; GOMES, S. A. Formação de professores de línguas: Games, gamificação e cultura maker. **Leitura: Teoria & Prática**, v. 40, n. 86, pp. 55-67, 2023.

MELENDEZ, T. T.; EICHLER, M. L. GAMIF – A cultura game maker na educação profissional: um estudo de caso. **Revista Brasileira Da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 17, 2019.

PAULA, B. B. DE; MARTINS, C. B.; OLIVEIRA, T. DE. Análise da crescente influência da Cultura Maker na Educação. **Revisão Sistemática da Literatura no Brasil**, 2021.

RODRÍGUEZ, J. M. C. De la alfabetización a los alfabetismos: aprendizaje y participación diy de Fans y Makers mexicanos. **Comunicación y Sociedad**, v. 33, pp. 139-169, 2018.

SALES, G. F.; BRASILEIRO, C. DE C.; CASTRO, E. M. DE M.; VASCONCELOS, F. H. L. Cultura maker no Ensino de Ciências na Educação Básica: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Educar Mais**, v. 7, pp. 444-459, 2023.

SOSTER, T. S.; ALMEIDA, F. J. DE; SILVA, M. D. G. M. Educação maker e compromisso ético na sociedade da cultura digital. **Revista E-Curriculum**, v. 18, n. 2, pp. 715-738, 2020.

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
DESCRIÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS**
**DOMESTIC VIOLENCE AGAINST CHILDREN AND ADOLESCENTS:
DESCRIPTION OF PROTECTIVE MEASURES**

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-18

Maria Aparecida da Silva ¹

RESUMO

A violência doméstica contra crianças e adolescentes é uma realidade vivenciada na grande maioria dos núcleos familiares, seja ela praticada pelos pais, padrastos, madrastas ou demais componentes do ciclo familiar. Trata-se um problema de saúde pública que exige dos governantes a criação de Leis que possam coibir tamanha atrocidade. Objetivou-se com esse trabalho de pesquisa descrever às medidas protetivas contra os crimes de violência doméstica praticadas contra crianças e adolescente no Brasil. Para a realização dessa pesquisa, foi feito um levantamento bibliográfico nas bases de dados disponíveis na internet. Utilizaram-se as plataformas de pesquisa *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Google Acadêmico. Como medidas protetivas foram criados o Estatuto da criança e do adolescente em 1990, a Lei do menino Bernardo ou da Palmada em 2014, a Lei da Escuta em 2017/2018, a Lei Henry Borel em 2021, e por fim, a Lei Nº 14.344, de 24 de maio de 2022 contra crimes de violência doméstica e familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra crianças e adolescentes; ECA; Direitos da criança e do adolescente.

ABSTRACT

Domestic violence against children and adolescents is a reality experienced in the vast majority of families, whether committed by parents, stepfathers, stepmothers or other members of the family cycle. This is a public health problem that requires governments to create laws that can curb such atrocity. The objective of this research work was to describe protective measures against crimes of domestic violence committed against children and adolescents in Brazil. To carry out this research, a bibliographical survey was carried out in databases available on the internet. The Scientific Electronic Library Online (SciELO) and Google Scholar research platforms were used. As protective measures, the Child and Adolescent Statute was created in 1990, the Bernardo or Spanking Law in 2014, the Listening Law in 2017/2018, the Henry Borel Law in 2021, and finally, Law No. 14,344, of May 24, 2022 against crimes of domestic and family violence.

KEYWORDS: Violence against children and adolescents; ECA; Rights of children and adolescents.

¹ Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande (2003). Atualmente é pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, pesquisador colaborador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e professora da Prefeitura Municipal de Cajazeiras. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/3492663543366538

INTRODUÇÃO

De acordo com a literatura, a violência doméstica é considerada um problema de Saúde Pública pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e tem dimensões globais, sendo os grupos mais vulneráveis, as mulheres, os idosos e as crianças, que são afetados constantemente em grandes proporções. Mesmo com todos os avanços legais e institucionais já estabelecidos, a violência contra as crianças e adolescentes continua atingindo altos níveis em todos os países (RIBA e ZIONI, 2022).

Segundo Carlos et al. (2016), aproximadamente uma em cada quatro crianças menores de 5 anos, cerca de 176 milhões, vive com uma mãe que é vítima de violência doméstica. Cerca de três em cada quatro crianças com idades entre 2 e 4 anos, aproximadamente 300 milhões, são regularmente submetidas a disciplina violenta por parte de seus cuidadores. De forma similar, WHO (2016), relatam em seus escritos que trezentos milhões de crianças com idades de 2 e 4 anos sofrem regularmente castigo físico e/ou violência psicológica perpetrada pelos pais e cuidadores. Isso significa que quase três em cada quatro crianças têm seus corpos como alvo de violência no mundo.

Diversos tipos de violência interpessoal podem ocorrer dentro de casa, o que pode levar a criança a ser simultaneamente vítima da violência doméstica proveniente de seus pais e testemunha da violência doméstica vivenciada entre eles. Além disso, o ambiente da comunidade onde a criança e sua família encontram-se inseridos pode apresentar diferentes formas de violência que também irão afetá-las (NUNES e SALES, 2016).

O Brasil tem enfrentado altas taxas de violência contra crianças e adolescentes. Uma análise histórica dos dados do Disque 100, canal para registro de denúncias da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos do Brasil, apontaram tendências crescentes de notificações de abuso infantil de 2011 a 2017. Recentemente, no

primeiro semestre de 2021, o Disque 100 computou 50.098 denúncias de violência contra crianças e adolescentes, sendo que 81% ocorreram no ambiente familiar da vítima, sendo o ato de violência praticado predominantemente pela mãe, ou então pelo pai, padrasto ou madrasta e por outros familiares do convívio da criança.

Diante desse contexto, objetivou-se com esse trabalho de pesquisa descrever quais as medidas protetivas desenvolvidas no Brasil para coibir crimes de violência doméstica contra crianças e adolescentes.

MEDIDAS DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Com a abertura política, as transformações culturais que ocorreram na década de 1980 no Brasil, as mobilizações dos grupos e movimento sociais no processo de redemocratização, as crianças e os adolescentes passaram a ser vistos como um grupo portador de direitos e sujeitos jurídicos. Naquele momento, a Constituição de 1988 adianta a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, baseada na Doutrina da Proteção Integral, institui o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Segundo Custódio e Cassionato (2022), a adoção da teoria da proteção integral que superou a antiga doutrina da situação irregular foi referendada pela promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que trouxe em seu artigo 227 a marca de toda a luta pelos direitos de crianças e adolescentes no país. Antes mesmo da Convenção sobre os Direitos das Crianças ser adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, em 1989, o texto constitucional de 1988, foi elaborado a fim de amparar a infância e a adolescência, protegendo-as sob todos os seus aspectos e em todos os seus níveis, traduzindo de forma fiel os ideais da citada.

Em consonância com a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), o Brasil foi o primeiro país a

promulgar um marco legal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado pela Lei nº 8.069/90. Constituiu-se no instrumento de garantia da cidadania, dando prioridade absoluta a crianças e adolescentes nos cuidados e na proteção contra a negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e/ou opressão. O ECA criou também obrigações legais dos profissionais de saúde quanto à notificação por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais; criou ainda o Conselho Tutelar, órgão responsável por iniciar a avaliação da situação denunciada, desencadeando as medidas a serem adotadas pelas redes específicas de atenção (SOUTO et al., 2018).

De acordo com Souza e Cordeiro (2019), a Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Em seu artigo primeiro, reforça a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompleta, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade. (BRASIL, 1990).

Norteadas pelos mesmos princípios já solidificados pela Constituição Federal, o ECA manteve a reocupação e proteger a criança, e adolescente, de todo e qualquer tipo de violência. Não obstante os princípios elencados no artigo 4º do referido Estatuto, nele há, ainda, previsões legais especificamente sobre o tema “violência”, tema esse inaugurado pelo artigo 5º, que prescreve: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.” (CUSTÓDIO e CASSIONATO, 2022.)

Nas últimas décadas, leis complementares têm sido integradas ao ECA. Em 26 de junho de 2014, foi promulgada a Lei nº 13.010 38, cujo objetivo é estabelecer “o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante”. Popularmente reconhecida pelo Projeto de Lei nº 7.672/2010 como Lei da Palmada, após promulgada, foi chamada de Lei Menino Bernardo, em alusão ao caso de Bernardo Uglione Boldrini. Trata-se de uma lei que prevê sanções administrativas àqueles que maltrataram crianças e adolescentes (como encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família e/ou a tratamento psicológico ou psiquiátrico). Nela, constam também delineadas as políticas públicas e medidas para coibir a violência contra crianças e adolescentes (TRINDADE e HOHENDORFF, 2020).

A Lei da Palmada inseriu a vedação de castigos físicos e do tratamento cruel e degradante no âmbito da atuação disciplinar dos pais, família ampliada e demais agentes sociais em relação às crianças e aos adolescentes. Assim, o texto legal parece proibir a aplicação de qualquer forma de punição física ao menor, sob qualquer pretexto, prevendo algumas sanções, dentre as quais, a advertência e o encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico (SOUZA e SOMMER, 2017).

Outras Leis sugeriram com o objetivo de complementar o ECA e a Lei da Palmada. Assim, a Primeira infância corresponde ao período compreendido entre o nascimento da criança até os 6 anos de idade. Estudos em diversos campos, tais como a psicologia, a sociologia, a pedagogia, a pediatria, a comunicação e, mais recentemente, a neurociência e a economia, têm demonstrado a relevância e impacto que as interações sociais deste período possuem em toda a trajetória da vida de uma pessoa (GUEDES, 2020). O Marco Legal da Primeira Infância é a Lei Federal nº. 13.257, de 8 de março de 2016, que:

Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. (BRASIL, 2016).

Além de explicitar no arcabouço jurídico do país as especificidades da primeira infância, a Lei buscou prever em seu texto a abordagem intersetorial na formulação e implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral e integrado das crianças de 0 a 6 anos (MORI et al., 2021).

Dentre diversas temáticas que a Lei trata – incluindo a participação das crianças e a questão da licença maternidade e paternidade, está a questão dos filhos e das filhas de pessoas privadas de liberdade. O Marco Legal da Primeira Infância altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Código de Processo Penal (CPP), visando, por exemplo, garantir assistência psicológica às gestantes e mães que se encontrem em situação de privação de liberdade e assegurando que os filhos destas mulheres sejam acolhidos em ambiente que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde. Ainda, a Lei coloca a importância de se obter informações sobre a existência de filhos de pessoas privadas de liberdade e possibilita substituição da prisão preventiva pela domiciliar no caso de mulher com filho de até doze anos de idade incompletos e do homem preso caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até doze anos de idade incompletos (BARTOS, 2022).

Já a Lei da Escuta, essa corresponde a Lei 13.421 de 04 de abril de 2017, mais conhecida como lei da escuta especializada, foi regulamentada através do decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018 que estabelece “o Sistema de Garantia de Direitos da Criança

e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência” (NUNES et al., 2021).

Segundo Ferreira e Silva (2021), a Lei da Escuta conceitua a escuta especializada (art. 7º) como: “procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade” e o depoimento especial (art. 8º) como: “procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária” (BRASIL, 2017, p. 3-4). Nesse cenário, a Escuta Especializada (EE) consubstancia-se em uma entrevista com a criança ou adolescente, com foco em verificar sinais de violência para se aplicar uma medida protetiva, reduzindo a violência sofrida (ALCOLUMBRE e IMBIRIBA, 2020).

Na escala evolutiva da criação das Leis que coíbem e punem os agressores de violência contra crianças e adolescentes, após a Lei da escuta especializada foi criada a Lei Henry Borel em 2021. A Lei nº 14.344/2022 foi denominada de “Lei Henry Borel”, em homenagem a criança que em março de 2021 foi morto, aos quatro anos, após espancamento e sinais de tortura no apartamento em que morava com a mãe e o padrasto no Rio de Janeiro. Muitos trechos da Lei Maria da Penha, foram replicados na Lei Henry Borel, reflexo de um dinâmico direito penal de emergência, em resposta ao crime ocorrido, o que notadamente trouxe algumas incongruências (como a do tipo penal inserto de descumprimento de medida protetiva de urgência) que ainda serão melhor desenvolvidas neste trabalho (SANCHEZ e RODRIGUEZ, 2022).

A Lei Henry Borel altera não somente a Lei de Alienação Parental, como também, em outros dispositivos legais, os quais destacamos, os parágrafos 3º e 4º ao art. 157 do ECA, que trata da concessão da liminar e da comunicação de indícios de ato de violação de direitos de criança ou de adolescente, quando o juiz

comunicará o fato ao Ministério Público e encaminhará os documentos pertinentes (NICOLITT e GARCIA, 2023).

Já a Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022 definida contra crimes de violência doméstica e familiar, cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expressão violência contra crianças e adolescentes abrange fenômenos sociais historicamente determinados que se manifestam de maneiras diversas, variando conforme culturas, raças, condições socioeconômicas e faixas etárias. Estatísticas apontam que, em todo o mundo, aproximadamente uma em cada duas pessoas com idades entre 2 e 17 anos é vítima de algum tipo de violência a cada ano.

A Lei 14.344/22 define a violência doméstica contra crianças e adolescentes como todo abuso ocorrido no âmbito familiar. Conforme o Artigo 2º, configura-se como violência doméstica e familiar contra a criança e adolescente qualquer ação ou omissão que resulte em morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano patrimonial.

Em resposta a essa problemática, foram implementadas diversas medidas protetivas ao longo do tempo. Destacam-se o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, a Lei do Menino Bernardo ou da

Palmada em 2014, a Lei da Escuta em 2017/2018, a Lei Henry Borel em 2021 e, por fim, a Lei nº 14.344 de 24 de maio de 2022, que visa combater os crimes de violência doméstica e familiar. Essas legislações representam importantes avanços na proteção dos direitos e na promoção do bem-estar das crianças e adolescentes, fornecendo ferramentas legais para lidar com situações de violência e preveni-las no contexto familiar.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Lei Henry Borel: texto traz medidas protetivas para evitar novas agressões. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/03/22/lei-henry-borel-texto-trazmedidas-protetivas-para-evitar-novas-agressoes>. (22/03/2022). Acesso em 20/01/2024.

ALCOLUMBRE, S. M. P.; IMBIRIBA, C. F. S. Estupro de vulnerável: da vitimização secundária às inovações trazidas pela Lei n. 13.431/2017. **FIBRA Lex**, v.4, n.6, p.3-15, 2020.

BRASIL. **Institui o Programa Criança Feliz (Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016)**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. 2016. Recuperado em 20 de janeiro de 2024, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Decreto/D8869.htm.

CARLOS, M. D., PADUA, M. M. E., FERNANDES, D. I. M., LEITAO, C. N. M., FERRIANI, C. G. M. Violência doméstica contra criança e adolescentes: olhares sobre a rede de apoio, **Rev Gaúcha Enferm**, v.37, ed. Especial, p.1-9, 2016.

CUSTODIO, V. A., CASSIONATO, A. S. A. A violência sexual infanto-juvenil e o atendimento no estado do Rio Grande do Sul, **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v.9, p.1-33, 2022.

FERREIRA, G. A. D., SILVA, P. N. A escuta especializada de crianças no âmbito da justiça: a importância da autonomia do trabalho do psicólogo, **Brazilian Journal of Policy and Development**, v.3, n.3, p.164-184, 2021.

GUEDES, A. C. Vi. (Org.). **Primeiríssima infância. Interações: comportamentos de pais e cuidadores de crianças de 0 a 3 anos**. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. (2020). Recuperado em 20 de janeiro de 2022, de <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/primeirissima-infancia-interacoescomportamentos-pais-cuidadores-criancas-0-3-anos/>

MORI, K. C., ANDRADE, K. A. Estudo apreciativo da governança do marco legal da primeira infância no Brasil, **Revista Brasileira de Avaliação**, p.1-14, 2021.

NUNES, D. B., CARVALHO, E., ROSA, S. A. Lei escuta especializada: novidade para quem? **Ceeinter**, v.1, p.1, 2021.

NUNES. J. A., SALES, V. C. M. Violência contra criança no cenário brasileiro, **Ciência e Saúde Coletiva**, v.21, n.3, 2016.

RIBA, C. A., ZIONI, F. O corpo da criança como receptáculo da violência física: análise dos dados epidemiológicos do viva/sinan, **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v.46, n.5, p.193-207, dez, 2022.

SANCHEZ, D. M., RODRIGUES, D. M. A decretação de medidas protetivas de urgências pelo policial militar: um estudo refletivo dos mecanismos previsto nas leis maria da penha e Henry Borel, **Revista Científica Multidisciplinar**, p.1-23, v.3, n.10, 2022.

SOUTO, F. D. et al. Violência contra crianças e adolescentes: perfil e tendência decorrentes da lei N 13.010, **Rev Bras Enferm**, v,71, n.3, p. 1237-1246, 2018.

SOUZA, B. C., SOMMER, D. P. F., A intervenção do Estado na esfera familiar: uma análise sobre os aspectos gerais da lei da palmada, **Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça**, v.5, n.1, p.283-240, nov-dez, 2017.

TRINDADE, A. HOHENDORFF, V. J. Efetiva da lei menino Bernardo pelas redes de proteção e de atendimento a crianças e adolescentes, **Cad. Saúde Púb**, v.36, n.10, p.1-11, 2020.

ANEMIA DE FANCONI: LITERATURA ATUAL E SUAS ABORDAGENS FANCONI ANEMIA: CURRENT LITERATURE AND ITS APPROACHES

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-19

Delane Cristina da Silva ¹

RESUMO

A anemia de Fanconi (AF), também denominada síndrome da pancitopenia de Fanconi, é caracterizada como uma doença hereditária rara, heterogênea. Foi descrita, inicialmente em 1927, pelo pediatra suíço Guido Fanconi. Devido à complexidade genética e a grande quantidade de mutações/genes envolvidos na etiopatogenia da doença, o diagnóstico da AF se torna mais difícil e desafiador. Muitas vezes é preciso avaliar as características clínicas, genéticas, e até as sequelas nos pacientes para se elaborar um perfil diagnóstico. O objetivo é analisar as principais temáticas abordadas nos artigos brasileiros que apresentaram como tema principal a anemia de Fanconi. Trata-se de uma revisão integrativa da Literatura com enfoque exploratório e comparativo. A estratégia de busca foi baseada na utilização dos descritores: “Anemia de Fanconi” e “Brasil”, nas bases de dados *Pubmed* e *Scielo* em junho de 2023. A combinação de palavras utilizada nas buscas foi: “Faconi anemia” AND “Brazil”, com ênfase na identificação da anemia de Fanconi no título e da palavra “Brasil” em quaisquer dos índices de busca. Os estudos de diversos tipos se debruçaram sobre análises citogenéticas, clínicas e diante do tratamento antes e após o transplante de medula. Nota-se que o Brasil dispõe de uma produção científica importante no que diz respeito às repercussões clínicas, tratamento e diagnóstico da AF. A maioria dos estudos fizeram acompanhamentos importantes e puderam detectar informações relevantes para pacientes submetidos ao transplante de células-tronco hematopoiéticas e pacientes que não realizaram o referido transplante.

PALAVRAS-CHAVE: Anemia de Fanconi; Brasil; Diagnóstico; Tratamento.

ABSTRACT

Introduction: Fanconi anemia (FA), also called Fanconi pancytopenia syndrome, is characterized as a rare, heterogeneous hereditary disease. It was initially described in 1927 by the Swiss pediatrician Guido Fanconi. Due to the genetic complexity and the large number of mutations/genes involved in the etiopathogenesis of the disease, the diagnosis of AF becomes more difficult and challenging. It is often necessary to evaluate the clinical, genetic characteristics, and even sequelae in patients to create a diagnostic profile. **Objective:** to analyze the main themes covered in Brazilian articles that presented Fanconi anemia as the main theme. **Methodology:** This is an integrative literature review with an exploratory and comparative focus. The search strategy was based on the use of the descriptors: “Faconi Anemia” and “Brazil”, in the *Pubmed* and *Scielo* databases in June 2023. The combination of words used in the searches was: “Faconi anemia” AND “Brazil”, with emphasis on the identification of Fanconi anemia in the title and the word “Brazil” in any of the search indexes. **Results and discussion:** Studies of different types focused on cytogenetic, clinical and treatment analyzes before and after marrow transplantation. **Conclusion:** It is noted that Brazil has a vast and important scientific production regarding the clinical repercussions, treatment and diagnosis of FA. Most studies carried out important follow-ups and were able to detect relevant information for patients undergoing haematopoietic stem cell transplantation and patients who did not undergo the aforementioned transplant.

KEYWORDS: Fanconi anemia; Brazil; Diagnosis; Treatment.

1Mestranda em Ciências da Saúde Coletiva pela ACU - Absolute Christian University. Especialista em Hematologia e Hemoterapia pelo Centro Universitário Tiradentes (UNIT); Graduada em Biomedicina pelo Centro Universitário Cesmac. **E-MAIL:** delane_cristina@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/0982146187621241.

INTRODUÇÃO

A anemia de Fanconi (AF), também denominada síndrome da pancitopenia de Fanconi, é caracterizada como uma doença hereditária rara e heterogênea. Foi descrita, inicialmente em 1927, pelo pediatra suíço Guido Fanconi. Nessa anemia, a disfunção na via de reparo do DNA causa morte celular programada e, por fim, resulta em falência da medula óssea (SAGASETA et al, 2003; Zen et al., 2011).

A cada ano são registrados poucos casos dessa doença crônica incurável que traz sérios problemas aos seus portadores. Sendo assim, esse distúrbio de caráter genético apresenta-se como uma doença rara, mas com importantes impactos na sobrevida e morbi-mortalidade dos acometidos (FIGUEIREDO et al., 2014).

A heterogeneidade fenotípica da doença é reflexo de sua complexidade genética. Já foram identificadas inúmeras mutações como responsáveis pela desordem no sistema de reparo do DNA, e dentre os 13 genes reportados, o gene FANCA (subtipo FA-A) representa maior prevalência dos casos (66%) (XIA, 2007).

A complexidade genética e a grande quantidade de mutações e genes envolvidas na etiopatogenia tornam o diagnóstico da AF mais desafiador. Muitas vezes é preciso avaliar as características clínicas, genéticas, e até as complicações decorrentes nos pacientes, para elaborar um diagnóstico (SHIMAMURA, 2006).

Esses parâmetros se agravam diante da ausência das malformações congênitas não sugestivas para AF. Nesse caso, o diagnóstico pode ocorrer no início da expressão das alterações hematológicas, que se dá por volta dos sete anos de idade, enquanto a expectativa de vida pode chegar em torno dos 40 anos (ZEN et al., 2011; D'AGULHAM, 2014).

Essa síndrome se apresenta como autossômica recessiva (rara, pois só se expressa em homozigose), influenciada por instabilidade cromossômica caracterizada por insuficiência medular progressiva. Além disso, são vistas anormalidades congênitas com maior predisposição ao desenvolvimento de mielodisplasia, leucemias e tumores sólidos (SOULIER, 2011).

A AF pode ser melhor diagnosticada a partir de testes de instabilidade cromossômica. Estudos moleculares indicam que as células da medula óssea apresentam alterações nos processos de reparo do DNA, que ocorrem normalmente durante o ciclo celular ou em resposta a algum dano ao DNA. As Mutações genéticas resultam nas características clínicas e celulares observados na AF (MONTES DE OCA et al., 2005). Além disso, destaca-se que essa doença se mostra como a causa hereditária mais comum de falência da medula óssea. Ou seja, diante desse agravamento, os pacientes possuem risco de apresentar tanto tumores hematológicos quanto complicações sanguíneas (KENNEDY; D'ANDREA, 2006).

As características hematológicas costumam surgir ou se intensificar de forma tardia (em torno dos oito anos de idade). As mutações levam à depleção das células-tronco hematopoiéticas, causando pancitopenia. Além disso, outras repercussões incluem a presença de malformações cutâneas (manchas café-com-leite), alterações relacionadas ao sistema esquelético (alterações de polegares e rádio), do sistema nervoso central e do trato geniturinário (GEISELHART et al., 2012).

Embora a anemia de Fanconi apresente um caráter predominantemente crônico, há períodos com crises de agudização, e tal característica gera um elevado índice de morbimortalidade, o que torna mais importante a discussão com informações atualizadas sobre as características clínicas e o manejo das complicações em pacientes com essa doença (CONTE et al., 2023).

Nestas perspectivas, o objetivo do presente artigo foi analisar as principais temáticas abordadas nos artigos brasileiros que apresentaram como tema principal a anemia de Fanconi, publicados entre 2019 e 2023, além discutir os aspectos relevantes à publicação desses estudos indexadores das publicações, como resumo, palavras-chave e título.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da Literatura com enfoque exploratório e comparativo. A estratégia de busca foi baseada na utilização dos descritores: “Anemia de Fanconi” e “Brasil”, nas bases de dados Pubmed e Scielo em junho de 2023.

A combinação de palavras utilizada nas buscas foi: “Faconi anemia” AND “Brasil”, com ênfase na identificação da anemia de Fanconi no título e da palavra “Brasil” em quaisquer dos índices de busca. Foram incluídos no estudo artigos científicos nos idiomas português e inglês, publicados no período de 2019 a 2023, que tratassem de estudos brasileiros relativos à anemia de Fanconi. Foram excluídos os textos incompletos, textos duplicados nas bases e bibliotecas e os que não se enquadraram na temática proposta.

Durante a etapa de pré-seleção foram identificados 18 artigos no *Scielo* e 14 no *Pubmed*, totalizando 32 artigos. Após a análise inicial desses textos, os estudos foram pré-selecionados e selecionados através da leitura dos agentes. Para a categorização e análise dos estudos selecionados, foi elaborada uma matriz de síntese com os aspectos relevantes para a discussão do tema proposto, como autor, título do artigo, tipo de estudo, local, meio de divulgação e a aspecto analisado.

Diante do acesso na íntegra dos trabalhos, observou-se que o artigo se encontrava duplicado e tratava-se de carta ao editor, restando assim 9 artigos aptos a compor a amostra final e que responderam à pergunta condutora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A heterogeneidade da anemia de Fanconi, o difícil diagnóstico e o agravamento da pancitopenia, levando a falência da medula óssea e predisposição a tumores sólidos e neoplasias hematológicas centralizam essa doença como importante campo para pesquisas

científicas que envolvam testes citogenéticos, métodos diagnósticos e condutas de tratamento, objetivando um melhor prognóstico aos pacientes.

Na presente revisão, foram discutidas as repercussões clínicas da AF, alguns parâmetros diagnósticos e de tratamento, além enfatizar informações que possam favorecer a um diagnóstico diferencial adequado.

Partindo do pressuposto que o diagnóstico da AF requer avaliação clínica, confirmação de fragilidade cromossômica e/ou análise de mutações genéticas, Borges et al. (2023) avaliaram 100 indivíduos encaminhados dos principais centros de hematologia e transplante de medula óssea (MO) do estado de Pernambuco, Brasil, entre os anos de 2018 e 2022. O diagnóstico de AF foi realizado por meio do teste de fragilidade cromossômica da mitomicina C.

O estudo mostrou uma maior frequência de pacientes acometidos do sexo feminino (1,3:1) e os aspectos clínicos mais comuns foram as manchas café com leite (62,5%) e anomalias ósseas (53%, principalmente deformidades do polegar [40%]).

análise citogenética da MO em oito pacientes - sete não apresentavam anomalias cromossômicas e um apresentava o cariótipo 47,XY,+21[15] (BORGES et al., 2023). Para Bonfim et al. (2022) ao se discutir o desenvolvimento de um programa de transplante de células-tronco hematopoiéticas (TCTH) para anemia de Fanconi em um centro em Curitiba, Brasil, a sobrevida global a longo prazo ainda é subótima, devido ao risco de malignidades e outras complicações relacionadas. Quando não há doador compatível, o transplante de doador alternativo usando doadores incompatíveis é uma opção, no entanto se torna alta a incidência de falência do enxerto e doença do enxerto contra hospedeiro (DECH).

A técnica de depleção de células T ex vivo ainda não está acessível no Brasil, por isso a adaptação no transplante de doador haploidêntico usando ciclofosfamida pós-TCTH para superar a falha do enxerto

e a DECH associada ao transplante de doador incompatível com HLA se tornou uma alternativa válida (BONFIM et al., 2022). A adição de soroterapia no tratamento pós-transplante melhorou a sobrevida global, diminuindo a incidência de DECH aguda e crônica grave.

Outro estudo brasileiro buscou identificar mutações na AF em pacientes brasileiros e investigar as manifestações clínicas e o aparecimento de doenças malignas. Para tal, uma amostra total de 116 pacientes foi triada para nove mutações e seus subtipos FANCA, FANCC, FANCG (PILLONETTO et al., 2023). Os resultados exibiram que as mutações bialélicas estiveram presentes em 91,4% dos pacientes.

Além disso, algum subtipo genético foi identificado em 107/116 (78 FA-A, 8 FA-C, 13 FA-G, 8 FA-E); com apenas uma mutação em 1/116 e 9 pacientes (dos 116) não exibiram nenhuma mutação. Antes do transplante de células hematopoéticas, já tinham sido detectadas malignidades em 16 (14/78 FA-A), sendo 12 delas hematológicas (PILLONETTO et al., 2023). Estudos mais clássicos discutiram o estudo e mapeamento genético da síndrome e já demonstravam que a mutação do FANCA era a mais prevalente nesses pacientes. Adicionalmente, o subtipo FA-A representava maior prevalência dos casos (66%); os outros subtipos FA-B, FA-C, FA-D, FA-E, FA-G e FA-E ocorrem com menor frequência (XIA, 2007). Os estudos mais recentes ratificam estes resultados. Em contrapartida, as mutações FANCG e FANCC tiveram início de insuficiência da medula óssea significativamente mais precoce e citopenia grave para FANCG. A incidência de TCTH aumentou durante a primeira década em paralelo ao aumento do desenvolvimento de malignidades (PILLONETTO et al., 2023).

Na análise dos estudos também foi possível perceber trabalhos que buscaram identificar diagnósticos em pacientes submetidos a transplante de células-tronco hematopoéticas por anemia de Fanconi, segundo a taxonomia de Diagnósticos de Enfermagem

da Nanda International (NANDA-I).

Sandri et al. (2021) obtiveram 73 diagnósticos em 9 dos 13 domínios da taxonomia da NANDA-I. Ao total, 22 diagnósticos atingiram 50% ou mais dos pacientes investigados com escore maior relacionado ao domínio de Segurança e Proteção.

A taxonomia da NANDA-I é uma metodologia para categorizar áreas que preocupam a enfermagem com diagnósticos voltados a um problema. Nesse sentido, os profissionais podem identificar oportunidades de promoção da saúde ou riscos potenciais, a fim de planejar o cuidado fundamentado na taxonomia citada, gerando benefícios para a rotina clínica, incluindo o TCTH (HERDMAN, 2015).

Assim, esse recurso se torna importante para identificar os pacientes submetidos a um transplante de células-tronco hematopoéticas por anemia de Fanconi, contribuindo para delineamento do plano de cuidados desses pacientes, assim como os que necessitam ser submetidos ao transplante (SANDRI et al., 2021).

Segundo Macedo et al. (2021), tendo em vista que a anemia de Fanconi é uma doença rara resultante de defeitos nos genes causando anemia aplástica e predisposição ao câncer; atualmente, o TCTH é o único tratamento curativo com benefícios significativos para esta condição.

O transplante está disponível principalmente para a insuficiência da medula óssea, mas aumenta o risco de carcinoma espinocelular oral (CEC). Esses autores relataram um caso, diante de um acompanhamento prospectivo de 12 anos, de um paciente com diagnóstico de anemia de Fanconi na infância, previamente tratado com TCTH e posteriormente diagnosticado com múltiplos carcinomas de células escamosas orais. Nesses casos, além da necessidade de acompanhamento multiprofissional, apesar de múltiplas intervenções cirúrgicas e regimes de radioterapia, observou-se agravamento no quadrante do paciente. Ou seja, o manejo de indivíduos com anemia de Fanconi é desafiador,

principalmente após a realização do transplante (MACEDO et al., 2021).

Estudos longitudinais são de grande valia para pacientes com AF, pois assim, pode-se perceber a incidência de alterações nestes pacientes antes e depois do TCTH. Outro importante estudo brasileiro longitudinal revisou os prontuários de 136 pacientes pediátricos com anemia de Fanconi submetidos a transplante de células-tronco hematopoiéticas entre 2008 e 2018 no Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná. Além dos dados sociodemográficos, incluíram a presença de doença do enxerto contra hospedeiro da pele e de outros órgãos entre outros (LASTE et al., 2023).

Este estudo também colocou a manchas cutâneas “café com leite” (32,4%) como alteração em destaque no período pré-transplante. Destacaram-se além das manchas, ao menos um órgão afetado pela doença do enxerto contra o hospedeiro, em 55,1% dos pacientes. Além disso, erupção cutânea e eritema foram as manifestações cutâneas mais frequentemente pós transplante (LASTE et al., 2023). Assim, a alta prevalência de manifestações cutâneas e orais pré e pós transplante são características consideráveis. Outrossim, outros estudos avaliaram também a predisposição ao câncer e múltiplas malformações sistêmicas, incluindo anomalias congênitas do rim e do trato urinário (CAKUT) (DA CUNHA et al., 2021).

O TCTH quanto único tratamento potencialmente curativo para as complicações hematológicas da AF, pode precipitar lesão renal aguda (LRA) e hipertensão. Esses achados foram vistos em um estudo que investigou 107 pacientes com FA submetidos a TCTH entre 2009 e 2017. A função renal e hipertensão foram avaliadas ao longo de 2 anos de acompanhamento (DA CUNHA et al., 2021). Após o TCTH a LRA, a incidência de doença renal crônica (DRC), bem como a alta incidência de hipertensão foram marcantes e apontam para importância dos cuidados renais no acompanhamento de curto e longo prazo dos pacientes

com AF. Além disso, 30% dos casos de AF apresentam anomalias congênitas dos rins. Por fim, essas anomalias em pacientes com AF foi associado a menor função renal e hipertensão após TCTH (DA CUNHA et al., 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar uma amostra pequena, porém com estudos com nível de evidencia científica importante. Nota-se que o Brasil dispõe de uma produção científica importante no que diz respeito às repercussões clínicas, tratamento e diagnóstico da AF. A maioria dos estudos fizeram acompanhamentos importantes e puderam detectar informações relevantes para pacientes submetidos ao TCTH e pacientes que não realizaram o transplante.

Além disso, no âmbito citogenético, os estudos podem trazer mais esclarecimentos sobre os subtipos das mutações relacionadas a AF. No que diz respeito ao tratamento, os estudos mostraram que o TCTH, enquanto único tratamento potencialmente curativo para as complicações hematológicas da AF, pode causar manifestações multissistêmicas, principalmente cutâneas e no trato genito-urinário.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, D. C. **Análise de literatura sobre anemia de Fanconi: aspectos clínicos e laboratoriais.** Academia de ciência e tecnologia de São José do Rio Preto- SP, 2020.

D'AGULHAM, A. C. D. et al. Anemia de Fanconi: principais manifestações bucais. **Rev Gaúch. Odontol**, v. 62, n. 3, p.1-8, 2014.

DA CUNHA, M. M. **Kidney complications in 107 Fanconi anemia patients submitted to hematopoietic cell transplantation.** *Eur J Pediatr*, v. 181, n. 2, p.715- 723, 2022.

HERDMAN, H. Mudanças na terminologia da Nanda Internacional. In: **Nanda Internacional. Diagnósticos de enfermagem da Nanda: definições e classificações 2015-2017.** 10 ed. Porto Alegre: Artmed, p. 1-30, 2015.

GEISELHART, A. et al. Disrupted signaling through the

Fanconi Anemia pathway leads to dysfunctional hematopoietic stem cell biology: underlying mechanisms and potential therapeutic strategies. **Anemia**, p. 265790, 2012.

KENNEDY, R. D.; D'ANDREA, A. D. DNA repair pathways in clinical practice: lessons from pediatric cancer susceptibility syndromes. **J Clin Oncol**, v. 24, p. 3799-808, 2006.

LASTE, L. D. D. et al. Graft-versus-host disease and other cutaneous manifestations in pediatric patientstransplanted for Fanconi anemia. **Rev Paul Pediatr.**, v. 41, p. e2022059, 2023.

MACEDO, L. F. S. L. et al. Anemia de Fanconi e transplante de células-troncohematopoiéticas como fatores de risco para câncer de cabeça e pescoço: relato de caso. **Revista de Odontologia da UNESP**, v. 49, p. 49, 2020.

ZEN, P. R. G. et al. Características clínicas de pacientes com anemia de Fanconi. **Rev. paul. pediatr.**v. 29, n. 3, 2011.

PIRES DE JESUS, A. K. et al. Fanconi's anemia in a pediatric patient. **Rev Cienc Saude**, v. 11, n. 4, p. 108-111, 2021.

MUZI, R. T. et al. Perfil de formação e inserção profissional de jovens pacientes com anemia de Fanconi. Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente, Universidade Federal do Paraná, 2019.

GUTIÉRREZ, R. G. et al. Diagnóstico citogenético de la anemia de Fanconi en pacientes cubanos con sospecha clínica de la enfermedad Cytogenetic diagnosis of Fanconi anemia in Cuban patients with clinical suspicion of the disease. **Revista Cubana de Hematología, Inmunología y Hemoterapia**, v. 7, n. 1, p. e1260, 2021.

SAGASETA, I. M. et al. Anemia de Fanconi. Consideraciones actuales. **Anales Sis San Navarra**, v. 26, p. 63-78, 2003.

SANDRI, L. C. S. et al. Nursing diagnosis after hematopoietic stem cell transplant due to Fanconi anemia. **Rev. Bras. Enferm**, v. 75, n. 3, 2022.

SHIMAMURA, A. Inherited bone marrow failure syndromes: molecular features. **Hematology Am Soc Hematol Educ Program**, p. 63-71, 2006.

LEITE, T. G.; DE MELO, C. P. A. Anemia de Fanconi. XXI Congresso Metodista de Iniciação e Produção Científica, 2019.

XIA, B. et al. Fanconi anemia is associated with a defect in the BRCA2 partner PALB2. **Nat Genet**, v. 39, p.159-161. 2007.

ZEN, P. R. G. et al. Características clínicas de pacientes com anemia de Fanconi. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 29, n. 3, p. 392-399, 2011.

SOULIER, J. Fanconi anemia. **Hematology Am Soc Hematol Educ Program**, p. 492-7, 2011.

**DESAFIOS PARA ESTANCAR A PROLIFERAÇÃO DE DOENÇAS DE ORIGEM
HÍDRICA NAS POPULAÇÕES DE VIANA EM LUANDA**
**CHALLENGES TO STOP THE SPREAD OF WATER-BORNE DISEASES AMONG
THE PEOPLE OF VIANA IN LUANDA**

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-20

Hugo de Ceita José Fernandes ¹

RESUMO

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), aproximadamente 85% das doenças conhecidas estão relacionadas à água, representando um sério problema de saúde pública. Uma das complicações mais comuns associadas à água contaminada é a gastroenterite, caracterizada por sintomas como enjojo, vômitos, dores abdominais, diarreia, febre e, em casos graves, cegueira, podendo levar à morte se não tratada adequadamente. Este estudo visa investigar as causas da ocorrência de diarreia, urina com sangue e cegueira entre os habitantes de Kaquila e Ana Guengue, na comuna de Calumbo, município de Viana, devido ao consumo de água diretamente retirada do rio. Trata-se de uma pesquisa explicativa, com abordagem descritiva, conduzida com a população local. A análise dos dados revelou a necessidade de um monitoramento contínuo das áreas mais suscetíveis à contaminação ambiental, com uma fiscalização rigorosa por parte das autoridades governamentais. Além disso, a promoção da educação ambiental surge como uma ferramenta essencial para melhorar a qualidade do meio ambiente e, conseqüentemente, a qualidade de vida das comunidades locais.

PALAVRAS-CHAVE: Água infetada; Paludismo; Diarreia; Urina com sangue; Cegueira.

ABSTRACT

According to the World Health Organization (WHO), approximately 85% of known diseases are waterborne, posing a serious public health issue. One of the most common complications associated with contaminated water is gastroenteritis, characterized by symptoms such as nausea, vomiting, abdominal pain, diarrhea, fever, and, in severe cases, blindness, which can lead to death if not properly treated. This study aims to investigate the causes of diarrhea, blood in urine, and blindness among the inhabitants of Kaquila and Ana Guengue, in the Calumbo commune, Viana municipality, due to the consumption of water directly taken from the river. It is an explanatory research with a descriptive approach, conducted with the local population. Data analysis revealed the need for continuous monitoring of areas most susceptible to environmental contamination, along with strict oversight by government authorities. Additionally, promoting environmental education emerges as an essential tool to improve environmental quality and, consequently, the quality of life of local communities. fe of the local population.

KEYWORDS Infected water; Malaria; Diarrhea; Bloody urine; Blindness.

¹Doutorando em Psicanálise pela ACU – Absolute Christian University; Mestre em Direção de Empresas pela FAN-Faculdade de Administração e Negócios; Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela FAN Faculdade de Administração e Negócios. **E-MAIL:** hugferd44@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A geração e o destino dos resíduos sólidos resultantes das atividades domiciliares e urbanas é um dos principais problemas ambientais identificados nos pequenos, médios e principalmente nos grandes centros urbanos. Esses resíduos quando não gerenciados tecnicamente passam a ser uma ameaça à saúde pública e principalmente aos recursos naturais (SALAMONI et al, 2009).

Muitos estudos têm sido desenvolvidos com a finalidade de comprovação da necessidade de redução dos limites de exposição aos impactos na saúde causada por níveis de poluição próximos aos recomendados pelo decreto 261/11 de 6 de outubro e 141/12 de 21 e junho respectivamente da república de Angola.

Para que possam ser discutidos os danos à saúde humanas provocadas por contaminantes ambientais é necessária a estruturação dos sistemas de informação, para que se tornem capazes de gerar dados confiáveis sobre a saúde da população, fornecendo assim os elementos essenciais para essa discussão (ASMUS et al., 2008), levando-se em consideração a crescente preocupação da sociedade com a relação entre a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida (FERNANDES et 2007).

Como exemplo de uma região que deve ser constantemente monitorada está o Município de Viana, sede municipal de Kaquila e Ana Guengue, comuna de Calumbo, onde ocorre contaminação ambiental por deposição de resíduos. A área é caracterizada pela pobreza e falta de infraestrutura urbana e um perigo para saúde das crianças e adultos, sendo estes moradores do local. A área é classificada como de perigo eminente para a saúde pública por exposição de elevada quantidade de substâncias nocivas à saúde humana, provocando o risco do desenvolvimento de câncer ou de efeitos tóxicos sistemáticos nas populações.

Como é de conhecimento de todos, a água é usada como sinônimo de vida por estar ligada a sobrevivência de todas as espécies, ela de ponto de vista humano atinge a dimensão do processo de desenvolvimento socioeconómico das comunidades. No entanto, esse desenvolvimento também gera intensa pressão sobre os recursos hídricos por meio de agricultura, geração de energia, do uso industrial e do consumo direto segundo Jacob & Grandisoli (2017, p.25), pondo em causa a sua disponibilidade e quantidade ao ponto de afetar a saúde humana. Segundo INE (Instituto Nacional de Estatística) em Angola apenas 44% dos agregados familiares têm acesso a fontes apropriadas de água para beber, sendo que zonas rurais é ainda mais dramática.

A precariedade em termos de água de consumo nota-se mais entre as populações pobres, sendo apenas uma em cada cinco pessoas entre 20% da população mais pobre, têm acesso a fontes apropriadas de água (PNDS, 2012, p. 20).

PROBLEMA DA PESQUISA

O que fazer para se acabar com a poluição das águas dos rios de Kaquila e Ana Guengue, comuna de Calumbo, município de Viana que têm provocado diarreia e urina com sangue e outras doenças nas populações, pelo consumo de água tirada diretamente do rio sem nenhum tratamento sanitário.

HIPÓTESE

A poluição das águas é qualquer alteração em suas características físicas, químicas e biológicas que possa causar prejuízo à saúde da população, comprometer a fauna e a utilização das águas para usos benéficos. Milhares de rios são poluídos por todo o mundo todos os dias, o que representa um problema socioambiental bastante grave. Essa poluição aumenta a quantidade de matéria orgânica na água e consome oxigênio em seu processo de decomposição, causando

a morte de peixes e outros organismos aquáticos. Além disso, causa mal cheiro e representa um risco a saúde pública, pois, é constituído por vários micro-organismos patogênicos.

JUSTIFICATIVA

Visto que a poluição das águas é qualquer alteração em suas características físicas, químicas e biológicas que possa causar prejuízo à saúde da população, desenvolveu-se esta pesquisa com o objetivo de apresentar uma solução para erradicar o problema da poluição dos rios das zonas identificadas e conseqüentemente proporcionar o bem-estar das populações locais.

Por isso, com intuito de propor explicações sobre o que acontece com habitantes de Kaquila e Ana Guengue, comuna de Calumbo, município de Viana por consumirem água do rio e imprópria para o consumo, foi-se a busca de informações.

OBJETIVO GERAL

Descrever as causas que provocam diarreia, urina com sangue e cegueira aos habitantes de Kaquila e Ana Guengue, comuna de Calumbo, município de Viana, devido ao consumo de água retirada diretamente do rio, sem qualquer tratamento.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Verificar a existência da rede de distribuição de água potável nas referidas localidades.
2. Examinar a água para identificar os agentes causadores de diarreia, paludismo, urina com sangue e cegueira nas populações que consomem água do rio, recolhendo amostras para realização de exames laboratoriais.
3. Traçar, junto às autoridades, um método eficaz para eliminar as enfermidades.

4. Verificar se existe ou não a rede de distribuição de água potável nas referidas localidades.

Após um encontro com a Administração Municipal de Viana, em parceria com a Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL), foi constatado que a canalização existente está em avançado estado de degradação, considerando que foi instalada há mais de 30 anos. A proposta é recuperar e modernizar o sistema, incluindo a instalação de Estações de Tratamento de Água (ETA), a fim de capacitar os sistemas de abastecimento de água nas áreas ribeirinhas para atender a todos os moradores dos bairros Kakila e Mbanza Calumbo, com o vital líquido que é essencial para toda forma de vida.

Posteriormente, será realizada uma análise da água para identificar os agentes causadores de doenças como diarreia, paludismo, urina com sangue e cegueira, nas populações que consomem água diretamente do rio, por meio da coleta de amostras para exames laboratoriais. Os resultados desses exames revelaram a presença de vermes, como Schistosoma, parasitas Onchocerca e larvas de caracóis, como causadores das enfermidades mencionadas, devido ao consumo de água do rio sem tratamento sanitário adequado.

Com base nesses dados, será traçado em conjunto com as autoridades um método eficaz para eliminar essas enfermidades. Para evitar a propagação das doenças, é crucial compreender a função das ETAs, que consistem em locais onde a água captada de fontes naturais é purificada para torná-la segura para o consumo humano, contribuindo para o abastecimento de água de qualidade.

É fundamental que as três fases de tratamento - física, química e biológica - sejam rigorosamente cumpridas e bem executadas para reduzir o nível de contaminação. Nesse sentido, a disponibilidade de recursos tecnológicos é de suma importância para o tratamento e monitoramento das ETAs.

É crucial que as infraestruturas de abastecimento acompanhem o crescimento das

idades, bairros e municípios, considerando que o aumento populacional pode resultar em problemas de abastecimento de água. Muitos municípios enfrentam esse desafio, pois suas infraestruturas permanecem inalteradas, enquanto a demanda por água continua a crescer. A busca por fontes alternativas de água pode gerar problemas futuros nos reservatórios e comprometer a qualidade da água, se não forem utilizadas de maneira adequada.

Em Angola, o Regulamento Nacional (Decreto Presidencial n.º 261/11, 6 de outubro), define a qualidade da água, como sendo “o conjunto de valores de parâmetros físicos, químicos, biológicos e microbiológicos da água que permitem avaliar a sua adequação para determinados usos diretos ou indiretos).

Existe um conjunto de Diplomas legais que visam garantir o acesso, a segurança e a disponibilidade deste recurso essencial para a subsistência da vida humana, sendo estes, a Lei de águas, Regulamento de Utilização Geral dos Recursos Hídricos e o Regulamento sobre a qualidade da água.

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem explicativa com carácter descritivo. Foram realizadas revisões bibliográficas sistemáticas sobre os aspectos relevantes para a consolidação da temática abordada, em conjunto com pesquisas de campo realizadas com os habitantes de Kaquila e Ana Guengue, comuna de Calumbo, município de Viana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa revelam que as autoridades municipais enfrentam desafios significativos em relação às doenças prevalentes na região, sendo o paludismo a mais frequente. Esse cenário é exacerbado pela grande quantidade de lixo

presente nos bairros citados, que proporciona condições favoráveis para a proliferação de mosquitos transmissores da doença.

Além do paludismo, a pesquisa identificou a presença da esquistossomose, conhecida como bilharziose, uma doença infecciosa crônica que resulta em hematúria, ou seja, presença de sangue na urina. Essa enfermidade é causada pelas larvas de caracóis que habitam as margens dos rios e afetam as pessoas que utilizam as águas dos rios sem precauções adequadas.

Muitas nascentes na região não oferecem água própria para consumo humano, pois são contaminadas por diversos tipos de resíduos orgânicos e inorgânicos, resultantes de práticas como a lavagem de carros e roupas. Essa água contaminada contribui para a propagação de doenças e demanda medidas urgentes de saneamento.

Para combater essas enfermidades, é necessário um esforço conjunto das autoridades de saúde. Isso inclui a desparasitação da população com medicamentos adequados, como o praziquantel, para tratar infecções causadas por vermes do gênero *Schistosoma*. Além disso, é fundamental implementar um plano de rastreamento de doenças tropicais negligenciadas, como a tripanossomíase e a oncocercose, esta última causada pelo parasita *Onchocerca volvulus*.

A conscientização da população sobre a preservação e conservação dos recursos naturais é essencial para prevenir a propagação dessas doenças. Programas educativos, como palestras e minicursos, podem desempenhar um papel crucial nesse sentido.

Apesar dos investimentos realizados nos últimos anos para melhorar os serviços de abastecimento de água em Angola, ainda existem desafios a serem superados. A reestruturação e manutenção dos canais de abastecimento são medidas necessárias para garantir o acesso equitativo à água potável para toda a população.

REFERÊNCIAS

CAMPOS BARBOSA DE CARVALHO, Vinhal Campos Costa Orsine. **Contaminação do meio ambiente**. Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer - Goiânia, vol. 7, nº 13, 2011, p. 1109.

JORNAL DE ANGOLA. Disponível em: <http://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias>. Acesso em: [data de acesso].

ANTÓNIO, Paulo. **Fatores que afetam a disponibilidade de água potável em Luanda**. VerAngol, 18 de agosto de 2011.

CASIMIRO, Rosa Barros. Rio Luanda: **Análise de uma alternativa de tratamento e distribuição de água em Luanda, Angola**. Faculdade de Ciências, Universidade do Porto, 2021.

DUNN, João D. Impacto da qualidade da água na saúde humana: Um estudo de caso no bairro Calomanda. **Revista Angolana de Ciências**, Publicação Arbitrada, semestral, vol. 2, n. 3, ano 2020 (julho-dezembro).

**MANUAL PRÁTICO DAS PRINCIPAIS FERRAMENTAS
TECNOLÓGICAS EDUCACIONAIS E DE GESTÃO ESCOLAR
PRACTICAL MANUAL OF THE MAIN EDUCATIONAL AND
SCHOOL MANAGEMENT TECHNOLOGICAL TOOLS**

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-21

Ivaldo Sales Nascimento Júnior¹

RESUMO

O presente artigo apresenta um manual prático das principais ferramentas tecnológicas educacionais e de gestão escolar. Possui como pergunta norteadora: como as principais ferramentas tecnológicas educacionais e de gestão escolar podem ser eficientemente integradas e utilizadas em um contexto prático, visando otimizar processos educacionais e administrativos? A pesquisa analisou produções científicas publicadas entre 2018 e 2023, nas plataformas digitais Periódicos Capes e Scielo. O objetivo geral da presente pesquisa é investigar, analisar e desenvolver um manual prático que explore a integração eficiente das principais ferramentas tecnológicas educacionais e de gestão escolar, buscando aprimorar a qualidade do ensino, a eficácia dos processos administrativos e a colaboração entre professores, alunos e gestores educacionais. Utilizando os descritores estruturados no DeCS e MeSH. O período de coleta dos dados correu no mês de janeiro de 2024. Como critério de inclusão foram utilizados artigos científicos relacionados ao tema e com menos de seis anos de publicação e, como critérios de exclusão, artigos científicos que não contemplam a temática ferramentas tecnológicas educacionais e de gestão escolar. Assim, conclui-se que a constante atualização e adaptação às inovações tecnológicas são fundamentais para enfrentar os desafios em constante evolução no ambiente educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Ferramentas. Tecnológicas. Educacionais. Gestão escolar.

ABSTRACT

This article presents a practical manual of the main educational and school management technological tools. It has as a guiding question: how can the main educational and school management technological tools be efficiently integrated and used in a practical context, aiming to optimize educational and administrative processes? The research analyzed scientific productions published between 2018 and 2023, in the digital platforms Periódicos Capes and Scielo. The general objective of this research is to investigate, analyze, and develop a practical manual that explores the efficient integration of the main educational and school management technological tools, seeking to improve the quality of teaching, the effectiveness of administrative processes, and collaboration among teachers, students, and educational managers. Using the descriptors structured in DeCS and MeSH. Data collection took place in January 2024. As inclusion criteria, scientific articles related to the theme and less than six years of publication were used, and as exclusion criteria, scientific articles that do not address the theme of educational and school management technological tools. Thus, it is concluded that constant updating and adaptation to technological innovations are fundamental to face the constantly evolving challenges in the educational environment.

KEYWORDS: Tools. Technological. Educational. School management.

¹ Mestrando em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University; Graduado em economia (UFPE); Graduado em ciências contábeis (Cruzeiro Do Sul); Especialista em Gestão de negócios (UNEB). **E-MAIL:** ivaldosalesjunior@bol.com.br.

INTRODUÇÃO

A escolha do tema “Manual Prático das Principais Ferramentas Tecnológicas Educacionais e de Gestão Escolar” é justificada pela crescente influência da tecnologia no ambiente educacional e na gestão escolar e por ser um tema que abre debates importantes no meio acadêmico.

A revolução digital tem impactado profundamente as práticas pedagógicas e administrativas, oferecendo novas possibilidades para aprimorar a qualidade do ensino e otimizar os processos internos das instituições de ensino (SALAS-RUEDA, et. al., 2022).

Nesse contexto, a elaboração de um manual prático se torna essencial para fornecer orientações claras e direcionadas sobre como integrar e utilizar eficientemente as principais ferramentas tecnológicas disponíveis (AMARAL; LAVOR, 2023).

Assim, o manual proposto visa preencher uma lacuna importante, fornecendo um guia prático e acessível para aqueles envolvidos na gestão escolar e na prática educativa, contribuindo para a modernização e a eficiência do ambiente educacional (AMARAL; LAVOR, 2023).

A pesquisa busca responder a seguinte pergunta norteadora: como as principais ferramentas tecnológicas

educacionais e de gestão escolar podem ser eficientemente integradas e utilizadas em um contexto prático, visando otimizar processos educacionais e administrativos?

E seu objetivo geral é investigar, analisar e desenvolver um manual prático que explore a integração eficiente das principais ferramentas tecnológicas educacionais e de gestão escolar, buscando aprimorar a qualidade do ensino, a eficácia dos processos administrativos e a colaboração entre professores, alunos e gestores educacionais.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada ao presente artigo é a revisão sistemática, que apresentou as etapas dispostas no Quadro 1 abaixo. Respeitando a identificação dos artigos pré-selecionados e selecionados através da leitura dos agentes indexadores das publicações, como resumos, palavras-chave e títulos; formação de uma biblioteca individual, bem como, a avaliação crítica dos estudos selecionados; análise, interpretação e discussão dos resultados e a exposição da revisão no formato de artigo, que apresenta sugestões para estudos futuros.

QUADRO 1 – Etapas da Revisão Sistemática:

TÓPICOS DE CADA ETAPA	DETALHAMENTO DE CADA TÓPICO		
Bancos de terminologias	BANCO	LINK	
	DeSC	http://decs.bvs.br/	
	MeSH	https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh	
Descritores livres e estruturados	DESCRIPTOR	DESC (REGISTRO)	MESH (IDENTIFICADOR ÚNICO)
	Ferramentas tecnológicas	----	----
	Educacionais	----	----
String de busca	“Ferramentas tecnológicas” AND educação “Plataformas digitais de ensino à distância” “Ferramentas tecnológicas” AND “Gestão escolar”		
Bibliotecas Virtuais	Link		
	Scielo	https://search.scielo.org/	
	Periódicos Capes	https://www.periodicos.capes.gov.br/	

Período de coleta dos dados	Janeiro de 2024		
Critérios de inclusão	1. Texto (artigos de espécie científico). 2. Publicação (2018-2023).		
Critérios de exclusão	1. Artigos que não contemplam a temática “Ferramentas tecnológicas educacionais e de gestão escolar”.		
Número de trabalhos selecionados para revisão sistemática a partir da leitura dos agentes indexadores das publicações (tema, descrição, ementa).			17
Categorias obtidas com a análise dos documentos investigados online gratuitos e de livre acesso.			02
Tecnologias digitais utilizadas	TECNOLOGIA (SOFTWARE OU WEBSITE)	LINK	UTILIDADE
	WordArt: Nuvem de palavras	https://wordart.com/	Construir nuvem de palavras e frequência das palavras-chave para criar as categorias temáticas.

FONTE: Autor.

De acordo com o quadro 2, as plataformas pesquisadas disponibilizaram 1848 artigos científicos relacionados a pesquisa, com a utilização de filtros 611 artigos científicos continuaram atendendo os critérios de inclusão, e destes foram realizados 17 downloads, por

corresponderem a todos os critérios de inclusão, sendo submetidos às etapas da revisão sistemática.

QUADRO 2 - Descrição dos artigos conforme os critérios de inclusão:

AUTOR(A)	TEMA	ANO	CONCLUSÃO
Jovina Da Silva Geraldo De Castro Gomes	Educação de jovens e adultos e ferramentas tecnológicas: um diálogo sobre o contexto da inclusão digital.	2019	Espera-se assim, que esse estudo possa suscitar debates sobre tecnologias digitais em EJA por meio de uma concepção técnico-política, ética e cidadã, sem perder de vista o foco no mundo do trabalho.
Fernando Henrique Nogueira Amaral Otávio Paulino Lavor	Ensino de conjuntos e funções a partir de uma sequência didática mediada por ferramentas tecnológicas.	2023	Com isso, o trabalho desperta os educadores, além de uma abordagem diferenciada do ensino tradicional, uma reflexão para que se aplique situações didáticas para o ensino sobre conjuntos numéricos e funções mediadas pela utilização de recursos tecnológicos que incentivem cada vez mais os educandos.
Susana Seidel Demartini Isabel Cristina Machado De Lara	O ensino de matemática na realidade pandêmica: ferramentas tecnológicas utilizadas nos anos finais do ensino fundamental.	2023	Em relação aos recursos tecnológicos, os principais foram: GeoGebra para ensinar geometria e equações; sites para jogos, exercícios e simulados; YouTube e plataformas de videoconferência para comunicação com os estudantes. O uso desses recursos aumentou a participação e interesse dos estudantes nas aulas e levou os professores a aprender sobre tecnologia.
Alberto Luís Da Silva Pinto Elvia Florencio Torres Joária Mendes De Moura Evangelina Da Silva Sousa Liliane Araújo Pinto Cléverson Vasconcelos Da Nóbrega	Avaliação da aceitação das ferramentas tecnológicas no ambiente do trabalho docente.	2019	Constatou-se que os professores-tutores que atuam na modalidade à distância possuem uma boa aceitação ao SIGAA por perceberem a Utilidade e a Facilidade de Uso do Sistema, o que corrobora efetivamente pela Atitude e Intenção Comportamental para o Uso Real da Tecnologia.
Reginéa De Souza Machado Letícia Fleig Dal Forno Iara Carnevale De Almeida	O uso de ferramentas tecnológicas como comunidades de práticas por docentes de uma rede particular de ensino.	2020	Os dados obtidos foram analisados por meio do IRAMUTEQ; e do sistema de análise estatística do Google Forms. Os resultados indicaram que os docentes interagem nas redes sociais, no contato com os responsáveis, com potencial relação como uma proposta de Comunidades de Prática no contexto educacional.

Rutiléa Mendes De Moraes Rodrigo Da Luz Benedito Gonçalves Eugênio	Os Usos e Papéis dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem e Ferramentas Tecnológicas: uma Análise dos Trabalhos do ENPEC sobre Educação a Distância.	2021	O que se percebe é que esses meios e possibilidades digitais apresentam potencialidades a serem exploradas no ensino de ciências, seja na variedade das ferramentas, seja no uso diferenciado que é conferido a elas, não havendo trabalhos que envolvam a diversificação desses recursos.
Etelvina Archundia Sierra Carmen Cerón Garnica	Objetos de Aprendizaje digital para personas con discapacidad visual en estructuras de datos: grafos (OAGRAF).	2018	Os testes de usabilidade em termos de facilidade de uso, identificação de elementos e tipos de gráficos foram considerados entre as categorias de muito bom e excelente. A facilidade de aplicação do algoritmo Dijkstra obtido bem no desenvolvimento da rota.
Amanda Júlia De Arruda Magalhães Matheus Henrique Almeida Rochai Samilla Cristinny Santosi Cecília Borges Dantasi Glauber José De Melo Cavalcanti Mansoi Maria Dirlene Alves Ferreira	O Ensino da Anamnese Assistido por Tecnologias Digitais durante a Pandemia da Covid-19 no Brasil.	2020	A monitoria on-line permitiu que, mesmo um assunto predominantemente prático como a anamnese, fosse discutido e praticado graças ao suporte tecnológico. Percebe-se, portanto, efetividade na utilização de tecnologias no processo de ensino-aprendizagem quando se utilizam plataformas interativas.
María Rosa Chachagua Silvana Aixa Hnilitze	Universidad y TIC: estudio de caso de una experiencia educativa en Salta, Argentina, en contexto de pandemia.	2021	El trabajo se realizó a partir de datos obtenidos de dos cuestionarios aplicados a los estudiantes de la cátedra y a la observación de los usos de las plataformas mencionadas. Finalmente, como parte de las conclusiones del trabajo, se plantea el aula extendida como la opción más viable para el retorno a la presencialidad en un contexto próximo (pospandemia).
Leilane Shamara Guedes Pereira Leite Alan Queiroz Da Costa Marcio Romeu Ribas De Oliveira Allyson Carvalho De Araújo	O ensino remoto de educação física em narrativa: entre rupturas e aprendizados na experiência com a tecnologia.	2022	Considera-se, por fim, que pensar o ensino remoto de Educação Física na pandemia é mais do que pensar em tecnologia, mas antes é refletir sobre como o professor se forma pela experiência e as possibilidades de modificação na percepção de aula de Educação Física neste contexto.
Patricia Silva Edvaldo Souza Couto	Plataformização da aprendizagem e o protagonismo do ecrã nas práticas pedagógicas.	2022	As práticas pedagógicas instituídas pelas plataformas digitais são atividades com as quais os agentes humanos e não-humanos atuam em conjunto, enredados, interagindo e formando alianças e vínculos, a partir de determinadas atividades instituídas e organizadas. Ainda que subtilizada em suas potencialidades educativas, o uso das plataformas digitais trouxe a percepção de que não é possível pensar em uma educação que exclua a internet e as tecnologias digitais.
Amanda Sousa Dias Rodrigues Rafael Araújo Hernandesleticia Verri Marquez Gustavo Antonio Raimondi Danilo Borges Paulino	Aprendizagem Baseada em Equipes no ensino remoto da promoção e educação em saúde na medicina.	2023	A adaptação da ABE ao ambiente remoto estimulou a prática de habilidades comunicativas e de argumentação que são essenciais à facilitação de grupos operativos na comunidade e permitiu que os estudantes aplicassem os conceitos aprendidos em situações práticas, apesar do ambiente remoto de ensino.
Liz Charlotte Dolores Saldaña Walter Luis Roldan Baluis	Las redes sociales y la educación superior a distancia durante la pandemia.	2023	Com relação aos resultados da pesquisa, Facebook, WhatsApp e Youtube foram as redes sociais mais utilizadas. Por outro lado, 14,81% dos artigos analisados identificam efeitos mediadores negativos relacionados a problemas de saúde, enquanto 81,84% das pesquisas identificam efeitos mediadores positivos.

Ricardo-Adán Salas-Rueda Jesús Ramírez-Ortega Ana-Libia Eslava-Cervantes Ricardo Castañeda-Martínez Gustavo De-La-Cruz-Martínez	Percepção dos professores sobre jogos da web e dispositivos móveis no nível educacional superior durante a pandemia de COVID-19.	2021	Por fim, os web games e dispositivos móveis permitem a criação de novos espaços virtuais que favorecem o ensino a distância e facilitam o aprendizado de qualquer lugar.
María Isabel Mamani Ticona Jessenia Choy Sánchez Panduro Miguel Angel Zubiaur Alejos Jonathan Orihuela Flores	Mediación tecnológica como estrategia pedagógica virtual.	2023	Finalmente, a interpretação foi que os processos devem ser entendidos como a gestão do conhecimento tecnológico, os recursos que beneficiam o ensino e a aprendizagem, os desafios da inovação e da criatividade, a gestão do desenvolvimento de ferramentas tecnológicas e a construção de resultados de aprendizagem significativos.
Samuel Flores Maria Madalena Dullius	Mentoring no desenvolvimento profissional de professores relacionado ao planejamento de suas aulas, integrando tecnologias.	2022	Observa-se resultados muito significativos quanto à postura mais segura das educadoras, após práticas, análises e reflexões, compreendendo a necessidade do cuidado no planejamento para desenvolver os objetivos almejados em suas aulas.
Anderson Daniel Stochero Rozelaine de Fatima Franzin	O desenvolvimento de competências empreendedoras em alunos do ensino médio a partir da utilização de metodologias diferenciadas e ferramentas tecnológicas.	2021	Nesse sentido, o ensino de empreendedorismo também se estabelece como um potencial aliado na formação escolar e social dos alunos, pois permite a identificação e transformação de ideias em oportunidades, sonhos em realidade, metas e objetivos em resultados concretos, boas ideias em produtos e serviços inovadores. A partir da realização desse estudo, pôde-se observar o notável avanço na percepção dos alunos em relação ao tema proposto, contribuindo de maneira efetiva na disseminação da cultura empreendedora nos ambientes escolares com o auxílio de ferramentas tecnológicas.

FONTE: Plataformas Scielo e Periódicos Capes, 2023.

Utilizando a plataforma online WordArt, fizemos uma avaliação do conteúdo textual dos artigos selecionados com base na frequência das palavras. Esse processo culminou na criação da nuvem de palavras apresentada na Figura 1.

A ferramenta WordArt desempenha a função de agrupar e organizar graficamente as palavras-chave, destacando aquelas mais frequentes. Essa abordagem contribui de maneira significativa para a definição das categorias que serão abordadas no âmbito do presente estudo.



FONTE: Elaborada pelo autor

Utilizando a Nuvem de Palavras representadas na Figura 1, desenvolvemos as categorias a partir das palavras em destaque na nuvem, seguindo a metodologia de análise de conteúdo de Bardin. Com base nessa abordagem, foi elaborada a Tabela 1, que apresenta a frequência das palavras e as categorias resultantes. Em consonância com os objetivos da pesquisa, foram definidas como palavras com maior frequência total e relevância para o escopo do estudo.

TABELA 1 - Frequência das palavras (Plataforma WorArt).

PALAVRAS	FREQÜÊNCIA	CATEGORIAS
Ferramentas	19	Ferramentas
Tecnológicas	16	tecnológicas

Gestão	15	educacionais
Escolar	11	Ferramentas de
Educação	11	gestão escolar

FONTE: Elaborada pelo autor.

FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS EDUCACIONAIS

Nesta categoria, serão abordadas diversas ferramentas aplicadas ao ensino, incluindo:

Plataformas de Ensino a Distância (EAD):- Moodle: O Moodle, sigla para "Modular Object-Oriented Learning Environment", é uma plataforma de aprendizado virtual de código aberto que tem revolucionado a forma como instituições educacionais gerenciam e entregam conteúdo online. Desenvolvido por Martin Dougiamas, o Moodle oferece uma gama abrangente de recursos e ferramentas para facilitar a interação entre educadores e alunos, promovendo uma experiência de ensino mais dinâmica e participativa (FLORES; DULLIUS, 2022).

Uma característica distintiva do Moodle é sua natureza modular e flexível. Os educadores podem personalizar e adaptar o ambiente de aprendizado de acordo com as necessidades específicas de seus cursos. A plataforma suporta a criação de cursos, fóruns de discussão, atividades interativas, avaliações e recursos multimídia, proporcionando um ambiente virtual rico em possibilidades educacionais (FLORES; DULLIUS, 2022).

A funcionalidade de gerenciamento de cursos do Moodle permite que os educadores organizem e estruturem o conteúdo de maneira intuitiva, enquanto os alunos têm acesso fácil a materiais didáticos, interações online e feedback. Além disso, a plataforma oferece recursos de acompanhamento e relatórios, permitindo que os instrutores monitorem o progresso dos alunos e avaliem a eficácia do ensino (FLORES; DULLIUS, 2022).

Outro ponto forte do Moodle é a sua comunidade ativa de desenvolvedores e usuários ao redor do mundo. Isso contribui para a constante atualização e melhoria da plataforma, garantindo que ela

permaneça relevante e alinhada com as tendências educacionais contemporâneas (FLORES; DULLIUS, 2022).

Em resumo, o Moodle é uma plataforma versátil e inovadora que continua a desempenhar um papel crucial na transformação do cenário educacional por meio da tecnologia (LEITE; COSTA; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2022).

Utilizar o Moodle envolve uma série de passos, desde a instalação até a administração e criação de conteúdo. Aqui estão algumas etapas básicas para começar a utilizar o Moodle:

PASSO 1 - INSTALAÇÃO DO MOODLE:

Antes de começar, é necessário instalar o Moodle em um servidor. Consulte a documentação oficial do Moodle para obter informações detalhadas sobre os requisitos de sistema e o processo de instalação (LEITE; COSTA; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2022).

PASSO 2 - CONFIGURAÇÃO INICIAL:

Após a instalação, você precisará configurar algumas opções básicas, como idioma, fuso horário e autenticação de usuários (LEITE; COSTA; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2022).

PASSO 3 - CRIAÇÃO DE CURSOS:

O próximo passo é criar cursos. Dentro de cada curso, você pode adicionar recursos, atividades e materiais de ensino (LEITE; COSTA; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2022).

PASSO 4 - ADIÇÃO DE RECURSOS E ATIVIDADES:

O Moodle permite a adição de diversos recursos, como textos, links, arquivos, vídeos e áudios. Além disso, você pode criar atividades interativas, como fóruns de discussão, questionários, tarefas e workshops (LEITE; COSTA; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2022).

PASSO 5 - CONFIGURAÇÃO DE AVALIAÇÕES:

Defina as configurações de avaliação para o seu curso, como métodos de avaliação, peso das notas e critérios de avaliação (LEITE; COSTA; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2022).

PASSO 6 - ENVOLVIMENTO DOS ALUNOS:

Incentive os alunos a participarem dos fóruns de discussão, submeterem tarefas online e interagirem com os recursos do curso (LEITE; COSTA; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2022).

PASSO 7 - ACOMPANHAMENTO DO PROGRESSO:

Utilize as ferramentas de relatórios e acompanhamento do Moodle para monitorar o progresso dos alunos, visualizar notas e identificar áreas que precisam de atenção (SALAS-RUEDA, et. al., 2022).

PASSO 8 - ADMINISTRAÇÃO DO SITE:

Familiarize-se com as configurações administrativas do Moodle para gerenciar usuários, permissões, plugins e outros aspectos do ambiente virtual (SALAS-RUEDA, et. al., 2022).

PASSO 9 - ATUALIZAÇÕES E SUPORTE:

Mantenha o Moodle atualizado com as versões mais recentes e explore as comunidades online e fóruns para obter suporte e compartilhar experiências com outros usuários (SALAS-RUEDA, et. al., 2022).

PASSO 10 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO:

Ofereça treinamento aos educadores e alunos para garantir que eles compreendam as funcionalidades do Moodle e possam utilizá-lo de maneira eficaz (SALAS-RUEDA, et. al., 2022).

Lembre-se de que o Moodle é uma ferramenta robusta e flexível, e explorar suas funcionalidades ao longo do tempo pode ajudar a personalizar a experiência de aprendizado de acordo com as necessidades específicas de cada instituição ou curso (SALAS-RUEDA, et. al., 2022).

GOOGLE CLASSROOM

O Google Classroom é uma poderosa plataforma educacional online desenvolvida pelo Google, projetada para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Esta ferramenta, integrada ao ecossistema do G Suite for Education, oferece um ambiente digital colaborativo que permite que professores e alunos interajam, compartilhem conteúdo e gerenciem tarefas de forma eficiente (AMARAL; LAVOR, 2023).

Possui como principais Recursos a criação de salas de aula virtuais, feedback em tempo real, integração com google drive, organização e arquivamento, facilidade de comunicação, acompanhamento do progresso e acesso móvel (AMARAL; LAVOR, 2023).

Utilizar o Google Classroom é um processo relativamente simples e intuitivo, e pode ser dividido em etapas básicas, desde a criação de uma sala de aula até a interação com os alunos. Aqui estão algumas orientações passo a passo:

PASSO 1 - ACESSO AO GOOGLE CLASSROOM:

Acesse o Google Classroom através do seu navegador em classroom.google.com usando uma conta do Google. Se você estiver usando uma conta educacional, certifique-se de que ela está associada ao G Suite for Education (AMARAL; LAVOR, 2023).

PASSO 2 - CRIAR OU ENTRAR EM UMA SALA DE AULA:

Se você é um professor e está criando uma nova sala de aula, clique em “+ Criar” no canto superior direito e siga as instruções para configurar sua sala de aula. Se você é um aluno, clique em “Entrar” e insira o código da turma fornecido pelo professor (AMARAL; LAVOR, 2023).

PASSO 3 - CONFIGURAR A SALA DE AULA:

Personalize sua sala de aula adicionando um nome, uma descrição e até mesmo um tema visual. Isso

tornará o ambiente mais acolhedor e identificável para os participantes (AMARAL; LAVOR, 2023).

PASSO 4 - ADICIONAR ALUNOS:

Para adicionar alunos, clique em "Configurações" (ícone de engrenagem) na parte superior e compartilhe o código da turma com eles ou convide-os diretamente através de seus endereços de e-mail (AMARAL; LAVOR, 2023).

PASSO 5 - CRIAR TAREFAS E MATERIAIS:

Na guia "Tarefas", você pode criar diferentes tipos de atividades, como questionários, trabalhos e discussões. Adicione materiais educacionais, links e documentos diretamente do Google Drive (AMARAL; LAVOR, 2023).

PASSO 6 - DISTRIBUIR TAREFAS:

Ao criar uma tarefa, você pode atribuí-la a toda a turma ou a alunos específicos. Defina datas de vencimento e personalize as configurações de entrega conforme necessário (AMARAL; LAVOR, 2023).

PASSO 7 - FORNECER FEEDBACK:

Após os alunos concluírem uma tarefa, você pode fornecer feedback diretamente no Google Classroom. Comentários, notas e sugestões podem ser dados de maneira eficiente (AMARAL; LAVOR, 2023).

PASSO 8 - PARTICIPAR EM DISCUSSÕES:

Utilize a guia "Discussões" para criar fóruns de discussão sobre tópicos específicos. Os alunos podem participar postando comentários e interagindo uns com os outros (AMARAL; LAVOR, 2023).

PASSO 9 - MONITORAR O PROGRESSO:

Utilize a guia "Notas" para acompanhar o progresso dos alunos. Visualize quem enviou tarefas, forneça feedback e atribua notas (AMARAL; LAVOR, 2023).

PASSO 10 - CONFIGURAR NOTIFICAÇÕES:

Configurar notificações é útil para receber alertas sobre novas atividades, tarefas e interações na sala de aula. Isso pode ser feito nas configurações do perfil (AMARAL; LAVOR, 2023).

Lembre-se de explorar as opções e configurações do Google Classroom, pois ele oferece uma variedade de recursos adicionais que podem ser adaptados de acordo com as necessidades específicas do seu ambiente educacional. Além disso, o Google Classroom é constantemente atualizado, então fique atento às novas funcionalidades que podem ser adicionadas ao longo do tempo (AMARAL; LAVOR, 2023).

EDMODO

O Edmodo é uma plataforma educacional online que visa transformar a forma como professores, alunos e pais se conectam e colaboram no ambiente educacional. Criada em 2008, esta ferramenta tem se destacado como uma alternativa versátil para facilitar o aprendizado à distância e melhorar a comunicação dentro das salas de aula (CHACHAGUA.; HNILITZE, 2021).

Principais características e funcionalidades são: espaços virtuais de aprendizagem, interação e colaboração, distribuição de conteúdo, atribuição e avaliação de tarefas, acesso para pais e responsáveis, biblioteca de recursos e aplicativos móveis (CHACHAGUA.; HNILITZE, 2021).

O Edmodo se destaca como uma solução educacional completa, integrando aspectos de comunicação, colaboração e distribuição de conteúdo, oferecendo um ambiente digital que amplia as possibilidades de aprendizado e interação dentro e fora da sala de aula (CHACHAGUA.; HNILITZE, 2021).

Usar o Edmodo envolve algumas etapas iniciais para criar e configurar uma sala de aula virtual, além de interagir com os alunos e aproveitar os recursos disponíveis. Aqui estão as principais etapas para utilizar o Edmodo:

PASSO 1 - CRIAÇÃO DE UMA CONTA:

Acesse o site do Edmodo (<https://www.edmodo.com/>) e crie uma conta como professor. Preencha as informações necessárias, como nome, e-mail e senha (DEMARTINI; LARA, 2023).

PASSO 2 - CONFIGURAÇÃO DA SALA DE AULA:

Após criar a conta, você será direcionado para o painel de controle. Crie uma nova sala de aula clicando em "Criar uma nova turma" ou algo semelhante, dependendo da interface (DEMARTINI; LARA, 2023).

PASSO 3 - PERSONALIZAÇÃO DA SALA DE AULA:

Personalize sua sala de aula, adicionando informações sobre o curso, configurando preferências de privacidade e até mesmo escolhendo um ícone ou imagem de perfil para identificar a turma (DEMARTINI; LARA, 2023).

PASSO 4 - ADIÇÃO DE ALUNOS:

Adicione alunos à sua sala de aula. Você pode compartilhar um código de turma com eles ou convidá-los diretamente por e-mail (DEMARTINI; LARA, 2023).

PASSO 5 - PUBLICAÇÃO DE CONTEÚDO:

Comece a publicar conteúdo na sala de aula. Isso pode incluir materiais de aprendizagem, tarefas, links para recursos educacionais e outras informações relevantes (DEMARTINI; LARA, 2023).

PASSO 6 - ATRIBUIÇÃO DE TAREFAS:

Crie tarefas atribuindo prazos e instruções claras. Os alunos podem então enviar suas respostas diretamente na plataforma (DEMARTINI; LARA, 2023).

PASSO 7 - PARTICIPAÇÃO EM DISCUSSÕES:

Promova a interação entre os alunos através de discussões. Você pode criar tópicos específicos para cada discussão e incentivar a participação ativa (DEMARTINI; LARA, 2023).

PASSO 8 - AVALIAÇÃO DE TAREFAS:

Após os alunos enviarem tarefas, avalie-as utilizando as ferramentas de avaliação disponíveis no Edmodo. Forneça feedback construtivo para incentivar o desenvolvimento acadêmico (DEMARTINI; LARA, 2023).

PASSO 9 - COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS:

Utilize a biblioteca de recursos do Edmodo para compartilhar e explorar materiais educacionais com outros professores (DEMARTINI; LARA, 2023).

PASSO 10 - COMUNICAÇÃO COM PAIS:

Caso queira envolver os pais, compartilhe códigos específicos para que eles possam se conectar à sala de aula e acompanhar o progresso de seus filhos (DEMARTINI; LARA, 2023).

PASSO 11 - EXPLORAÇÃO DE RECURSOS ADICIONAIS:

Familiarize-se com os recursos adicionais oferecidos pelo Edmodo, como a capacidade de criar quizzes, usar a plataforma em dispositivos móveis e integrar outras ferramentas educacionais (DEMARTINI; LARA, 2023).

PASSO 12 - SUPORTE E ATUALIZAÇÕES:

Explore os recursos de suporte oferecidos pelo Edmodo, incluindo tutoriais e comunidade online. Esteja atento a atualizações que possam melhorar a experiência do usuário (DEMARTINI; LARA, 2023).

O Edmodo é uma ferramenta intuitiva, mas explorar suas funcionalidades ao longo do tempo pode ajudar a personalizar a experiência de aprendizado de acordo com as necessidades específicas do curso e dos alunos (DEMARTINI; LARA, 2023).

RECURSOS MULTIMÍDIA:

KHAN ACADEMY

A Khan Academy é uma plataforma educacional online que se destaca por oferecer aulas gratuitas e

acessíveis em uma variedade de disciplinas. Fundada em 2008 por Salman Khan, a Khan Academy tem como missão proporcionar uma educação de qualidade para qualquer pessoa, em qualquer lugar, e transformou a forma como as pessoas abordam o aprendizado autodirigido (SALDAÑA; BALUIS, 2023).

Principais Características e Funcionalidades são: vídeos instrucionais, exercícios práticos, acompanhamento do progresso, acesso gratuito, variedade de disciplinas, programas de parcerias educacionais e tradução para múltiplos idiomas (SALDAÑA; BALUIS, 2023).

Utilizar a Khan Academy é uma maneira eficaz de acessar recursos educacionais de qualidade para aprender e praticar uma variedade de disciplinas. Aqui estão os passos básicos para começar a utilizar a Khan Academy:

PASSO 1 - CRIAÇÃO DE UMA CONTA:

Acesse o site da Khan Academy em [khanacademy.org](https://www.khanacademy.org/). Para aproveitar todos os recursos e acompanhar seu progresso, crie uma conta gratuita clicando em "Cadastre-se" e siga as instruções para preencher as informações necessárias (SALDAÑA; BALUIS, 2023).

PASSO 2 - SELEÇÃO DE DISCIPLINAS:

Após criar uma conta, você será direcionado ao seu painel. Explore as diferentes disciplinas disponíveis, incluindo matemática, ciências, economia, programação, entre outras. Escolha a disciplina de interesse (SALDAÑA; BALUIS, 2023).

PASSO 3 - NAVEGAÇÃO NOS RECURSOS:

Dentro de cada disciplina, você encontrará uma variedade de recursos, incluindo vídeos instrucionais, exercícios práticos, artigos e quizzes. Navegue pelos recursos para encontrar o que melhor atende às suas necessidades de aprendizado (SALDAÑA; BALUIS, 2023).

PASSO 4 - ASSISTIR A VÍDEOS INSTRUCIONAIS:

Selecione um tópico específico e assista aos vídeos instrucionais. Esses vídeos são projetados para explicar conceitos de forma clara e acessível, muitas vezes usando animações e gráficos para facilitar a compreensão (SALDAÑA; BALUIS, 2023).

PASSO 5 - PRATICAR COM EXERCÍCIOS:

Após assistir aos vídeos, pratique os conceitos aprendidos realizando os exercícios associados. Os exercícios são adaptativos, ajustando-se ao seu nível de habilidade para fornecer uma experiência de aprendizado personalizada (SALDAÑA; BALUIS, 2023).

PASSO 6 - ACOMPANHAR O PROGRESSO:

Utilize o painel de controle para acompanhar seu progresso. Visualize as habilidades concluídas, os pontos ganhos e o tempo gasto em cada tópico. Isso ajuda a identificar áreas que podem precisar de mais prática (SALDAÑA; BALUIS, 2023).

PASSO 7 - EXPLORAR RECURSOS ADICIONAIS:

Além dos vídeos e exercícios, a Khan Academy oferece recursos adicionais, como quizzes, artigos e desafios. Explore esses recursos para expandir seus conhecimentos e consolidar o aprendizado (SALDAÑA; BALUIS, 2023).

PASSO 8 - CONFIGURAÇÕES DE CONTA E PERSONALIZAÇÃO:

Personalize suas configurações de conta, incluindo preferências de idioma, notificações e privacidade. Isso permite adaptar a experiência da Khan Academy de acordo com suas preferências (SALDAÑA; BALUIS, 2023).

PASSO 9 - PARTICIPAR DE PROGRAMAS ESPECÍFICOS:

A Khan Academy oferece programas específicos para professores, escolas e pais. Se você é um educador ou está envolvido em um ambiente educacional, explore

os recursos disponíveis para integração em sala de aula ou suporte ao aprendizado de seus alunos (SALDAÑA; BALUIS, 2023).

PASSO 10 - EXPLORAR A KHAN ACADEMY APP:

Baixe o aplicativo da Khan Academy em seu dispositivo móvel para acessar recursos e praticar em movimento. O aplicativo oferece uma experiência otimizada para dispositivos móveis (SALDAÑA; BALUIS, 2023).

A Khan Academy é uma ferramenta versátil que se adapta a diferentes estilos de aprendizado. Ao seguir esses passos e explorar os recursos disponíveis, você poderá aproveitar ao máximo essa plataforma educacional inovadora (SALDAÑA; BALUIS, 2023).

TED-ED

TED-Ed, uma extensão do renomado TED Talks, é uma plataforma educacional que visa transformar ideias e conhecimentos em lições dinâmicas e envolventes. Lançada em 2012, a TED-Ed oferece uma abordagem única para o aprendizado, combinando a expertise de educadores com o estilo narrativo e visual característico dos vídeos TED (MORAIS; LUZ; EUGÊNIO, 2021).

Principais Características e Funcionalidades: lições animadas, criação de lições personalizadas, interação com alunos, plataforma de aprendizado online, programas educacionais específicos, disponibilidade gratuita, ampliação do acesso à educação (MORAIS; LUZ; EUGÊNIO, 2021).

Utilizar o TED-Ed é uma maneira envolvente de acessar conteúdo educacional dinâmico. Aqui estão os passos básicos para começar a utilizar o TED-Ed:

PASSO 1 - ACESSO AO SITE:

Acesse o site oficial do TED-Ed em ed.ted.com utilizando um navegador da web (MORAIS; LUZ; EUGÊNIO, 2021).

PASSO 2 - CRIAÇÃO DE UMA CONTA:

Para aproveitar ao máximo as funcionalidades, crie uma conta gratuita no TED-Ed. Isso permitirá que você salve suas lições favoritas, acompanhe seu progresso e crie lições personalizadas, caso seja um educador (MORAIS; LUZ; EUGÊNIO, 2021).

PASSO 3 - EXPLORAÇÃO DE LIÇÕES:

Explore a biblioteca de lições disponíveis no TED-Ed. Você pode procurar por tópicos específicos, disciplinas ou simplesmente explorar as lições destacadas (MORAIS; LUZ; EUGÊNIO, 2021).

PASSO 4 - ASSISTIR ÀS LIÇÕES ANIMADAS:

Assista às lições animadas. Cada lição é apresentada em um formato de vídeo animado, combinando narração, animações visuais e, frequentemente, perguntas para interação (MORAIS; LUZ; EUGÊNIO, 2021).

PASSO 5 - PARTICIPAR DE DISCUSSÕES E RESPONDER PERGUNTAS:

Cada lição inclui seções para discussão e perguntas. Participe dessas interações para aprofundar seu entendimento e trocar ideias com outros usuários (MORAIS; LUZ; EUGÊNIO, 2021).

PASSO 6 - CRIAR UMA CONTA DE EDUCADOR (OPCIONAL):

Se você é um educador, considere criar uma conta de educador no TED-Ed para aproveitar as funcionalidades adicionais, como a criação de lições personalizadas para sua turma (MORAIS; LUZ; EUGÊNIO, 2021).

PASSO 7 - CRIAR LIÇÕES PERSONALIZADAS (EDUCADORES):

Educadores podem criar suas próprias lições personalizadas usando o recurso "Criar uma Lição". Isso envolve adicionar vídeos, perguntas e outros elementos

para adaptar o conteúdo às necessidades de sua turma (MORAIS; LUZ; EUGÊNIO, 2021).

PASSO 8 - ACOMPANHAR O PROGRESSO (EDUCADORES):

Se você é um educador, utilize as ferramentas disponíveis para acompanhar o progresso dos alunos em suas lições personalizadas e avaliar o envolvimento (MORAIS; LUZ; EUGÊNIO, 2021).

PASSO 9 - EXPLORAR PROGRAMAS EDUCACIONAIS ESPECÍFICOS:

Verifique os programas educacionais específicos oferecidos pelo TED-Ed, que podem fornecer recursos adicionais e guias para aprendizado em sala de aula (MORAIS; LUZ; EUGÊNIO, 2021).

PASSO 10 - PARTICIPAR DE COMUNIDADE (OPCIONAL):

Considere participar da comunidade TED-Ed para se conectar com outros educadores e entusiastas da educação, compartilhando ideias e recursos (MORAIS; LUZ; EUGÊNIO, 2021).

PASSO 11 - UTILIZAR RECURSOS ADICIONAIS:

Além das lições animadas, explore os recursos adicionais disponíveis no TED-Ed, como Talks, séries e playlists temáticas (MORAIS; LUZ; EUGÊNIO, 2021).

O TED-Ed é uma plataforma intuitiva e rica em conteúdo, proporcionando uma experiência de aprendizado única. Ao seguir esses passos, você poderá começar a explorar, aprender e, se for um educador, criar lições personalizadas para enriquecer o processo educacional de seus alunos (MORAIS; LUZ; EUGÊNIO, 2021).

YOUTUBE EDUCAÇÃO

O YouTube Educação é uma extensão valiosa da plataforma de vídeos mais popular do mundo, o YouTube. Lançada em 2009, a seção de Educação foi projetada para proporcionar acesso fácil a conteúdos educacionais de

alta qualidade, oferecendo uma vasta gama de vídeos em diversas disciplinas. Essa iniciativa reflete o potencial transformador da tecnologia na disseminação do conhecimento (PINTO et. al., 2019).

Principais Características e Funcionalidades: diversidade de conteúdo, aulas virtuais e tutoriais, canais educacionais, recursos para professores, acesso global, integração com outras plataformas e aprendizado personalizado (PINTO et. al., 2019).

Utilizar o YouTube Educação é simples e envolve explorar a variedade de conteúdos educacionais disponíveis na plataforma. Aqui estão algumas orientações sobre como começar a utilizar o YouTube Educação:

PASSO 1 - ACESSO À PLATAFORMA:

Acesse o YouTube através do seu navegador ou do aplicativo, se estiver utilizando um dispositivo móvel (PINTO et. al., 2019).

PASSO 2 - NAVEGAÇÃO ATÉ A SEÇÃO EDUCAÇÃO:

No menu lateral esquerdo do YouTube, role para baixo até encontrar a seção "Educação". Clique ou toque nessa seção para acessar o conteúdo educacional (PINTO et. al., 2019).

PASSO 3 - EXPLORAÇÃO DE CANAIS EDUCACIONAIS:

Dentro da seção Educação, você encontrará uma lista de canais educacionais e playlists organizadas por disciplinas e temas. Explore os canais e escolha aqueles que correspondem aos seus interesses ou necessidades de aprendizado (PINTO et. al., 2019).

PASSO 4 - PESQUISA POR TÓPICOS ESPECÍFICOS:

Utilize a barra de pesquisa para procurar tópicos educacionais específicos. Digite palavras-chave relacionadas ao assunto que você está interessado e explore os resultados (PINTO et. al., 2019).

PASSO 5 - ASSISTIR A VÍDEOS EDUCACIONAIS:

Assista aos vídeos educacionais de sua escolha. Esses vídeos podem variar de aulas completas a tutoriais curtos, abrangendo uma variedade de disciplinas, desde ciências e matemática até humanidades e habilidades práticas (PINTO et. al., 2019).

PASSO 6 - EXPLORAÇÃO DE PLAYLISTS:

Muitos canais educacionais criam playlists organizadas por temas específicos. Explore essas playlists para ter uma sequência lógica de vídeos relacionados a um tópico específico (PINTO et. al., 2019).

PASSO 7 - INTERAÇÃO COM COMENTÁRIOS E CURTIDAS:

Interaja com outros usuários através dos comentários e use a função de "Curtir" para indicar que você aprecia um vídeo específico. Isso ajuda a comunidade educacional a crescer (PINTO et. al., 2019).

PASSO 8 - CRIAÇÃO DE PLAYLIST PESSOAL (OPCIONAL):

Se você criar uma conta no YouTube, pode salvar vídeos em playlists pessoais. Isso é útil para organizar e revisar conteúdos educacionais que você deseja acompanhar (PINTO et. al., 2019).

PASSO 9 - COMPARTILHAMENTO DE VÍDEOS (OPCIONAL):

Se você encontrar um vídeo especialmente útil ou interessante, pode compartilhá-lo com outras pessoas através das opções de compartilhamento disponíveis no YouTube (PINTO et. al., 2019).

PASSO 10 - EXPLORAÇÃO DE CANAIS DE CRIADORES EDUCACIONAIS:

Além da seção Educação, você pode explorar diretamente canais de criadores educacionais. Muitos educadores e instituições têm canais dedicados à divulgação de conteúdos educacionais (PINTO et. al., 2019).

PASSO 11 - EXPLORAÇÃO DE PROGRAMAS ESPECÍFICOS:

Algumas iniciativas educacionais, como TED-Ed e Khan Academy, têm canais específicos. Explore esses programas para acessar conteúdos educacionais estruturados (PINTO et. al., 2019).

PASSO 12 - CONFIGURAÇÕES DE IDIOMA E LEGENDAS:

Personalize suas configurações de idioma e ative legendas, se necessário, para uma experiência de aprendizado mais adaptada (PINTO et. al., 2019).

O YouTube Educação oferece uma ampla gama de recursos educacionais e é uma ferramenta poderosa para aprendizado autodirigido. Ao explorar os canais, playlists e recursos disponíveis, você pode encontrar conteúdo relevante para suas necessidades educacionais específicas (PINTO et. al., 2019).

GAMIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO – CLASSCRAFT

É uma plataforma educacional que utiliza elementos de jogos para transformar a dinâmica da sala de aula, promovendo engajamento, colaboração e motivação entre os alunos. Lançado em 2013, o Classcraft busca tornar o aprendizado mais envolvente, transformando o ambiente educacional em uma experiência interativa e recompensadora (AMARAL; LAVOR, 2023).

Principais Características e Funcionalidades: elementos de jogos de RPG, sistema de pontos e recompensas, trabalho em equipe, aventuras e missões, ferramentas de comunicação, avaliação e monitoramento e personalização do ambiente (AMARAL; LAVOR, 2023).

Utilizar o Classcraft envolve a criação de um ambiente gamificado na sala de aula, onde os alunos são motivados e engajados por meio de elementos de jogos. Aqui estão os passos básicos para começar a utilizar o Classcraft:

PASSO 1: Cadastro e Configuração da Conta: Acesse o site do Classcraft: (<https://www.classcraft.com/>) e crie

uma conta como professor. Após o cadastro, siga as instruções para configurar sua conta, adicionando detalhes sobre a turma, disciplinas e preferências (AMARAL; LAVOR, 2023).

PASSO 2 - CRIAÇÃO DA TURMA:

Após configurar sua conta, crie uma nova turma no Classcraft. Isso envolve adicionar os nomes dos alunos e escolher as configurações iniciais, como a quantidade inicial de pontos de vida (HP) dos alunos (AMARAL; LAVOR, 2023).

PASSO 3 - CONFIGURAÇÃO DE PERSONAGENS E AVATARES:

Permita que os alunos criem seus próprios avatares e personalizem seus personagens. Eles podem escolher habilidades, classes e características, tornando a experiência mais envolvente (AMARAL; LAVOR, 2023).

PASSO 4 - ATRIBUIÇÃO DE PONTOS E RECOMPENSAS:

Decida como os alunos podem ganhar pontos, seja por participação em sala, bom comportamento, desempenho acadêmico ou colaboração. Configure recompensas que os alunos podem ganhar com seus pontos, como privilégios especiais ou atividades recreativas (AMARAL; LAVOR, 2023).

PASSO 5 - CONFIGURAÇÃO DE EQUIPES (OPCIONAL):

Se desejar promover o trabalho em equipe, configure equipes dentro da sua turma. Os alunos podem ganhar pontos tanto individualmente quanto para a equipe, incentivando a colaboração (AMARAL; LAVOR, 2023).

PASSO 6 - CRIAÇÃO DE MISSÕES E DESAFIOS:

Utilize a funcionalidade de criação de missões e desafios para incorporar atividades específicas de aprendizado ao jogo. Crie missões que estejam alinhadas aos objetivos curriculares (AMARAL; LAVOR, 2023).

PASSO 7 - ACOMPANHAMENTO DO PROGRESSO:

Acompanhe o progresso dos alunos por meio do painel de controle do Classcraft. Visualize estatísticas, como pontos ganhos, perdas de pontos e atividades concluídas (AMARAL; LAVOR, 2023).

PASSO 8 - INTERAÇÃO COM OS ALUNOS:

Utilize as ferramentas de comunicação do Classcraft para interagir com os alunos, enviar mensagens de incentivo e fornecer feedback sobre seu desempenho (AMARAL; LAVOR, 2023).

PASSO 9 - INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO ATIVA:

Incentive a participação ativa dos alunos, atribuindo pontos por perguntas, respostas corretas, contribuições em sala e colaboração com os colegas (AMARAL; LAVOR, 2023).

PASSO 10 - CONFIGURAÇÃO DE EVENTOS ESPECIAIS (OPCIONAL):

Crie eventos especiais ou atividades temáticas para manter o interesse dos alunos elevados. Isso pode incluir competições, desafios especiais e recompensas exclusivas (AMARAL; LAVOR, 2023).

PASSO 11 - FEEDBACK E AJUSTES:

Esteja aberto ao feedback dos alunos e faça ajustes conforme necessário. O Classcraft é flexível, permitindo que você adapte as configurações para atender às necessidades específicas da sua turma (AMARAL; LAVOR, 2023).

PASSO 12 - EXPLORAÇÃO DE RECURSOS ADICIONAIS:

Explore os recursos adicionais oferecidos pelo Classcraft, como materiais educacionais, guias para professores e comunidade online. Esses recursos podem ajudar a enriquecer sua experiência com a plataforma (AMARAL; LAVOR, 2023).

Ao seguir esses passos, você poderá começar a utilizar o Classcraft de maneira eficaz, transformando sua

sala de aula em um ambiente gamificado que motiva e envolve os alunos no processo de aprendizado (AMARAL; LAVOR, 2023).

FERRAMENTAS DE GESTÃO ESCOLAR

Nesta seção, serão destacadas ferramentas voltadas para a administração eficaz das instituições de ensino, incluindo:

SISTEMAS DE GESTÃO ESCOLAR (SGE):

O Sistema Integrado de Gestão Educacional (SIGE) é uma solução tecnológica abrangente que visa otimizar e aprimorar os processos administrativos e acadêmicos em instituições de ensino. Ao integrar diversas funcionalidades em uma única plataforma, o SIGE oferece uma gestão eficiente e transparente, contribuindo para a melhoria do desempenho institucional (SIERRA; GARNICA, 2018).

Os principais componentes do SIGE são: gestão acadêmica, administração financeira, recursos humanos, comunicação e interação (SIERRA; GARNICA, 2018). Segue um passo a passo de como utilizar o SIGE:

PASSO 1 - IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO:

Inicie com a implantação do SIGE, adaptando-o às necessidades específicas da instituição. Ofereça treinamento para os usuários, garantindo uma transição suave para a nova plataforma (SIERRA; GARNICA, 2018).

PASSO 2 - PERSONALIZAÇÃO E CONFIGURAÇÃO:

Personalize as configurações de acordo com as políticas e procedimentos da instituição.

Configure os parâmetros acadêmicos, financeiros e administrativos de acordo com as características específicas da escola (SIERRA; GARNICA, 2018).

PASSO 3 - INTEGRAÇÃO COM OUTROS SISTEMAS:

Explore a possibilidade de integrar o SIGE a outros sistemas já utilizados pela instituição. Isso pode

incluir integrações com sistemas de biblioteca, plataformas de ensino online, entre outros (SIERRA; GARNICA, 2018).

PASSO 4 - ACOMPANHAMENTO CONTÍNUO E ATUALIZAÇÕES:

Estabeleça práticas de acompanhamento contínuo para identificar possíveis melhorias e ajustes (SIERRA; GARNICA, 2018).

Mantenha o sistema atualizado com as versões mais recentes para aproveitar novas funcionalidades e correções de bugs (SIERRA; GARNICA, 2018).

PASSO 5 - ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE:

Incentive a participação ativa de pais, alunos e professores na utilização do SIGE (SIERRA; GARNICA, 2018).

Promova a conscientização sobre os benefícios do sistema para fortalecer o engajamento e colaboração (SIERRA; GARNICA, 2018).

Em resumo, o Sistema Integrado de Gestão Educacional é uma ferramenta poderosa para otimizar processos, melhorar a eficiência e promover uma gestão mais transparente e centrada no aluno. Sua implementação bem-sucedida requer comprometimento, treinamento adequado e uma abordagem estratégica para integrar efetivamente todos os aspectos da administração educacional (SIERRA; GARNICA, 2018).

SISU

O Sistema de Seleção Unificada (SISU) é uma plataforma inovadora que tem revolucionado o acesso ao ensino superior no Brasil. Desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), o SISU proporciona uma maneira transparente e democrática de ingressar em instituições públicas de ensino superior, utilizando as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como critério de seleção (RODRIGUES et. al., 2023).

As Principais Características do SISU são: acesso descomplicado, ampla oferta de vagas, critério de seleção transparente e reserva de vagas (RODRIGUES et. al., 2023).

Diante disso, apresenta-se os passos utilizar o SISU:

PASSO 1 - REALIZAÇÃO DO ENEM:

O primeiro passo é participar do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), uma vez que as notas obtidas nesta avaliação serão utilizadas como critério de seleção no SISU (RODRIGUES et. al., 2023).

PASSO 2 - ACOMPANHAMENTO DO CRONOGRAMA:

Fique atento ao cronograma oficial divulgado pelo MEC. O período de inscrição geralmente ocorre logo após a divulgação dos resultados do ENEM (RODRIGUES et. al., 2023). Durante esse período, os candidatos podem acessar a plataforma do SISU e escolher até duas opções de cursos, em ordem de preferência (RODRIGUES et. al., 2023).

PASSO 3 - ANÁLISE DA NOTA DE CORTE:

Acompanhe a nota de corte, que representa a pontuação mínima necessária para ingressar em determinado curso (RODRIGUES et. al., 2023). Se a nota obtida no ENEM estiver acima da nota de corte, as chances de ser selecionado aumentam (RODRIGUES et. al., 2023).

PASSO 4 - RESULTADO E MATRÍCULA:

Após o encerramento do período de inscrição, o sistema divulgará os resultados (RODRIGUES et. al., 2023). Os candidatos selecionados deverão realizar a matrícula na instituição de ensino dentro do prazo estabelecido (RODRIGUES et. al., 2023).

PASSO 5 - LISTA DE ESPERA:

Caso não seja selecionado na primeira opção, o candidato pode manifestar interesse em participar da

lista de espera para a segunda opção de curso escolhida (RODRIGUES et. al., 2023).

PASSO 6 - AJUSTES E PLANEJAMENTO:

Esteja preparado para ajustar suas escolhas de acordo com as informações divulgadas ao longo do processo, como a classificação parcial e a nota de corte (RODRIGUES et. al., 2023).

Utilizar o SISU é uma oportunidade valiosa para os estudantes brasileiros que almejam ingressar no ensino superior público. Ao compreender o funcionamento do sistema e seguir os passos adequados, os candidatos podem maximizar suas chances de conquistar uma vaga em um curso e instituição de ensino alinhados às suas aspirações acadêmicas e profissionais.

COMUNICAÇÃO E COLABORAÇÃO

O Microsoft Teams é uma plataforma integrada de colaboração e comunicação que revolucionou a maneira como equipes e organizações interagem no ambiente empresarial (SILVA; COUTO, 2022).

Desenvolvido pela Microsoft, o Teams oferece uma variedade de ferramentas que permitem reuniões virtuais, compartilhamento de arquivos, mensagens instantâneas e colaboração em tempo real, proporcionando uma experiência de trabalho remoto e híbrido mais eficiente e conectada (SILVA; COUTO, 2022).

Principais Recursos do Microsoft Teams são: reuniões virtuais e videoconferências, mensagens instantâneas e conversas em grupo, integração com aplicativos Microsoft 365, armazenamento e compartilhamento de arquivos e personalização e extensibilidade (SILVA; COUTO, 2022).

COMO UTILIZAR O MICROSOFT TEAMS

PASSO 1 - CRIAÇÃO DE EQUIPES E CANAIS:

Comece criando equipes para diferentes projetos, departamentos ou grupos de interesse (SILVA;

COUTO, 2022). Dentro de cada equipe, organize o trabalho em canais, que podem representar diferentes tópicos ou áreas de discussão (SILVA; COUTO, 2022).

PASSO 2 - AGENDAMENTO E PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES:

Agende reuniões virtuais diretamente no Teams, convidando os membros relevantes da equipe (SILVA; COUTO, 2022). Participe de reuniões de qualquer lugar, utilizando recursos como videoconferência, compartilhamento de tela e chat.

PASSO 3 - COLABORAÇÃO EM DOCUMENTOS:

Utilize os aplicativos Microsoft 365 integrados para colaborar em documentos, planilhas e apresentações em tempo real (SILVA; COUTO, 2022).

Compartilhe e edite arquivos diretamente no Teams, mantendo todas as alterações registradas (SILVA; COUTO, 2022).

PASSO 4 - COMUNICAÇÃO EFETIVA POR CHAT:

Utilize o chat para comunicação rápida e direta com membros da equipe (SILVA; COUTO, 2022).

Organize conversas em grupo para discussões específicas, mantendo a comunicação transparente e eficiente (SILVA; COUTO, 2022).

PASSO 5 - EXPLORAÇÃO DE APLICATIVOS E INTEGRAÇÕES:

Explore a galeria de aplicativos do Teams para adicionar ferramentas e integrações que atendam às necessidades específicas da sua equipe (SILVA; COUTO, 2022).

Personalize os espaços de trabalho com guias que oferecem acesso direto a recursos importantes (SILVA; COUTO, 2022).

PASSO 6 - GERENCIAMENTO DE TAREFAS:

Integre aplicativos de gerenciamento de tarefas, como o Microsoft Planner, para acompanhar e atribuir tarefas dentro da equipe (SILVA; COUTO, 2022).

Mantenha-se organizado utilizando recursos como listas de tarefas e calendários (SILVA; COUTO, 2022).

Ao utilizar o Microsoft Teams de forma eficiente, as equipes podem experimentar uma colaboração mais dinâmica, uma comunicação mais fluida e uma maior produtividade. A plataforma oferece uma infraestrutura robusta para equipes distribuídas, ajudando a criar um ambiente de trabalho virtual que promove a eficiência e a coesão entre os membros da equipe (SILVA; COUTO, 2022).

SLACK

O Slack é uma plataforma de comunicação empresarial que se destaca por sua eficiência e versatilidade. Desenvolvido para simplificar a colaboração em equipes, o Slack oferece recursos como mensagens instantâneas, canais temáticos, integrações de aplicativos e compartilhamento de arquivos. Esta ferramenta se tornou essencial para empresas de todos os tamanhos, proporcionando uma comunicação ágil e uma colaboração eficaz, especialmente em ambientes de trabalho remoto e distribuído (MAGALHÃES, et. al, 2020).

Principais Características do Slack: canais organizados, mensagens instantâneas e compartilhamento de arquivos, a comunicação em tempo real por meio de mensagens instantâneas simplifica a troca de informações, integrações e aplicativos, notificações personalizáveis e pesquisa avançada (MAGALHÃES, et. al, 2020).

Em seguida, os passos de como Utilizar o Slack:

PASSO 1 - CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CANAIS:

Inicie criando canais para diferentes equipes, projetos ou tópicos de interesse (MAGALHÃES, et. al, 2020). Mantenha a organização, evitando a criação

excessiva de canais para garantir a eficiência (MAGALHÃES, et. al, 2020).

PASSO 2 - MENSAGENS E COMPARTILHAMENTO DE ARQUIVOS:

Utilize mensagens para comunicação instantânea, mantendo a clareza e a objetividade (MAGALHÃES, et. al, 2020). Compartilhe arquivos diretamente no Slack para facilitar o acesso e a colaboração (MAGALHÃES, et. al, 2020).

PASSO 3- INTEGRAÇÕES E APLICATIVOS:

Explore as integrações disponíveis no Slack para conectar a plataforma a outras ferramentas utilizadas pela equipe (MAGALHÃES, et. al, 2020).

Personalize os canais com aplicativos que atendam às necessidades específicas do seu fluxo de trabalho (MAGALHÃES, et. al, 2020).

PASSO 4 - NOTIFICAÇÕES SOB CONTROLE:

Ajuste as configurações de notificações para evitar distrações desnecessárias (MAGALHÃES, et. al, 2020). Defina prioridades e configure alertas para garantir que informações críticas não passem despercebidas (MAGALHÃES, et. al, 2020).

PASSO 5 - COLABORAÇÃO E ENGAJAMENTO:

Encoraje a colaboração ativa por meio de canais temáticos e discussões relevantes (MAGALHÃES, et. al, 2020). Utilize recursos como reações e emojis para promover um ambiente de trabalho mais descontraído e engajador (MAGALHÃES, et. al, 2020).

PASSO 6 - TREINAMENTO E ADOÇÃO:

Forneça treinamento aos membros da equipe para garantir uma adoção eficiente do Slack. Destaque as melhores práticas e recursos para maximizar a utilidade da plataforma (MAGALHÃES, et. al, 2020).

O Slack é uma ferramenta poderosa que pode aprimorar significativamente a comunicação e a

colaboração dentro de uma equipe. Ao utilizá-lo de maneira estratégica e personalizada, as empresas podem otimizar seus processos de trabalho, promovendo uma colaboração mais eficiente e fortalecendo a coesão da equipe, independentemente da localização geográfica dos membros (MAGALHÃES, et. al, 2020).

TRELLO

O Trello é uma ferramenta de gerenciamento de projetos conhecida por sua abordagem visual e intuitiva. Desenvolvido para facilitar a colaboração e o acompanhamento de tarefas, o Trello utiliza o conceito de quadros, listas e cartões para criar uma experiência de organização flexível e adaptável. Seja para projetos pessoais, equipes de trabalho ou até mesmo para gerenciamento individual de tarefas, o Trello oferece uma plataforma simples e eficaz (STOCHERO; FRANZIN, 2021). Elementos do Trello: quadros, listas, cartões e colunas (STOCHERO; FRANZIN, 2021).

Passo a passo para utilizar o Trello:

PASSO 1 - CRIAÇÃO DE QUADROS:

Comece criando um quadro para representar o projeto ou a área de trabalho (STOCHERO; FRANZIN, 2021). Pode ser algo amplo, como "Projetos da Equipe" ou algo mais específico, como "Desenvolvimento do Produto" (STOCHERO; FRANZIN, 2021).

PASSO 2 - ORGANIZAÇÃO DE LISTAS:

Dentro do quadro, crie listas para representar as fases ou categorias do projeto (STOCHERO; FRANZIN, 2021). Por exemplo, em um quadro "Projetos da Equipe", as listas podem ser "Para Fazer", "Em Andamento" e "Concluído" (STOCHERO; FRANZIN, 2021).

PASSO 3 - CRIAÇÃO DE CARTÕES:

Para cada tarefa ou atividade, crie um cartão. Adicione informações relevantes ao cartão, como

descrição, checklists, datas de vencimento e anexos (STOCHERO; FRANZIN, 2021).

PASSO 4 - MOVIMENTAÇÃO ENTRE LISTAS:

À medida que as tarefas progridem, mova os cartões entre as listas para refletir o estágio atual do projeto (STOCHERO; FRANZIN, 2021).

Essa movimentação visualiza o fluxo de trabalho e ajuda a identificar gargalos ou áreas que precisam de atenção (STOCHERO; FRANZIN, 2021).

PASSO 5 - COLABORAÇÃO E COMENTÁRIOS:

Utilize os recursos de comentários para comunicação sobre tarefas específicas. Mencione membros da equipe para notificá-los sobre atualizações ou solicitar feedback (STOCHERO; FRANZIN, 2021).

PASSO 6 - CHECKLISTS E ANEXOS:

Adicione checklists aos cartões para dividir tarefas em subtarefas mais gerenciáveis. Anexe documentos, imagens ou links relevantes para fornecer informações adicionais (STOCHERO; FRANZIN, 2021).

PASSO 7 - INTEGRAÇÕES E AUTOMATIZAÇÕES:

Explore as integrações disponíveis no Trello para conectar a plataforma a outras ferramentas utilizadas pela equipe. Utilize automações para simplificar processos repetitivos (STOCHERO; FRANZIN, 2021).

PASSO 8 - PERSONALIZAÇÃO E VISUALIZAÇÃO:

Personalize o Trello de acordo com as necessidades da sua equipe. Experimente diferentes visualizações, como calendário, para ter uma visão mais abrangente das datas de vencimento (STOCHERO; FRANZIN, 2021).

O Trello é uma ferramenta versátil que se adapta a diferentes estilos de trabalho. Ao utilizá-lo de forma consistente e explorar seus recursos, as equipes podem otimizar a gestão de projetos, melhorar a comunicação e promover uma colaboração mais eficiente,

independentemente do tamanho ou complexidade do projeto (STOCHERO; FRANZIN, 2021).

FERRAMENTAS DE AVALIAÇÃO E RELATÓRIOS

AVALIAÇÕES ONLINE (EX: PROVA BRASIL)

As avaliações online têm se destacado como ferramentas valiosas no universo educacional, proporcionando uma maneira eficaz de medir o desempenho dos alunos, diagnosticar áreas de melhoria e direcionar estratégias pedagógicas. Um exemplo notável é a Prova Brasil, uma avaliação aplicada nacionalmente que busca aferir o aprendizado em diversas disciplinas, contribuindo para o aprimoramento do sistema educacional brasileiro (TICONA et. al, 2023).

As principais características das avaliações online são: acessibilidade e abrangência, padronização e objetividade, avaliação contínua e diagnóstica e feedback rápido e personalizado (TICONA et. al, 2023).

Como Utilizar Avaliações Online, exemplificado pela Prova Brasil:

PASSO 1 - PLANEJAMENTO E PREPARAÇÃO:

Antes da aplicação, é crucial um planejamento detalhado, incluindo a seleção de conteúdos relevantes e a definição de critérios de avaliação. Professores e gestores educacionais devem estar alinhados sobre os objetivos da avaliação (TICONA et. al, 2023).

PASSO 2 - LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA:

Assegure-se de que a infraestrutura tecnológica esteja pronta para suportar a aplicação das avaliações online. Garanta que os alunos tenham acesso adequado a dispositivos e uma conexão estável à internet (TICONA et. al, 2023).

PASSO 3 - TREINAMENTO DE PROFESSORES E ALUNOS:

Ofereça treinamento aos professores para familiarizá-los com a plataforma de avaliação e os procedimentos necessários (TICONA et. al, 2023).

Forneça orientações aos alunos sobre como realizar a avaliação online, garantindo que compreendam o formato e as expectativas (TICONA et. al, 2023).

PASSO 4 - APLICAÇÃO E MONITORAMENTO:

Durante a aplicação, monitore atentamente para garantir a integridade e a honestidade do processo. Utilize ferramentas de monitoramento remoto, se necessário, para evitar práticas não éticas (TICONA et. al, 2023).

PASSO 5 - ANÁLISE E UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS:

Após a avaliação, analise os resultados de maneira crítica, identificando padrões e áreas de destaque ou necessidade de melhoria. Utilize os dados para orientar a tomada de decisões pedagógicas e administrativas, adaptando estratégias conforme necessário (TICONA et. al, 2023).

PASSO 6 - FEEDBACK E MELHORIA CONTÍNUA:

Forneça feedback construtivo aos alunos, professores e demais partes interessadas. Utilize os insights obtidos para aprimorar as práticas de ensino, implementar intervenções específicas e promover uma cultura de melhoria contínua (TICONA et. al, 2023).

As avaliações online, exemplificadas pela Prova Brasil, desempenham um papel crucial no aprimoramento da qualidade educacional. Se utilizadas de maneira estratégica e integradas ao processo pedagógico, essas avaliações contribuem para o desenvolvimento acadêmico dos alunos e fornecem informações valiosas para aprimorar o sistema educacional como um todo (TICONA et. al, 2023).

GOOGLE DATA STUDIO

O Google Data Studio é uma poderosa ferramenta de visualização de dados que permite transformar informações complexas em relatórios interativos e visualmente atraentes. Desenvolvido pelo

Google, esse aplicativo gratuito facilita a criação de painéis personalizados, relatórios e dashboards, proporcionando uma análise mais profunda e acessível dos dados (SILVA; GOMES, 2019).

Essas são principais características do Google Data Studio: conectividade com diversas fontes de dados, personalização de relatórios e dashboards, interatividade e exploração de dados, colaboração em tempo real e atualizações automáticas (SILVA; GOMES, 2019).

Como Utilizar o Google Data Studio:

PASSO 1 - CONECTAR FONTES DE DADOS:

Comece conectando suas fontes de dados ao Google Data Studio. Pode ser o Google Analytics, planilhas do Google Sheets, bancos de dados SQL, entre outros. Configure as conexões para garantir que os dados sejam importados corretamente (SILVA; GOMES, 2019).

PASSO 2 - CRIAR RELATÓRIOS E DASHBOARDS:

Inicie a criação de relatórios e dashboards personalizados. Selecione os componentes visuais desejados, como gráficos de linhas, tabelas dinâmicas, mapas e outros. Organize os elementos na tela para criar um layout claro e intuitivo (SILVA; GOMES, 2019).

PASSO 3 - CONFIGURAR FILTROS E CONTROLES:

Adicione filtros e controles interativos para permitir que os usuários explorem os dados de maneira mais dinâmica (SILVA; GOMES, 2019).

Configure opções de filtragem para garantir que os relatórios atendam às necessidades específicas de cada usuário (SILVA; GOMES, 2019).

PASSO 4 - FORMATAR E ESTILIZAR:

Personalize a aparência dos relatórios e dashboards com opções de formatação e estilo. Escolha paletas de cores, fontes e layouts que estejam alinhados com a identidade visual da sua organização (SILVA; GOMES, 2019).

PASSO 5 - ADICIONAR TEXTOS EXPLICATIVOS E NOTAS:

Inclua textos explicativos, anotações e insights diretamente nos relatórios para contextualizar as informações apresentadas. Esses elementos ajudam a fornecer uma narrativa mais completa e compreensível (SILVA; GOMES, 2019).

PASSO 6 - COMPARTILHAR E COLABORAR:

Compartilhe os relatórios com as partes interessadas utilizando links compartilháveis ou incorporando-os em sites. Aproveite as funcionalidades de comentários para incentivar a colaboração e obter feedback (SILVA; GOMES, 2019).

PASSO 7 - ACOMPANHAR E ANALISAR:

Monitore regularmente os relatórios para identificar tendências, padrões e oportunidades de melhoria. Utilize os dados visuais para embasar decisões estratégicas e avaliar o desempenho ao longo do tempo (SILVA; GOMES, 2019).

O Google Data Studio representa uma revolução na análise de dados, proporcionando uma abordagem acessível e visualmente envolvente para a interpretação de informações complexas. Ao utilizar essa ferramenta de maneira estratégica, as organizações podem aprimorar sua capacidade de tomar decisões informadas e comunicar efetivamente insights importantes para toda a equipe (SILVA; GOMES, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este manual visa proporcionar uma visão geral e prática das principais ferramentas tecnológicas educacionais e de gestão escolar. Trazendo um passo a passo para guiar professores e gestores na instalação e utilização das ferramentas tecnológicas apresentadas.

Ao adotar estratégias eficientes e éticas, professores e gestores escolares podem potencializar os benefícios da tecnologia para promover uma educação de qualidade e uma administração escolar eficaz,

tornando os processos de aprendizagem e administrativo mais satisfatórios.

Observa-se que a implementação das ferramentas tecnológicas dentro da escola, seja para utilização pelos professores seja pelos gestores escolares, é uma necessidade insurgente para que a comunidade escolar se mantenha atualizada, para acompanhar o ritmo da sociedade e para otimização na prestação dos serviços.

Assim, a constante atualização e adaptação às inovações tecnológicas são fundamentais para enfrentar os desafios em constante evolução no ambiente educacional.

REFERÊNCIAS

AMARAL, F. H. N.; LAVOR, O. P. Ensino de conjuntos e funções a partir de uma sequência didática mediada por ferramentas tecnológicas. **Boletim Cearense de Educação e História Da Matemática**, v. 10, nº 28, pp. 1–17, 2023.

CHACHAGUA, M. R.; HNILITZE, S. A. University and ict: A case study of an educational experience in salta (argentina) in the context of a pandemic. **Contratexto**, nº 36, 21–41, 2021.

DEMARTINI, S. S.; LARA, I. C. M. DE. O ensino de matemática na realidade pandêmica: ferramentas tecnológicas utilizadas nos anos finais do ensino fundamental. **Educação Em Revista**, v. 39, 2023.

FLORES, S.; DULLIUS, M. M. Mentoring no desenvolvimento profissional de professores relacionado ao planejamento de suas aulas, integrando tecnologias. **SciELO Preprints**, v. 1, 2022.

LEITE, L. S. G. P. et. al. O ensino remoto de educação física em narrativa: entre rupturas e aprendizados na experiência com a tecnologia. **Movimento**, v. 28, e28022, 2022.

MACHADO, R. DE S. et. al. DE O uso de ferramentas tecnológicas como comunidades de práticas **por docentes de uma rede particular de ensino**. **Revista Iberoamericana de Tecnología En Educación y Educación En Tecnología**, v. 25, pp. 21–30, 2020.

MAGALHÃES, A. J. DE A. et. al. O Ensino da Anamnese Assistido por Tecnologias Digitais durante a Pandemia da

Covid-19 no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, 2020.

MORAIS, R. M. DE; LUZ, R. DA; EUGÊNIO, B. G. Os Usos e Papéis dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem e Ferramentas Tecnológicas: uma Análise dos Trabalhos do ENPEC sobre Educação a Distância. **Revista Brasileira de Pesquisa Em Educação Em Ciências**, 2021.

PINTO, A. L. DA S. et. al. Avaliação da aceitação das ferramentas tecnológicas no ambiente do trabalho docente. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 12, n. 2, pp. 118-138, maio-agosto 2019.

RODRIGUES, A. S. D. et. al. Aprendizagem Baseada em Equipes no ensino remoto da promoção e educação em saúde na medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, nº 47, 2023.

SALAS-RUEDA, R. et. al. Percepción de los profesores sobre los juegos web y dispositivos móviles en el nivel educativo superior durante la pandemia COVID-19. **Texto Livre**, Belo Horizonte, v.15, 2022.

SALDAÑA, L. C. D.; BALUIS, W. L. R. Las redes sociales y la educación superior a distancia durante la pandemia. Horizontes. Revista de Investigación En Ciencias de La Educación, v. 7, nº 29, pp. 1452–1466, 2023.

SIERRA, E. A.; GARNICA, C. CERÓN. Objetos de Aprendizaje digital para personas con discapacidad visual en estructuras de datos: grafos (OAGRAF). RIDE - **Revista Iberoamericana Para La Investigación y El Desarrollo Educativo**, v. 8, nº 16, pp. 289–310, 2018.

SILVA, J. DA; GOMES, G. DE C. Educação de jovens e adultos e ferramentas tecnológicas: um diálogo sobre o contexto da inclusão digital. **Cadernos Cajuína**, v. 4, nº 1, pp. 41–57, 2019.

SILVA, P.; COUTO, S. Plataformização da aprendizagem e o protagonismo do ecrã nas práticas pedagógicas. **Cadernos Cajuína**, 2022.

STOCHERO, A. D.; FRANZIN, R. DE F. O desenvolvimento de competências empreendedoras em alunos do ensino médio a partir da utilização de metodologias diferenciadas e ferramentas tecnológicas. Educitec - **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre Ensino Tecnológico**, v. 7, 2021.

TICONA, M. I. M.; ALEJOS, M. A. Z.; PANDURO, J. C. S.; FLORES, J. O. Mediación tecnológica como estrategia pedagógica virtual. Horizontes. **Revista de Investigación En Ciencias de La Educación**, v. 7, nº 29, pp. 636–643, 2023.

**O IMPACTO DA PANDEMIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE CIENTÍFICA**
**THE IMPACT OF THE PANDEMIC ON CHILD DEVELOPMENT IN EARLY
CHILDHOOD: A SCIENTIFIC ANALYSIS**

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-22

Elayne Marques de Sales Souza ¹

RESUMO

A pandemia da COVID-19 teve um impacto sem precedentes na sociedade, afetando setores diversos, incluindo a Educação Infantil. Este artigo analisa criticamente as implicações dessa crise no desenvolvimento integral das crianças em idade pré-escolar e propõe estratégias para mitigar seus possíveis efeitos negativos. A abrupta transição para o ensino remoto na Educação Infantil, marcada pela interação direta e pelo ambiente lúdico, apresentou desafios significativos. A revisão bibliográfica se baseia em teorias de Leontiev (1978), Luria (2001) e Hai (2016), destacando a importância de considerar fatores socioculturais e cognitivos na compreensão do impacto nas crianças. A falta de interação social devido ao distanciamento social teve implicações diretas nas habilidades sociais e emocionais das crianças. Os educadores, fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e emocional, enfrentaram desafios ao adaptar práticas pedagógicas ao ensino remoto. A colaboração entre educadores, pais e profissionais de saúde foi crucial para garantir um desenvolvimento saudável e equilibrado das crianças em idade pré-escolar durante este período desafiador.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia COVID-19. Desenvolvimento Infantil. Educação Remota.

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic has had an unprecedented impact on society, affecting various sectors, including Early Childhood Education. This article critically examines the implications of this crisis on the holistic development of preschool-age children and proposes strategies to mitigate potential negative effects. The abrupt shift to remote learning in Early Childhood Education, characterized by direct interaction and a playful environment, posed significant challenges. The literature review is grounded in the theories of Leontiev (1978), Luria (2001) and Hai (2016), emphasizing the importance of considering sociocultural and cognitive factors in understanding the impact on children. The lack of social interaction due to social distancing had direct implications for the social and emotional skills of children. Educators, crucial for cognitive and emotional development, faced challenges in adapting pedagogical practices to remote teaching. Collaboration among educators, parents, and healthcare professionals was crucial to ensure a healthy and balanced development of preschool-age children during this challenging period.

KEYWORDS: COVID-19 Pandemic. Child Development. Remote Education.

¹ Mestranda em Ciências da Educação, pela Absoulute Christian University – ACU. E-MAIL: elaynemaxx@hotmail.com.
CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/7933950213060941

INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 teve um impacto sem precedentes na sociedade, afetando diversos setores, incluindo a Educação Infantil. A transição repentina para o ensino remoto, o distanciamento social e a mudança nas rotinas diárias tiveram implicações profundas no desenvolvimento integral das crianças em idade pré-escolar. Este artigo busca analisar criticamente essas implicações e discutir estratégias para mitigar os possíveis efeitos negativos.

A Educação Infantil, marcada pela interação direta e pelo ambiente lúdico, enfrentou uma transição abrupta para o ensino remoto durante a pandemia da COVID-19. A necessidade de adotar plataformas digitais e estratégias online introduziu desafios inesperados, uma vez que o modelo tradicional de ensino infantil depende fortemente da presença física, da observação e da interação direta entre educadores e crianças. A adaptação a esse novo cenário exigiu esforços significativos por parte dos profissionais da Educação Infantil, que tiveram que repensar suas práticas pedagógicas para garantir um ambiente de aprendizado eficaz e inclusivo.

Sabemos que as interações sociais desempenham um papel crucial no desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais das crianças em idade pré-escolar. Assim, o distanciamento social imposto pela pandemia teve implicações diretas nesse aspecto, uma vez que as crianças foram privadas do contato regular com colegas e educadores. A ausência de interações presenciais pode impactar o desenvolvimento da empatia, da resolução de conflitos e da construção de relacionamentos interpessoais, aspectos fundamentais para o crescimento saudável e integral das crianças.

Os educadores da Educação Infantil desempenham um papel fundamental na promoção do desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças. Durante a pandemia, esses profissionais enfrentaram o

desafio de se adaptar a novas metodologias de ensino, muitas vezes fazendo uso intensivo de tecnologia. A criação de ambientes virtuais que mantenham a atenção e o interesse das crianças, além do suporte emocional essencial, tornou-se uma tarefa complexa. A busca por estratégias inovadoras para envolver os alunos e manter a conexão emocional tornou-se uma prioridade para garantir a continuidade do desenvolvimento infantil.

Com isso, o acesso limitado a recursos educacionais e a mudança para o ensino remoto apresentaram desafios específicos para o desenvolvimento cognitivo das crianças na Educação Infantil. A falta de interação presencial e a sobre-exposição a estímulos digitais afetam a capacidade de concentração, a absorção de conhecimento e a aplicação prática das habilidades aprendidas. Tornou-se imperativo que educadores e pais buscassem estratégias inovadoras que integrassem atividades offline, promovendo a exploração criativa e estimulando o pensamento crítico, mesmo em ambientes virtuais.

A pandemia impôs desafios únicos ao ensino na Educação Infantil, exigindo uma redefinição das práticas pedagógicas e a busca por soluções inovadoras. O equilíbrio entre a tecnologia e as abordagens tradicionais, a promoção ativa das interações sociais, a adaptação constante por parte dos educadores e a priorização do desenvolvimento cognitivo foram essenciais para mitigar os impactos negativos e garantir que as crianças em idade pré-escolar continuassem a receber uma educação de qualidade, mesmo em tempos desafiadores.

REFERENCIAL TEÓRICA

A revisão bibliográfica sobre o impacto da pandemia no desenvolvimento da criança na educação infantil fundamenta-se em perspectivas teóricas sólidas, com base em autores notáveis como Leontiev (1978),

Luria (2001) e Hai (2016). Leontiev, notável psicólogo soviético, contribuiu significativamente para a teoria histórico-cultural, enfatizando a influência do ambiente social e cultural no desenvolvimento humano. Em seu trabalho, destaca-se a ideia de que as interações sociais e as atividades práticas moldam a formação da psique infantil.

Paralelamente, Luria, neuropsicólogo russo, trouxe contribuições valiosas ao campo, explorando a relação entre a mente e o cérebro. A sua teoria das funções corticais superiores enfatiza a interconexão entre processos cognitivos e experiências socioculturais. Hai (2016) enriquece ainda mais essa base teórica, proporcionando uma abordagem contemporânea e específica para analisar o impacto da pandemia. Ao integrar as contribuições desses autores notáveis, a revisão bibliográfica busca contextualizar e compreender os desafios e oportunidades que a educação infantil enfrenta diante das transformações trazidas pelo contexto pandêmico, contribuindo assim para a formulação de estratégias educacionais mais eficazes e adaptativas.

Considerando essas abordagens teóricas, a revisão busca compreender de que maneira as condições impostas pela pandemia podem influenciar a interação social, as práticas educacionais e, conseqüentemente, o desenvolvimento infantil na educação infantil. Este embasamento teórico proporciona uma estrutura sólida para analisar criticamente as implicações da pandemia, destacando a importância de considerar fatores socioculturais e cognitivos na compreensão do impacto nas crianças em idade pré-escolar.

A mudança para o ensino remoto representou um desafio significativo na Educação Infantil, uma vez que essa faixa etária requer interações presenciais para o desenvolvimento adequado. A falta de contato físico, a limitação do ambiente escolar e a necessidade de adaptação a plataformas digitais impactaram a qualidade da educação oferecida.

Para Leontiev (1978), O homem não nasce dotado das aquisições históricas da humanidade, resultando estas do desenvolvimento das gerações humanas, não são incorporadas nem nele, nem nas suas disposições naturais, mas no mundo que o rodeia, nas grandes obras da cultura humana. Só apropriando-se delas no decurso da sua vida ele adquire propriedades e faculdades verdadeiramente humanas. Este processo coloca-o, por assim dizer, aos ombros das gerações anteriores e eleva-o muito acima do mundo animal (LEONTIEV, 1978, p. 301).

De forma ativa, as crianças investigam os objetos e o ambiente, assimilando e internalizando os padrões de comportamento e os significados que têm uma base histórica. A interação social desempenha um papel crucial no desenvolvimento emocional e social das crianças. O distanciamento social, durante a pandemia, levou a uma redução nas interações entre pares e com educadores, afetando aspectos como empatia, habilidades sociais e construção de vínculos.

Para Luria (2001), as respostas que as crianças dão ao mundo são dominadas pelos processos naturais, especialmente aqueles proporcionados por sua herança biológica. Mas através da constante mediação dos adultos, processos psicológicos instrumentais mais complexos começam a tomar forma. Inicialmente esses processos só podem funcionar durante a interação das crianças com os adultos. Como disse Vigotski, os processos são intersíquicos, isto é, eles são compartilhados entre pessoas. Os adultos, nesse estágio, são agentes externos servindo de mediadores do contato da criança com o mundo. Mas à medida que as crianças crescem, os processos que eram inicialmente compartilhados com os adultos acabam por ser executados dentro das próprias crianças. Isto é, as respostas mediadoras ao mundo transformam-se em um processo intersíquico. É através desta interiorização dos meios de operação das informações, meios estes historicamente determinados e culturalmente organizados, que a natureza social das

peças tornou-se igualmente sua natureza psicológica (LURIA, 2001, p. 27).

Assim, os educadores da Educação Infantil desempenham um papel fundamental na mitigação dos impactos da pandemia no desenvolvimento das crianças. A necessidade de adaptação rápida a novas metodologias, a criação de ambientes virtuais estimulantes e o suporte emocional tornaram-se desafios diários para esses profissionais. O acesso limitado a recursos educacionais, a falta de interação presencial e a sobrecarga de estímulos digitais influenciaram negativamente no desenvolvimento cognitivo das crianças. A busca por estratégias inovadoras e inclusivas tornou-se essencial para garantir que os objetivos educacionais fossem alcançados.

ESTRATÉGIAS PARA MITIGAR OS EFEITOS NEGATIVOS DA COVID-19 NA EDUCAÇÃO INFANTIL

É fundamental implementar estratégias para mitigar os possíveis efeitos negativos da COVID-19 na educação infantil e no desenvolvimento das crianças. Primeiramente, a recuperação educacional deve começar com uma avaliação abrangente das lacunas no aprendizado que possam ter surgido durante o período de interrupção. A identificação de áreas específicas que requerem atenção permitirá a personalização de intervenções educacionais e a adaptação do currículo para atender às necessidades individuais.

Nas palavras de Hai (2016), Cria-se uma via de mão dupla aonde (sic) o professor deve ser capaz de trabalhar os conhecimentos científicos em relação com as situações concretas de vida da criança; a criança por sua vez deve ser capaz com a intervenção do professor de pensar cada vez mais sua vida cotidiana a partir dos conceitos contidos no conhecimento científico incorporando-os aos seus conhecimentos pessoais (HAI, 2016, p. 103).

Além disso, a saúde mental das crianças deve ser uma prioridade no período pós-pandemia. As

atividades na educação infantil devem ser acompanhadas de estratégias eficazes de apoio socioemocional. Profissionais da educação, conselheiros e psicólogos escolares desempenharão um papel crucial na promoção do bem-estar emocional, fornecendo espaços seguros para expressão e oferecendo recursos para lidar com o estresse resultante da pandemia.

A integração de tecnologias educacionais aprimoradas também pode ser uma estratégia valiosa, proporcionando flexibilidade e recursos adicionais para a aprendizagem. Isso não apenas preparará as crianças para ambientes educacionais mais dinâmicos, mas também garantirá a continuidade do aprendizado em situações de crise. A formação contínua dos educadores é crucial para a eficácia dessas estratégias.

Os professores devem ser capacitados para integrar métodos inovadores de ensino, avaliação e suporte emocional. Programas de desenvolvimento profissional contínuo podem ajudar a garantir que os educadores estejam atualizados com as melhores práticas e preparados para enfrentar os desafios específicos do período pós-pandemia.

Enfim, a abordagem para mitigar os efeitos negativos da COVID-19 na educação infantil e no desenvolvimento das crianças no período pós-pandemia deve ser abrangente e orientada para o futuro. A personalização do ensino, o suporte emocional, a integração de tecnologias educacionais e a formação contínua dos educadores são peças-chave para garantir uma transição bem-sucedida e promover o desenvolvimento integral das crianças após esse período que foi bastante desafiador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da COVID-19 trouxe desafios significativos para a Educação Infantil, impactando diretamente o desenvolvimento integral das crianças. Entender esses desafios é crucial para a implementação de estratégias eficazes que possam mitigar os efeitos

negativos a curto e longo prazo. A colaboração entre educadores, pais e profissionais de saúde foi fundamental para garantir que as crianças recebessem o suporte necessário durante esse período desafiador, promovendo assim um desenvolvimento saudável e equilibrado.

A análise crítica do impacto da pandemia da COVID-19 na Educação Infantil, embasada nas teorias de Leontiev (1978), Luria (2001) e Hai (2016), revela desafios significativos e implicações profundas no desenvolvimento das crianças em idade pré-escolar. A transição abrupta para o ensino remoto e as limitações impostas ao ambiente escolar tradicional destacaram a necessidade de adaptação rápida por parte dos educadores, cujo papel fundamental no desenvolvimento cognitivo e emocional se tornou ainda mais evidente.

As estratégias propostas para mitigar os efeitos negativos da pandemia na Educação Infantil são fundamentadas na compreensão desses desafios. A avaliação abrangente, o apoio socioemocional, a integração de tecnologias educacionais e a formação contínua dos educadores emergem como elementos-chave para uma transição bem-sucedida para o período pós-pandemia. A colaboração entre educadores, pais e profissionais de saúde é imperativa para assegurar o suporte necessário às crianças durante este período desafiador.

Em última análise, a pandemia impôs transformações significativas ao ensino na Educação Infantil, exigindo uma redefinição das práticas pedagógicas e a busca por soluções inovadoras. O equilíbrio entre a tecnologia e as abordagens tradicionais, a promoção ativa das interações sociais, a constante adaptação dos educadores e a priorização do desenvolvimento cognitivo são essenciais para garantir que as crianças em idade pré-escolar continuem a receber uma educação de qualidade, mesmo em tempos desafiadores. A aprendizagem e a evolução desse período certamente moldarão as futuras

abordagens pedagógicas na Educação Infantil, destacando a resiliência e a capacidade de inovação da comunidade educacional diante de desafios extraordinários.

REFERÊNCIAS

HAI, A. A. **Como pensar e organizar o trabalho pedagógico na educação infantil? Contribuição da teoria histórico-cultural.** In: PAGNONCELLI, C; MALANCHEN, J. **O trabalho pedagógico nas disciplinas escolares: contribuições a partir dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica.** Campinas: Autores Associados, 2016.

LEONTIEV, A. **O Desenvolvimento do Psiquismo.** Ed. Horizonte Universitário, 1978.

LURIA, A. Vigotskii. In: VIGOTSKI, L.; LURIA, A.; LEONTIEV, A. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 2001. p. 21-37.

BIANCHI, J. "O fechamento das escolas e a educação infantil durante a pandemia: impactos na vida das crianças e suas famílias." **Revista Brasileira de Educação**, 2020. 25, e252007.

A., & Neri, A. (2021). "Impacto da pandemia sobre a educação infantil: evidências da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19." Nota Técnica, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 52.

ZALUAR, A. (2021). "Crianças e adolescentes em tempos de pandemia: ações para a mitigação dos impactos da COVID-19." **Cadernos de Pesquisa**, 51, e202350.

**A IMPORTÂNCIA DA EJA COMO FORMA DE ENSINO
TRANSFORMADORA NA VIDA DE JOVENS E ADULTOS**
**THE IMPORTANCE OF EJA AS A TRANSFORMATIVE FORM OF
EDUCATION IN THE LIVES OF YOUNG PEOPLE AND ADULTS**

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-23

Marinalda Aparecida Lima de Oliveira ¹

RESUMO

Observando a necessidade de assegurar o pleno exercício do direito à educação para todos, a EJA foi garantida por Lei, criada e implementada como meio que tem como objetivo suprir uma carência que existe nas comunidades onde crianças e adolescentes não conseguem ingressar na vida escolar na idade adequada. Recortes sociais que implicam em insegurança alimentar, descaso com políticas públicas, falta de estrutura familiar, de segurança e educação impedem que todos tenham acesso às mesmas oportunidades com as mesmas facilidades, é a partir dessa perspectiva que se observa a necessidade da preservação e evolução da EJA enquanto meio transformador de vidas e criador de oportunidades. O artigo segue como uma revisão do tema, analisando discussões pedagógicas sobre a importância da EJA para a formação pessoal e profissional de jovens e adultos. Resta claro que cada vez mais jovens e adultos têm se interessado e buscado formas de adquirir novos conhecimentos e habilidades, para que os objetivos da EJA sejam cumpridos é necessário criar e manter uma estrutura forte, com docentes cada vez mais especializados em atender as diferentes demandas que surgem devido a maior pluralidade de estudantes que ingressam na EJA ao mesmo tempo, saber lidar com as diferentes demandas é importante para que cada vez mais esses jovens e adultos tenham suas expectativas de conseguir um futuro melhor atendidas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação básica; EJA; Formação continuada; Jovens e adultos.

ABSTRACT

Observing the need to ensure the full exercise of the right to education for all, EJA was guaranteed by Law, created and implemented as a means that aims to fill a need that exists in communities where children and adolescents are unable to enter school life at the age proper. Social cuts that imply food insecurity, disregard for public policies, lack of family structure, security and education prevent everyone from having access to the same opportunities with the same facilities, it is from this perspective that the need for the preservation and evolution of EJA as a means of transforming lives and creating opportunities. The article continues as a review of the topic, analyzing pedagogical discussions about the importance of EJA for the personal and professional training of young people and adults. It is clear that more and more young people and adults have become interested and are looking for ways to acquire new knowledge and skills. For EJA's objectives to be met, it is necessary to create and maintain a strong structure, with teachers increasingly specialized in meeting different demands that arise due to the greater plurality of students entering EJA at the same time, knowing how to deal with different demands is important so that more and more young people and adults have their expectations of achieving a better future met.

KEYWORDS: Basic education; EJA; Continuing training; Young people and adults.

¹ Especialista em Programação de Ensino da Língua Portuguesa pela FAINTVISA (2002). Graduada em Direito pela UNIFAVIP (2012). Graduada em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa pela FAFICA (2000).
CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/7247615346530456

INTRODUÇÃO

É necessário observar e entender o Brasil enquanto um país em que a realidade da vida em comunidade é pautada através de diversos recortes sociais, compreendendo dessa forma que há grupos familiares que sobrevivem em situação de risco, sem acesso a saúde, segurança, alimentação, lazer, e por fim, educação. Ante essa realidade, é possível afirmar que crianças e adolescentes que fazem parte de grupos vulneráveis encontram cada vez mais dificuldades para ingressar e frequentar o ambiente escolar na idade adequada, é possível dizer que parte desses casos se dá pela necessidade dos jovens irem cada vez mais cedo para a rua trabalhar de forma irregular, em busca de colaborar com o sustento da família, além disso, há casos em que realizar a locomoção no trajeto de casa para a escola é inviável pela falta de acessibilidade, por fim, outro fator delimitador é o histórico de violência armada em determinadas regiões, que impede que seja exercido não apenas o direito a educação, como o direito de ir e vir de toda uma comunidade, sendo essa uma realidade vivenciada de forma majoritária em bairros carentes.

Através de movimentos sociais da educação popular foram criadas políticas com o intuito de viabilizar a criação e implementação do projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA), tornando possível o acesso à educação e ao mercado de trabalho para todas aquelas crianças e jovens que não conseguiram ingressar no ambiente escolar na idade adequada, tendo como principal desafio resgatar um compromisso histórico da sociedade brasileira ao passo em que busca trazer contribuições para que seja alcançada a igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social, fundamentando sua construção nas exigências legais definidas pela Constituição Federal de 1988. (Cardoso; Passos, 2021)

A EJA é uma modalidade de ensino específica amparada por Lei e que tem como objetivo garantir que o estudante tenha acesso à toda base de ensino nacional, criando oportunidades para jovens e adultos

que tem o desejo de ingressar no ambiente acadêmico, ou ainda, que buscam através do ensino conseguir diferentes oportunidades de trabalho. Para a autora, a EJA tem como objetivo social tentar acabar ou diminuir questões sociais como exclusão e exploração, fatores que empurram os indivíduos para situações de perigo e marginalização. (Nascimento, 2023)

A LDB N. 9394/96, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, expressa em seu artigo 37 um primeiro demarcador para situar quem seriam os sujeitos que compõem as classes da EJA:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento de para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (Brasil, 1996).

Para Ramos e Stella (2016) tem se apresentado crescente a quantidade de jovens e adultos que tem priorizado à educação no decorrer dos últimos anos, seja para conseguir atingir realizações pessoais ou profissionais, ingressar na EJA é visto como um caminho para os indivíduos que não tiveram oportunidade de concluir o processo de escolarização formal na idade regular de retomar seus estudos para completar a sua formação.

Considerando as observações acerca da EJA, o presente artigo tem como objetivo reafirmar a

importância da EJA como forma de integração de indivíduos na sociedade, no meio acadêmico e no mercado de trabalho, observando as suas nuances, dificuldades e possibilidades de implementação eficaz. Trazendo a discussão da complexidade acerca de quem está sendo acolhido, observando suas individualidades como faixas etárias, diferentes histórias, realidades e expectativas de ensino e de resultados.

METODOLOGIA

O presente artigo traçou seu caminho a partir de uma revisão de literatura, com natureza básica, abordagem qualitativa, descritiva e procedimento bibliográfico, tendo como técnica a análise do conteúdo dos dados obtidos. A partir da revisão apresentada no referido resumo foi possível observar a forma como nos últimos anos o campo acadêmico vem debatendo sobre o assunto abordado e todas as suas nuances, ademais, ainda foi possível reconhecer quem são os principais referenciais teóricos que corroboram no crescimento e atualizações de assuntos que são de extrema importância na Pedagogia, no campo acadêmico geral e além dele.

Para isto, foram utilizadas as bases de dados digitais Scielo Brasil e Google Acadêmico como principais ferramentas de busca. Para auxiliar na identificação mais precisa por artigos, teses, dissertações e demais produções acadêmicas, foram utilizadas as seguintes palavras-chaves: “educação de jovens e adultos”, “EJA” e “formação continuada”, considerando apenas os últimos doze anos e as publicações em português.

Deste modo foi possível identificar aproximadamente 460 resultados na Scielo Brasil com a aplicação dos filtros “Coleções: Brasil”, “Ano de publicação: 2013-2023” e aproximadamente 17.800 resultados no Google Acadêmico com a aplicação dos filtros “Artigos de revisão”, “Páginas em Português”, “Período específico 2013-2023”.

Por causa do alto número de resultados, o que

inviabilizou a análise de todos os artigos encontrados, utilizou-se o critério de exclusão de resenhas, resumos, artigos de opiniões e artigos não relacionados as áreas da pedagogia. Assim foi possível clarear a pesquisa e tornar os resultados mais objetivos e diretos, como serão expostos nos Resultados e Discussões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerada uma modalidade de ensino diversa, desde tempos coloniais a EJA se apresenta de diferentes formas durante a história social do Brasil, de primeiro momento, o ensino é conduzido pelos Jesuítas que foram responsáveis por instituir escolas com o principal objetivo de catequizar e alfabetizar os povos indígenas originários do Brasil. É possível observar que a principal intenção dos Jesuítas não era apresentar as formas de ensino ocidental aos indígenas, mas sim, inseri-los na cultura europeia com um objetivo secundário de domesticação e submissão dos indígenas jovens e adultos aos valores e costumes europeus. (Paiva, 2007 apud Ramos; Stella, 2016)

É a partir da década de 1930 que o cenário da educação começa a passar por mudanças, sendo possível observar o início da movimentação em torno da EJA como uma possibilidade de ensino para pessoas fora da idade regular escolar e que mostravam desejo em retomar ou iniciar os estudos. Somente a partir da década de 1930 é que a educação de jovens e adultos efetivamente começa a se destacar no cenário educacional do país, quando em 1934, o governo cria o Plano Nacional de Educação que estabeleceu como dever do Estado o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos como direito constitucional. (...) Através da campanha de Educação de Adultos, lançada em 1947, abre-se a discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil. Nesta época cria-se o Serviço Nacional da Educação de Adultos (SNEA) voltado ao ensino Supletivo; surge a 1ª Campanha Nacional de Educação

de Adolescentes e Adultos (CEAA), no intuito de reduzir o analfabetismo das nações em desenvolvimento (Friedrich et. al, 2010, s/p. apud Miranda; Souza; Pereira, 2016, p. 1-2).

Segundo Ramos e Stella (2016), as políticas educacionais brasileiras voltadas ao público jovem e adulto sempre estiveram pautadas em cunho político e econômico, de modo a servir para interesses governamentais ao visualizar a formação de mão de obra mais qualificada. Seguindo essa observação, é interessante observar que os professores da EJA também precisam se aprofundar em seus estudos após a conclusão da graduação para se tornar mão de obra qualificada para atender as necessidades complexas que as turmas de EJA apresentam.

A formação dos docentes deve considerar como meta o art. 22 da LDB. Ela estipula que:

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

É necessário que o docente da EJA se prepare de modo a incluir as exigências formativas necessárias para todo professor, mas além, também incluir as exigências relativas ao diferencial para essa modalidade de ensino.

É importante que o docente realize uma busca contínua por conhecimento e para entender as melhores formas de lidar com determinadas situações, considerando que grande parte dos jovens e adultos que retornam a vida no ambiente escolar são motivados pela busca de conhecimentos e pela descobertas de novas habilidades e valores, muitos deles enquanto estudantes, estão em faixas etárias próximas ou superiores às dos docentes, e é diante dessas perspectivas que os docentes devem buscar uma maior qualificação, a fim de criar um ambiente com diferentes

propostas pedagógicas, adaptando-se às características e necessidades de cada turma.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA EJA

De acordo com Cardoso e Passos (2021) o papel do professor enquanto elemento essencial para a manutenção da educação é o de instigar a curiosidade, o de questionar a realidade e levantar pautas indagativas, guiando os estudantes por um caminho que lhes permitirá transformar dificuldades e obstáculos em reflexões e respostas.

Freire (1997) observa que quando conhecemos o conhecimento, este provém do ensino, do aprendizado com a docência. Mas para que seja possível produzirmos o conhecimento, este virá à tona através da pesquisa, da curiosidade, de se informar, de ir atrás do desconhecido, de indagar e diligentemente empregar meios para chegar ao conhecimento da verdade. "(...) toda docência implica pesquisa e toda pesquisa implica docência" (Freire, 1997, p. 192).

É necessário atentar-se ao fato que o grupo de estudantes abrangido pela EJA é diverso, uma mesma turma consegue abrigar estudantes de diferentes idades e motivações, de modo que, o ensino da EJA exige que o professor tenha, além de sua formação inicial em nível de graduação, uma formação continuada para que seja considerado apto de realizar a sua atividade. A capacitação do professor da EJA pode ocorrer de diferentes formas, com a realização de cursos de suplência, ou ainda, da atualização de conteúdos curriculares voltados especificamente ao público-alvo de ensino. É necessário que o professor da EJA compreenda e aplique estratégias e metodologias que sejam capazes de não apenas adentrar o universo dos educandos como também trabalhar questões de compreensão e incentivo à conclusão dos estudos. (Gomes, 2019).

É importante que o professor seja ousado ao sempre buscar novos conhecimentos e metodologias, e que ainda assim, não se sinta totalmente preparado, de

forma a continuar sempre buscando aumentar sua bagagem teórica e prática. Para Freire, o ato de continuar sempre em busca de mais, é a consciência do inacabamento.

Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado. A diferença entre o inacabado que não se sabe como tal e o inacabado que histórica e socialmente alcançou a possibilidade de saber-se inacabado (Freire, 1997, p.53).

Dentre os principais objetivos da EJA, apoiar o indivíduo em sua jornada em busca de conhecimento é um dos mais importantes, transformando o caminho que será percorrido através do ensino para o máximo de realidades possíveis. É necessário colocar em perspectiva a grande parte dos estudantes que é responsável familiar ou trabalha em horário integral, fazendo com que seja necessário adaptar os níveis de dificuldade de ensino para que nenhum grupo seja prejudicado, uma vez que já são indivíduos prejudicados por causas sociais e que estão em busca de oportunidades para melhoria de vida.

No processo educativo o professor assume um papel importante de mediador, de modo que se faz necessária uma sólida formação científica, técnica e política, atreladas a uma prática pedagógica crítica e consciente, permitindo que seja realizada uma avaliação para a presente condição da educação.

É fundamental que a equipe docente seja qualificada, sendo indispensável a formação continuada para melhoria da qualidade de ensino dentro do contexto educacional contemporâneo. (Cruz, 2018)

A IMPORTÂNCIA DA EJA NA INCLUSÃO SOCIAL

A educação tem o poder para melhorar e transformar vidas ao criar caminhos para novas e melhores oportunidades, o art. 205 da Constituição

Federal de 1988 afirma que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Brasil, 1998) É indispensável tratar a educação de jovens e adultos como prioridade uma vez que ela vem se constituindo como um dos veículos mais relevantes para que os indivíduos consigam ter acesso a um determinado conjunto de bens e serviços que está disponível na sociedade, adentrando em círculos sociais e adquirindo cada vez mais autonomia para realizar atividades em próprio nome.

Jovens e adultos que não são plenamente alfabetizados enfrentam diversas dificuldades ao se deparar com uma sociedade letrada e que exige cada vez mais de seus cidadãos, é requisito que esses indivíduos possuam além de conhecimentos acadêmicos, conhecimentos tecnológicos para conseguir se comunicar e realizar atividades básicas do cotidiano, criando dessa forma um sistema excludente e funcional para poucos. (Friedrich et al. 2010 apud Miranda; Souza; Pereira, 2016)

Como todo programa social que visa atingir o maior número de cidadãos possível, a EJA ainda enfrenta alguns entraves para alcançar seu maior objetivo, que é o acesso à educação e a inserção de jovens e adultos na sociedade como cidadãos de direito, entretanto, a implementação da EJA é um passo importante na luta para garantir direitos há uma parcela da sociedade que é comumente esquecida e excluída, frequentar a EJA é exercer um direito social, exercendo a própria constituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação EJA representa um grande passo na conquista de direitos humanos no Brasil, que na vida adulta seus filhos não tenham que se sacrificar tanto para conseguir oportunidades e ter qualidade de

vida. permitir que jovens e adultos ingressem e concluem a vida escolar é permitir que eles expandem seus caminhos e tenham a oportunidade de se tornar futuros universitários, mestrandos, doutorandos, explorando todo um leque de alternativas que se abre através da educação. Diversos pais que não possuem o ensino fundamental ou médio concluídos se dedicam e trabalham incansavelmente para conseguir prover condições de seus filhos frequentarem a escola, e posteriormente, uma universidade, com o intuito de conceder as melhores oportunidades de ensino para Os estudantes que frequentam a EJA com a intenção de melhorar a realidade em que vivem, mas para que isso seja possível, é necessário trabalhar a forma de ensino partindo da realidade, do conhecimento e cultura do educando.

Assim, Freire propõe:

(...) discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Porque não aproveitar a experiência que tem os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem a saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? (Freire, 1997, p.30).

Qualificar professores para que esses profissionais consigam criar e aplicar novas e melhores metodologias de ensino dentro de sala de aula é essencial para garantir que o acesso à educação realmente se apresenta acessível para todos, entretanto, essa não é apenas uma vantagem para os estudantes, mas também para o próprio profissional, que conta com o seu currículo melhorado e se abre para oportunidades de aprendizagem e crescimento pessoal.

É necessário focar na educação para jovens e

adultos como uma forma de diminuir as diferenças sociais que ainda são marcantes e bem delimitadas, principalmente nas grandes cidades, tirando esses indivíduos de zonas perigosas de marginalização e os colocando em sala de aula, adquirindo conhecimento, perspectiva e visão de um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

BASTIANI, D. M. de. **Perfil e desafios dos alunos da educação de jovens e adultos do município de Santa Helena-PR**. 2011. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2011. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/20347>. Acesso em 20 jan. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n. 9394. Diário Oficial da União, Brasília, dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 20 jan. 2024.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 jan. 2024.

CARDOSO, M. A.; PASSOS, G. D. A. L. D. Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos e a formação docente. **Revista Educação Pública**, p. 1- 3, 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/16/25/r eflexessobre-a-educao-de-jovens-e-adultos-e-a-formao-docente>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CRUZ, Antonio Carlos dos Santos. EJA: A Formação Docente e seus Desafios na Preparação do Aluno para o Mundo Moderno. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 03, Ed. 03, Vol. 01, pp 5-17, Março 2018. ISSN: 2448- 0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/eja-a-formacao-docente>. Acesso em 26 jan. 2024.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia: cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

**O PAPEL DO EDUCADOR EM CONTEXTO DE CRECHE NA PERSPECTIVA DO
CUIDAR SEGUNDO A ABORDAGEM PIKLER**
**THE ROLE OF THE EDUCATOR IN A DAY CARE CONTEXT FROM THE PERSPECTIVE
OF CARE ACCORDING TO THE PIKLER APPROACH**

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-24

Ana Maria Rodrigues da Silva ¹
 Flávia Ferreira de Aquino Melo ²
 Sofia Lima Rodrigues ³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel do educador em contexto de creche, uma vez que esse primeiro nível da educação infantil necessita de cuidados especiais e atentos por estar lidando com bebês e crianças bem pequenas. Nossa pesquisa é embasada na abordagem Pikler e tem caráter bibliográfico. Tomaremos como referência autores que estudam a importância da relação adulto, bebês e crianças bem pequenas em diálogo com as concepções da médica pediatra Emmi Pikler com vistas a contribuir na formação de profissionais e professores que atuam diretamente com bebês e crianças de 0 a 3 anos de idade que frequentam as creches. O que nos motivou a escrever sobre este assunto foi o fato de muitos educadores se mostrarem inquietos com a dificuldade que possuem em manter um cuidado individualizado com os pequenos, dado às precárias condições humanas e estruturais na maioria das instituições de educação infantil, em especial da rede pública. Como decorrência dos estudos e das reflexões feitas a partir das nossas pesquisas, percebemos que pequenas mudanças no cotidiano podem fazer a diferença nas relações de cuidado através de adaptações no espaço físico e nas relações interpessoais. Dessa forma, buscou-se trazer sugestões de melhoria na qualidade de um atendimento mais individualizado para esse público.

PALAVRAS-CHAVE: Adulto de referência; Bebês; Crianças bem pequenas; Cuidar; Abordagem Pikler.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on the role of the educator in the context of daycare, as this first level of early childhood education requires special and attentive care as it deals with babies and very young children. Our research is based on the Pikler approach and has a bibliographic character. We will reference authors who study the importance of the adult-child relationship, babies, and very young children in dialogue with the concepts of pediatrician Emmi Pikler, aiming to contribute to the training of professionals and teachers who work directly with babies and children aged 0 to 3 years old attending daycares. What motivated us to write about this subject was the fact that many educators have shown concern about the difficulty they face in maintaining individualized care for the little ones, given the precarious human and structural conditions in most early childhood education institutions, especially in the public sector. As a result of the studies and reflections based on our research, we realized that small changes in daily life can make a difference in care relationships through adaptations in physical space and interpersonal relationships. Thus, we sought to provide suggestions for improving the quality of more individualized care for this audience.

KEYWORDS: Reference adult; Babies; Very young children; Caring; Pikler Approach.

¹ Graduação em Pedagogia pela Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (2009). Atualmente é PROFESSOR da Prefeitura Municipal de Caucaia. Tem experiência na área de Educação. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/2509488977131154

² Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2007). Pós-graduação em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Sete de Setembro (2010). Pós-graduação em Neurociências, Educação e Desenvolvimento Infantil pela Faculdade Herrero (2023). Mestranda em Ciências da Educação pela World University Ecumenical. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/6526144641207901

³ Graduação em Letras - Português e Francês e suas respectivas literaturas (Universidade Federal do Ceará - UFC). Especialização em gestão escolar e coordenação pedagógica (Universidade Estadual Vale do Acaraú - UEVA). Pós-graduação Lato Sensu em Educação Inclusiva (Faculdade Excelência - FAEX). **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/1639233993797111

INTRODUÇÃO

É comum ouvirmos de professores e profissionais que trabalham na educação infantil, sobretudo nas creches, dizer o quão é difícil tratar os bebês e as crianças bem pequenas de forma individualizada e não mecânica, já que a rotina em uma instituição infantil não é fácil por demandar muitos cuidados e atividades pedagógicas para com os pequenos. No entanto, segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), a ideia de educação infantil está ligada ao educar e cuidar como aspectos indissociáveis no processo educativo, principalmente em relação

[...] à educação de bebês e das crianças bem pequenas, que envolvem atividades muito próximas aos dos contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. (BRASIL, 2017, p. 36).

Sabemos que durante muitos anos a educação infantil tinha uma concepção assistencialista focada apenas no cuidar, no entanto, entendemos que ao cuidar estamos educando e, por este motivo, focaremos este trabalho no cuidar. Um cuidar que dê condições para que bebês e crianças bem pequenos se desenvolvam integralmente e, conseqüentemente, se tornem sujeitos educados capazes de agir autonomamente na sociedade.

Diante desta perspectiva surge a pergunta: “Qual é o papel do educador nos cuidados dos bebês e das crianças em contexto de creche?”

Para responder este questionamento nos apoiaremos nos estudos de Emmi Pikler que tem como um dos temas centrais na sua abordagem a importância da função do adulto de referência nos cuidados desse público e apresentaremos as contribuições de autoras estudiosas da abordagem pikleriana e de outras que conversam com a referida. São elas: Judit Falk, Susana Macedo Soares, Elinor Goldschmied, Sonia Jackson, Myrtha Chokler e Anita Viude Freitas.

A partir das suas pesquisas pretendemos mostrar alguns apontamentos da abordagem Pikler que podem direcionar o papel do educador nos cuidados dos bebês e das crianças em contexto de creche, pois compreendemos que cuidar é um momento de atenção que representa uma grande responsabilidade e envolvimento afetivo com o outro.

Neste sentido, este texto se propõe a fazer uma reflexão sobre a importância de termos um ambiente educativo baseado na atenção e na valorização da relação afetiva entre adultos-bebê-criança.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

Diante dos inúmeros avanços que tivemos ao longo do tempo, no que diz respeito aos estudos e às leis sobre os direitos das crianças e à qualidade da educação ainda temos muito a progredir, principalmente quando se trata dos cuidados com os bebês e crianças bem pequenas em contexto de creche. Pois, o que vemos na maioria das instituições de educação infantil é que a relação entre a professora e a criança é muito mecanizada e que o tempo dedicado aos momentos de alimentação, higiene, brincadeira e outras atividades é cronometrado e automático, o que impede da profissional de ver o bebê e a criança de forma individualizada.

Em face dessa realidade apresentaremos os estudos da médica húngara Emmi Pikler baseados em sua experiência quando era médica da família e depois responsável por dirigir uma instituição de acolhimento, como prova de que mesmo não tendo as melhores condições estruturais é possível oferecer um atendimento individual para bebês e crianças bem pequenas, embora o trabalho seja com grupos.

O adulto de referência é um dos principais pontos da sua abordagem, pois ele terá o papel de formar a inteligência e a personalidade das crianças desde bebês. Este adulto é geralmente representado por uma

educadora que trabalha na instituição. Soares (2020), estudiosa da abordagem Pikler, vai nos dizer que

[...] o adulto de referência é o educador responsável pela criança, que a recebe, acompanha o seu desenvolvimento, observa, troca, alimenta e constrói o vínculo. (SOARES, 2020, p. 47).

Logo, podemos perceber que esse adulto de referência tem uma função imprescindível na creche, bem como grande responsabilidade que impactará no desenvolvimento de quem está sob os seus cuidados.

Chokler (2017) nos lembra que no início da vida o bebê vive um intenso processo de adaptação e de apropriação do meio que será positivo quando se tem um entorno humano que o acolha e lhe dê segurança para que, assim, a criança se construa como um ser único. Para esta autora

[...] a natureza social do ser humano determina a necessária interação do bebê com o entorno protetor. Da qualidade dessas interações dependerá a construção do vínculo de apego, como uma trama que se tece, se destece, se afirma, se fortalece e se ajusta cotidianamente. (CHOKLER, 2017, p. 36).

Portanto, para que o cuidado seja efetivamente responsivo é necessário um sistema de educador de referência, de forma que esse adulto possa conhecer a criança intimamente, sabendo quem ela é e o que ela precisa para se desenvolver.

A intimidade pessoal é um elemento que muitas vezes falta em qualquer tipo de ambiente institucional, mas para as crianças pequenas ele tem implicações ainda mais sérias. Grande parte da comunicação sutil de crianças que ainda não adquiriram pleno domínio da linguagem vem por meio do toque e do manuseio. (GOLDSCHMIED, JACKSON, 2006, p. 58).

Portanto, foi esse sistema de educador que Emmi Pikler aderiu primeiramente ao trabalhar como médica da família em Budapeste por mais de 10 anos, a partir de 1932, período em que teve que adotar um sistema de educação que exigia dos pais uma maior organização de suas atividades. E, posteriormente, ao assumir uma instituição de acolhimento localizada na rua Lóczy na Hungria em 1946, após o fim da Segunda Guerra Mundial.

O então instituto Lóczy tinha uma estrutura física que deixava muito a desejar, pois era uma casa abandonada de três andares, com um grande jardim e atendia crianças órfãs ou que os pais não tinham condições de cuidar. No entanto, essa realidade não foi empecilho para Emmi Pikler iniciar seu trabalho e o fez com bastante otimismo.

Segundo Falk (2021) ao perceber que as profissionais que ali trabalhavam, cuidavam das crianças de forma mecanizada e eram resistentes a mudar, Emmi Pikler e sua parceira, a enfermeira Maria Reinitz, demitiram todo mundo e contrataram jovens inexperientes e sem formação profissional, mas que estavam dispostas a aprender a cuidar dos bebês e das crianças de maneira individual, singular e afetiva.

Elas treinaram todas essas jovens e provaram ser possível um bom desenvolvimento dos pequenos por meio da exploração e apropriação dos espaços, objetos e pessoas, através de uma relação emocionalmente estável entre adultos-bebê-criança.

Elas mesmas lhes ensinaram não somente a dar atenção, mas a perceber a maneira como as crianças, incluindo os menores, se sentiam confortáveis enquanto eram atendidas. Elas mesmas ensinaram àquelas jovens a técnica precisa e unificada para atender as crianças: como alimentá-las, trocar-lhes as fraldas, banhá-las e vesti-las sem ter pressa durante esses cuidados, ocupando-se delas com carinho, considerando as necessidades individuais e reagindo frente aos seus sinais. Ensinaram-lhe gestos delicados e pequenas atenções e sublinharam particularmente o fato de a

criança – em qualquer idade – ser sensível a tudo o que lhe acontece: sente, observa, grava e compreende as coisas ou às compreenderá com o tempo, sempre que lhe dermos a oportunidade.

Ensinar a observar as crianças, a tentar compreender tudo o que expressa a posição do seu corpo, seus gestos e sua voz, a dedicar sempre bastante tempo a atendê-las sem ter pressa e satisfazer suas necessidades segundo as exigências individuais. Ensinar que tinham que falar enquanto as atendiam, inclusive aos bebês menores, por meio de suas palavras e de seus gestos, haviam de prepará-las para tudo que iam fazer, para tudo o que iam aprender. Que haviam de estar atentas às reações da criança, às suas palavras e a seus gestos, e lhe dar a possibilidade de participar nestes momentos de cuidado, considerando seus gestos de colaboração ou de protesto. Não haviam de impor nada às crianças, mas fazer esforços para que elas tivessem vontade de fazer o que se esperava que elas fizessem. (FALK, 2021, p. 31-32)

Essa abordagem foi tão eficaz que hoje é referência e objeto de estudo no seu país de origem e em várias partes do mundo, haja vista que aqui no Brasil ela é pesquisada de norte a sul do país, além de existirem várias instituições com inspirações piklerianas.

Logo, a partir disso, precisamos entender que o cuidado de maneira singular e individual traz benefícios que vão além de atividades coletivas. Pois a criança só poderá tomar conhecimento de si enquanto ser individual se tudo o que lhe acontecer ocorrer por meio de um contato. (FALK, 2018).

Mediante esse entendimento, procuramos levar os profissionais da educação infantil que trabalham em creches a refletir sobre ser de suma importância estabelecer uma relação de cuidado de maneira afetiva com a criança, mas sem confundi-la com a materna.

A aceitação dessa diferença ajuda o adulto a focar a sua ação na organização de um ambiente suficientemente bom, provido

das condições materiais e humanas necessárias para que se construa laços de confiança sólidos o bastante para nutrir os processos individuais e coletivos. (FREITAS, 2023, p. 36).

Dessa forma, a figura desse educador de referência nas unidades educativas vai ajudar a criança a construir o seu processo de constituição enquanto ser humano singular e essa construção se dará nas atividades do cotidiano. É quando a educadora vai comunicar tudo o que for fazer com a criança desde bebê, não de forma mecânica, mas com um olhar atento, percebendo como a criança está recebendo e reagindo aquelas informações.

Nesse contexto, o valor da atenção pessoal e, como decorrência, o valor estável com a pessoa de referência, o valor da atividade autônoma fundada na própria iniciativa, o conhecimento de si, a apropriação do entorno e a manutenção do bom estado de saúde constituem as bases sobre as quais se assentam a abordagem pikleriana. (FREITAS, 2023, p. 37).

Vale ressaltar que na concepção da abordagem Pikler, o bebê e a criança bem pequenos são considerados como sujeitos competentes que precisam estar em ambientes seguros para que tenham a liberdade de agir autonomamente, sem a interferência direta do educador de referência, pois este deve estar sempre por perto, atento aos seus movimentos, mas sempre respeitando o tempo deles, sem excessos de estímulos e com intervenções, apenas quando for necessário.

Posto isto, ressaltamos que as instituições de educação voltadas para o cuidado de bebês e crianças tem por objetivo favorecer o desenvolvimento integral da sua clientela e os profissionais desses ambientes devem reivindicar ao poder público a garantia de melhores condições estruturais e humanas. No entanto, não podemos esperar as mudanças virem dos nossos

governantes para proporcionar um ambiente acolhedor e seguro, pois até que isso aconteça temos condições de adaptar o ambiente, repensar a rotina e a qualidade das interações entre adulto-bebê-criança.

Somente a relação afetiva, estável e segura, construída a partir do reconhecimento mútuo, será capaz de alimentar o desejo da criança estar com o outro e explorar o ambiente cuidadosamente organizado. (FREITAS, 2023, p. 40).

Assim, o papel do educador em contexto de creche na perspectiva do cuidar segundo a abordagem Pikler, requer um olhar atento e afetivo do adulto de referência para com o bebê e com a criança pequena, aproveitando os momentos individuais para conhecer e respeitar cada um na sua singularidade.

Além do mais, consideramos que a creche seja:

Um lugar para qual as crianças se dirijam, todos os dias, com segurança e tranquilidade para, através do acolhimento e reconhecimento dos demais, aprenda a viver – fazer suas iniciações à vida comum. Um ambiente onde as pessoas compartilham as coisas simples e ordinárias do dia a dia e também geram contextos para que o extraordinário possa invadir o cotidiano. (BARBOSA, 2013, p. 6).

Dessa forma, contribuiremos para a qualidade do atendimento individualizado para que os pequeninos se desenvolvam plenamente em todos os aspectos da sua vida, em razão de acreditarmos que através dos cuidados pessoais, os bebês e as crianças constroem sua autonomia, adquirem senso de autocuidado, percebam a si a ao outro, valorize sua identidade e reconheçam as diferenças que nos constituem como seres humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo nos permitiu refletir sobre os cuidados que os profissionais da educação e sobretudo os professores devem ter com bebês e com crianças bem pequenas que frequentam a creche, nos dando um olhar mais aguçado para os momentos de atendimentos individualizados a luz da abordagem Pikler.

Pois, vimos que a experiência de Emmi Pikler nos permite identificar, refletir e aprofundar o conhecimento sobre as boas maneiras encontradas no ambiente de educação infantil, especialmente as creches, foco do nosso trabalho. Ressaltamos, ainda, que o princípio que orienta a ação do educador de referência é de reconhecimento e valorização do desenvolvimento autônomo.

Sabemos que o fato do bebê e da criança bem pequena estar em um ambiente que não seja familiar é um tanto desafiador, sendo assim, ter um profissional de referência é de extrema importância para que os pequeninos se sintam confortáveis e seguros.

Por este motivo, a relação adulto-bebê-criança deve ser garantida na perspectiva da unidade, considerando cada ser como único. Pois, indiscutivelmente o cuidar tem um papel fundamental na formação e no desenvolvimento das crianças em seus aspectos psicológicos, cognitivos, afetivos, sociais e motores.

Assim, para que o processo educativo seja de qualidade é de suma importância que o bebê e a criança bem pequenos passem por cuidados essenciais que abranjam o seu desenvolvimento integral, sem fugir do propósito pedagógico, uma vez que quando cuidamos estamos, também, educando.

Por fim, gostaríamos de dizer que o nosso compromisso profissional deve nos levar a buscar e reclamar ao poder público formações que nos permitam estudar e refletir o desenvolvimento de práticas que respeitem os bebês e as crianças como sujeitos dotados de direitos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Tempo e cotidiano – Tempos para viver a infância**. Leitura: Teoria & Prática, Campinas, v.31, n.61, p.213-222, nov. 2013.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

FALK, Judit. **Educar os três primeiros anos: a experiência** 2021.

FALK, Judit. **Lóczy cumple cuarenta años**. In: HERRAN, Elena. Claves de La Educación Pikler-Lóczy: compilación de 20 artículos escritos por sus creadoras, Budapest, 2018.

FREITAS, Anita Viudes C. O adulto de referência nos espaços coletivos de educação e cuidado de bebês e crianças pequenas. **Diálogos Piklerianos**, Rede Pikler Nuestra América, Volume 3, São Paulo, Brasil, p. 33-40, 2023.

GOLDSCHMIED, E. JACKSON, S. **Educação de 0 a 3 anos: O atendimento em creche**. 2. ed. Porto Alegre: Grupo A, 2006.

SOARES. S. **Vínculo, movimento e autonomia**. Educação até 3 anos. 1ª Ed. São Paulo: Ominisciência, 2017.

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E INCLUSÃO SOCIAL:
O PAPEL TRANSFORMADOR DA EJA NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS**
**EDUCATION FOR YOUTH AND ADULTS AND SOCIAL INCLUSION:
THE TRANSFORMATIVE ROLE OF EJA IN REDUCING EDUCATIONAL INEQUALITIES**

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-25

Radamese Lima de Oliveira ¹
Edson Alves de Oliveira ²
Elza Betânia Alves de Oliveira ³

RESUMO

Este artigo aborda a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma poderosa ferramenta de inclusão social e redução das desigualdades educacionais. Exploramos a origem e evolução da EJA em diferentes contextos, destacando seu papel na democratização do acesso à educação para indivíduos que não tiveram oportunidade de frequentar a escola na idade convencional. Analisamos como a EJA reconhece e valoriza as experiências de vida e o conhecimento prévio dos alunos adultos, proporcionando um ambiente inclusivo e acolhedor para a aprendizagem. Trata-se de um artigo de revisão bibliográfica sobre educação de jovens e adultos e inclusão social. Buscamos fundamentação teórica com autores como Cohn (2005), Libâneo (2004) e Carrano (2007). Além disso, discutimos os múltiplos papéis da EJA na promoção da inclusão social e na redução das desigualdades educacionais, enfatizando sua importância na capacitação dos alunos para participarem plenamente da sociedade e no enfrentamento das disparidades no acesso à educação. Concluímos que investir na EJA é investir no futuro de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária, promovendo o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de jovens e adultos. Inclusão social. Desigualdades educacionais.

ABSTRACT

This article addresses Adult and Youth Education (EJA) as a powerful tool for social inclusion and reduction of educational inequalities. We explore the origin and evolution of EJA in different contexts, highlighting its role in democratizing access to education for individuals who did not have the opportunity to attend school at the conventional age. We analyze how EJA recognizes and values the life experiences and prior knowledge of adult learners, providing an inclusive and supportive environment for learning. This is a literature review article on adult and youth education and social inclusion. We sought theoretical grounding from authors such as Cohn (2005), Libâneo (2004), and Carrano (2007). Furthermore, we discuss the multiple roles of EJA in promoting social inclusion and reducing educational inequalities, emphasizing its importance in empowering learners to fully participate in society and addressing disparities in access to education. We conclude that investing in EJA is investing in the future of a fairer, more inclusive, and egalitarian society, promoting sustainable development in all its dimensions.

KEYWORDS: Adult and youth education. Social inclusion. Educational inequalities.

1. Doutorando em Ciências da Educação, pela ACU - Absolute Christian University. **E-MAIL:** radamese.lima@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/4852702403232622

2. Mestrando em Ciências da Educação, pela ACU - Absolute Christian University. **E-MAIL:** edalo1806@yahoo.com.br

3. Mestranda em Ciências da Educação, pela ACU - Absolute Christian University. **E-MAIL:** elzabetania72@yahoo.com.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9696054413677858

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem suas raízes em movimentos históricos que visavam garantir o acesso à educação para indivíduos que não haviam tido a oportunidade de frequentar a escola na idade convencional. No entanto, a formalização e organização da EJA como um sistema educacional específico ocorreram em diferentes momentos e contextos ao redor do mundo.

No Brasil, por exemplo, a EJA teve seu marco inicial na década de 1930, com a criação de cursos noturnos destinados a adultos que trabalhavam durante o dia. Ao longo do tempo, a EJA passou por várias reformas e mudanças, culminando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, que estabeleceu a EJA como uma modalidade de ensino regular, destinada a jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade apropriada.

Em outros países, a história da EJA pode ter começado em épocas diferentes, mas geralmente está relacionada a movimentos sociais e políticos em prol da educação popular e da democratização do acesso à educação. Movimentos como a Educação Popular na América Latina, liderada por Paulo Freire, desempenharam um papel importante na promoção da EJA como uma ferramenta de emancipação e transformação social.

Em suma, a Educação de Jovens e Adultos teve inícios diversos em diferentes países e contextos, mas seu desenvolvimento e consolidação como uma modalidade de ensino formal ocorreram ao longo do século XX, como resposta às demandas por acesso à educação para todas as faixas etárias e grupos sociais.

Assim, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão social e no combate às desigualdades educacionais em diversos contextos ao redor do mundo. Diferentemente do ensino regular, a EJA é direcionada a indivíduos que não tiveram a oportunidade de concluir

seus estudos na idade apropriada, seja por motivos socioeconômicos, culturais, pessoais ou outros. Esses alunos adultos muitas vezes enfrentam barreiras significativas para acessar a educação formal, e é nesse contexto que a EJA surge como uma importante ferramenta de empoderamento e transformação.

Um dos principais princípios da EJA é reconhecer e valorizar as experiências de vida e o conhecimento prévio dos alunos adultos. Isso significa que os programas de EJA são projetados para serem flexíveis e adaptáveis, permitindo que os alunos aprendam em seu próprio ritmo e de acordo com suas necessidades individuais. Além disso, a EJA geralmente oferece uma abordagem mais prática e contextualizada da educação, relacionando os conteúdos curriculares com as experiências e realidades dos alunos adultos.

Outro aspecto importante da EJA é sua ênfase na aprendizagem ao longo da vida. A educação não é vista como um evento pontual, mas sim como um processo contínuo de desenvolvimento pessoal e profissional. Portanto, os programas de EJA frequentemente incluem oportunidades de formação profissional, educação financeira, educação para a saúde e outras habilidades relevantes para a vida cotidiana e o mercado de trabalho.

Além de fornecer uma segunda chance de educação para os alunos adultos, a EJA também desempenha um papel crucial na promoção da inclusão social e na redução das desigualdades educacionais. Ao oferecer oportunidades de aprendizagem acessíveis e relevantes, a EJA capacita os alunos a participarem plenamente da sociedade, promovendo a coesão social e a cidadania ativa.

Além disso, ao abordar as disparidades no acesso à educação e fornece suporte adicional para aqueles que enfrentam desafios específicos, a EJA ajuda a nivelar o campo de jogo e a promover a equidade educacional. Em resumo, a Educação de Jovens e Adultos é muito mais do que simplesmente ensinar conteúdos acadêmicos. É um instrumento poderoso de inclusão

social, empoderamento individual e transformação social. Ao reconhecer e valorizar a diversidade de experiências e contextos de vida dos alunos adultos, a EJA contribui para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária para todos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Trata-se de um artigo de revisão bibliográfica sobre educação de jovens e adultos e inclusão social. Buscamos fundamentação teórica com autores como Cohn (2005), Libâneo (2004) e Carrano (2007).

A desigualdade social e a educação estão intrinsecamente interligadas, e a qualidade e o acesso à educação frequentemente refletem e perpetuam as disparidades sociais existentes. A educação é amplamente reconhecida como um dos principais determinantes do sucesso individual e coletivo, mas as oportunidades educacionais nem sempre são distribuídas de forma equitativa.

Cohn (2005) sobre esta questão, argumenta que:

[...] análises sobre a questão da pobreza no Brasil mostram como tanto ela quanto a desigualdade social, independente da forma como emergem enquanto questão social ao longo da nossa história, são estruturais na nossa economia, delas fazendo parte a informalidade, a economia de subsistência, o desemprego e inúmeras formas de estratégias de sobrevivência (Cohn, 2005, p.225).

Em muitos países, a desigualdade social se reflete no sistema educacional desde os estágios iniciais da vida. As crianças de famílias de baixa renda, por exemplo, muitas vezes têm acesso a escolas de qualidade inferior, recursos educacionais limitados e professores menos qualificados. Essa disparidade no acesso à educação de qualidade pode perpetuar o ciclo da pobreza, limitando as oportunidades de progresso educacional e econômico para esses indivíduos.

Além disso, as desigualdades sociais também afetam o acesso à educação em estágios posteriores da vida. Adultos de grupos marginalizados, como trabalhadores informais, migrantes, refugiados e pessoas com deficiência, frequentemente enfrentam barreiras significativas para acessar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou outras formas de educação continuada. Isso pode resultar em lacunas educacionais e de habilidades, limitando suas oportunidades de emprego e participação plena na sociedade.

Por outro lado, uma educação de qualidade tem o potencial de ser uma poderosa ferramenta para combater a desigualdade social. Investir em programas educacionais que visem reduzir as disparidades no acesso à educação, promover a inclusão e oferecer oportunidades de aprendizado ao longo da vida pode ajudar a nivelar o campo de jogo e a criar sociedades mais justas e equitativas. Uma educação que valorize a diversidade, promova a equidade e ensine habilidades essenciais para a vida pode capacitar os indivíduos a romperem os ciclos de pobreza e marginalização social, contribuindo para um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo.

Carrano (2007) faz algumas considerações importantes: A preocupação com os jovens na EJA está, em grande medida, relacionada com a evidência empírica que eles e elas já constituem fenômeno estatístico significativo nas diversas classes de EJA e, em muitas circunstâncias, representam a maioria ou quase totalidade dos alunos em sala de aula. [...] Para enfrentar o desafio disso que temos chamado de "juvenilização da EJA", deveríamos caminhar para a produção de espaços escolares culturalmente significativos para uma multiplicidade de sujeitos jovens – e não apenas alunos – histórica e territorialmente situados e impossíveis de conhecer a partir de definições gerais e abstratas. Neste sentido, seria preciso abandonar toda a pretensão de elaboração de conteúdos únicos e arquiteturas curriculares rigidamente estabelecidas para os "jovens da EJA". Desta forma, a articulação do processo

educativo dos jovens da EJA deixaria de ser visto apenas como escolarização e assumiria toda a radicalidade da noção de diálogo da qual nos fala Paulo Freire. Uma ética da compreensão da juventude que "habita" a EJA (Carrano, 2007, p.1).

Antes de analisarmos o papel da EJA na promoção da inclusão social, é crucial entendermos os desafios enfrentados por aqueles que estão à margem do sistema educacional tradicional. Minorias étnicas, pessoas de baixa renda, trabalhadores informais, migrantes, refugiados e pessoas com deficiência frequentemente enfrentam obstáculos significativos para acessar a educação formal. Esses grupos são desproporcionalmente afetados pelas desigualdades educacionais, perpetuando um ciclo de marginalização social e econômica.

Conforme observa Libâneo (2004): A escola de hoje não pode limitar-se a passar informação sobre as matérias, a transmitir o conhecimento do livro didático. Ela é uma síntese entre a cultura experienciada que acontece na cidade, na rua, nas praças, nos pontos de encontro, nos meios de comunicação, na família, no trabalho etc., e a cultura formal que é o domínio dos conhecimentos, das habilidades de pensamento. Nela, os alunos aprendem a atribuir significados às mensagens e informações recebidas de fora, dos meios de comunicação, da vida cotidiana, das formas de educação proporcionadas pela cidade, pela comunidade (Libâneo, 2004, p. 52).

A EJA surge como uma resposta essencial a esses desafios, oferecendo oportunidades de aprendizagem flexíveis e adaptadas às necessidades dos jovens e adultos que não concluíram a educação básica na idade apropriada. Ao contrário do sistema educacional convencional, a EJA reconhece e valoriza as experiências de vida e o conhecimento prévio dos alunos adultos, proporcionando um ambiente inclusivo e acolhedor para a aprendizagem.

A EJA desempenha múltiplos papéis na promoção da inclusão social. Em primeiro lugar, ela

oferece uma segunda chance de educação para aqueles que foram excluídos do sistema escolar convencional, permitindo-lhes adquirir habilidades e conhecimentos essenciais para o desenvolvimento pessoal e profissional. Além disso, ao criar oportunidades de aprendizagem acessíveis e relevantes, a EJA capacita os alunos a participarem plenamente da sociedade, promovendo a coesão social e a cidadania ativa. A EJA também desempenha um papel crucial na redução das desigualdades educacionais, abordando as disparidades no acesso à educação e fornecendo suporte adicional para aqueles que enfrentam desafios específicos. Ao oferecer programas educacionais flexíveis e adaptados, a EJA atende às necessidades diversificadas dos alunos adultos, ajudando a nivelar o campo de jogo e a promover a equidade educacional. A Educação de Jovens e Adultos não pode ser vista como um simples apêndice do sistema educacional, mas como uma modalidade que exige uma concepção pedagógica específica, que leve em consideração as experiências de vida e as demandas sociais dos alunos. (SOARES, 2015.)

A educação de adultos não é uma educação de reeducação, mas de educação. Os adultos não devem ser considerados como seres esgotados, mas como seres inacabados, capazes de aprender ao longo de toda a vida." (MORIN, 2004)

É uma modalidade que deve ser entendida como um processo educativo que visa à inserção dos jovens e adultos no mundo letrado, mas também como uma prática que respeita e valoriza as experiências e saberes prévios desses sujeitos." (ARROYO, 2010.)

A EJA é um direito humano fundamental e uma ferramenta crucial para a promoção da igualdade social e o desenvolvimento de sociedades mais justas e democráticas." (UNESCO, 2009.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e sua relação com a inclusão social

e a redução das desigualdades educacionais, torna-se evidente o papel transformador desempenhado por esta modalidade de ensino. Ao longo deste trabalho, exploramos a história e o desenvolvimento da EJA em diferentes contextos, destacando sua importância como instrumento de empoderamento e transformação social.

A EJA surge como uma resposta essencial aos desafios enfrentados por aqueles que estão à margem do sistema educacional tradicional, oferecendo oportunidades de aprendizagem flexíveis e adaptadas às necessidades dos jovens e adultos que não tiveram acesso à educação formal na idade apropriada. Em um mundo onde a educação é frequentemente vista como um privilégio reservado a alguns, a EJA emerge como uma poderosa ferramenta de inclusão social e redução das desigualdades educacionais.

Por meio de programas educacionais flexíveis e adaptados, a EJA reconhece e valoriza as experiências de vida e o conhecimento prévio dos alunos adultos, proporcionando um ambiente inclusivo e acolhedor para a aprendizagem. Além disso, ao oferecer uma segunda chance de educação para aqueles que foram excluídos do sistema escolar convencional, a EJA capacita os alunos a adquirirem habilidades e conhecimentos essenciais para o desenvolvimento pessoal e profissional.

A EJA desempenha múltiplos papéis na promoção da inclusão social e na redução das desigualdades educacionais. Ela não apenas oferece oportunidades de aprendizagem acessíveis e relevantes, mas também promove a SOARES, Leôncio José. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: uma história breve. *Revista Retratos da Escola*, v. 9, n. 16, p. 389-404, 2015.)

Investir na EJA é investir não apenas no futuro dos alunos adultos, mas também na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária para todos. É um compromisso com a democratização do acesso à educação e a promoção do desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões. Ao reconhecer e valorizar a diversidade de experiências e contextos de vida dos alunos adultos, a EJA não apenas oferece oportunidades

de aprendizagem, mas também promove a justiça social, a dignidade humana e o empoderamento individual e coletivo. Ela resgata aqueles que foram deixados para trás pelo sistema, proporcionando-lhes uma chance de desenvolvimento pessoal, crescimento profissional e participação ativa na sociedade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *Educação em Revista*, v. 26, n. 1, p. 39-66, 2010.)

CARRANO, Paulo. **Educação de Jovens e Adultos e juventude**: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da "segunda chance". *Revista Reveja@*, Belo Horizonte, UFMG, p. 1-11, 2007. Disponível em: http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/educacao_de_jovens_e_adultos_e_juventude-carrano.pdf. Acesso em: 19 fev. 2024.

COHN, Amélia. **Transferência de renda e questão social**. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord.). *Cinco décadas de questão social e os grandes desafios do crescimento sustentado*. Rio de Janeiro: José Olympio, p. 222-236, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. rev. e ampl. Goiânia: Alternativa, 2004.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2004).

SOARES, Leôncio José. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: uma história breve. *Revista Retratos da Escola*, v. 9, n. 16, p. 389-404, 2015.)

UNESCO. Marco de Ação de Belém: **Educação de Jovens e Adultos: uma visão para o futuro**. Brasília, DF: UNESCO, 2009.)

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE CAJUEIRO/AL:
APLICABILIDADE E EFETIVIDADE NA PRÁTICA**
**INCLUSIVE EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF CAJUEIRO/AL:
APPLICABILITY AND EFFECTIVENESS IN PRACTICE**

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-26

Ângela Maria de Lima¹

RESUMO

A presente pesquisa aborda a educação inclusiva no município de Cajueiro/AL: aplicabilidade e efetividade na prática. A pesquisa possui a seguinte pergunta norteadora: como a legislação e práticas de educação inclusiva implementadas no município de Cajueiro/AL têm contribuído para a promoção do acesso, participação e aprendizado efetivo de estudantes com deficiência? A pesquisa analisou produções científicas publicadas entre 2019 e 2023, na plataforma Scielo. Traz como objetivo geral, investigar a aplicabilidade e efetividade das leis de educação inclusiva no município de Cajueiro/AL, visando compreender o impacto dessas abordagens no desenvolvimento educacional e social de estudantes com deficiência. Utilizando os descritores estruturados no DeCS e MeSH. O período de coleta dos dados correu no mês de dezembro de 2023. Como critério de inclusão foram utilizados artigos científicos relacionados ao tema e com no máximo 5 anos de publicação e, como critérios de exclusão, artigos científicos que não contemplam a temática educação inclusiva. Diante disto, é necessário que a secretaria de educação do município de Cajueiro elabore um plano de ação voltado para implementação da educação inclusiva no município, que busque agilizar o processo de montagem e organização das salas de AEE, e, que proporcione cursos de formação e capacitação, na área de educação inclusiva, para os profissionais da educação. Só assim, os alunos com deficiência no município poderão, de fato, receber a educação de qualidade e igualitária a que tem direito.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Inclusiva; Especial; Brasil.

ABSTRACT

This research addresses inclusive education in the municipality of Cajueiro/AL: applicability and effectiveness in practice. The study poses the following guiding question: how have the legislation and inclusive education practices implemented in the municipality of Cajueiro/AL contributed to promoting access, participation, and effective learning for students with disabilities? The research analyzed scientific productions published between 2019 and 2023, on the Scielo platform. Its main objective is to investigate the applicability and effectiveness of inclusive education laws in the municipality of Cajueiro/AL, aiming to understand the impact of these approaches on the educational and social development of students with disabilities. It utilized descriptors structured in DeCS and MeSH. The data collection period took place in December 2023. As inclusion criteria, scientific articles related to the theme and published within the last 5 years were used, and as exclusion criteria, scientific articles that do not address the theme of inclusive education were considered. Given this, it is necessary for the education department of the municipality of Cajueiro to develop an action plan aimed at implementing inclusive education in the municipality, which seeks to expedite the process of assembling and organizing AEE classrooms, and that provides training and qualification courses in the area of inclusive education for education professionals. Only then will students with disabilities in the municipality be able to truly receive the quality and equal education they are entitled to.

KEYWORDS: Education; Inclusive; Special. Brazil.

¹ Graduada em Gestão de Recursos Humanos e Licenciatura em História; Especialista em Psicopedagogia; Sala Multifuncional para o Atendimento Educacional Especializado e Educação Inclusiva; Mestranda em Ciências da Educação. E-MAIL: anginha.liima@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A pesquisa aborda a educação inclusiva no município de Cajueiro/AL e a aplicabilidade e efetividade das normas legais na prática. A educação inclusiva é tema de extrema relevância no meio acadêmico devido o papel social e humanitário, além do educacional.

O município de Cajueiro/AL, apesar de ser um município pequeno, não está a margem dessa corrente crescente em busca da inclusão de fato (WIKIPEDIA, 2023).

A implementação das normas legais de inclusão no Município de Cajueiro, situado em Alagoas, reflete o compromisso da comunidade local em promover uma sociedade mais equitativa e acessível para todos os seus cidadãos. Nesse cenário, os dados apresentados pela secretaria de educação de Cajueiro/AL destacam os esforços coordenados para garantir que as diretrizes legais relacionadas à inclusão sejam não apenas reconhecidas, mas efetivamente aplicadas (Secretária de Educação do município e Cajueiro).

A pesquisa possui a seguinte pergunta norteadora: como a legislação e práticas de educação inclusiva implementadas no município de Cajueiro/AL têm contribuído para a promoção do acesso, participação e aprendizado efetivo de estudantes com deficiência?

Ainda, traz como objetivo geral, investigar a aplicabilidade e efetividade das leis de educação inclusiva no município de Cajueiro/AL, visando compreender o impacto dessas abordagens no desenvolvimento educacional e social de estudantes com deficiência.

MÉTODOLOGIA

A metodologia utilizada na presente pesquisa é a revisão sistemática e bibliográfica, que possui as seguintes etapas. Observando a identificação dos artigos pré-selecionados e selecionados através da leitura dos

agentes indexadores das publicações, como resumos, palavras-chave e títulos; formação de uma biblioteca individual, bem como, a avaliação crítica dos estudos selecionados; análise, interpretação e discussão dos resultados e a exposição da revisão no formato de artigo, que apresenta sugestões para estudos futuros.

A pesquisa trouxe investigação abordando a legislação e práticas de educação inclusiva implementadas no município de Cajueiro/AL.

- Investigou-se a aplicabilidade e efetividade das leis de educação inclusiva no município de Cajueiro/AL, visando compreender o impacto dessas abordagens no desenvolvimento educacional e social de estudantes com deficiência. Atendeu-se: Cruzamento de descritores por meio do operador booleano AND;
- Uso de descritores estruturados (codificação) no DECS ou MESH;
- Uso de metadados (filtros);
- Texto (artigos de espécie científico).
- Publicação (2019-2023).
- Artigos que não contemplam a temática “Educação Inclusiva”.

A biblioteca virtual pesquisada disponibilizou um total de 164 artigos científicos relacionados a pesquisa, após a utilização de filtros restaram 150 artigos científicos atendendo os critérios de inclusão, e destes foram realizados 14 downloads, por corresponderem a todos os critérios de inclusão, sendo submetidos às etapas da revisão sistemática.

RESULTADOS

Destaca-se que as especificidades da EPT e da territorialidade das instituições estão contempladas de forma restrita nos documentos. Por fim, fica evidente a relevância da criação de políticas públicas nacionais que congreguem os IFs, favorecendo ações articuladas na perspectiva da educação inclusiva. Todos os alunos devem frequentar o ensino regular, sendo ofertado o

Atendimento Educacional Especializado, de forma complementar e no turno inverso ao da escolarização, considerando as especificidades dos estudantes com deficiência, de modo a identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação desses alunos.

Os resultados desvelaram que existem indícios de desenvolvimento de uma Educação Especial e Inclusiva, apesar de desafios como falta de investimentos por parte do poder público, sucateamento da educação e falta de formação continuada docente. Todavia, vislumbraram-se possibilidades para que esse contexto possa ser ressignificado na realidade sergipana.

A Equipe Multidisciplinar de Apoio à Educação inclusiva tece uma rede entre escola, famílias e comunidade, na busca das melhores soluções para cada estudante. Apesar das resistências à mudança e às dificuldades de alterar práticas e atitudes enraizadas, a grande maioria concorda que o Agrupamento se encaminha para a escola inclusiva. Apesar dessa coerência com o espírito da Conferência de Incheon, da Unesco, um pequeno grupo busca uma “simplificação” da inclusividade, aplicando-a apenas ao alunado com necessidades educativas especiais. Com isso, se contorna a maior complexidade do conceito, o que se afasta do preconizado.

É necessário revisar as normas existentes e promover a consolidação das leis, decretos, regulamentos e instruções normativas relativas aos direitos das pessoas incapacitadas de maneira uniforme, sobre uma base técnico-científica adequada. Por meio da Plataforma online WordArt, o conteúdo textual dos artigos selecionados foi analisado por meio da frequência de palavras, que resultou na nuvem de palavras, correspondente a Figura 1.

A plataforma WordArt é uma ferramenta que agrupa e organiza graficamente as palavras-chave demonstrando as mais frequentes, contribuindo para definição das categorias que irão compor o presente estudo.



FIGURA 1: Nuvem de Palavras – fonte autora.

As categorias foram criadas a partir da Nuvem de Palavras acima (figura 1), com base nas palavras em destaque na nuvem de acordo com a análise de conteúdo de Bardin. Deste modo, a Tabela 1 apresenta a frequência de palavras e as categorias obtidas. De acordo com o objetivo da pesquisa, aproveitou-se as palavras que apresentaram maior frequência e que possuem sentido para pesquisa.

DISCUSSÕES

MUNICÍPIO DE CAJUEIRO / ALAGOAS

A origem do município de Cajueiro remonta ao surgimento de um povoado nas proximidades de um imponente cajueiro no início do século XIX, às margens do rio Paraíba. Esse local serve como ponto de descanso para quem vem do agreste e do sertão (IBGE, 2015).

Em 1904, o governador de Alagoas, Euclides Malta, oficializou a criação do município de Cajueiro por meio da Lei n.º 427. Contudo, oito anos depois, um decreto-lei revogou essa decisão, relegando a cidade à condição de distrito de Capela. Em 1957, liderava-se um movimento em prol da restauração da autonomia administrativa local. Esse esforço culminou com o êxito

do desmembramento definitivo de Cajueiro em 1958 (WIKIPEDIA, 2023).

A Administração atual do município é dirigida pela Prefeito Lucila Regia Albuquerque Toledo e Vice-prefeito Antônio Jorge de Melo Junior, para o mandato de 2021/2024 (WIKIPEDIA, 2023). A frete da Secretaria de Educação do município de Cajueiro está Maria José Costa Toledo (Doutora em Ciências da Educação), desde 2021 até a presente data (dezembro de 2023).

Possui como símbolos oficiais:

BANDEIRA DE CAJUEIRO/AL



FONTE: WIKIPEDIA, 2023.

BRASÃO OFICIAL



FONTE: WIKIPEDIA, 2023.

Cajueiro encontra-se localizado no estado de Alagoas na Região Nordeste do Brasil. No mapa abaixo é possível observar a sua localização:

MAPA DO BRASIL



FONTE: WIKIPEDIA, 2023

E, a localização de Cajueiro no mapa de Alagoas:

MAPA DE ALAGOAS



FONTE: WIKIPEDIA, 2023

Assim, possui como municípios limítrofes: Viçosa, Capela e Atalaia. E, encontra-se a uma distância até a capital de 75 km (WIKIPEDIA, 2023).

Suas características geográficas são as seguintes:

- Área total (IBGE, 2019): 112,30 km²
- População total (IBGE/2016): 21.443 habitantes.
- Densidade: 190,9 hab./km²
- Clima: tropical quente e úmido
- Altitude: 90 m

Quanto aos indicadores:

- IDH (PNUD/2013): 0,562 — baixo.
- PIB (IBGE/2008): R\$ 74.116,059 mil.
- PIB per capita (IBGE/2014): R\$ 6.434,19.

IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS LEGAIS DE INCLUSÃO NO MUNICÍPIO DE CAJUEIRO/AL

O município de Cajueiro/AL orienta-se na implementação da educação inclusiva através da Constituição Federal/1988, das Leis Federais e da BNCC.

Assim, cabe destacar as principais normas legais direcionadas a educação inclusiva no Brasil.

CRONOLOGIA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No Brasil existe uma certa quantidade de normas relacionadas a educação inclusiva. Segue, em ordem cronológica, as principais normas:

1961 – Lei Nº 4.024

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) estabelece o atendimento educacional para pessoas com deficiência, referindo-se a elas como “excepcionais”. O texto destaca a integração dessas pessoas na comunidade (BASTOS, 2023).

1971 – Lei Nº 5.692

Durante o regime militar, essa lei substitui a anterior e preconiza tratamento especial para alunos com deficiências físicas ou mentais, sem promover a inclusão na rede regular de ensino (BASTOS, 2023).

1988 – Constituição Federal

Os artigos 205, 206 e 208 da Constituição abordam a Educação como direito de todos, garantindo o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino (ROCHA et. al., 2021).

1989 – Lei Nº 7.853

Estabelece a integração social das pessoas com deficiência, incluindo a inserção de escolas especiais no sistema educacional e a oferta obrigatória e gratuita da

Educação Especial em escolas públicas (DAINEZ; SMOLKA; SOUZA, 2022).

1990 – Lei Nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

Assegura o atendimento educacional especializado para crianças com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (DAINEZ; SMOLKA; SOUZA, 2022).

1994 – Política Nacional de Educação Especial

Introduz a "integração instrucional", admitindo em classes regulares apenas alunos com condições de acompanhar o ritmo dos considerados "normais", o que limita a inclusão (ROCHA et. al., 2021).

1996 – Lei Nº 9.394

A LDB em vigor destaca a Educação Especial, prevendo serviços de apoio especializado na escola regular e atendimento em classes, escolas ou serviços especializados quando necessário (FIGUEIREDO; SILVA, 2022).

1999 – Decreto Nº 3.298

Regulamenta a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, destacando a Educação Especial como modalidade transversal (FIGUEIREDO; SILVA, 2022).

2001 – Lei Nº 10.172

O Plano Nacional de Educação propõe a promoção da Educação Especial em todos os níveis de ensino.

2001 – Resolução CNE/CEB Nº 2

Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, enfatizando a matrícula de todos os alunos e permitindo a substituição do ensino regular pelo atendimento especializado (FRANCO; SCHUTZ, 2019).

2002 – Resolução CNE/CP Nº1/2002

Estabelece diretrizes curriculares para a formação de professores, incluindo conhecimentos sobre alunos com necessidades educacionais especiais (FRANCO; SCHUTZ, 2019).

2002 – Lei Nº 10.436/02

Reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão (GODOY et. al., 2019).

2005 – Decreto Nº 5.626/05

Regulamenta a Lei Nº 10.436/02, que reconhece a Libras (GODOY et. al., 2019).

2006 – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

Inclui temas relacionados a pessoas com deficiência nos currículos escolares (GODOY et. al., 2019).

2007 – Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)

Aborda infraestrutura escolar, formação docente e salas de recursos multifuncionais no contexto da Educação Inclusiva (GODOY et. al., 2019).

2007 – Decreto Nº 6.094/07

Destaca o atendimento às necessidades educacionais especiais, reforçando a inclusão no sistema público de ensino (FRANCO; SCHUTZ, 2019).

2008 – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Traça o histórico da inclusão escolar e embasa políticas públicas para uma Educação de qualidade para todos os alunos (GARCÍA; TOLEDO, 2020).

2008 – Decreto Nº 6.571

Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e destaca sua integração ao projeto pedagógico da escola (GARCÍA; TOLEDO, 2020).

2009 – Resolução Nº 4 CNE/CEB

Orienta o AEE na Educação Básica, preferencialmente em salas de recursos multifuncionais (GARCÍA; TOLEDO, 2020).

2011 – Decreto Nº 7.611

Estabelece diretrizes para a Educação de pessoas público-alvo da Educação Especial, promovendo a inclusão em todos os níveis e impedindo a exclusão sob alegação de deficiência (GARCÍA; TOLEDO, 2020).

2011 – Decreto Nº 7.480

Reorganiza a estrutura do Ministério da Educação, vinculando a Educação Especial à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

2012 – Lei Nº 12.764

Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BEZERRA, 2020).

2014 – Plano Nacional de Educação (PNE)

A meta 4 busca universalizar o acesso à educação básica e ao AEE, preferencialmente na rede regular, promovendo um sistema educacional inclusivo (BEZERRA, 2020).

2019 – Decreto Nº 9.465

Cria a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, extinguindo a Secadi (BEZERRA, 2020).

2020 – Decreto Nº10.502 – Política Nacional de Educação Especial

Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da

Vida, gerando debates sobre a possibilidade de retrocesso na inclusão (BEZERRA, 2020).

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (CF/88) E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O artigo 205 da Constituição Federal estipula que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Constituição Federal Brasileira de 1988) (BRASIL. 2022).

Educar é a ação de fomentar a educação, abrangendo todos os processos, formais ou informais, que buscam transmitir conhecimentos específicos e padrões comportamentais para assegurar a continuidade cultural de uma sociedade (TREVISAN; ZILLOTTO, 2023). Num sentido mais abrangente, educar é socializar, é transmitir os hábitos que capacitam o indivíduo a viver em sociedade, hábitos que se iniciam na infância e implicam na adaptação a determinados padrões culturais (GARCÍA; TOLEDO, 2020).

Educar envolve estimular, desenvolver e orientar as habilidades do indivíduo, conforme os ideais de uma sociedade determinada. É aprimorar e desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e morais, preparando o cidadão para a vida. A educação é também o ato de ensinar, de transmitir conhecimentos, de instruir. Seu caráter institucional torna-se evidente quando manifestado de maneira concreta na escola, responsável por preparar e formar o indivíduo para sua futura vida profissional (GARCÍA; TOLEDO, 2020).

A Constituição Federal assegura o direito das pessoas com necessidades especiais de receberem educação, preferencialmente na rede regular de ensino (conforme o inciso III do art. 208 da CF), buscando a plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade. Garante o direito à educação, comum a todas as pessoas, por meio de uma abordagem inclusiva, em

escolas de ensino regular, como forma de assegurar o máximo possível o direito de integração na sociedade (BRASIL. 2022).

Ao estabelecer a preferência, a Constituição ressalva os casos excepcionais em que as necessidades de atendimento educacional, avaliadas com base em suas condições pessoais, exigem outras formas de assistência. A organização do atendimento na Educação Especial é oferecida tanto através da inclusão nas classes regulares do ensino regular quanto em instituições especializadas e em turmas/classes especiais de uma unidade escolar (AISSA; BRAZ, 2020).

BNCC E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017 integra a política curricular nacional, delineando a necessidade de cada ente federado desenvolver ou reformular seus currículos. A partir disso, cada instituição escolar tem a tarefa de elaborar seu Projeto Político Pedagógico ou Proposta Pedagógica, visando considerar as necessidades, interesses e potencialidades de cada estudante (TENIL; GOMES, 2022).

A organização do trabalho pedagógico, centrado no cotidiano escolar, deve se concretizar de maneira a promover a equidade, reconhecendo a diversidade nas necessidades dos estudantes. Nesse contexto, as práticas pedagógicas precisam ser diferenciadas para possibilitar a inclusão de todos (BRASIL, 2018).

A responsabilidade de planejar com foco na equidade e promover práticas educativas inclusivas implica o compromisso de reverter situações de exclusão histórica em diversos contextos educativos, especialmente no que diz respeito às pessoas com deficiência (MODESTO; ARAÚJO; MENDONÇA, 2023).

Embora a BNCC mencione a educação necessária para pessoas com deficiência apenas uma vez em sua introdução, referindo-se à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, é fundamental recorrer às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de

2009 para uma compreensão mais detalhada da urgência de se pensar, organizar e promover uma educação comprometida com o processo de inclusão (BRASIL, 2018).

As DCN instigam a análise da realidade existente, problematizando-a e buscando possibilidades de mudança. Elas convocam à reflexão sobre o desenho organizacional das instituições escolares, que muitas vezes não conseguem atender às singularidades dos sujeitos que as compõem (QUEIROZ; GUERREIRO, 2019).

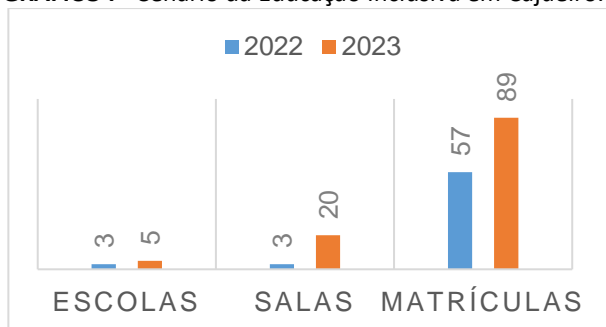
A busca por mudanças, segundo as DCN, destaca a relação entre o cuidar e o educar nos processos educativos, contribuindo para o desenvolvimento integral do ser humano, independentemente de suas especificidades (STELLA; MASSABNI, 2019). Cuidar e educar envolvem compreender que o direito à educação parte do princípio da formação integral da pessoa, considerando o cuidado como acolhimento respeitoso e atencioso a todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência (BRASIL, 2018).

EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CAJUEIRO/AL

O município de Cajueiro, ao longo dos anos, vem buscando implementar a educação inclusiva, mas somente nos últimos anos é que se observou um olhar atencioso voltado para a inclusão no município.

Deste modo, na atualidade, a Secretaria Municipal de Educação de Cajueiro/AL – SMEC, apresenta os seguintes dados:

GRÁFICO I - Cenário da Educação Inclusiva em Cajueiro.



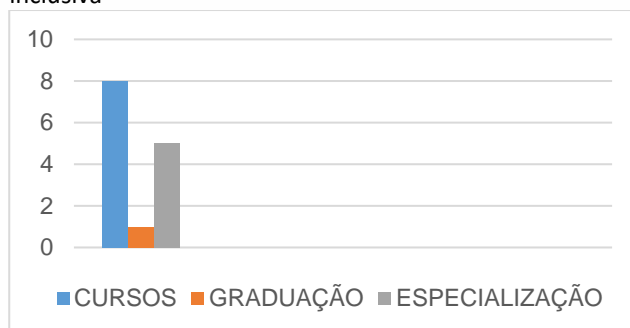
FONTE: SMEC, 2023.

Observa-se que de 2022 para 2023 houve um aumento significativo de escolas e salas que atendem alunos com deficiência em Cajueiro, bem como, o número de matrículas desses alunos teve um aumento (SMEC, 2023).

Segundo a secretaria de educação, para o ano de 2023, existem 05 salas de AEE disponíveis, ocorre que ativas com todo o material de apoio necessário existem apenas 03, as outras duas estão aguardando o material de apoio (SMEC, 2023).

Atualmente no município, existem apenas 05 professores com especialização em Educação Especial, 02 professores com curso de Aplicador ABAM (Applied Behavior Analysis), 01 professor curso de Leitura e Escrita Braille, Orientação e Mobilidade, 04 professores com curso de Libras básico 1, 01 professor com curso de libras Básico 2, 01 professor com graduação Letras/Libras (SMEC, 2023).

GRÁFICO II – Professores com algum tipo de formação direcionada ao público da educação especial e/ou inclusiva



FONTE: Secretaria de Educação de Cajueiro/AL.

Demonstrando a carência de profissionais capacitados para atender adequadamente a demanda crescente de alunos com deficiência matriculados na rede ensino em Cajueiro (SMEC, 2023).

Em relação a formação continuada na área de inclusão, ofertada pelo município, no ano de 2023, segundo a SMEC, são:

QUADRO 04 – Formação continuada – Inclusão

ENSINO	QUANT. PROFESSORES
Pré-escola	37
AEE	18

Creche	50
Fundamental I	62
Fundamental II	43
EJA	16
Diretores e coordenadores	31

FONTE: SMEC, 2023.

Há uma diversidade imensa de deficiências apresentadas pelos alunos atendidos pela rede municipal de ensino, que podem ser distribuídas conforme o Quadro 05.

Quadro 05 - Deficiências dos alunos matriculados no Ensino Regular de Cajueiro/AL

DEFICIÊNCIA	QUANT. ALUNOS
TEA	33
TEA/TDAH	2
TDAH	5
SURDEZ	1
PERDA AUDITIVA LEVE E MODERADA	3
TOD	2
APRAXIA CEREBRAL	4
CEQUEIRA	1
BAIXA VISÃO	1
SÍNDROME DE TOURETTE	1
SÍNDROME DE NOONAN	1
SÍNDROME DE HUNTER	1
MICROCEFALIA	2
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	15

FONTE: SMEC, 2023.

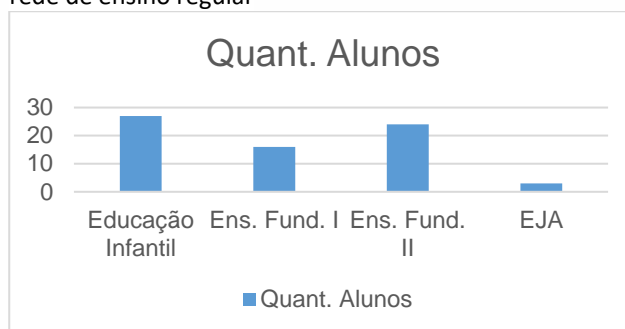
De acordo com o quadro acima, 33 alunos possuem Transtorno do Espectro Autista (TEA), com 22 na Educação Infantil, 6 no Ensino Fundamental I e 5 no Ensino Fundamental II. Há também 2 alunos com TEA/TDAH, um na Educação Infantil e outro no Ensino Fundamental I (SMEC, 2023).

Além disso, há 5 alunos com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), sendo 1 na Educação Infantil, 1 no Ensino Fundamental I e 3 no Fundamental II. Uma criança apresenta surdez no Fundamental I. Três alunos têm perda auditiva leve a moderada, sendo 1 na Educação Infantil, 1 no Ensino Fundamental I e 1 no Ensino Fundamental II (SMEC, 2023).

Dois alunos enfrentam Transtorno Opositor-Desafiador (TOD), com 1 na Educação Infantil e 1 no Fundamental I (SMEC, 2023).

Um aluno na Educação Infantil e dois no Ensino Fundamental I possuem Apraxia Cerebral. Um aluno no Ensino Fundamental II tem cegueira, outro apresenta baixa visão e um terceiro aluno tem síndrome de Tourette, todos no Fundamental II. 1 com Síndrome de Noonan, 1 com Síndrome de Hunter e 1 com Microcefalia estão presentes no Ensino Fundamental I. Quinze alunos têm deficiência intelectual, com 1 no Ensino Fundamental I, 11 no Ensino Fundamental II e 3 na Educação de Jovens e Adultos (EJA) (SMEC, 2023).

GRÁFICO III – Quantitativo de alunos com deficiência na rede de ensino regular



FONTE: SMEC, 2023.

Há 12 alunos em processo de investigação, sendo 9 na Educação Infantil e 3 no Ensino Fundamental I (SMEC, 2023).

Todos os alunos citados acima estão matriculados no ensino regular e no AEE (SMEC, 2023).

A maioria dos alunos com deficiência são acompanhados por locais que oferecem terapia como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Maceió, a APAE de Capela, a Pestalozzi de Maceió, o Centro de Reabilitação Cajueiro, o Centro de Reabilitação Maribondo, clínicas privadas em Maceió e o Centro de Atenção Psicossocial (Caps) em Cajueiro. No entanto, há ainda alguns indivíduos aguardando vaga em nas instituições (SMEC, 2023).

O cenário em Cajueiro da educação inclusiva, tem mostrado uma diversidade enorme de deficiências e

a necessidade de profissionais capacitados, preparados para receber esses alunos tanto no ensino especializado como no ensino regular (SMEC, 2023).

A secretaria de Educação do município informou que a implantação da educação Inclusiva no município tem se tornado prioridade, e, que tem buscado recursos e elaborado projetos para sua efetivação (SMEC, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da presente pesquisa buscou-se responder a pergunta que norteou o estudo e alcançar o objetivo geral, relacionados a implementação e aplicabilidade da legislação no município de Cajueiro sobre educação inclusiva.

O município de Cajueiro é um município pequeno es de Alagoas, com apenas 21.443 habitantes, que busca implementar a educação inclusiva de forma eficaz. O município se orienta, nessa tarefa de efetivar a educação inclusiva, na legislação federal e estadual, tendo por base a CF/88 e a BNCC.

REFERÊNCIAS

AISSA, Fabiane Maia Garcia a; BRAZ, Thamy Alencar Mendes. Deficiência visual: caminhos legais e teóricos da escola inclusiva. **Ensaio: val. pol. públ. educ.**, Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 622-641, jul./set. 2020.

BASTOS, Paula Alessandra Lima Santos et. al. Tecnologia assistiva e políticas públicas no Brasil. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 31, e3401, 2023.

BEZERRA, Giovani Ferreira. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a Problemática do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar como um de seus Efeitos. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.26, n.4, p.673-688, Out.-Dez., 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Planalto, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_aocompilado.htm. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

Cajueiro (Alagoas). In: WIKIPEDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikipedia Foundation, 2021. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cajueiro_\(Alagoas\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cajueiro_(Alagoas)).

DAINEZ, Débora; SMOLKA, Ana Luiza Bustamante; SOUZA, Flavia Faissal de. A dimensão constitutiva do meio: implicações políticas e práticas em educação especial. **Educ. Soc., Campinas**, v. 43, e256418, 2022.

FIGUEIREDO, Séfora Lima de; SILVA, Edil Ferreira da. Desafios do Fazer Docente nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, e230191, p. 1-14, 2022.

FRANCO, Adriana Marques dos Santos Laia; SCHUTZ, Gabriel Eduardo. Sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. especial 4, p. 244-255, dez 2019.

GARCÍA, Marta Medina; TOLEDO, Luis Doña. Los elementos de un sistema educacional inclusivo desde la perspectiva de los profesores. **Psicología Escolar e Educacional**, v. 24, 2020.

GODOY, Vanessa Boldarini de et. al. Legislação brasileira e a inclusão escolar de indivíduos com distúrbios da comunicação. **Rev. CEFAC**, v. 21(3), e15518, 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Área territorial oficial. Alagoas, 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Populacional 2016. Alagoas, 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008.

MODESTO, Mônica Andrade; ARAÚJO, Isabela Rosália Lima de; MENDONÇA, Ana Cláudia Sousa. Desafios e Possibilidades para a Implementação de uma Educação Especial e Inclusiva na Rede Estadual de Ensino de Sergipe. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Corumbá, v. 29, e0234, 2023.

QUEIROZ, Julia Graziela Bernardino de Araújo; GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. Política Educacional e Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Rede de Ensino Público de Manaus. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v. 25, n. 2, p. 233-248, Abr.-Jun., 2019.

ROCHA, Rosylane Nascimento das Mercês et. al. Legislation for disabled people in brazil. From human dignity to social inclusion advancing capabilities as an ethical imperative. **Acta Bioethica**, v. 27 (1), p. 223-234, 2021.

STELLA, Larissa Ferreira; MASSABNI, Vânia Galindo. Ensino de Ciências Biológicas: materiais didáticos para alunos com necessidades educativas especiais. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 25, n. 2, p. 353-374, 2019.

TENIL, Sandra; GOMES, Cândido; SÁ, Susana. Da Integração à inclusão: Estudo de caso em Portugal. **Investigação Qualitativa em Educação: Avanços e Desafios**, v. 12, 2022.

TREVISAN, Suzana; ZILLOTTO, Denise Macedo. Políticas de inclusão de estudantes com deficiência nos institutos federais do Rio Grande do Sul. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 49, e254398, 2023.

OS EFEITOS POSITIVOS DA TERAPIA ABA NA INTERVENÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS THE POSITIVE EFFECTS OF ABA THERAPY IN THE INTERVENTION OF AUTISTIC CHILDREN

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.1-27

Lindinalva Ramos da Silva¹

RESUMO

A terapia ABA (Análise do Comportamento Aplicada) tem se destacado como uma abordagem eficaz no tratamento de crianças autistas. Este artigo científico aborda os efeitos positivos da terapia, destacando seu papel na melhoria das habilidades sociais, comunicativas e acadêmicas de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). A pesquisa se debruça a responder à seguinte pergunta norteadora: Quais são os efeitos positivos da Terapia ABA na melhoria das habilidades de comunicação, desenvolvimento de habilidades sociais e desempenho acadêmico em crianças autistas, e como as evidências científicas respaldam a eficácia dessa abordagem terapêutica, fornecendo insights úteis para a otimização dos cuidados e a promoção de resultados mais positivos no tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA)? A pesquisa analisou produções científicas publicadas entre 2018 e 2023, nas plataformas Scielo e Periódicos Capes. Tendo como objetivo geral: investigar os efeitos positivos da Terapia ABA (Análise do Comportamento Aplicada) como intervenção no tratamento de crianças autistas, analisando seu impacto nas áreas de comunicação, habilidades sociais e desenvolvimento acadêmico, com o propósito de contribuir para uma compreensão mais aprofundada e embasado cientificamente sobre a eficácia dessa abordagem terapêutica específica no contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Utilizando os descritores estruturados no DeCS e MeSH. O período de coleta dos dados correu no mês de novembro de 2023. Utilizou-se como critério de inclusão artigos científicos relacionados a temática e com no máximo 6 anos de publicação e, como critérios de exclusão, artigos científicos que não estavam relacionados ao tema. Assim, conclui-se que a terapia ABA surge como uma intervenção valiosa na melhoria da vida de crianças autistas. Seus efeitos positivos na comunicação, habilidades sociais e desempenho acadêmico são respaldados por evidências científicas sólidas.

PALAVRAS-CHAVE: ABA; Autismo; Efeitos positivos.

ABSTRACT

ABA therapy (Applied Behavior Analysis) has emerged as an effective approach in treating autistic children. This scientific article addresses the positive effects of the therapy, emphasizing its role in improving social, communicative, and academic skills of children with Autism Spectrum Disorder (ASD). The research aims to answer the following guiding question: What are the positive effects of ABA Therapy on improving communication skills, developing social skills, and academic performance in autistic children, and how do scientific evidence support the effectiveness of this therapeutic approach, providing useful insights for optimizing care and promoting more positive outcomes in the treatment of Autism Spectrum Disorder (ASD)? The research analyzed scientific productions published between 2018 and 2023, on the Scielo and Capes Journals platforms. With the general objective of investigating the positive effects of ABA Therapy (Applied Behavior Analysis) as an intervention in the treatment of autistic children, analyzing its impact on the areas of communication, social skills, and academic development, with the purpose of contributing to a more in-depth and scientifically based understanding of the effectiveness of this specific therapeutic approach in the context of Autism Spectrum Disorder (ASD). Using the descriptors structured in DeCS and MeSH. The data collection period took place in November 2023. Scientific articles related to the theme and with a maximum of 6 years of publication were included as inclusion criteria, and scientific articles not related to the theme were excluded as exclusion criteria. Thus, it is concluded that ABA therapy emerges as a valuable intervention in improving the lives of autistic children. Its positive effects on communication, social skills, and academic performance are supported by solid scientific evidence.

KEYWORDS: ABA; Autism; Positive effects

¹ Graduada em Pedagogia. E-MAIL: lindinalva989@gmail.com. CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/1180885360731366

INTRODUÇÃO

Este artigo explora os efeitos positivos da Terapia ABA (Análise do Comportamento Aplicada) na intervenção de crianças autistas. Por meio de uma revisão sistemática integrativa da literatura científica, examinamos as evidências que respaldam a eficácia dessa abordagem terapêutica, fornecendo *insights* úteis para melhorar os cuidados e promover resultados mais positivos no tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA) (ODA, 2018).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neuropsiquiátrica caracterizada por déficits de comunicação, interação social e padrões repetitivos de comportamento. A terapia ABA tem se destacado como uma abordagem que visa melhorar o comportamento e a aprendizagem em crianças autistas (ODA, 2018).

O presente estudo procura responder à pergunta norteadora: Quais são os efeitos positivos da Terapia ABA na melhoria das habilidades de comunicação, desenvolvimento de habilidades sociais e desempenho acadêmico em crianças autistas, e como as evidências científicas respaldam a eficácia dessa abordagem terapêutica, fornecendo *insights* úteis para a otimização dos cuidados e a promoção de resultados mais positivos no tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA)?

Tendo como objetivo geral: Investigar os efeitos positivos da Terapia ABA (Análise do Comportamento Aplicada) como intervenção no tratamento de crianças autistas, analisando seu impacto nas áreas de comunicação, habilidades sociais e desenvolvimento acadêmico, com o propósito de contribuir para uma compreensão mais aprofundada e embasado cientificamente sobre a eficácia dessa abordagem terapêutica específica no contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

METODOLOGIA

No presente artigo adotou-se como metodologia a revisão sistemática, que possui as etapas apresentadas no quadro 1. Analisando os artigos pré-selecionados e selecionados através da leitura dos agentes indexadores das publicações, como resumos, palavras-chave e títulos; formação de uma biblioteca individual, bem como, a avaliação crítica dos estudos selecionados; análise, interpretação e discussão dos resultados e a exposição da revisão no formato de artigo, que apresenta sugestões para estudos futuros.

QUADRO 1 – Etapas da Revisão Sistemática.

STRING DE BUSCA	BASES DE DADOS PLATAFORMA	TOTAL DE PUBLICAÇÕES SEM O FILTRO	PUBLICAÇÕES DISPONÍVEIS APÓS APLICAR OS FILTROS	PUBLICAÇÕES
▪ Terapia ABA ▪ Análise do comportamento aplicada ▪ Análise do comportamento aplicada AND aprendizagem ▪ Terapia AND Autismo	Scielo	48	19	1
	Periódicos Capes	336	204	10
	TOTAL	384	223	11

FONTE: Elaborada pela autora.

As bibliotecas virtuais pesquisadas disponibilizaram um total de 384 artigos científicos pertinentes a pesquisa, desses, 223 artigos científicos resultaram após a utilização de filtros, e foram feitos 11

downloads, por atenderem aos critérios de inclusão, sendo submetidos às etapas da revisão sistemática.

A Análise do Comportamento é centrada na ideia de que o comportamento é influenciado pelo ambiente, e o foco está na observação objetiva e

mensuração do comportamento. Nesse contexto, a Terapia ABA aplicada a crianças autistas busca identificar os antecedentes e conseqüências do comportamento, entendendo as relações funcionais para desenvolver estratégias de intervenção (FREITAS; SAHÃO; FIELDKIRCHER, 2021).

Um dos pilares da ABA é o uso do reforço positivo, que envolve o conjunto de conseqüências importantes para fortalecer comportamentos desejados. No contexto autista, isso significa reforçar o positivo (FREITAS, 2022).

A terapia ABA utiliza uma variedade de técnicas, incluindo reforço positivo, modelagem, encadeamento de tarefas e análise de antecedentes e conseqüências. Essas técnicas são adaptadas para atender às necessidades individuais de cada criança, promovendo uma generalização das habilidades aprendidas para diferentes contextos (FREITAS, 2022).

A Terapia ABA (Análise do Comportamento Aplicada) tem demonstrado uma série de benefícios significativos no tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A aplicação dessas intervenções específicas tem mostrado impactos positivos em diversas áreas do desenvolvimento, proporcionando melhorias notáveis nas habilidades sociais, comunicação e desempenho acadêmico (LUONGO, 2021).

Um dos benefícios mais destacados da Terapia ABA é a melhoria nas habilidades de comunicação. A abordagem enfoca o ensino sistemático de habilidades verbais e não verbais, promovendo a expressão eficaz de necessidades, sentimentos e interações sociais. O uso de reforço positivo e estratégias de modelagem contribui para o desenvolvimento de um repertório comunicativo mais rico e funcional (OLIVEIRA et al., 2023).

A Terapia ABA aborda de forma direta as dificuldades sociais frequentemente associadas ao TEA. Intervenções específicas visam ensinar e reforçar comportamentos sociais apropriados, promovendo

interações mais significativas e adaptadas ao ambiente. Isso inclui o desenvolvimento de habilidades de brincadeira, empatia e compreensão das sutilezas das interações sociais (MARTINS; CAMARGO, 2023).

Isso se reflete positivamente no ambiente acadêmico, com estratégias que desmembram tarefas complexas em etapas mais simples, facilitando a aprendizagem e promovendo o sucesso acadêmico (GUIMARÃES; LUNA, 2020).

Um benefício distintivo da Terapia ABA é a ênfase na generalização de habilidades aprendidas para diferentes contextos. As crianças são incentivadas a aplicar as habilidades adquiridas em situações do cotidiano, garantindo que a terapia não se restrinja ao ambiente clínico, mas esteja (ALMEIDA et al., 2019).

Estudos têm indicado que a Terapia ABA, quando implementada de maneira intensiva e precoce, pode resultar em efeitos a longo prazo, contribuindo para a independência e autonomia da criança autista. A ênfase na promoção de habilidades adaptativas essenciais para a vida cotidiana contribui para um desenvolvimento mais abrangente e duradouro (BLANCO; GENNARI, 2019).

A abordagem da Terapia ABA inclui a identificação e modificação de comportamentos esafiadores. Através do entendimento das funções desses comportamentos, a terapia busca substituir comportamentos inadequados por alternativas mais adequadas, reduzindo significativamente as barreiras para a aprendizagem e interação social (MATOS; MATO, 2018).

Em conjunto, esses benefícios da Terapia ABA oferecem uma perspectiva otimista para o tratamento de crianças autistas, destacando a importância dessa abordagem na promoção de resultados positivos e na melhoria significativa na qualidade de vida das crianças e suas famílias (BENITEZ et al., 2021).

CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Embora a Terapia ABA (Análise do Comportamento Aplicada) tenha demonstrado benefícios significativos no tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), é crucial abordar considerações éticas para garantir que as práticas terapêuticas sejam holísticas, respeitadas e alinhadas com o bem-estar da criança (MATOS; MATO, 2018).

É fundamental garantir que as intervenções respeitem a autonomia da criança autista. A Terapia ABA deve ser adaptada às necessidades individuais, levando em consideração as preferências, limitações e desejos da criança, sempre que possível. Isso implica em envolver a criança no processo terapêutico, promovendo uma abordagem centrada no cliente.

O consentimento informado e participação ativa dos pais é essencial. Os pais ou responsáveis desempenham um papel essencial na decisão de submeter a criança à Terapia ABA. É imperativo que recebam informações completas e compreensíveis sobre os métodos, objetivos e possíveis efeitos colaterais da terapia. O consentimento informado deve ser obtido, e os pais devem ser encorajados a participar ativamente no processo terapêutico (ALMEIDA et al., 2019).

Embora a Terapia ABA utilize reforço positivo, é crucial evitar práticas punitivas ou coercitivas que possam causar desconforto ou trauma à criança. A ênfase deve ser colocada na promoção de comportamentos adaptativos por meio de estratégias positivas, incentivando a motivação intrínseca (ALMEIDA et al., 2019).

Cada criança autista é única, e as intervenções devem ser adaptadas de acordo com suas características individuais. A consideração ética requer uma abordagem personalizada que leve em conta não apenas as necessidades específicas da criança, mas também suas preferências e contextos culturais (OLIVEIRA et al., 2023).

Ética envolve um compromisso contínuo com o monitoramento e a reavaliação constante das

intervenções. Os profissionais de ABA devem estar atentos às mudanças nas necessidades da criança e ajustar as abordagens terapêuticas conforme apropriado. Isso assegura que a terapia seja adaptativa e sensível às evoluções da criança ao longo do tempo (OLIVEIRA et al., 2023).

Profissionais de ABA devem ser transparentes sobre suas abordagens terapêuticas, compartilhando informações relevantes com os pais, cuidadores e outros profissionais envolvidos no cuidado da criança. A comunicação aberta contribui para a construção de uma parceria colaborativa e esclarece as expectativas em relação à terapia (MARTINS; CAMARGO, 2023).

Garantir que os profissionais de ABA tenham treinamento adequado e supervisão contínua é uma consideração ética vital. A qualidade da terapia está intrinsecamente ligada à competência e ética dos profissionais envolvidos, destacando a importância de padrões elevados de formação e supervisão (BLANCO; GENNARI, 2019).

Ao abordar essas considerações éticas, a Terapia ABA pode ser implementada de maneira responsável, respeitando os direitos e a dignidade das crianças autistas, e promovendo um ambiente terapêutico que priorize o bem-estar integral da criança (BLANCO; GENNARI, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abordou a terapia ABA e seus benefícios nas crianças autistas, buscando oferecer insights em resposta à questão central. A ABA fundamenta-se nos princípios da psicologia do comportamento, conforme destacado anteriormente, concentrando-se na análise funcional do comportamento para compreender as interações entre estímulos e respostas.

A ABA, durante a terapia, tem evidenciado uma variedade de vantagens substanciais no cuidado de

crianças expostas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). A melhoria dessas intervenções particulares gerou efeitos positivos em várias dimensões do desenvolvimento, resultando em melhorias notáveis nas habilidades sociais, comunicação e desempenho acadêmico.

Assim, conclui-se que a terapia ABA surge como uma intervenção valiosa na melhoria da vida de crianças autistas. Seus efeitos positivos na comunicação, habilidades sociais e desempenho acadêmico são respaldados por evidências científicas sólidas. No entanto, é necessário um equilíbrio cuidadoso entre a eficácia terapêutica e considerações éticas para garantir que as intervenções sejam holísticas e centradas na criança.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. K. F. C. et al. MOTIVAEduc: Um game baseado na metodologia ABA para a auxiliar na aprendizagem de crianças autistas. **Olhares & Trilhas**, v. 21, n. 1, p. 113–126, 7 maio 2019.
- BENITEZ, P. et al. Social attitudes of educational agents towards inclusion and training in applied behavior analysis. **Revista Brasileira de Educacao Especial**, v. 27, p. 477–492, 2021.
- BLANCO, M. B.; GENNARI, A. P. G. A. (Resenha) DUARTE, Cintia Perez; SILVA, Luciana Coltri; VELLOSO, Renata de Lima. (Org.) Estratégias da Análise do Comportamento Aplicada para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo. São Paulo: Memnon, 2018. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**. v.6, n.2, pp. 127-130, Jul.-Dez., 2019.
- FREITAS, L. A. B. Certificação profissional, Análise do Comportamento Aplicada e Transtorno do Espectro Autista. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 24, pp. 1–29, 4 abr. 2022.
- FREITAS, M. C. DE; SAHÃO, F. T.; FIELDKIRCHER, F. P. O uso da Análise do Comportamento no planejamento e aplicação de uma disciplina de Análise do Comportamento. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 23, pp. 1–23, 2021.
- GUIMARÃES, L. S.; LUNA, S. V. DE. Relato de Experiência Análise do Comportamento Aplicada à Educação: aprendendo com as escolas CABAS. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 14, pp. 1–16, 2020.
- LUONGO, M. L'approccio psicodinamico alla comprensione e al trattamento dell'autismo The psychodynamic approach for understanding and treating autism. **Phenomena Journa**, v. 3, n. 2, 2021.
- MARTINS, J. DOS SANTOS; CAMARGO, S. P. H. A adaptação de crianças com autismo na pré-escola: estratégias fundamentadas na Análise do Comportamento Aplicada. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 104, p. e5014, 18 abr. 2023.
- MATOS, D. C. DE; MATO, P. G. S. DE. Intervenções em psicologia para inclusão escolar de crianças autistas: estudo de caso. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 211, dezembro/2018.
- ODA, FERNANDA SUEMI. Análise do comportamento e autismo: Marcos históricos descritos em publicações norte-americanas influentes. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, Volume XX, n. 3, p. 86-98, 2018.
- OLIVEIRA, S. P. De et al. A intervenção aba na vida adulta ou a importância da terapia aba na intervenção precoce. **Educere - Revista da Educação da UNIPAR**, v. 23, n. 1, p. 482–494, 22 jun. 2023.



ABSOLUTE 

Absolute Review | Periódico Multidisciplinar
Academic Department ACU - Absolute Christian University

E-mail: revista@acu.education | **Site:** review.acu.education